

EDSEISY SILVA BARBALHO TAVARES

USOS DO TERRITÓRIO E REDE URBANA POTIGUAR



EDSEISY SILVA BARBALHO TAVARES

USOS DO TERRITÓRIO E REDE URBANA POTIGUAR



editora**ifrn**

Natal, 2020

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Abraham Weintraub

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Ariosto Antunes Culau



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Reitor
Wyllys Abel Farkatt Tabosa
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Márcio Adriano de Azevedo
Coordenadora da Editora IFRN
Kadyja Karla Nascimento Chagas

Conselho Editorial

Conselho Editorial

Emanuel Neto Alves de Oliveira
Danila Kelly Pereira Neri
Luciana Maria Araujo Rabelo
Neyvan Renato Rodrigues da Silva
Anderson Luiz Pinheiro de Oliveira
Marcelo Nunes Coelho
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Claudia Pereira de Lima Parente
Lenina Lopes Soares Silva
Maria Jalila Vieira de Figueirêdo Leite
Miler Franco D Anjour
Marcio Monteiro Maia
Jean Leite Tavares
Renato Samuel Barbosa de Araujo
Rebeka Caroca Seixas
Emiliana Souza Soares
Avelino Aldo de Lima Neto

Rodrigo Luiz Silva Pessoa
Gabriela Dalila Bezerra Raulino
Paulo Pereira da Silva
José Everaldo Pereira
Annaterra Teixeira de Lima
Marcus Vinícius Duarte Sampaio
Samuel de Carvalho Lira
Ana Lúcia Sarmento Henrique
Diogo Pereira Bezerra
Sílvia Regina Pereira de Mendonça
Elizomar de Assis Nobre
Cláudia Batesttin
Mária da Conceição de Almeida
Julie Thomas

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Charles Bamam Medeiros de Souza

Revisão Linguística

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Prefixo editorial: Editora IFRN
Linha Editorial: Acadêmica
Disponível para *download* em:
<http://memoria.ifrn.edu.br>



Contato

Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300, Natal-RN.

Fone: (84) 4005-0763 | E-mail: editora@ifrn.edu.br



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

T231u Tavares, Edseisy Silva Barbalho.
Usos do território e rede urbana potiguar / Edseisy Silva Barbalho Tavares; projeto gráfico, diagramação e capa Charles Bamam Medeiros de Souza; revisão textual Rodrigo Luiz Silva Pessoa. – Natal: IFRN, 2019.
512 p. : il.

ISBN: 978-65-86293-34-0

1. Geografia– Rede urbana potiguar. 2. Rede urbana potiguar – Urbanização. 3. Rede urbana potiguar – Serviços bancários – Serviços postais – Serviços educacionais. 4. Rede urbana potiguar – Divisão territorial do trabalho. I. Tavares, Edseisy Silva Barbalho. II. Título.

CDU 911.3 (813.2)

Catálogo da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Patrícia da Silva Souza Martins – CRB: 15/502

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.

Ao meu filho, Guilherme.

os desenhos com os quais enfeitávamos os nossos trabalhos e cuja arquitetura faz as delícias da razão planificadora, esse design das redes urbanas, das hierarquias funcionais do sistema urbano, assim como aqueles círculos que traçamos em torno de uma cidade para dizer que até ali vai a sua zona de influência devem ser meditados segundo uma ótica diferente que leve em conta os novos mecanismos geográficos (SANTOS, 1989, p. 81).

- 1 INTRODUÇÃO 8
- 2 REDE URBANA: DOS PADRÕES DA HIERARQUIA CLÁSSICA À SUPERPOSIÇÃO DE REDES 26
 - 2.1 Gênese e evolução dos estudos de rede urbana 27
 - 2.2 Rede urbana e território usado 42
 - 2.3 A rede urbana no espaço-tempo 47
 - 2.4 Meio técnico-científico-informacional e reestruturação da rede urbana 52
- 3 DA HIERARQUIA URBANA RÍGIDA A COABITAÇÃO DE REDES NO TERRITÓRIO POTIGUAR: USOS PRETÉRITOS E RENOVAÇÃO DA BASE TÉCNICA 62
 - 3.1 A constituição do sistema urbano potiguar e os usos pretéritos do território 64
 - 3.2 A urbanização do território e a hierarquização da rede urbana do Rio Grande do Norte 75
 - 3.3 A reestruturação da rede urbana estadual: os novos conteúdos técnicos do território potiguar 97
- 4 REDE URBANA E REDE DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, POSTAIS E EDUCACIONAIS NO RIO GRANDE DO NORTE: “COEXISTÊNCIA” DE HIERARQUIAS 115
 - 4.1 “Hiperapilaridade” dos serviços bancários, rupturas na hierarquia urbana clássica 117
 - 4.2 Os nós e os fluxos da rede postal: hierarquias na rede urbana do Rio Grande do Norte 132
 - 4.3 A difusão dos serviços de educação e as mudanças dos fluxos 155
- 5 REDES DE COMÉRCIO VAREJISTA E REDE URBANA: HIERARQUIZAÇÕES NO CIRCUITO SUPERIOR E SUPERIOR MARGINAL 177
 - 5.1 A permanência da hierarquia clássica na rede urbana potiguar: expansão seletiva do comércio varejista do circuito superior 183
 - 5.2 A disseminação das redes associativistas de comércio: o surgimento de novas centralidades de consumo a partir do circuito superior marginal 191

6 A DINÂMICA DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA POTIGUAR 209

- 6.1 Redes, circuitos espaciais de produção e novos fluxos 216
- 6.2 Circuito espacial de produção do petróleo: novos usos nas cidades intermediárias e nos centros locais da rede urbana potiguar 226
- 6.3 O circuito espacial da fruticultura irrigada e a nova dinâmica urbana em áreas de diversidade e de especialização 281
- 6.4 Circuito espacial têxtil e de confecções: diferentes especializações e dinâmicas nos centros urbanos do Rio Grande do Norte 327

7 A CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA DO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL 388

- 7.1 Sucessão e coexistências na rede urbana do Rio Grande do Norte: mudanças de papéis e centralidades 390
- 7.2 Heterogeneidade dos centros locais do Rio Grande do Norte: papel das cidades locais 416

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 460

REFERÊNCIAS 470

1

INTRODUÇÃO

As redes urbanas no período técnico-científico-informacional são estruturadas pela coexistência das hierarquias clássicas com outros padrões hierárquicos, evidenciando uma multiplicidade de interações territoriais. Os lugares têm uma nova dinâmica, em função das atividades que abrigam e, conseqüentemente, dos nós formados e suas conexões, de modo que alguns centros urbanos podem não ser de um nível hierárquico alto, contudo ser uma referência de centralidade para algum tipo de uso. Para Ribeiro (2010), a complexidade assumida pela rede urbana no atual período acontece porque cada centro urbano desempenha múltiplos papéis, estando vinculados de modo distinto e simultâneo a diversas redes.

Garcia e Nogueira (2008, p. 5) reforçam essa compreensão quando esclarecem que as cidades estão simultaneamente participando de, pelo menos, duas redes urbanas, uma vez que “tem uma posição hierárquica na rede de localidades centrais e uma outra posição, que pode variar de acordo com a sua especialização funcional”. Pelo fato de que cada lugar pode participar de mais de uma rede, e de que muitas dessas redes não têm nós em todas as escalas, ocor-

rem articulações que se realizam diretamente entre os lugares que efetivamente participam do circuito de produção, circulação e consumo (de bens e serviços). Nesse sentido, as hierarquias tradicionais que marcaram os estudos sobre rede urbana durante décadas estão se somando a diferentes tipos de interações territoriais. Para Dias (2006, p. 151), “a imagem piramidal e hierárquica tradicionalmente associada ao território, na qual os efeitos de proximidade têm supremacia sobre os efeitos de interdependência a longa distância, é cada vez menos verdadeira”.

Essa compreensão sobre a estrutura da rede urbana no período atual nos conduz a reconhecer, no Rio Grande do Norte, além de uma dinâmica de fluxos para aquelas cidades que apresentam maior centralidade na rede urbana, interações em diversas escalas, inclusive para cidades de menor centralidade no contexto da rede urbana potiguar. Considerando o que nos diz Santos (2008a, p. 68), que “a rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações”, a dinâmica da rede urbana estadual vem sendo marcada por uma superposição de redes, o que, rompendo com uma hierarquia urbana rígida, vem revelando a existência de um processo de reestruturação da rede urbana estadual. Desse modo, são as mudanças de uso do território no período técnico-científico-informacional relacionadas às seguintes redes que promovem tal reestruturação:

- Instalação e expansão dos sistemas de engenharia vinculados principalmente aos sistemas de telecomunicações e de transportes, que representam maior potencial de acessibilidade a longas distâncias, tanto do ponto de vista físico quanto virtual;

- Expansão de redes de pesquisa e do ensino básico e superior, tanto públicos quanto privados, que embora sob diferentes perspectivas de uso do território, engendram em novos fluxos e interações, que criam e/ou reforçam a dinâmica urbana das cidades;
- Aumento da capilaridade dos serviços bancários e postais que, atingindo minimamente todos os municípios do estado, reduzem a necessidade de deslocamentos em direção a centros que estão em níveis de centralidade mais altos na rede urbana;
- Expansão de grandes grupos comerciais de capital nacional e internacional predominantemente em Natal, região metropolitana e Mossoró, como as grandes redes de supermercado e eletrodomésticos, mas também o surgimento de redes de comércio varejista de caráter associativista de abrangência regional e local, os quais vem permitindo uma difusão territorial do consumo; e
- A intensificação das relações econômicas em âmbito nacional e internacional, ampliando, por conseguinte, a participação do Rio Grande do Norte na divisão internacional e territorial do trabalho, possibilitando a instalação de etapas de circuitos espaciais de produção. É preciso, contudo, acrescentar que, enquanto algumas etapas da produção foram desconcentradas, o comando permanece centralizado (essa situação se revela no estado, por exemplo, na instalação de algumas áreas de agricultura moderna ou científica no território, além da atividade petrolífera e da produção têxtil e de vestuário).

Em decorrência disso, a implementação e expansão desses novos equipamentos, comércio e serviços urbanos no território estadual, considerando a sua localização, reforçou algumas centralidades que já apresentam importância na rede urbana do Rio Grande do Norte, criando também fluxos em direção a centros que estão na base da hierarquia urbana, estabelecendo nestes uma dinâmica que vai além dos seus limites territoriais. De acordo com Spósito (2010, p. 53),

Não se trata da substituição de redes urbanas hierárquicas por outros tipos de redes, mas da combinação complexa e contraditória de fluxos que se estabelecem tanto no sentido hierárquico, como no sentido horizontal ou transversal, uma vez que uma mesma cidade é o espaço da ação e decisão de atores econômicos que se relacionam em diferentes escalas. Trata-se da sobreposição de redes organizadas por vetores de diferentes naturezas e intensidades, gerando o que já se denominou de “rede de redes”.

Assim, compreende-se que as variáveis do período técnico-científico-informacional instituem uma rede urbana no Rio Grande do Norte que mantém nos fluxos realizados para algumas atividades a hierarquia clássica e o papel da maioria das principais centralidades do estado. Todavia, as mudanças de usos do território promovida por essas novas situações, além de reduzir a rigidez da hierarquia urbana, devido à coexistência de diversas redes e hierarquias, ainda possibilita novas funções aos centros urbanos que estão nos níveis mais elementares dessa rede urbana.

Nessa perspectiva, o objetivo geral deste livro é compreender a rede urbana do Rio Grande do Norte no período histórico

atual, entendendo que o avanço do meio técnico-científico-informacional promove sua reestruturação com a superposição de redes que quebram qualquer lógica pautada numa hierarquia rígida.

A nossa análise sobre a estrutura da rede urbana e os seus níveis de centralidade e hierarquia urbana considera as centralidades do estado e suas respectivas regiões de influência tomando como base a classificação dos estudos realizados pelo IBGE. As Regiões de Influência das Cidades (REGICs) de 1966, 1978, 1993 e 2007 consistem em um estudo realizado pelo IBGE, o qual representa a mais completa referência de pesquisa sobre a rede urbana na escala nacional, contemplando um embasamento teórico e variáveis pertinentes a cada período, de maneira a identificar, de modo geral, as principais centralidades da rede urbana do Brasil e de cada estado. No entanto, mesmo diante da relevância de tal estudo e do reconhecimento de que a hierarquia apresentada ainda permanece vigente para a realização de uma série de atividades, ressaltamos que a expansão dos sistemas de transportes e telecomunicações e as novas lógicas espaciais de redes comerciais e de serviços bancários, postais e educacionais, além das estabelecidas por importantes circuitos espaciais produtivos, superpõem redes que configuram uma rede urbana que se estrutura sob diversas hierarquias e diferentes abrangências de área de influência. Portanto, é a coabitação dessas redes no território estadual que evidenciamos neste estudo e, conseqüentemente, como esta realidade possibilita diferentes papéis e funções aos centros locais cuja dinâmica é permeada por esses fixos e fluxos.

Tal contexto constitui uma particularidade da realidade norte-rio-grandense que não representa a totalidade nacional, dado que em cada lugar a intensidade desses processos, assim como os usos do território, são diferentes. Desse modo, consideramos que

analisar a rede urbana do Rio Grande do Norte unicamente a partir do mesmo método, critérios numéricos e variáveis utilizados para o país inteiro, como foi feito pela REGIC 2007 (IBGE/REGIC, 2008), por exemplo, não nos possibilita compreender a especificidade das redes urbanas em cada um dos subespaços do Brasil.

Para Santos (2008b), estudos realizados nessa perspectiva são abusivos principalmente no caso de países extensos e que apresentam tantas disparidades regionais. Destacamos, nesse sentido, que no estudo realizado pelo IBGE temos a classificação das cidades do país, com base em variáveis que apresentam representatividade no contexto da análise regional, mas que, diante das particularidades do território potiguar e de sua rede urbana, não revelam a totalidade de suas relações. Ainda acrescentamos que apresenta uma hierarquia urbana rígida, na qual cada cidade tem uma única posição e participa de apenas uma região, o que também difere da situação da rede urbana do estado na qual as novas variáveis do período, combinadas e funcionando em conjunto com o meio preexistente, configuram uma superposição de redes com nós em diferentes pontos do território.

No Rio Grande do Norte, as cidades identificadas pelo IBGE com maiores níveis de centralidade na estrutura da rede urbana hierarquizada permanecem exercendo atratividade e influência sobre determinadas áreas do estado para alguns tipos de atividade. Contudo, ao mesmo tempo, outras atividades que anteriormente também eram buscadas nessas principais centralidades do estado podem ser acessíveis na própria cidade, sem a necessidade de deslocamentos, ou em outra cidade que não tenha tanta importância na rede urbana, a não ser para algum serviço específico, ou mesmo, em um centro mais importante que o regional, em função da facilidade propiciada pelos sistemas de transporte e telecomunicações.

Ao analisar as redes urbanas nordestinas na década de 1980, Coelho (1990) já observava alterações e o esfacelamento das hierarquizações. Segundo a autora, a introdução das inovações industriais que vieram na década de 1960, concentrando-se na Região Metropolitana de Recife e depois nas capitais estaduais, promoveram uma rede urbana com uma feição menos hierarquizada, quando consideramos o Brasil enquanto totalidade. Esses novos arranjos da rede urbana se tornaram perceptíveis em várias regiões do país. No mesmo sentido, Dias (2006) nos informa que certas localidades da Amazônia se relacionam diretamente com os principais centros econômicos do país, tornando “desnecessária a mediação anteriormente realizada pelos degraus inferiores da hierarquia urbana” (DIAS, 2006, p. 152).

De tal modo, assim como ocorre em outras regiões do país, são perceptíveis, embora num contexto distinto, sensíveis mudanças nos papéis e na dinâmica da rede urbana potiguar, uma vez que cidades de todos os níveis da hierarquia urbana têm incorporados ao território densidades diferentes de técnica, ciência e informação, o que modifica a importância que possuem na rede urbana. As mudanças do papel e das funções das cidades na rede urbana estão atreladas dentre outras questões, à expansão de algumas redes de serviços e comerciais, conforme já anunciado, mas também à adoção de etapas de circuitos espaciais produtivos e todos os seus atributos, pois, segundo Arroyo (2008, p. 1), “não são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, mas podem ser encontrados também nas cidades médias e pequenas, onde se tornam um elemento de diferenciação entre elas”.

De acordo com Santos (2012), a rede urbana como um todo acolhe os impactos da globalização, em razão de até mesmo os centros menores, ainda que não exclusivamente, estarem incluí-

dos em um ou mais circuitos espaciais de produção, seja produzindo, distribuindo ou consumindo bens, serviços e informações. Isso também acontece em círculos de cooperação, formados por exemplo, dentre outros serviços, pela rede bancária, que é articulada globalmente. Entendemos, portanto, que tanto as cidades locais do estado quanto as cidades intermediárias apresentam um conteúdo diferenciado e muitas dessas hoje têm seu território usado por atividades que atraem para si fluxos de diversas escalas espaciais.

Conforme anunciado anteriormente, a nossa referência de níveis de centralidade dos centros urbanos do estado é a classificação do IBGE e, portanto, compreende os centros locais e os centros de gestão do território. Muitos autores entendem que esses centros urbanos podem ser classificados em pequenas, médias e grandes cidades. Contudo, devido a tais denominações aludirem à dimensão, o que estaria relacionada principalmente a questão demográfica, não adotaremos essa classificação. Compreender a importância que as cidades apresentam na rede urbana nos remete a apreendermos os tipos de cidades a partir do papel e das funções desempenhadas pelos centros locais e/ou pelos centros de gestão do território. Por isso, como proposto por Santos (2008a), consideramos como constituintes do sistema urbano as metrópoles, as cidades intermediárias (regionais) e as cidades locais e acrescentamos que, na base da hierarquia desse sistema urbano, estariam os centros locais, tal como proposto pelo IBGE.

As metrópoles completas são as que representam os polos econômicos do país, atendendo a uma ampla gama de necessidades econômicas e sociais a nível nacional, enquanto as incompletas são regionais e só têm as suas funções totais realizadas com o complemento de contribuições externas, seja a nível nacional ou

a partir de outros países (SANTOS, 2008c). As cidades regionais têm a função de “proporcionar serviços de nível médio e produtos mais diversificados do que as cidades locais podem vender” (SANTOS, 2008a, p. 72) e estão numa posição entre as cidades locais e as metrópoles, mas, por não terem o mesmo poder de comando sobre uma área de influência devido à superposição de redes e redirecionamentos de alguns fluxos, tornaram-se cidades intermediárias, dado que “a localização permanece a mesma, mas as funções transformam-se substancialmente, assim como o tipo de relações com a região circundante” (SANTOS, 2008c, p. 311). As cidades locais que abrangem um conjunto de centros urbanos “de tamanhos diversos, fornecedores de diferentes serviços conforme a época e o lugar onde se situam” (SANTOS, 1980, p. 104-105) são aglomerações que têm a capacidade de “responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”, (SANTOS, 2008a, p. 88), que embora atendam predominantemente as demandas do município, abrangem a dos municípios vizinhos. São centros funcionais, cuja dinâmica é relativa no contexto da região. As cidades locais são classificadas pelo IBGE como centros locais, contudo entendemos que é essencial distinguir estas cidades, em que a dinâmica urbana e a densidade de fixos e fluxos criam uma área de influência, dos centros locais, que dependem até mesmo em relação as atividades básicas de outros centros urbanos. Ainda é necessário destacar que, em cada contexto, esses vocábulos admitem variadas significações.

É a partir dos usos do território dessas diferentes cidades do ponto de vista funcional, ao longo dos períodos, que se constituem diversas redes de relações entre as cidades do estado. Assim sendo, partiremos da concepção de território usado para compreender a rede urbana do Rio Grande do Norte no período técnico-científi-

co-informacional, considerando que, se no lugar acontece algumas das possibilidades do mundo, a rede urbana do Rio Grande do Norte apresenta uma combinação particular, a qual se relaciona às demais redes e cidades também por intermédio de relações específicas. Essa situação configura arranjos espaciais únicos no território, os quais são novos condicionantes para as novas possibilidades de combinação e ainda se redefinem em função dessas.

Segundo Silveira (2010, p. 75), tal processo resulta do fato de que “as ações não se localizam em lugares ermos nem obtêm o mesmo resultado nas diversas frações do território em que se instalam”. É em função dessa circunstância que se dá a relevância de se compreender a rede urbana potiguar no período atual, primeiro porque já existe um meio construído e uma vida social ao chegar a instalação de novos usos do território e, segundo, porque a geografização particular dos eventos resulta em situações diferenciadas em cada um dos lugares, devido às condições apresentadas pelo meio preexistente e em função de como será a combinação entre o velho e o novo. A rede urbana do estado terá, portanto, uma organização territorial única no espaço-tempo, uma vez que reproduz os elementos de uma totalidade maior, conjugados com as suas especificidades socioespaciais.

A reestruturação da rede urbana do Rio Grande do Norte inicia-se a partir dos novos usos do território ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970, quando surgem os primeiros indícios da constituição de um meio técnico-científico-informacional, com a inserção de técnica, ciência e informação na implementação e expansão dos sistemas de energia e telefonia, assim como nos serviços bancários, também em alguns circuitos espaciais produtivos que realizavam etapas no estado. Contudo, esse processo só se intensifica a partir dos anos 1990, com a difusão mais acentuada desse

meio no território do estado. No entanto, é preciso pontuar que a geografização do meio técnico-científico-informacional não ocorre de forma homogênea, nem como um todo, pois “em nenhum caso a difusão dos objetos técnicos se dá uniformemente ou de modo homogêneo. Essa heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço” (SANTOS, 2012, p. 39).

Buscaremos, nessa direção, reconhecer os diversos eventos que ocorreram no território neste período, que sucedendo-se e coexistindo com os já geografizados, permitem à rede urbana do estado apresentar uma configuração com diversas hierarquizações. Além da expansão dos sistemas técnicos de eletricidade, transportes e telecomunicações, e dos fixos geográficos bancários, educacionais e postais, ocorre no estado uma reestruturação produtiva, a qual também impactou sobre as formas de consumo, ampliando o comércio varejista de diferentes portes e o próprio crescimento do número de cidades locais.

O Rio Grande do Norte, até 1970, contava com uma precária infraestrutura de eletricidade, telefonia e rodovias mesmo em suas áreas urbanas. Os serviços como educação básica e superior, bancários e postais também eram restritos a algumas cidades regionais do estado e o comércio varejista, do mesmo modo, só era mais diversificado nas cidades que ocupavam as posições de maior centralidade na rede urbana. Em relação às atividades produtivas, desenvolviam-se algumas atividades que complementavam o circuito espacial do que era produzido nas áreas agrícolas. A partir do período citado, as antigas atividades econômicas, como cana-de-açúcar, algodão, carnaúba, pecuária, extração mineral, dentre outras, e todas as formas-conteúdo presentes no território, em função dos diversos usos, passaram a coexistir e/ou foram

sendo substituídas por outros circuitos espaciais produtivos que nas décadas seguintes estabeleceram etapas produtivas no território potiguar, como o petróleo e extração de sal mecanizada (a partir dos anos 1970), fruticultura irrigada (anos 1980/1990), espaços industriais do ramo têxtil e de confecções (anos 1970, 1980 e 1990), além do aumento da prestação dos serviços privados e públicos em todas as esferas e da expansão do comércio varejista de produtos diversos (1990), mas, principalmente, nos setores de supermercado, de móveis e eletrodomésticos, construção e farmácias que passaram a se instalar em diversas áreas do território do estado.

Essas atividades, ao se instalarem, selecionam aquelas parcelas do território onde já existem ou podem ser criados com facilidade o sistema de engenharia necessário para o seu desenvolvimento, de modo que as cidades se densificam desigualmente, de acordo com as condições oferecidas por elas, as intencionalidades e o poder das diversas forças horizontais e verticais dos agentes que sobre elas operam.

A partir do exposto e sendo o recorte espacial de nossa análise as cidades do estado do Rio Grande do Norte em suas relações, objetivamos compreender as interações dos elementos que estruturam a rede urbana neste recorte espacial. Se o espaço é a sociedade em movimento, neste caso, constituída por homens, firmas, instituições e infraestruturas implantadas no território, precisamos analisar a combinação singular desses elementos de modo a compreender a dinâmica da rede de relações entre as cidades. Para Santos (2002, p. 22),

O espaço permite que pessoas, instituições e firmas com temporalidades diversas, funcionem na mesma cidade, não de modo harmonioso, mas de modo harmônico. Também

atribui a cada indivíduo, a cada classe social, a cada firma, a cada tipo de firma, a cada instituição, a cada tipo de instituição, formas particulares de comando e de uso do tempo, formas particulares de comando e de uso do espaço.

Os homens ou as pessoas, a partir do uso que fazem do território, condicionam e têm suas ações condicionadas pela configuração territorial da rede de cidades do estado. Alguns lugares apresentam indivíduos com mais mobilidade que outros, assim como perfis de certos tipos de consumo também diferenciados, o que influencia e é influenciado pela densidade de fixos e fluxos dos lugares.

As firmas que têm como “função essencial à produção de bens, serviços e ideais” (SANTOS, 2008d, p. 17) apresentam uma distribuição espacial desigual e seletiva no território, demonstrando um uso diferencial estabelecido de acordo com as condições oferecidas pelos lugares, uma vez que, conforme asseveram Santos e Silveira (2003, p. 22), “um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem de sua própria constituição”.

Assim, uma questão que precisa ser considerada é a localização das atividades econômicas que são importantes para o estado e têm influência sobre a organização da rede e, consequentemente, para o estabelecimento dos fixos e fluxos envolvidos. O nível de modernidade apresentado pela atividade, assim como as necessidades que atendem, influenciam na instalação das firmas e no ambiente construído que ela requer, ocasionando uma concentração em algumas cidades, que são localizações requeridas para que a atividade possa se reproduzir.

As instituições normatizam e legitimam os diversos usos, intervindo e criando normas que condicionam as ações e a im-

plantação dos sistemas de objetos. O Estado, por exemplo, é um elemento fundamental na nossa análise, pois a dinâmica entre os arranjos espaciais, a disposição dos fixos, suas combinações e relações com os fluxos realizam-se em função da maneira pela qual o mesmo realiza a intervenção, dado que, segundo Santos (2008a), sua ação influencia sobremaneira a configuração territorial.

Além da coabitação de diversas redes sejam comerciais, de serviços e de produção no período técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, a busca por serviços públicos ou privados é outra evidência de como os nós e os fluxos de diferentes atividades se superpõem no território, rompendo com a hierarquia urbana rígida. Pois, há uma lógica diferente de espacialização e, conseqüentemente, de hierarquização no território, apresentando centralidades e zonas de influência que podem ser atendidas de modo mais equilibrado por questões administrativas, ou mais concentradoras quando orientadas pelas ações do mercado (ROCHEFORT; BEAUJEU-GARNIER, 1998, 2010). De acordo com Beaujeu-Garnier (2010), é necessário distinguir entre a hierarquização estabelecida nas relações entre a espacialização de organismos nacionais que realizam atividades administrativas e prestação de serviços públicos, e as empresas ou serviços que buscam lucro máximo, os quais são movidos pela concorrência.

Nesse sentido, em função da rentabilidade, os serviços privados se difundem menos, não sendo encontrados em todos os níveis hierárquicos e nem seguindo regionalizações, ao passo que os públicos estão mais dispersos, orientados por um padrão de localização e de hierarquia no qual o número e a diversidade dos serviços diminuem com o nível urbano, mas quando não há o atendimento direto nas cidades locais, estas são assistidas pelas cidades intermediárias. Desse modo, algumas articulações espaciais estão em uma rede, de

escala de abrangência mais restrita ao local ou regional, e outras compreendem redes de escala mais ampla, como a global.

Por fim, e não menos relevante, as infraestruturas ou os sistemas de engenharia, presentes nos arranjos urbanos, como ficou evidente em suas relações com os demais elementos, são essenciais nesta análise. Ao serem implantados se somando ao meio que é cada vez mais técnico, densificam cada vez mais os lugares, reforçando concentrações e hierarquizações para alguns fixos e fluxos, mas também dispersando e criando outras formas de participação das cidades em rede, logo, possibilitando novos usos do território, que, por sua vez, configuram um arranjo espacial específico para a rede urbana do estado. É evidente que tais elementos não somente interagem entre eles como são “intercambiáveis e redutíveis uns aos outros” (SANTOS, 2008d, p. 17), já que suas funções e/ou ações se tornaram cada vez mais imbricadas no período atual.

Assim, de modo a compreender a rede urbana do Rio Grande do Norte no período técnico-científico-informacional e a superposição de redes, cujas interações territoriais estabelecidas criam diversas hierarquias, o trabalho foi estruturado nas seguintes partes: a **introdução**, em que apresentamos o problema e os objetivos do estudo; **seis capítulos** em que buscamos evidenciar como as condições apresentadas pela estrutura de rede urbana preexistente no estado, associadas à expansão das redes formadas pelos sistemas de transporte e telecomunicações, pelos serviços bancários, educacionais e postais, pelo comércio em seus diversos segmentos e graus de modernidade e capital e pelas interações estabelecidas por alguns dos circuitos espaciais mais importantes do estado, criam e instituem fluxos em direção a cidades de diferentes níveis de centralidade da rede urbana estadual, o que significou não apenas mudanças na posição dos centros na hierarquia urbana

tradicional, como também uma superposição a esta de diversas redes e hierarquias; e as **considerações finais**, que nos permitem sintetizar e concluir que as diferentes redes em análise com suas diversas lógicas espaciais coabitando no território do Rio Grande do Norte no atual período reestruturaram a rede urbana potiguar, esfacelando a hierarquia urbana rígida.

No primeiro capítulo, denominado “Rede urbana: dos padrões da hierarquia clássica à superposição de redes”, apresentamos a nossa compreensão sobre como os usos do território no espaço-tempo influenciam e são influenciados pela configuração da rede urbana e também como a constituição do meio técnico-científico-informacional estrutura uma rede urbana em que são admitidas diversas hierarquias simultâneas, além de uma diferenciação em termos de dinâmica urbana entre os centros locais.

O segundo capítulo, cujo título é o “O meio construído e a rede urbana potiguar: do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional”, expõe como se deram os usos pretéritos do território potiguar e como essa situação, somada às necessidades dos novos usos, influencia na seletividade das áreas para a implantação das novas infraestruturas relacionadas aos sistemas de transporte e telecomunicações.

O capítulo terceiro, “Rede urbana e rede de serviços no Rio Grande do Norte: ‘coexistências’ de hierarquias”, demonstra como a expansão e espacialização dos novos fixos geográficos financeiros, educacionais e postais estabelecem redes de serviços que, se instalando tanto em centros de gestão do território quanto em alguns centros locais mais dinâmicos, rompem com a hierarquia urbana tradicional, à medida que tanto antigas centralidades são reforçadas, quanto são criados nós em diversos pontos,

os quais são capazes de redirecionar fluxos que em períodos anteriores se davam apenas para as cidades intermediárias.

No quarto capítulo, que foi intitulado “Redes de comércio varejista e rede urbana: hierarquizações no circuito superior e circuito superior marginal”, fica evidente como as atividades do comércio superior das quais analisamos o comércio varejista moderno se estabelecem no território do Rio Grande do Norte seguindo a hierarquia urbana, portanto sua localização se restringe aos centros urbanos que estão nas posições mais alta da hierarquia da rede urbana tradicional. No entanto, enquanto as grandes redes permanecem concentradas, a expansão das redes associativistas de comércio varejista de capital local e regional, que se caracterizam como do circuito superior marginal, difundem-se no território estadual tanto para cidades intermediárias como para cidades locais, diminuindo a necessidade de deslocamentos para outros centros maiores para o acesso a esse tipo de comércio.

O capítulo “A dinâmica da divisão territorial do trabalho na reestruturação da rede urbana potiguar” explana os circuitos espaciais de produção do petróleo e gás natural, da fruticultura irrigada da banana e do melão, e da produção têxtil e de confecções para revelar como as cidades em cujos territórios são realizadas etapas desses circuitos e seus círculos de cooperação mantêm papéis e funções urbanas que reforçam algumas centralidades intermediárias e criam outras, mesmo que em menor intensidade e apenas para algumas atividades, como ocorre com os centros locais. O texto objetiva ainda evidenciar as interações que se estabelecem para a realização do circuito entre cidades de diversas redes urbanas.

Por fim, o último capítulo, “A configuração da rede urbana do Rio Grande do Norte no período técnico-científico-informacional”, analisa as mudanças ocorridas nos níveis de cen-

tralidade da rede urbana do estado a partir dos estudos do IBGE, realizados em 1972, 1987, 2000 e 2008, e do estudo sobre a rede urbana do Rio Grande do Norte na década de 1970, efetivado por Eunice Correia da Costa, de modo a constatar quais centros urbanos ganharam e quais perderam centralidade e a quais eventos essas alterações de posições na hierarquia urbana estão atreladas. O capítulo também busca mostrar como a diversidade de centros locais e suas dinâmicas não nos permitem considerá-los como um único grupo, dado que selecionando apenas dois padrões funcionais evidentes neste conjunto, já é perceptível que há centros cuja área de influência é apenas local e outros cujos fluxos revelam uma influência em relação aos municípios vizinhos, tanto no que se refere às atividades comerciais quanto à prestação de serviços.

2

REDE URBANA: DOS PADRÕES DA HIERARQUIA CLÁSSICA À SUPERPOSIÇÃO DE REDES

é mister insistir na ideia de que é o território usado de uma nação – a formação socioespacial – que explica a cidade (SILVEIRA, 2015, p. 246).

A estruturação do território a partir da formação de redes urbanas com a existência de zonas centrais, que constituem em torno de determinadas cidades uma área de influência que se estende por toda uma região, revela uma lógica ou uma ordem centralista de abrangência regional (CHRISTALLER, 1981). Tais centralidades tanto podem exercer influência sobre uma vasta região, onde existem outras de menor importância em termos de funções centrais, que são os de ordem mais elevada, quanto podem apresentar importância apenas sobre ordens mais baixas, até as que não têm importância central. Nesse sentido, a lógica de estruturação do

território admite a perspectiva de uma rede urbana hierarquizada, a qual aparece na maioria das análises dos trabalhos geográficos que se dedicaram a compreender a gênese, expansão e constituição da rede urbana.

Acrescentando-se a essa compreensão clássica da rede urbana, o período atual apresenta mudanças de usos dos territórios permeadas pela presença da técnica, da ciência e da informação que admitem-nos considerar a sua reestruturação, uma vez que coexistem no sistema urbano redes que seguem os padrões da hierarquia clássica superpostas as outras com diferentes sentidos de interações.

2.1 GÊNESE E EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE REDE URBANA

O clássico trabalho de Christaller de 1933 (1981), sobre os Lugares Centrais no Sul da Alemanha, foi um marco para se entender o território sob o prisma de uma lógica centralista de abrangência regional e a estrutura hierárquica das redes urbanas. Nas décadas de 1950 e 1960, os trabalhos de Michel Rochefort retomam a essência do pensamento de Christaller e fazem avançar o estudo das redes urbanas, propondo novas metodologias e variáveis de análise. A partir desse período, vários autores, como: Jean Tricart (1964), Pierre George (1963, 1968), Milton Santos (1959a, 1959b, 1959c, 1978, 1979), Allan Pred (1979), Roberto Lobato Corrêa (1989, 1996, 1999, 2001, 2005, 2006, 2007, 2010), Pedro Geiger (1963) e os estudos do IBGE (IBGE/REGIC, 1972, 1987, 2000 e 2008) também realizaram trabalhos com o fito de compreenderem a constituição e desenvolvimento das redes urbanas, sendo a maioria desses estudos realizados sob a influência dos

preceitos básicos apontados por Rochefort. Corrêa (2006, p. 17) afirma que a maioria das abordagens sobre rede urbana contempla a hierarquia urbana, mas, além dessa questão, abordam as diferenças das cidades em termos de funções, as relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento e as conexões cidade-região.

A organização das redes urbanas a partir da formação de áreas centrais e a estrutura hierárquica do território tanto em nível regional quanto em nível de um dado país é expressa por Hautreux e Rochefort (1965). Para esses autores, por um lado, há uma rede urbana regional na qual temos uma disposição dos centros intermediários e locais sob a influência de centros regionais maiores e, por outro lado, há uma “armadura urbana” que congrega toda a “vida de relações” de um país a partir de um conjunto hierarquizado de centros com suas zonas de influência específicas.

A compreensão dessa rede urbana hierarquizada é dada pela existência e disposição quantitativa e qualitativa do setor terciário que, por meio de sua raridade socioespacial, definirá a posição de uma cidade na rede urbana regional e na armadura urbana de um país, pois, conforme aponta Hautreux e Rochefort (1965, p. 660), “a localização do setor terciário constitui o elemento maior da polarização da vida regional”.

Rochefort (1961) aponta que alguns autores compreendiam as redes urbanas a partir de suas causas, recorrendo à disposição dos transportes como uma determinação fundamental para sua organização, enquanto outros entendiam que a rede precisava ser apreendida pelas suas consequências, revelada, por exemplo, pela distribuição da rede telefônica (método de Christaller) a qual evidenciaria o nível de densidade técnica e socioeconômica da rede urbana.

Contudo, para Rochefort (1961), é a estrutura profissional, especificamente no que se refere à densidade do setor terciário

(que embora não seja suficiente, dada as particularidades principalmente das pequenas aglomerações), que melhor revela a existência hierárquica dos centros na rede urbana. Com base nesse entendimento, é preciso reconstituir a evolução da rede urbana através desta variável, para se compreender as hierarquizações entre os centros, bem como a natureza e o significado regional de cada centro e suas relações entre si.

A lógica de constituição das redes urbanas em suas relações com os sistemas econômicos por meio de hierarquizações também pode ser encontrada nas palavras de George (1963, p. 175), quando ele afirma que “a organização espontânea ou voluntária do espaço procede, de um conjunto complexo de inúmeras relações e impulsos que se ordenam a partir de centros hierárquicos”, sendo nos centros polarizadores onde ocorre a concentração das “formas de trabalho, de relação e de desenvolvimento”. Assim, algumas cidades teriam se densificado de forma mais intensa que outras, derivando numa rede urbana na qual prevalece a existência de uma hierarquia, dado que alguns centros concentravam os fixos, que promovem o deslocamento dos fluxos de toda uma área de influência para uma cidade que exerce funções centrais.

Ainda numa perspectiva hierarquizadora, Beaujeu-Garnier (2010) nos chama atenção para o fato de que a disposição das cidades no território se processa por meio da formação de uma hierarquia que tanto pode ser quantitativa quanto qualitativa, indo das diferentes densidades demográficas até as questões de atratividade espacial e tipos de irradiação dos equipamentos e atividades econômicas que possuem.

Para Tricart (1964), a rede de cidades se refere à organização complexa de relações entre as cidades em termos funcionais e espaciais, sendo tal rede estabelecida entre diversas cidades, que

apresentam uma importância relativa, uma hierarquia funcional e uma prestação de serviços concentrada em uma cidade que atende aos territórios vizinhos. Contudo, destacamos que Tricart (1964) aponta que, além das condições sociais e econômicas, a evolução das técnicas é fundamental para a existência e estruturação das redes de cidades, bem como para as relações de hierarquias que se estabelecem entre uma cidade e sua região.

Podemos notar, nesses estudos sobre rede urbana, o entendimento de que a sua estrutura está pautada num padrão hierárquico. No entanto, alguns autores começam a apresentar críticas à hierarquia urbana rígida. Pred (1979), em seu estudo sobre os sistemas de cidades em economias adiantadas, define esse sistema “como um conjunto nacional ou regional de cidades que são de tal forma interdependentes” (PRED, 1979, p. 13), que tem a predominância de relações hierárquicas. No entanto, a interdependência também pode promover relações de complementaridade de funções entre lugares de tamanho semelhante e, ainda, na obtenção de bens e serviços pelos centros maiores, provenientes de centros menores.

Fischer (1976) também faz críticas à existência de uma estrutura urbana com hierarquias rígidas quando analisa a relação entre circuitos industriais e hierarquia urbana nos Países Baixos (Holanda, Bélgica e Luxemburgo). Segundo o autor, enquanto para as atividades terciárias as noções de rede urbana, centralidade e hierarquia são essenciais, para a espacialização da indústria, a hierarquia não é um fator de explicação, inclusive o que o faz questionar se o uso do território por essa atividade não rompe com a hierarquia urbana preexistente. Tal entendimento coaduna com nossa compreensão de que alguns usos do território reforçam centralidades e conservam um padrão hierárquico, ao passo que

outros obedecem a outras lógicas, como, por exemplo, manter interações diretas entre os centros de comando e os centros locais, diminuindo as intermediações para aumentar os lucros, o que, por sua vez, redefine a importância dos lugares. Entretanto, precisamos atentar que as formas de uso do território são mais complexas que as simples relações explicitadas anteriormente. Não apenas há atividades comerciais e serviços que são menos hierarquizados, como embora a indústria não seja, em muitos casos, constituinte de uma rede urbana regional, sua influência sob a rede urbana e sobre a hierarquia das cidades “depende da natureza das atividades industriais e dos tipos de estabelecimentos que se implantam” (FISCHER, 1976, p. 36).

Sob a influência dos geógrafos franceses Pierre George, Michel Rochefort e principalmente Jean Tricart, Milton Santos realizará os seus primeiros estudos sobre a temática urbano-regional, porém direcionará as suas discussões no âmbito de uma teorização mais próxima da realidade dos países subdesenvolvidos. Em suas análises, Milton Santos procurava compreender a questão da formação da centralidade urbana, como no trabalho “O centro da cidade do Salvador”, de 1959 (SANTOS, 1959a). Entendia que a existência de uma rede urbana era dada pelas funcionalidades que uma cidade apresentava em relação a sua região, como nos evidencia o estudo “A rede urbana do Recôncavo”, também de 1959 (SANTOS, 1959b).

A existência de centros hierárquicos e de núcleos urbanos polarizadores também marca a compreensão de Milton Santos sobre a formação e existência das redes urbanas e, de modo geral, essa perspectiva perpassa os trabalhos supracitados, mas, sobretudo, o trabalho intitulado “A cidade como centro da região”, de 1959, (SANTOS, 1959c), no qual o pensador aplica a teoria

da hierarquia dos lugares centrais de Christaller, sob os moldes de Rochefort. A importância do terciário, sobretudo do comércio e dos transportes, também é evidenciada por Milton Santos como elemento estruturante das redes urbanas, e é nessa perspectiva que o autor compreendeu a regionalização da Bahia e sua influência sobre seu território (SANTOS, 1959c).

No entanto, esse entendimento do autor vai se modificando. Segundo o teórico, não apenas porque a cada período a realidade muda em seu aspecto e conteúdo, como também porque a visão no momento atual sobre o anterior pode ser diferente, portanto, trata-se de uma questão de método (SANTOS, 1995). Assim propõe, quarenta anos após escrever sua tese “O centro da cidade de Salvador”, no texto “Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea” versando mais especificamente sobre o Pelourinho, que para entender as cidades é preciso “que seja refeita a história da introdução das técnicas na cidade e de sua localização no tempo e no espaço» (SANTOS, 1995, p. 18), pois são as técnicas que estruturam o território, possibilitando suas diversas formas de organização.

Uma outra compreensão que emerge em muitos dos trabalhos citados, sobretudo quando eles procuram esmiuçar a gênese e formação das redes urbanas, é a de que a constituição dos circuitos produtivos, de acordo com a divisão territorial do trabalho, não apenas segue uma lógica seletiva e concentradora em função da hierarquia urbana já estruturada, mas que eles se apresentam como um elemento definidor de sua centralidade. Santos e Silveira (2003) entendem que os circuitos espaciais produtivos se realizam com a repartição do trabalho e interação entre determinados arranjos territoriais. Assim, conforme afirma Corrêa (2006), a divisão territorial do trabalho é uma dimensão reveladora da natureza e significado da rede urbana. Dessa maneira, sua gênese e desenvol-

vimento devem ser buscados nos circuitos espaciais produtivos que, período após período, sucedendo-se e coexistindo nos territórios, engendram atividades urbanas.

Convergindo com a compreensão explicitada, Jean Gottmann (1970), ao estudar a urbanização do Nordeste dos Estados Unidos, aponta-nos a existência de uma megalópole que, indo de Boston a Nova York, exerce uma influência sobre várias regiões dos Estados Unidos em função da densidade de serviços e comércios existentes. Para esse autor, a gênese dessa região deve ser buscada na expansão e concentração de circuitos industriais que, seguindo os preceitos de uma divisão territorial do trabalho extremante hierárquica, chegou a deter, em 1900, “metade de toda a produção industrial dos Estados Unidos” (GOTTMANN, 1970, p. 44).

Dessa forma, entendemos a relevância que a distribuição e concentração geográfica dos espaços produtivos no território tem para a constituição das redes urbanas, ou seja, sua formação está diretamente relacionada com a incorporação de uma ou mais camadas da divisão do trabalho. Para Corrêa (2006), a existência da rede urbana é condicionada a um grau mínimo de divisão territorial do trabalho, à presença de pontos fixos no território que permitem a realização deste processo e à articulação entre os núcleos envolvidos.

A divisão territorial do trabalho manifesta claramente a hierarquia da rede urbana, principalmente quando se analisa a distribuição espacial de todas as funções de um circuito espacial produtivo. Corrêa (2010), ao estudar as corporações, evidencia que as funções de produção industrial, de comando e de gestão do circuito no território sempre se localizam nos espaços mais hierárquicos das redes urbanas.

Analisando a industrialização e a urbanização brasileira, Geiger (1963) esclarece que a emergência de circuitos industriais,

em muitos casos, comandou a reconfiguração do território por meio do fortalecimento das áreas de influência de uma cidade em relação a sua região. De acordo com o autor, a formação da rede urbana brasileira revela a existência de uma diferenciação entre as áreas geográficas mais urbanizadas, onde passaram a predominar a produção industrial, e as áreas agrícolas. O autor ainda destaca como declinaram algumas cidades que tiveram importância num passado em função da presença de determinados sistemas agrícolas e como outras que concentraram as atividades industriais, apresentaram um maior “progresso”, influenciando para o surgimento de cidades-dormitório no seu entorno, ou no limite de sua área de influência.

Desse modo, George (1968) nos explana que a industrialização modifica a constituição e importância relativa das parcelas do território selecionadas para a instalação dos espaços produtivos, assim como o sistema de relações entre a mesma e as outras cidades. Embora Gottmann (1970), Corrêa (2006), Geiger (1963) e George (1968) estejam tratando especificamente da atividade industrial, entendemos que além da produção industrial outros circuitos espaciais de produção apresentam relações com a evolução urbana de muitas cidades, devido à constituírem as atividades centrais de constituição de centros urbanos e regionais que direcionam e comandam as relações de sua região de influência.

Embora reconheçamos toda a importância desses estudos que reforçam as centralidades numa perspectiva de uma hierarquia rígida para a compreensão da rede urbana, compreendemos que no período técnico-científico-informacional a rede urbana do Rio Grande do Norte rompe esse padrão e permite a coexistência de mais de uma hierarquia.

Ao analisarmos alguns trabalhos que se dedicam a compreender redes urbanas e as dinâmicas urbanas e regionais no

Brasil, no período atual, podemos constatar que os autores atentam para como os novos usos dos territórios influenciam nas formas das interações espaciais e mudanças de centralidades. No entanto, mesmo diante das significativas contribuições para o entendimento das cidades e redes urbanas brasileiras, muitos estudos, embora contemplando em alguns aspectos o avanço do meio técnico-científico-informacional, não consideram que em cada lugar a difusão desse meio estrutura a rede urbana de forma diferente, pois mudam as conexões, a vida de relações, bem como são requalificados os fixos e os fluxos e, conseqüentemente, tem-se diferentes lógicas hierárquicas.

É perceptível, nos estudos realizados principalmente a partir dos anos 1990, os quais versam de maneira direta ou indireta sobre a temática da rede urbana, que são adotadas as análises variáveis relacionadas à difusão do meio técnico-científico-informacional, como é o caso da inserção de determinados espaços em uma divisão territorial do trabalho, alicerçada nos conteúdos dessa temporalidade. Contudo, é preciso considerar que todos os lugares participam desse movimento do mundo, embora diferenciadamente. Moura (2009) aponta a constituição de arranjos urbano-regionais, que seriam formados por um arranjo de áreas que mantém uma dinâmica integrada, conjunta a uma região, mas não necessariamente contígua e que, neste caso, tem como fator comum as características da intensa urbanização contemporânea, a qual contempla a concentração populacional, a dinâmica econômica e social e, ainda, uma intensa infraestrutura científico-tecnológica. Seriam, portanto, estes os principais centros da rede urbana, dada a concentração das atividades em função de um maior adensamento da divisão territorial do trabalho.

Todavia, no período técnico-científico-informacional, especialmente a partir dos anos 1990, o próprio processo de divisão

territorial do trabalho, que seleciona determinadas áreas que apresentam densidades técnicas e sociais para a instalação de atividades de um circuito produtivo, também se apropria de parcelas do território que não são dotadas da mesma concentração de fixos e circulação de fluxos que estão presentes nos arranjos urbano-regionais. Muitas são aquelas cidades locais, que em função da difusão da técnica, ciência e informação, passaram a integrar um circuito produtivo, com atividades especializadas ou não, as quais mantêm interações territoriais diretas com os centros de comando da produção sejam nacionais ou internacionais, sem necessariamente passar pelos principais centros da rede estadual ou nacional, demonstrando que a lógica para determinados usos do território mudou.

Cada lugar apresentará as suas particularidades, por isso, a necessidade da análise espaço-temporal e em função de suas técnicas. No Rio Grande do Norte, a rede urbana terá a sua organização influenciada pela participação do território em diversos circuitos espaciais produtivos, formando áreas de diversidade e especialização, pela presença de cidades mais densas e rarefeitas, reforçando e também criando centralidades, ou seja, numa combinação que associada às outras condições do meio constituem uma combinação única.

Conte (2014), Endlich (2006), Catelan (2012), Fresca (2009) e Damiani (2006) apresentam de modo mais indicativo a ruptura da hierarquia urbana rígida e a redefinição das redes urbanas. Em seus estudos sobre cidades pequenas e médias, os autores expõem como elas se inserem e criam redes diferentes pelas formas como participam da divisão territorial do trabalho. Conte (2014) apresenta uma síntese das principais abordagens teóricas realizadas sobre a rede urbana, desde a Teoria das Localidades Centrais, de Christaller, até as discussões que se apoiaram em suas contri-

buições e as críticas direcionadas aos seus fundamentos teóricos e metodológicos. A partir dessa compreensão, a autora entende que, em virtude das mudanças nos sistemas de transportes, de comunicações e nas divisões territoriais do trabalho, emergem novos usos do território que modificam a estruturação das redes urbanas. Já Endlich (2006) evidencia, como no período atual, a redefinição da rede urbana, em razão dos novos usos, dá-se por mudanças de papéis e significados de todas as cidades, principalmente dos centros urbanos menores, como ocorrido no noroeste do Paraná. Endlich (2006) ainda destaca que as possibilidades técnicas expandiram os fluxos entre espaços não contíguos, “ampliando alcances espaciais além de trazer novos elementos para se pensar a hierarquia urbana, não mais estreitamente vinculada ao tamanho demográfico” (ENDLICH, 2006, p. 181).

Para Catelan (2012), a intensificação da divisão territorial do trabalho amplia a complexidade das e nas redes urbanas, pois as interações espaciais ocorreram de modo interescalar, permitindo a coexistência de um padrão hierárquico, mas também heterárquico, com articulações diretas sem a necessidade de escalas intermediárias. Para o autor, são redes formadas por interações espaciais de escalas diferentes que se superpõem. Fresca (2009) também reitera o entendimento de que as cidades se inserem em, pelo menos, duas redes: a das localidades centrais e outra que, neste caso a autora entende que se remete ao espraiamento da produção industrial ocorrido no país a partir dos anos de 1990. Damiani (2006, p. 136), por sua vez, elucida como o processo de globalização possibilita interações múltiplas “entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicio-

nalmente propostas”. Assim, a partir de tais entendimentos e em função da dinâmica de fluxos que ocorrem no território potiguar, fica evidente a pertinência de estudarmos as relações que constituem a rede urbana do estado no período histórico atual.

Outro trabalho importante, com contribuições ao entendimento das novas interações espaciais, é o último estudo realizado pelo IBGE sobre a rede urbana, iniciado em 2007 e publicado em 2008, intitulado “Região de Influência das Cidades” (REGIC), que ainda contou com uma releitura em 2013, denominada “Divisão urbano-regional”. Os estudos realizados anteriormente, (Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, de 1966 (IBGE, 1972), e REGICs (1978, 1993) (IBGE/REGIC, 1987, 2000), tiveram como base teórico-metodológica, respectivamente, as proposições de Rochefort e Christaller com a teoria dos lugares centrais, enquanto que a última REGIC, embora retome as concepções propostas por Rochefort, considera importantes variáveis do atual período. A REGIC 2007 adota na análise a introdução de novas tecnologias e as consequentes alterações nas redes técnicas. Reconhece também a hierarquia de centros mais complexos e com subdivisões, os quais são delimitados e classificados hierarquicamente por se constituírem em centros de gestão do território, pela intensidade de seus relacionamentos e abrangência de sua área de influência. Portanto, o caso da análise da escala espacial nacional é de extrema relevância para o entendimento do urbano.

Porém, tanto a REGIC 2007, quanto o produto final deste estudo, que é a Divisão urbano-regional 2013, mantêm uma perspectiva de análise considerando uma hierarquia rígida dos centros urbanos, os quais pertencem a uma única região contígua e que têm um município polo, mesmo diante do reconhecimento de que no período técnico-científico-informacional ocorrem processos

descontínuos no território e que as vinculações entre os lugares é multidirecional.

Nessa divisão urbano regional apresentada pelo IBGE em 2013, como resultado da REGIC, conforme mencionado, temos cada município pertencendo somente a uma região, que na escala nacional se diferencia em três níveis regionais, sendo o nível 1, ou regiões ampliadas de articulação urbana; o nível 2, ou regiões intermediárias de articulação urbana; e o nível 3, ou regiões imediatas de articulação urbana. De acordo com essa proposta, o estado não apresenta nenhuma região de nível 1, sendo influenciado por Fortaleza e Recife, e tendo como regiões intermediárias de articulação urbana: Natal como Capital Regional A, Mossoró - Capital Regional C, e Pau dos Ferros e Caicó – Centros sub-regionais A; e como regiões imediatas de articulação urbana, Assú e Currais Novos, enquanto centros sub-regionais B e Macau e João Câmara, como centros de zona A. Assim, o que delimita a inserção em um ou outro nível regional, especificamente no nível 2 e 3 é “o número e direção dos fluxos materiais e imateriais que o moldam o espaço geográfico na atualidade” (IBGE, 2013a, p. 5). Ainda precisamos mencionar que a partir de tal entendimento nem os Centros de zona B e nem os Centros locais promovem articulação urbana.

Além de tal questão, no âmbito das escalas estaduais e, especificamente para o caso do Rio Grande do Norte, algumas das variáveis selecionadas não apresentam maior expressividade, nem são representativas, pouco evidenciando as relações entre as parcelas do território estadual. A análise dos níveis de centralidade a partir de centros de gestão do território que, em sua máxima forma, como nos diz Corrêa (1996, p. 25), teriam “numerosas sedes de grandes corporações com múltiplas localizações e o complexo conjunto de atividades associadas” e seriam “um centro onde tomam-se

decisões e fazem-se investimentos de capital que afetam direta e indiretamente amplo espaço”, sendo, portanto, ainda segundo o autor, um papel exercido pelas metrópoles, não contempla uma significativa parcela das relações que são estabelecidas na escala intraestadual do Rio Grande do Norte.

Evidentemente que esses centros de gestão, dependendo da sua densidade no processo de gestão ou de sua incompletude, teriam posições diferenciadas na hierarquia urbana. No entanto, o que ressaltamos aqui é que a gestão federal apresenta uma distribuição mais equitativa e regionalizada no território, contudo, a gestão empresarial, extremamente pertinente para o caso da escala nacional, não é uma das variáveis mais relevantes, de modo a nos permitir compreender as relações intraestaduais, dado que as sedes de grandes corporações, quando presentes, estão instaladas predominantemente na capital e, muitas vezes, por questões de representação administrativa, não exercem poder de decisão e controle.

A maioria dos fluxos que acontecem na escala do Rio Grande do Norte, cotidianamente envolvendo a maior parte da população, estão relacionados à localização dos fixos geográficos de atividades comerciais varejistas e de alguns serviços bancários, postais, educacionais, judiciários, por motivos de trabalho e na realização de circuitos espaciais produtivos. Todavia, nesse último caso, as escalas envolvidas na produção têm uma hierarquia comandada sobremaneira por sedes de empresas que estão instaladas em centros de gestão que extrapolam o limite estadual e até regionais.

Entendemos, pois, se fazer necessário considerar as redes de relações estabelecidas no território, de acordo com os seus usos. Assim, adotar a presença de sedes de empresas e a classificação dos centros urbanos como centros de gestão é extremamente válido no contexto da escala nacional, dada a seletividade dos agen-

tes hegemônicos para a instalação desse tipo de articulação com as grandes corporações. Mas, para o caso do Rio Grande do Norte, que a maioria dos centros urbanos desempenham funções e papéis que são majoritariamente os do fazer, entendemos que esta não será a condição que melhor nos revelará as interações espaciais e a dinâmica territorial promovida por esse uso no território estadual. Destarte, concordamos com Corrêa (2006, p. 292), que a análise das interações espaciais pode considerar “o comportamento espacial das empresas, instituições e consumidores em relação a numerosos bens e serviços”, como já vem sendo feito pelos estudos realizados pelo IBGE. Entretanto, é preciso compreender esta espacialização em relação ao contexto espaço-temporal e as especificidades de cada lugar.

No caso do Rio Grande do Norte temos, em grande medida, a participação de circuitos espaciais de produção que, pelas necessidades intrínsecas a empresas e ao sistema capitalista, buscam a todo momento que suas atividades sejam realizadas em “novas localizações acessíveis a matérias-primas, mercado consumidor, a uma força de trabalho mais barata e politicamente menos ativa, ou a uma combinação destes e outros fatores locacionais” (CORRÊA, 1996, p. 27).

Dessa forma, tomando as contribuições dos autores referenciados e a partir de nossa compreensão dos usos do território, partiremos do entendimento de que a cada novo período as redes urbanas têm sua forma, conteúdo e processo modificados, por fatores diversos que comandam determinada organização. Nesse sentido, a rede urbana precisa ser analisada sob perspectivas diferentes em cada momento e lugar, considerando as variáveis que orientam e movimentam as interações espaciais nos diversos territórios e períodos, que, no caso da nossa análise, refere-se, respectivamente, ao Rio Grande do Norte e ao técnico-científico-informacional.

2.2 REDE URBANA E TERRITÓRIO USADO

A configuração da rede urbana no período técnico-científico-informacional pode ser entendida a partir de como o território é usado, portanto, de como se dão as ações da sociedade sobre uma determinada porção do território, num determinado momento. Considerar o território sendo usado é, segundo Santos (1999), admitir que o território está em processo, que é o quadro de vida de todos em todas as dimensões, do global ao local, (por isso, também denominado de “espaço banal”).

Para Silveira (2011, 154), o território usado é “o território propriamente dito mais as sucessivas obras humanas e os próprios homens”, ou seja, sinônimo de espaço geográfico, “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2012, p 64.). Dessa maneira, consiste numa combinação de materialidade e de vida social, em que um não se dá sem o outro, um híbrido, que é simultaneamente “uma construção teórica e uma realidade ontológica” (SILVEIRA, 2010, p. 74). Nesse sentido, a constituição da rede urbana, enquanto as interações territoriais entre diversas cidades de modo a realizar as intencionalidades técnicas dos diversos agentes envolvidos em um determinado período, resulta dessas relações entre a base material e as ações, num certo momento e lugar e, portanto, como nos diz ainda Santos e Silveira (2003), do entrecruzamento de divisões territoriais do trabalho.

A combinação da materialidade territorial e das ações constitui um território em uso, que condicionará a criação de novos objetos e ações, ou seja, de novos usos (SILVEIRA, 2011). A rede urbana do Rio Grande do Norte tem sua estrutura do presente

constituída pelas formas de uso do território estadual, na qual temos materialidades e imaterialidades, como sistemas de engenharia, atividades produtivas, fluxos de toda ordem, consumo e realização de atividades comerciais e serviços educacionais, financeiros e postais marcados pela presença da técnica, da ciência e da informação.

Nos usos do território pela sociedade em momentos históricos diversos, algumas parcelas do território são mais utilizadas que outras, pois o acolhimento das modernizações e seus atores dinâmicos são diferentes, conseqüentemente mudando a importância das cidades no contexto da rede urbana de acordo com as racionalidades do período. Por conseguinte, admite-se que a divisão territorial do trabalho tem repercussões significativas na reestruturação dos diversos lugares, pois a cada contexto espaço-temporal, especificidades socioespaciais se fazem necessárias ao atendimento das novas demandas do capital. O território é usado no modo de produção capitalista, de forma que as configurações territoriais sejam arranjadas para que produção, circulação e consumo se efetivem.

Partindo dessa afirmação, Santos (2008a, p. 69) nos explica que as diferentes entidades espaciais resultam do “desenvolvimento das primeiras forças produtivas (produção propriamente dita), das segundas forças produtivas (consumo) e das necessidades conseqüentes de circulação e distribuição”. Assim, tanto o espaço é organizado para atender as necessidades de reprodução do capital, quanto a configuração territorial preexistente condiciona o desenvolvimento das diversas instâncias do processo produtivo. Nessa perspectiva, os centros urbanos são tributários da divisão territorial do trabalho, ao mesmo tempo em que as interações espaciais que estabelecem influenciam na realização dessa divisão.

Os diferentes conteúdos técnicos e sociais dos territórios formam um conjunto no qual é possível a divisão territorial do tra-

balho, dado que a cada uma das parcelas territoriais são conferidos papéis. A acentuação de diferenciações em termos de infraestrutura e de disponibilidade de mão de obra entre os centros urbanos, por exemplo, condiciona as novas ações, uma vez que será em relação a isso que teremos a inserção de determinado centro para a realização de alguma etapa do processo produtivo. Esse conjunto articulado de centros diferentes terá, segundo Corrêa (2006, p. 27), “um papel de intermediação diferenciada de decisões geradas fora da rede urbana nacional”, mas também poderá consistir, dependendo da relativa autonomia nacional ou regional, em aspecto condicionante para a divisão territorial do trabalho.

As cidades apresentam no período atual usos diferentes de seu território, com intensidade maior ou menor em termos de técnica, ciência e informação e em relação a sua sintonia com o mundo e com o país, dependendo de sua importância na rede urbana nacional e internacional (ARROYO, 2008). O território das cidades, sendo usado por etapas das divisões territoriais do trabalho, necessita das condições oferecidas pelo meio preexistente, assim como cria materialidades e ações que permitem a efetivação de usos para a realização de atividades dos circuitos produtivos.

Portanto, os sistemas de engenharia são essenciais nesse processo de participação na divisão territorial do trabalho e na estruturação da rede urbana, ao propiciar a produção propriamente dita, mas também por interligar, seja por intermédio dos transportes e/ou telecomunicações, os diversos territórios, garantindo, desse modo, a circulação dos produtos e mercadorias, pessoas, informações e capitais, como também seu consumo.

As redes urbanas, enquanto resultado e condição da divisão territorial do trabalho, engendram a produção de infraestruturas indispensáveis para as interações espaciais entre os lugares.

Essa infraestrutura instalada, por sua vez, reforça e até acentua algumas hierarquias, tendo em vista que são aqueles espaços ou regiões que já apresentam uma dinâmica urbana mais intensa que serão mais beneficiados com esses objetos geográficos. Alguns espaços são selecionados para receber os sistemas de engenharia. Conseqüentemente, promovem uma configuração territorial que condicionará novas atividades e que modificará a importância relativa das diversas parcelas do território. Bessa (2010, p. 46) ratifica essa compreensão, ao expor que “em decorrência das práticas socioespaciais das elites locais, das grandes corporações e do Estado”, há uma imposição de novas diferenças e hierarquias na rede urbana, a cada espaço-tempo.

Santos (1996) evidencia a relação da divisão territorial do trabalho com os sistemas de engenharia quando expõe que a evolução desses possibilita à divisão territorial do trabalho uma maior abrangência e interações territoriais. Para o autor, a evolução dos sistemas de engenharia também modifica o tempo de realização da produção, da circulação, do consumo e da própria mais-valia, que será reduzida quanto mais fluidos forem os sistemas de engenharia.

A partir do exposto, fica evidente que a rede urbana se estrutura pelas redes formadas por circuitos espaciais produtivos, produção de sistemas de engenharia, constituição de atividades do comércio e prestadores de serviços, sempre apresentando uma tendência concentradora. Porém, em virtude das condições propiciadas e também impostas pelos novos usos do território com o avanço da técnica, da ciência e da informação, superpõe-se a coexistência de uma nova lógica, na qual são criadas diversas redes de relações e interações espaciais que se dão a partir de centros locais e envolvem áreas de diferentes escalas espaciais.

Os usos provenientes da divisão territorial do trabalho, além de estarem atrelados aos sistemas de engenharia, também influenciam o surgimento e/ou expansão de algumas atividades do comércio varejista e serviços bancários, postais e de educação, que estão em muitas cidades intimamente relacionados a determinadas atividades. Inclusive, em muitos casos, passam a formar ou reforçar centralidades. Esses novos serviços também usam o território e estão no cerne da estruturação da rede urbana, tendo em vista que a sua expansão reorienta os fluxos que, em períodos anteriores, eram extremamente concentrados, mas hoje, devido à presença da técnica, ciência e informação, encontram-se mais dispersos, criando outras referências de centralidade, além das cidades intermediárias, assim como novas áreas de influência para os usos desses serviços.

Tomando essas aferições, entendemos que a difusão do meio técnico-científico-informacional possibilita novos usos do território e que estes reestruturam a rede urbana. Portanto, um estudo que contemple tal compreensão parte de um esquema de análise que considera a coexistência de sistemas de engenharia, de divisões territoriais do trabalho, de atividades comerciais e serviços direta e indiretamente envolvidos, a instalação e o desenvolvimento de circuitos espaciais produtivos, enquanto condição e reflexo desses. Para Silveira (2010, p. 74), “as infraestruturas, os movimentos de população, as dinâmicas agrícolas, industriais e de serviços, a estrutura normativa e a extensão da cidadania são, ao mesmo tempo, condição e resultado de divisões territoriais do trabalho”. Destarte, será essa dinâmica que constituirá as redes de relações entre as cidades, desfazendo a hierarquia urbana rígida.

2.3 A REDE URBANA NO ESPAÇO-TEMPO

A rede urbana revela “no espaço, o jogo de fatores de diferentes naturezas e de diferentes categorias que se combinam de diversas maneiras no tempo” (SANTOS, 1978, p. 91). Desse modo, a rede urbana é esta combinação que evolui constantemente. As redes urbanas resultam de um equilíbrio instável de fatores que formam e transformam as redes, assim como daqueles que as diferenciam. São, desse modo, massas de população, de ramos de atividades e de sistemas de engenharia que estão em fluxos contínuos, apresentando concentrações e dispersões espaciais que variam no tempo, em função dos “dados estruturais e técnicos de ordem econômica, sócio-cultural e política” (SANTOS, 1978, p. 101).

As diferentes combinações de fatores no espaço e no tempo que se revelam na diversidade dos lugares resultam de sucessões do acontecer social, permitindo a distinção dos períodos, mas também a coexistência de tempos diversos de ações e de atores que são o “viver comum de cada instante” (SANTOS, 2012, p. 159). A rede urbana de um período se constitui de sucessões e coexistências de acontecimentos de períodos diferentes, os quais naquele instante são uma totalidade com uma ordem específica e com temporalidades diferentes, contudo funcionando simultaneamente e em unidade. Para Santos (2012, p. 159), “cada ação se dá segundo o seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente”.

Igualmente, o período, no entendimento de Silveira (2006, p. 88), é “um conjunto de possibilidades num sistema tempo” e nesses conjuntos de possibilidades algumas podem se tornar existência e outras não, apresentando também extensões diferenciadas e, por isso, os

eventos não são iguais. Santos e Silveira (2003, p. 24) ainda nos dizem que os períodos são “pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”, estando submetidos a uma mesma lei histórica. É o funcionamento harmônico de um conjunto de variáveis, responsáveis por uma determinada organização, durante certo período de tempo, que constitui a delimitação de um período, sendo, portanto, a partir do momento que esse sistema deixa de existir que temos a ruptura, sinal de crise e passagem a um outro período (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Crise, inclusive, que no atual momento, caracteriza-se como período pelo fato de que suas variáveis dão novo caráter à realidade (SANTOS, 1989a).

Com a emergência de um novo período e de seus novos elementos, como é o caso do técnico-científico-informacional, o território se modifica, uma vez que os equilíbrios do período precedente são rompidos a partir de novos conteúdos acrescidos aos lugares e ao território como um todo (SILVEIRA, 2010). Daí surge a necessidade de compreensão de como se dá nos lugares as possibilidades que se tornaram existência, ou seja, a instalação das ações e dos objetos do novo período.

A rede urbana em suas diversas escalas precisa ser compreendida na totalidade, levando em consideração suas especificidades espaço-temporais. De acordo com Silveira (2010, p. 132), “as cisões significativas serão, quiçá, aquelas que permitam abordar as manifestações particulares da totalidade sem perder os nexos e sem ceder às epistemologias da fragmentação”, pois cada subespaço é um elemento do todo, sem o qual seria diferente, ao constituir uma combinação particular de sistemas de ações e sistemas de objetos em um dado momento.

É no lugar que acontece uma ou alguma das possibilidades existentes no mundo, uma combinação particular de ele-

mentos e variáveis, que se interrelacionam de modo ímpar. Assim, como afirma Santos (2012, p. 125), “é esse o próprio princípio da diferenciação entre os lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular”. É nessa perspectiva que percebemos a densificação/rarefação de fixos e fluxos nas cidades e suas relações com as demais, num processo em que cada uma apresenta suas particularidades no que se refere a essa constituição, já que nessa sucessão e coexistência, algumas cidades vão se tornando mais importantes, porém somente podem ser apreendidas tomando o todo, dado que é nesta relação que se constituem enquanto tais.

A rede urbana do Rio Grande do Norte no período técnico-científico-informacional constitui-se de sistemas compostos de técnicas de temporalidades distintas, ou seja, de períodos anteriores, que funcionam em conjunto neste instante, com outra funcionalidade, em solidariedade com as novas técnicas. Os sistemas técnicos pretéritos instauraram uma determinada estrutura à rede urbana, que foi alterada com a instalação dos novos sistemas. Contudo, não são todas as técnicas que deixam de existir, pois elas entram no funcionamento de outro sistema com novas técnicas, resultando numa nova organização para o lugar e para a relação com as demais.

Destarte, é preciso ter claro que cada cidade e a configuração da rede num determinado momento é, como já dito, um conjunto de temporalidades próprias que reúne equipamentos e atividades, ou seja, técnicas de diversas épocas, mas que funcionam em conjunto, uma acumulação de tempos espaciais, que juntos se constituem num “precipitado”, dando originalidade àquele lugar (SANTOS, 1978). Cada cidade reúne temporalidades diversas e nessas estão simultaneamente várias divisões do trabalho, realizan-

do-se concomitantemente, a partir de interações multiescalares, de modo que as redes urbanas formadas configuraram uma organização particular, com relações particulares, que são modificadas com a implantação de novas divisões territoriais do trabalho.

Consequentemente, os centros urbanos apresentam papéis, significados e importância diferentes na rede urbana em cada período, por apresentar densidades diversas de infraestrutura e funções, assim como participam de forma distinta nas pretéritas divisões territoriais do trabalho. A relativa importância das cidades no contexto da rede urbana em virtude de suas formas-conteúdo e de suas inserções na divisão territorial do trabalho nos diversos períodos resulta das mudanças que se fizeram necessárias em função de novos usos do território.

Cada uma das cidades que integra e interage nessa rede de circuitos espaciais produtivos são um ponto do espaço formado por um “conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço”, que apresentam o tempo do lugar, ou seja, “o conjunto de temporalidades próprias de cada ponto do espaço” (SANTOS, 2008e, p. 58). Nesse sentido, tem-se uma combinação de técnicas de idades diferentes, em cada momento histórico, em cada uma das cidades, formando nas suas relações em rede um novo conjunto, que combinará singularmente todas essas cidades e as suas formas de interações por intermédio das técnicas e resultará numa determinada organização da rede urbana em termos de espaço e de tempo. Tal situação revela como o conjunto de possibilidades existentes no Mundo, em um dado momento histórico, se realizam nos lugares.

Serão as técnicas, não enquanto dados apenas técnicos, como nos diz Santos (2008e), mas em suas relações sociais, que nos permitem compreender os lugares e suas relações com outros pontos do espaço, tendo em vista que, de acordo com Silveira (2011,

p 155), “os sistemas técnicos autorizam, a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho”. Desse modo, no estudo das redes urbanas em que seja considerada a evolução conjunta dos lugares no espaço-tempo, são variáveis imprescindíveis na análise, conforme já anunciado, os sistemas de engenharia, o movimento promovido pela divisão territorial do trabalho e as mudanças que tais elementos promovem no urbano em que estão imersos em determinado momento.

Os subespaços, ou os lugares, entendidos como uma indissociabilidade entre objetos e ações, podem ser compreendidos, como nos esclarece Silveira (2010), pela técnica enquanto fenômeno histórico, dado que a técnica é entendida simultaneamente como forma, ou seja, um conjunto material e como ação ou evento, assim, “procedimento, norma, uso, conteúdo imaterial, ação tecnificada” (SILVEIRA, 2010, p. 129). Portanto, estamos considerando a forma-conteúdo como nos orienta Santos (1999), consistindo numa maneira particularizada da sociedade se realizar, a partir de uma forma geografizada, a qual é dotada de um conteúdo específico.

O conjunto de técnicas associadas às suas possibilidades de uso em um determinado momento nos revela o quadro de vida. Sendo assim, constituem um caminho fundamental para que as interações territoriais promovidas no contexto da rede urbana do Rio Grande do Norte no período atual sejam apreendidas. Se “o meio geográfico é a empiricização das possibilidades do período histórico” (SILVEIRA, 2010, p. 130), é por intermédio da análise da difusão do que Santos (2012) denominou de meio técnico-científico-informacional e das formas de usos do território potiguar nesse meio geográfico que se torna possível compreender a rede urbana do estado.

Nesse sentido, o marco temporal da nossa pesquisa sobre a rede urbana do estado no período técnico-científico-informacio-

nal tem início nos anos 1960/1970, mas sua ênfase ocorre a partir da década de 1990. Datam deste período uma série de eventos, como a instalação de formas-conteúdo que permitem ao território novos usos. Mudanças ocorrem na estrutura econômica e outras atividades começam a surgir, demandando um uso mais intensivo das áreas urbanas, assim como uma outra lógica de uso e a alteração da estruturação da rede urbana. As cidades mudam sua forma, estrutura, função e conteúdo e apresentam na configuração do território uma organização espacial que atende as diversas intencionalidades do momento. Esse novo arranjo espacial não é apenas uma sucessão do anterior, mas evidencia uma nova combinação, na qual os novos elementos coexistem com os anteriores.

2.4 MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA

A rede urbana do Rio Grande do Norte no período técnico-científico-informacional resulta de uma reestruturação, produto de um processo de urbanização mais intenso que teve início nos anos de 1970 e foi intensificado nas últimas três décadas. Entretanto, na nossa análise não nos atentaremos à “urbanização da população ou da sociedade” e sim ao território, a como este se reorganiza e se urbaniza. O território hoje, em todas as suas escalas, é um meio geográfico dotado de ciência, tecnologia e informação (SANTOS, 2005) e, portanto, o estado Rio Grande do Norte não está alheio a essa realidade. Contudo, a realidade potiguar tem a presença do meio técnico-científico-informacional em densidades diferentes nos seus subespaços e, assim, no seu processo de urbani-

zação do território, ou seja, na difusão “no espaço das variáveis e dos nexos modernos” (SANTOS, 2005, p. 138).

O meio técnico-científico-informacional revela um território usado que se compõe pela interação entre ciência, tecnologia e informação (SANTOS, 2012). A emergência de tal meio que se impõe ao processo social traz novas situações as quais modificam as relações espaciais. Essas mudanças ocorrem a partir da incorporação ao território de novas técnicas que, ao passarem a coexistir com as demais, tornam-no mais denso e o transformam “no meio de existência de boa parte da humanidade” (ROTENSTREICH, 1985 citado por SANTOS, 2012, p. 239).

Santos (2012) destaca enquanto característica do período atual o fato de que não apenas as grandes cidades são o lócus de expansão desse novo meio, mas que todos os subespaços do território nacional recebem, de modo diferenciado e desigual, as novas variáveis. Diante dessa compreensão, admitimos que o avanço do meio técnico-científico-informacional, ocorrendo tanto em grandes cidades quanto nos centros urbanos menores, promove uma nova dinâmica na rede urbana com a ampliação e intensificação das relações socioespaciais entre as diversas cidades e em todas as escalas.

Ao analisar a urbanização brasileira, Santos (2005) nos evidencia elementos imprescindíveis sobre a constituição do meio técnico-científico-informacional e o grau de urbanização do território, os quais nos ajudam a compreender a organização do território do Rio Grande do Norte. Merecem destaque o desenvolvimento da configuração territorial, com a expansão dos sistemas de transportes, de telecomunicações e da produção de energia; a disseminação de formas produtivas modernas além das regiões mais dinâmicas do país; e o desenvolvimento não apenas de formas de produção material, mas “uma grande expansão das formas de

produção não-material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças” (SANTOS, 2005, p. 41).

No caso do Brasil, para que ocorra um alinhamento econômico, social, político e territorial ao período técnico-científico-informacional e suas variáveis relacionadas às finanças, informação e consumo, o território precisa ser equipado e integrado às escalas nacional e internacional (SILVEIRA, 2010), sendo nesse contexto que o território se urbaniza e são adicionados diversos sistemas de engenharia. É, portanto, na constituição desse novo meio geográfico que, segundo Santos (1985, p. 82), impõem-se “a difusão de novas tecnologias da produção, a difusão de novos modelos de informação e de consumo, os papéis novos do Estado”. Tais fatores modificam as formas de uso do território e a estrutura da rede urbana, já que teremos novas técnicas e novos produtos na produção, na circulação e no consumo, os quais promovem novas dinâmicas, novos fluxos, criam materialidades e novas normas e ações.

A difusão no território brasileiro e, por conseguinte, também no território potiguar de técnica, ciência e informação possibilitou a participação do estado nas relações de novas divisões territoriais do trabalho, que se superpõe às pretéritas, conforme tendência anunciada por Silveira (2007a) para os países periféricos. Portanto, o fenômeno técnico do período permite a dissociação do comando, da produção e do consumo, o que estabelece interações intensas entre as cidades. O meio técnico-científico-informacional difundido no território permite o seu uso por novas divisões territoriais do trabalho que, por conseguinte, demandam uma formação educacional que propicie a realização da parcela técnica do trabalho. Nesse contexto, temos uma demanda pela expansão de instituições educacionais, como também de reformulações em seus sistemas de ensino (SILVEIRA, 1999).

Outra dimensão dos usos do território no período técnico-científico-informacional que modifica a estrutura da rede urbana é a expansão e a melhor capilarização no espaço dos serviços bancários e postais. A presença desses fixos geográficos se estabelece pelos sistemas técnicos desse período e estão envolvidos na realização das diversas parcelas do trabalho, de modo que os serviços bancários são uma variável que muda a relação entre as cidades. Também em consequência à expansão desse meio e dos circuitos espaciais produtivos temos a difusão do consumo consumptivo relacionado ao comércio varejista, tanto com a expansão de grandes redes de capital nacional e internacional, quanto com o comércio comandados por redes associativistas de abrangência local e regional.

A partir dessas mudanças que vêm ocorrendo, mesmo que não de forma generalizada e total em todos os espaços, mas marcando a sua totalidade (SANTOS, 2012), já que a tendência é a conquista “relativamente rápida, de mais áreas para o meio técnico-científico” (SANTOS, 2005, p. 43), verificamos uma redefinição nas relações entre as cidades e, desse modo, na rede urbana do estado do Rio Grande Norte. Nessa perspectiva, Santos (2008d) elucida nosso entendimento ao expor a mudança de “valor” de um determinado lugar ao receber ou estabelecer uma atividade e ao acrescentar que tal fato também muda o “valor” de todos os lugares. As novas atribuições e condições criadas são um fator de mudança quantitativa e qualitativa, capaz de alterar a hierarquia ou a importância dos lugares na rede urbana.

Constata-se no território potiguar uma densidade maior de fixos e de fluxos em função dessas novas situações. Assim, “o fato de que os objetos criados são dotados de intencionalidade específica, o que não era obrigatoriamente um fato nos períodos anteriores, faz com que o número de fluxos sobre o território se multipli-

que também” (SANTOS, 1989a, p. 77). Por conseguinte, em razão desse aumento de objetos e de fluxos, temos uma nova estrutura no território, na qual há uma superposição de redes que se interligam de diferentes formas no e ao estado. Tais articulações espaciais são possíveis graças aos fixos artificiais vinculados aos sistemas de transportes e telecomunicações que permitem a fluidez territorial.

Dessa maneira, as relações espaciais neste meio se dão de forma contínua e descontínua de modo inseparável, revelando, como nos mostra Santos (2012), dois recortes recorrentes nas redes, que são as horizontalidades e as verticalidades. Enquanto aquelas explicitam as “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade”, as verticalidades são, por sua vez, “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da economia” (SANTOS, 2012, p. 284).

Entendemos que as cidades participam simultaneamente de redes regionais a nível estadual e isso ocorre para atividades majoritariamente voltadas para o atendimento de necessidades cotidianas da população e algumas atividades de produção local, mas também de redes nacionais e internacionais. Essas contemplando uma divisão territorial do trabalho que requer uma cooperação espacial mais ampla, ocorrendo articulações com cidades hierarquicamente superiores, todavia também com aquelas de mesma importância. Sobarzo (2010), ao analisar as horizontalidades e as verticalidades nas relações das cidades médias, esclarece que a primeira está relacionada às relações que essas cidades prestam ao seu entorno “e que significam deslocamentos periódicos da população: saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos, serviços bancários, entre outros”, enquanto que nas segundas as relações são mantidas com “fluxos externos, hegemônicos, produzidos a longa distância, que interferem na di-

nâmica da cidade, conectando partes dela com o âmbito global” (SOBARZO, 2010, p. 5).

Mas, mesmo entendendo que tais atividades cotidianas estão vinculadas às relações horizontais na prestação do seu serviço, cada atividade estabelece uma rede dependendo da distribuição dos seus fixos e não há como negligenciar que se referem a atividades eivadas de relações verticais que as normatizam. De acordo com Catelan (2012, p. 84), essas atividades desenvolvidas nas cidades contribuem “para a aproximação do par horizontalidades-verticalidades, dado que as interações espaciais interescares são o principal motor dessas iniciativas”.

Tanto as atividades que ocorrem a partir de relações verticais quanto as horizontais partem do princípio da seletividade espacial já dada pela configuração da rede urbana, ou criam os elementos que necessitam, considerando externalidades próprias para a garantia de maior lucratividade em cada situação. Dias (2006) demonstra a escolha de determinados agentes na seleção e uso mais intenso de alguns territórios e destaca que a localização geográfica e sua seletividade são fatores na constituição das novas redes. Portanto, a localização geográfica torna-se essencial na seletividade dos lugares a serem convocados a participar de uma divisão territorial do trabalho. A inserção dos lugares ocorrerá de acordo com a densidade de novas técnicas de informação e comunicação que apresentam, considerando que nos “critérios capitalistas de organização da produção, a busca da diminuição no tempo de circulação estão na origem de um duplo processo de seletividade: econômica e espacial” (DIAS, 2006, p. 156).

A seletividade espacial para alocação das atividades vem promovendo uma densificação técnica e normativa cada vez mais intensa nos lugares, que buscarão criar as externalidades que atraíam

algum papel e conteúdo nesse processo. Nessa busca, as ações não são pensadas para todo o território, pois impõe-se a conectividade do lugar com o mundo e o atendimento das demandas das corporações e grandes empresas, de modo que os lugares se lançam à construção de uma infraestrutura e normas que viabilizam uma “‘produtividade espacial’ apta a um determinado tipo (ou possibilidade) de produção” (MOURA, 2009, p. 81). Compartilhando desse mesmo entendimento, Fredrich e Davidovich (1982) ressaltam que os investimentos se voltam ao atendimento das necessidades de reprodução do capital, sendo produzidas as infraestruturas que servem à produção econômica em detrimento daquelas que atendem estas apenas indiretamente, ou seja, os equipamentos coletivos de consumo. Moura (2009) nos diz que, no caso do Brasil, na busca de propiciar aos grandes capitais espaços que permitam sua plena reprodução, o país investe na produção das infraestruturas que necessitam os espaços e ainda os adéquam aos “mecanismos de regulação da economia e do território” (MOURA, 2009, p. 81).

Em função de tal situação, Santos e Silveira (2003) esclarecem que os agentes hegemônicos redesenham a configuração territorial, controlam o comando e fragmentam o território. Nesse processo, fica evidente que “as novas vocações regionais são amiúde produtoras da alienação, pela pressão da ordem global sobre as populações locais” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p.106). As grandes empresas redefinem a estrutura e a organização da rede urbana, pois formam alguns centros com funções e especializações que os tornam mais importantes que os demais no contexto da rede, ou seja, desempenhando “o principal papel na reorganização do espaço: constituem elas agentes fundamentais da gestão do território, exercendo poderoso controle sobre a organização espacial e a sua dinâmica” (CORRÊA, 2006, p. 99).

Colocando lado a lado a competência dos estados nacionais regular a promoção dessas ações e a sua negligência em contê-las, desenvolve-se uma guerra de lugares, onde os estados oferecem vantagens - fiscais, fundiárias, legais -, que permitem maior rentabilidade para o grande capital. As intencionalidades do capital selecionam e arranjam as articulações e os nós de cada uma das redes, privilegiando aqueles lugares que apresentem as melhores condições ou vantagens locais para determinada atividade, que depende cada vez menos para sua efetivação que sejam realizadas ações em cada uma das escalas da estrutura hierárquica. Assim, recorremos a Harvey (1992, p. 267) e a defesa de sua tese de que “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas para o capital”.

Para Santos (2012), ao ter o espaço organizado de modo a atender as grandes empresas hegemônicas, paga-se “um preço”, porque o espaço se torna “fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores” (SANTOS, 2012, p. 258), ainda sendo preciso ter claro que se não houver nenhum estabelecimento de fidelidade ao lugar, há a constante necessidade de que novas vantagens sejam criadas sob pena de deslocamento.

Diante das mudanças exigidas dos territórios pelos novos usos, alguns lugares perdem e outros ganham importância na rede, pois concordamos com Endlich (2006) que para cada momento do modo de produção capitalista são selecionados ou produzidos espaços que melhor atendam às necessidades da produção naquele período, as quais sendo alteradas no período seguinte, também modificam as demandas territoriais, que podem não ser mais úteis. Assim, os papéis das cidades e regiões em cada nova situação serão

diferentes. Conte (2014, p. 83), analisando as abordagens teóricas sobre rede urbana, esclarece-nos que

[...] no decorrer do desenvolvimento das relações capitalistas e expansão territorial demandou-se ampliação e transformações na divisão territorial do trabalho, onde centros urbanos passaram a crescer, a ganhar e/ou a perder posição e funções, além de permitir diferentes articulações com outros centros urbanos.

A cada nova divisão territorial do trabalho, as atividades desenvolvidas nos centros urbanos que não são mais rentáveis do ponto de vista do capital entram em crise e são substituídas por outras que estejam de acordo com as novas necessidades produtivas. A partir dessa premissa, entendemos que no período técnico-científico-informacional novas parcelas do território são chamadas a participar da divisão territorial do trabalho, de modo que são instaladas novas atividades em diversas parcelas do território que realizavam outros usos e que vão usufruir dos sistemas de engenharia já existentes. A escolha pelas novas parcelas ocorre por uma seleção em que os agentes hegemônicos ditam quais as funções e articulações que serão realizadas entre os territórios para que suas necessidades sejam satisfeitas, o que evidentemente pode reforçar ainda mais as condições e as centralidades existentes. Para Dias (2006, p. 158), “integrando os agentes mais importantes, as redes integram desigualmente os territórios, seguindo o peso das atividades econômicas preexistentes. No lugar de abrir os ferrolhos, ela pode favorecer a rigidez e o peso de antigas solidariedades”.

Contudo, não significa que os demais espaços estão à parte dessas dinâmicas, mas exatamente o contrário. No período atual, todos os lugares participam das redes, cada um exercendo funções

e papéis específicos. Então surge a relevância de compreender a rede urbana do Rio Grande do Norte no período atual, a partir de como os objetos e as ações estão relacionados aos usos do território estadual e de que forma as cidades se inter-relacionam.

3

DA HIERARQUIA URBANA RÍGIDA A COABITAÇÃO DE REDES NO TERRITÓRIO POTIGUAR: USOS PRETÉRITOS E RENOVAÇÃO DA BASE TÉCNICA

as redes de informação como que equipamentos de “solidariedade urbana”, são os vetores para a excelência da integração territorial neste fim de século (DIAS, 1995, p. 103, tradução nossa).

A cada período, os usos do território constituem diferentes configurações que se formam pela fusão das materialidades e ações pretéritas com as que estão se geografizando e formando uma combinação espacial única no espaço-tempo. Até a década de 1970, em função das características hierarquizantes dos circuitos produtivos que constituíam a geoeconomia do território potiguar, havia uma concentração das decisões e dos fixos e fluxos em al-

gumas cidades do estado, impondo relações de dependência entre elas e, portanto, interações territoriais que estruturavam a rede urbana sob uma hierarquia rígida. No entanto, a partir desse período, mas, de forma mais expressiva após os anos de 1990, o Rio Grande do Norte tem no seu território a difusão de novos sistemas de engenharia, que permitem mudanças na estrutura da sua rede urbana.

De tal modo, buscamos neste capítulo analisar como foi se estruturando a rede urbana potiguar a partir de suas principais centralidades, considerando a relevância dos circuitos espaciais produtivos nesse processo. Em seguida, apresentamos como a materialidade do território foi sendo renovada e como o processo de urbanização avançou. Além disso, destacamos como os novos conteúdos técnicos e científicos contribuíram para a reestruturação da rede urbana e suas hierarquias, uma vez que sistemas técnicos foram demandados pelos novos circuitos espaciais produtivos e outras atividades como comércio e serviços.

No tocante aos sistemas técnicos, destacamos inicialmente a instalação dos sistemas de energia elétrica (anos 1960), telefonia (a partir da década de 1970), construção de açudes e barragens, como a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (1982), e ampliação das redes de transportes, neste caso, principalmente rodoviários (1960). Esses sistemas técnicos, associados à expansão ocorrida nos sistemas de telecomunicações a partir da década de 1990, foram essenciais para que novos fixos e fluxos se instalassem no território, tornando possível as diferentes formas de interações entre as cidades que acontecem no período atual.

Estão no seio das técnicas de telecomunicações que permitiram uma maior interação territorial e que dão às cidades papéis e funções diferenciadas na rede urbana, além dos sistemas de transporte e telefone, a introdução do computador e da internet, como

todas as possibilidades de telecomunicações. Todos esses sistemas que objetivam atender as necessidades do período de “aceleração e velocidades de circulação de dados e do conhecimento” (DIAS, 1995, p. 68) unem técnica e informação e permitem o surgimento de inovações que modificam a configuração do território e as formas de relações entre os seus diversos pontos, consequentemente estruturando uma rede urbana que, devido à nova topologia dos fixos, tem níveis de articulação diferenciados.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA URBANO POTIGUAR E OS USOS PRETÉRITOS DO TERRITÓRIO

A instalação das primeiras atividades econômicas que permitiram a ocupação e povoamento do estado fez surgir as primeiras cidades¹, que, em função das ações específicas dos agentes locais e de terem criado uma série de objetos para atender as necessidades de produção, foram se diferenciando das demais áreas do território estadual.

O Rio Grande do Norte apresentou duas frentes de ocupação e povoamento, relacionadas a duas atividades distintas, o litoral leste produzia cana-de-açúcar e o sertão constituiu-se como a área de expansão da pecuária, posteriormente de produção do algodão. Assim, a partir dessas áreas produtivas que começaram a serem criadas as primeiras cidades. Todavia, embora muitas dessas cidades tenham surgido relacionadas à mesma origem, elas foram se diferenciando à medida que avançava o processo de constituição territorial do estado.

¹ Natal, capital do estado, já nasce cidade em 1599.

A formação das cidades deriva de processos de criação e evolução diferenciadas, pois em alguns casos são criados centros urbanos relacionados à mesma origem, mas que vão apresentando processos distintos de evolução urbana. A constituição diferenciada do território pode se dar pela instalação de fixos e pela convergência de fluxos provenientes de usos seletivos dos lugares em determinado momento. Nesse sentido, podemos destacar o recebimento de uma função da divisão territorial do trabalho, como também o beneficiamento de uma cidade, com relação aos novos transportes, que podem vir a afirmar sua função intermediária (SANTOS, 2006).

Algumas cidades surgidas em função da agropecuária, desde o início, já foram adquirindo funções que as permitiram se diferenciar das áreas restritas apenas à produção. Na área interiorana, tivemos as cidades que eram paradas e pouso dos caminhos do gado, além daquelas que se tornaram áreas de comercialização da produção regional, ou entreposto comercial e que estão entre aquelas que mais se densificaram na escala estadual em termos de dinâmica econômica, tornando-se importantes na rede urbana, como foram os casos de Pau dos Ferros, Currais Novos, Caicó, Mossoró, Nova Cruz e Santa Cruz. Especificamente no que se refere a Pau dos Ferros e Currais Novos, surgiram de aglomerações que tiveram origem a partir dos pousos – cidades nas estradas. De acordo com Deffontaines (1938, p. 145),

As estradas de boiadas eram batizadas de pousos de uma natureza um pouco especial: na partida havia a contagem das abobras, o lugar onde se fazia a contagem, depois os animais passavam ao Curral Del Rei, onde se recebia uma renda antes de se pôr a caminho a boiada; era também o lugar onde se marcava o gado (ferrar o gado), e se chamava a este lugar Malhada, isto é o lugar onde o gado

pisoteou; ao longo do trajeto, eram previstas paradas, onde as reses podiam se refazer nos campos de ervas ricas, invernadas.

As áreas que apresentaram essas funções iniciais passaram a concentrar uma maior comercialização de bens e serviços e à medida que novas atividades surgiam, mais esses centros se diferenciavam uns dos outros, dado que aqueles que iam sendo beneficiados pela instalação de novos sistemas de objetos e de ações tinham sua significância alterada e, conseqüentemente, mudavam a sua importância no conjunto dos lugares.

Até os séculos XVII e XVIII, predominava no interior do estado a criação de gado, que era realizada nas fazendas, as quais produziam tudo que era necessário para a subsistência das famílias. A partir do século XVIII, em função principalmente da demanda da Inglaterra pelo algodão, passou-se a produzir no interior o trinômio gado-algodão-agricultura de subsistência, sendo apenas no início do século XX e meados da década de 1930 que temos a separação das atividades do campo e da cidade. De acordo com Gonçalves (2007, p. 212) “o algodão criou condições necessárias para o surgimento de várias cidades do interior, sobretudo no Agreste Potiguar, as quais passaram a assumir a posição de ponto de intermediação entre a produção e a comercialização”. Embora o autor se refira ao Agreste, essa também era uma situação notória no sertão, onde cidades que receberam a função de beneficiamento do caroço do algodão passaram a apresentar maior centralidade regional, como ocorreu com Mossoró, por exemplo.

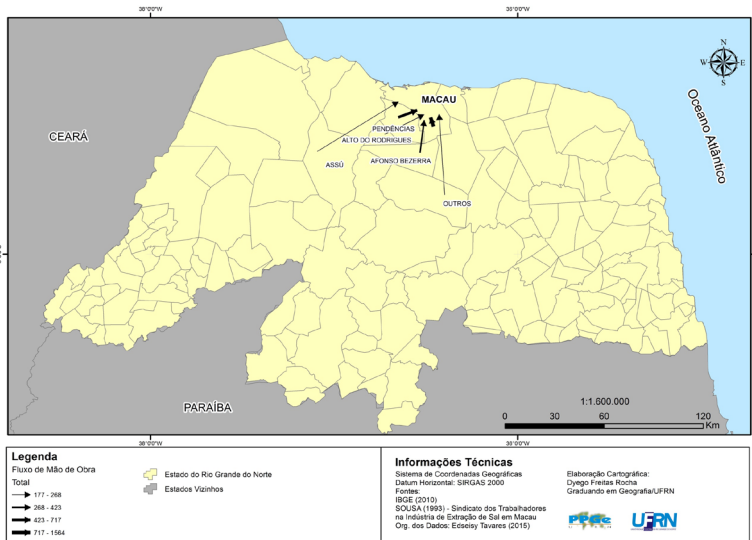
No litoral leste, a produção açucareira também cria algumas centralidades. Contudo, o destaque maior é para Natal, que, por ser a capital do estado, exerce funções político-administrativas, concentrando também comércios e serviços que a colocam no topo

da hierarquia da rede urbana do estado. No litoral norte, outra atividade que também usa o território e dá importância às cidades em que ocorre é a produção do sal. Embora seja uma indústria de beneficiamento que data dos primórdios da ocupação portuguesa, é somente no final do século XIX, e principalmente a partir do século XX, que se tem um maior desenvolvimento desta atividade. A extração do sal passa a ser uma das mais importantes atividades econômicas do estado, sendo o Rio Grande do Norte o maior produtor nacional, cujas áreas produtoras mais relevantes estão localizadas nas várzeas dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró (ANDRADE, 1995). Nesse contexto, Macau, que era o maior município produtor, apresentou relevância na rede urbana estadual em função dessa realidade, principalmente durante o período da produção por intermédio das salinas tradicionais, que vigorou até as décadas de 1960 e 1970. Até esse momento, a atividade salineira era a principal fonte de renda para essa cidade e sua região, dado ser um dos setores que mais absorvia mão-de-obra, empregando “mais de 50% do total do Estado” (COSTA, 1993, p. 47), o que revela o peso dessa atividade para a economia e geração de emprego no estado, mas sobretudo na região produtora.

Enquanto vigorava a produção tradicional, as salinas demandavam um grande número de trabalhadores. Eram “funcionários permanentes e assalariados, capatazes e apontadores, que tinham trabalho permanente, e uma grande quantidade de trabalhadores sazonais” (ANDRADE, 1995, p. 50). Esses eram tanto agricultores que residiam na própria área salineira, quanto oriundos “de municípios do sertão, situados a grande distância onde se dedicavam à criação de animais e à cultura do algodão e de lavouras de subsistência” (ANDRADE, 1995, p. 58). Especificamente para Macau, convergia um fluxo considerável de trabalhadores en-

volvidos na extração e no transporte do sal, contingente que ainda era acrescido aos trabalhadores que iam para a cidade apenas nos períodos de “colheita”. Os principais fluxos de trabalhadores para as salinas de Macau até os anos de 1960/1970, período da produção tradicional, eram provenientes da área rural de Macau e das áreas rural e urbana dos municípios de Assú, Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues e Pendências (Mapa 1)².

Mapa 1 - Origem da mão-de-obra salineira que se deslocava para Macau até 1973



Fonte: Costa (1993).

2 Durante boa parte do período em que se mantinham esses fluxos, alguns desses municípios ainda correspondiam a outros municípios, contudo antes da totalidade do processo de mecanização das salinas, quando diminuem significativamente esses deslocamentos, os municípios de Afonso Bezerra (1953), Alto do Rodrigues (1963) e Pendências (1953) já tinham a sua emancipação política. Por isso, já utilizamos as denominações equivalentes aos mencionados municípios.

Assim, a cidade de Macau apresentava uma demanda por atividades para atender a essa população e sua região, que a tornaram uma “liderança social e econômica sobre os municípios vizinhos” (COSTA, 1993, p. 48). A atividade salineira promovia tamanha dinâmica econômica e centralidade em Macau que, quando ocorre a modernização das salinas e o consequente desemprego em níveis elevados, há, segundo Andrade (1995, p. 56), “a queda do consumo de mercadorias e de serviços, acarretando impacto sobre o setor terciário” e a diminuição da população absoluta do município com o retorno de populações às suas áreas de origem, ou no caso dos que eram de Macau, com a emigração para outros centros urbanos do estado que neste período apresentam maior dinâmica econômica.

A produção do sal também foi e permanece sendo importante para Mossoró, contudo num contexto diferente da situação de Macau, que tem nessa atividade sua principal operação econômica. Apesar da relevância de Mossoró no comércio de carne seca, em virtude dentre outras questões da abundância do sal, conforme exposto por Rocha (2013), a dinamicidade urbana e centralidade que é exercida por essa cidade até o final do século XIX ocorre devido à função que exercia enquanto um grande empório comercial. Assim, é principalmente a partir de um longo período de estiagem ocorrido entre 1887 e 1889, o qual enfraqueceu principalmente o comércio de exportação, que “os capitais, antes voltados exclusivamente para o Comércio, passaram a ser investidos nas Salinas, bem como a mão-de-obra foi aviltada, em face do alto número de retirantes que, por muito pouco ou apenas pelo alimento, se dispunham a trabalhar nas Salinas” (ROCHA, 2013, p. 40).

Já no início do século XX, ainda segundo a autora, destacam em 1920 as cinco mais importantes firmas comerciais do

estado, três localizadas em Mossoró, das quais duas estavam vinculadas à atividade salineira, que são M. F. Monte e Cia. e a Tertuliano Fernandes e Cia. A proeminência dessa atividade para a cidade de Mossoró continua pelas décadas seguintes de modo que na década de 1970 era a atividade industrial que mais gerava emprego, com o município entre os maiores produtores de sal do estado.

Com a modernização das salinas, assim como ocorreu com Macau, em Mossoró é desencadeado um processo de desemprego em massa, todavia no caso desta, a situação promoveu uma expansão urbana e uma pressão para o desenvolvimento de políticas públicas no sentido de minimizar o problema social, de modo que, “mesmo desempregando milhares de trabalhadores, as tensões sociais geradas pelos desempregados, organizados através dos Sindicatos e Associações, pressionaram a fazer chegar à Cidade vários Programas e Ações Governamentais geradoras de emprego urbano” (ROCHA, 2013, p. 67). Dessa forma, Mossoró, por intermédio de um conjunto de ações e instalação de diversos equipamentos urbanos como moradias, escolas, hospitais e ainda por meio da expansão da prestação de serviços básicos, tem a sua centralidade reforçada em relação a sua região de influência e ainda se torna atrativa para centralizar o comando e gestão de atividades relacionadas aos circuitos espaciais do sal, mas também do petróleo e da fruticultura irrigada que passam a ocorrer na região a partir dos anos de 1970.

Outros usos que ainda dão importância a seus territórios no contexto da rede urbana do estado estão também relacionados ao extrativismo, como ocorre na microrregião do Vale do Açu, com a cera de carnaúba, e no Seridó, em Currais Novos, com a exploração da scheelita. No auge da exploração, essas atividades promoviam a centralidade da sua comercialização, principalmente

nas cidades em que ocorriam, uma significativa dinâmica econômica. Especificamente no caso de Currais Novos, essa nova atividade vem reforçar sua centralidade, pois as ações de Tomaz Salustino, a partir da exploração de sua mineradora, são no sentido da criação de uma série de novos objetos urbanos na cidade que a distingue no contexto estadual³.

Portanto, quando o estado abrigava essas atividades econômicas (o que se deu até os anos de 1960/1970), eram nas cidades onde elas estavam locadas e/ou para onde ocorria a convergência da produção e comercialização que apresentavam maior importância na rede urbana estadual, pois concentravam a maior parte das funções centrais. Assim, a dinâmica promovida por essas atividades criou uma estrutura urbana, dado que uma série de outras atividades econômicas, assim como um sistema de engenharia, ainda que precário, nesse período relacionado sobretudo aos transportes, surgiram tanto diretamente relacionadas à produção quanto para o atendimento do mercado consumidor gerado em função da atratividade exercida por essas atividades.

Em função da configuração territorial existente e das necessidades ditadas pelos usos, a infraestrutura vai sendo ampliada e os espaços se tornam um atrativo para tantas outras atividades e serviços. Nesse contexto, as palavras de Conte (2014) são extremamente pertinentes ao revelar que a cada nova divisão territorial do trabalho, os lugares são chamados a uma transformação. Ao absorverem cada vez mais circuitos produtivos e sistemas de engenharia, algumas áreas se diferenciam e concentram as características buscadas pela instalação dos novos sistemas produtivos, de modo que

3 A mineração em Currais novos começa a ser explorada nos anos de 1950, entretanto o auge de sua produção acontece após a instalação do Engenho e devido à Guerra Fria.

se constituíram nos centros mais importantes de uma rede urbana e para onde convergem uma maior quantidade de fixos e fluxos.

No estudo desenvolvido por Costa (1977) sobre a organização espacial do estado em termos de centralidade de suas cidades, nos é apresentada uma hierarquia das cidades do Rio Grande do Norte a partir da importância dos equipamentos urbanos na década de 1970. Nesse estudo, são identificados como os centros melhor equipados Natal e Mossoró e como centros intermediários Caicó, Currais Novos, Macau, Assú, Ceará-Mirim, Macaíba, Pau dos Ferros, Eduardo Gomes (Parnamirim), Areia Branca, Santa Cruz, Nova Cruz, Parelhas, Acari, João Câmara e Jardim do Seridó⁴ (Mapa 2). Conforme podemos observar, em muitas dessas cidades o uso do território se deu por algumas das mais importantes atividades econômicas do estado até esse período, como, por exemplo, pecuária, produção de algodão, atividade salineira e extrativismo mineral e vegetal.

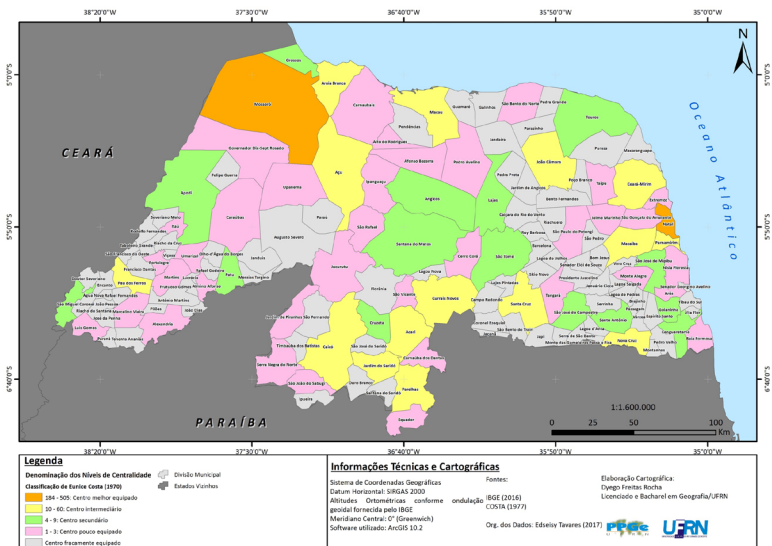
A centralidade⁵ exercida por essas cidades resulta de acumulação de tempos, de ações e de objetos que estiveram relaciona-

4 Essa hierarquia foi estabelecida a partir de pontos atribuídos às cidades de acordo com a importância de seus serviços. Os centros intermediários contemplam cidades que receberam entre 10 e 60 pontos, de modo que apesar de estarem na mesma categoria e serem agrupados pela capacidade de atender as demandas dessa população em relação a um razoável número de serviços, há diferenças significativas quanto a variedade de equipamentos e a consequente centralidade que esses centros urbanos apresentavam. Ainda destacamos que, entre os centros intermediários, alguns foram considerados polarizadores por apresentarem uma área de influência mais significativa, como foram os casos de Caicó e Currais Novos, numa escala superior, e Santa Cruz, Pau dos Ferros e Nova Cruz numa escala inferior.

5 Os níveis de centralidade desses centros urbanos de acordo com as REGICs de 1966 e 1978, são bem diferentes, de modo que temos Caicó e Currais Novos que são classificados como Centros Subregionais e municípios como Acari, Ceará-Mirim e João Câmara, por exemplo, que são considerados como centros de zona. Nesse contexto, apenas Areia Branca não exercia centralidade além da escala local, segundo o IBGE, dado que Parnamirim e Macaíba não são considerados individualmente e sim, na Área de Concentração Populacional de Natal.

dos a funções ou atividades que desenvolveram e permitiram uma densidade urbana mais significativa nesses espaços. Nesses termos, destacamos que eram nessas cidades, guardadas as proporcionalidades, que ocorriam as maiores produções ou para onde convergiam os produtos agropecuários e extrativistas de cada uma de suas regiões de influência e, conseqüentemente, onde estavam concentradas as atividades de comércio e serviços mais especializados, contudo, seguindo uma hierarquia de diversidade e complexidade.

Mapa 2 - Hierarquia e classificação das cidades do Rio Grande do Norte pela importância dos equipamentos urbanos em 1970



Fonte: COSTA, 1977.

Portanto, podemos constatar que essa organização territorial apresentava uma referência de centralidade para a realização dos diversos usos do território, a qual era hierárquica. Por exemplo,

a produção procedia de vários centros em direção a muitas dessas cidades e então a partir delas eram exportadas.

Contudo, a partir dos anos 1960/70, temos a crise das atividades agropecuárias e extrativistas e a emergência de novas atividades mais carregadas de técnica e ciência. Nesse processo, algumas centralidades foram reforçadas, outras perdem sua força, assim como novas foram criadas, constituindo e redefinindo novas zonas de influência, como também modificando a estrutura de interações escalares para a realização de algumas ações.

Atividades agrícolas como, por exemplo, a produção de algodão e do agave e extrativistas, das quais se destacam a extração da scheelita⁶ e da cera de carnaúba, entraram em processo de decadência em função de uma série de fatores dos quais se destacam: a concorrência com outros espaços produtores que adotaram uma modernização tecnológica, a produção de produtos sintéticos e as oscilações de preços desses produtos no mercado e, especificamente, em relação a scheelita, ainda tem o fim da Guerra Fria. Dessa forma, a crise afeta os centros vinculados a essas atividades produtivas, pois tanto os municípios produtores, quanto aqueles para onde confluíam a produção vivenciaram as mudanças espaciais decorrentes das modificações na estrutura econômica dos territórios.

Evidentemente, não foram todas as antigas centralidades que perderam seu papel e posição. Alguns perderam sua força de atratividade, pois esta era oriunda apenas de uma atividade econômica, no entanto, outros que apresentavam algumas externalidades como, por exemplo, melhor localização em relação aos transportes, maior disponibilidade de telecomunicações e alguns serviços

⁶ A exploração da scheelita era uma atividade extrativa, mas também ocorria ainda no estado um processo de industrialização, devido ao beneficiamento, contudo era um processo pouco complexo.

urbanos como agências bancárias, tiveram o seu papel reforçado, já que estavam mais aptos a receber as modernizações ou as novas atividades. Desse modo, reforçaram sua posição de centralidade na rede urbana, o que coaduna com o entendimento de Santos de que todos os fatores de desequilíbrio mudam o “significado dos lugares no conjunto do espaço” (SANTOS, 2008a, p. 66).

Assim, o Rio Grande do Norte terá a sua dinâmica econômica modificada em função das mudanças ocasionadas pela crise dessas atividades fundadoras, de modo que, a partir desse período, o uso do território se dará por outros circuitos espaciais produtivos e pela expansão de uma série de atividades comerciais e serviços. Atrelado a essa nova situação, o período técnico-científico-informacional ainda introduz a difusão de um moderno sistema de engenharia formado por energia, telecomunicações, transportes e abastecimento de água que, se configurando pela concretização de algumas ações e instalação de novos objetos, constituem uma nova vida de relações no Rio Grande do Norte.

3.2 A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A HIERARQUIZAÇÃO DA REDE URBANA DO RIO GRANDE DO NORTE

A difusão do meio técnico-científico-informacional estabelece uma urbanização do território que não se efetua de forma homogênea. Nesse processo, ocorrem diferenciações entre as cidades e as regiões, resultado da desigual instalação de objetos no território, que contemplam o conjunto dos seus dados materiais e seus sistemas técnicos, também dos dados não-materiais, ou seja, das ações que são produzidas (SANTOS, 2005).

Nesse período histórico, os sistemas técnicos ganham ainda mais importância na configuração do território e, desse modo, na forma como se estrutura a sua rede urbana. Assim, as condições apresentadas por esse conjunto material resultam numa determinada urbanização e na forma como se dão as interações territoriais entre as cidades. Nessa perspectiva, as proposições de Friedmann (1968) sobre as transformações que as técnicas promovem na sociedade são elucidativas para a análise da estrutura do território, uma vez que o constante avanço de técnicas mais modernas que garantam a circulação mais rápida de capital e informações desencadeiam modificações significativas na dinâmica das redes urbanas.

Podemos dizer que os progressos em termos de técnica e a intensificação das relações econômicas que passam a se difundir no território com a instituição do meio técnico-científico-informacional modificaram as formas de interações territoriais com a superposição de redes, com conteúdos e intencionalidades diversos.

Para Santos e Silveira (2003), ocorre uma renovação da materialidade no território com a constituição do meio técnico-científico-informacional. No contexto das ações ocorridas nos primórdios do período técnico-científico-informacional e na perspectiva de modernização do território norte-rio-grandense, destaca-se o papel da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como objetivo levar à região Nordeste “as condições instrumentais que sustentassem seu desenvolvimento” (ARAÚJO, 2010, p. 100). Nesse sentido, Carvalho (2001, p. 44) aponta que as ações da SUDENE, em seus primeiros anos, foram no sentido de ampliar a “infra-estrutura econômica, principalmente de estradas, energia e comunicação, a qual possibilitou que posteriormente se realizasse grande volume de investimentos na região, tanto por parte do capital privado, como do Estado”.

Uma série de eventos que marcam a modernização técnica do território corroboram com esse entendimento, a saber: a chegada da energia hidrelétrica proveniente de Paulo Afonso (BA) (1963); a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (1982); a criação da Companhia de Telefonia do RN (TELERN) (1963), que promoveu a expansão das telecomunicações a partir da década de 1970, mas principalmente após os anos de 1990; e a expansão das rodovias a partir de 1960 (SOUZA, 1999). Essa melhoria na infraestrutura urbana permitiu uma nova configuração territorial ao estado, com novas interações entre as suas cidades e com outras escalas territoriais.

Conforme podemos perceber, esses eventos estão relacionados às mudanças socioespaciais apontadas por Córrea (2001) que, a partir da década de 1970, promoveram profundas transformações na rede urbana brasileira. Nessa perspectiva, destaca-se como influência sobre o Rio Grande do Norte: a modernização e subsequente industrialização e capitalização do campo, com ênfase na constituição de complexos agroindustriais; a ampliação de uma base técnica associada, primordialmente, aos transportes e às comunicações, o que possibilitou a diversificação das interações espaciais e também associada à produção e distribuição de energia; a incorporação de novas áreas ao processo produtivo global e a refuncionalização de outras áreas, com destaque para as especializações regionais das atividades; e o aumento quantitativo e qualitativo da urbanização.

A instalação desses novos sistemas de engenharia no estado densificou algumas cidades e organizou uma rede de relações entre as cidades e suas zonas de influência. A rede urbana do estado tem na instalação dos sistemas de engenharia um elemento essencial na sua constituição e reestruturação nos diversos períodos, dado que,

como é defendido por Santos (1978, p. 87), os investimentos nesses segmentos “têm um papel fundamental na constituição dos pólos e dos fluxos econômicos”. A infraestrutura criada para possibilitar a produção e a circulação de produtos, seja relacionada às atividades agrárias ou industriais, associada ao ingresso do capital nacional e internacional nas diversas cidades do país, direciona novos fluxos para esses lugares.

Para Silveira (2010), no período técnico-científico-informacional, a máxima da circulação de bens, serviços, pessoas, dinheiro, informações e ordens demanda a necessidade de se criar ou melhorar os sistemas de engenharia que proporcionam tal movimento. Esse movimento de incorporação de capital fixo ao território é realizado e incentivado tanto por empresas internacionais quanto por frações do Estado, que têm interesses e investem na dotação de equipamentos que assegurem a circulação. Tomando as palavras de Silveira (2010, p. 84), argumentamos que “os governos realizam grandes esforços financeiros para equipar o território e inserir-se, mais diretamente, na divisão internacional do trabalho”.

O Estado atua no território para atender a determinadas intencionalidades, que muitas vezes coincide com aquelas pretendidas pelo poder local exercido pelos detentores do setor produtivo em determinada instância espaço-temporal. Portanto, diante dessa situação, Santos (2008a, p. 67) nos alerta para o fato de:

Através da repartição das infra-estruturas no espaço nacional e pela escolha daquelas que beneficiam um determinado setor da produção e da população, a instância política está decidindo, consciente ou inconscientemente, a localização das empresas, das instituições e dos homens, segundo características específicas, sobre o espaço nacional.

Podemos perceber, a partir das palavras de Santos (2008a) então explicitadas, que o território será densificado diferentemente, criando hierarquizações, dado que alguns subespaços são privilegiados e apresentam maior importância na rede urbana por atraírem funções e papéis significativos, assim como alguns lugares são buscados devido a apresentarem especificidades territoriais que são procuradas e necessárias às diferentes atividades econômicas.

A divisão territorial do trabalho necessita da existência de sistemas de engenharia, os quais são responsáveis pelo estabelecimento das interações territoriais que formam a rede urbana. Dessa forma, a constituição do sistema de energia elétrica no estado é um dado essencial para o entendimento desse processo. De acordo com Silveira (2010), quando as firmas transnacionais se difundem nos países subdesenvolvidos, são impostas demandas por energia para aquelas regiões que até então estavam poucas inseridas na divisão internacional do trabalho.

Até a década de 1960, os serviços urbanos no estado do Rio Grande do Norte eram bem precários, inclusive quanto à questão da energia elétrica. Melo (1994) destaca que, já no final do século XIX e início do século XX, vários pioneiros de iniciativas empresariais aliados aos governos locais e estadual compreendiam a relevância do serviço para as suas cidades e vilas e empreenderam esforços no sentido de eletrificá-las. Entretanto, os registros demonstram uma situação bastante deficitária do serviço até mesmo em Natal, capital do estado. A compra da concessionária Empresas Brasileiras S. A. pela Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil (CFLNB), que durante os anos de 1920 implementou a exploração e venda de energia elétrica, além de telefones e bondes em vários estados do país, melhorou a prestação dos serviços em Natal, com as atividades da CFLNB na cidade tendo sido iniciadas em 1929. A

companhia prestou os referidos serviços no estado até as criações e sua compra pela COSERN e TELERN.

É a partir da criação da COSERN e da rede de abastecimento de energia elétrica, então em processo de implementação, que temos uma expansão desse sistema técnico para diversas parcelas do estado. A COSERN foi criada em 14 de dezembro de 1961, pela Lei Estadual nº 2.721, e iniciou o seu funcionamento em agosto de 1962. Esse é um evento importante na constituição da infraestrutura material do Rio Grande do Norte e essencial para a estruturação de diversas redes de serviços no estado e, conseqüentemente, para a própria rede urbana. Ainda é extremamente pertinente destacar que a implantação dessa base material era fundamental para a consecução dos projetos de desenvolvimento industrial e agroindustrial que começavam a emergir no estado. Referindo-se a esta questão, Souza (1999, p. 236) afirma que “sem energia elétrica, abundante e barata, não pode haver desenvolvimento econômico”.

O sistema de energia elétrica proveniente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) iniciou suas atividades com a construção de uma subestação abaixadora de energia no município Santa Cruz. Assim, as primeiras obras de eletrificação do estado têm início com as redes de distribuição e linhas de transmissão em Santa Cruz, Tangará e Serra Caiada (MELO, 1994). Os sistemas técnicos implantados possibilitaram que, em 2 de abril de 1963, a energia proveniente de Paulo Afonso pudesse começar a beneficiar as cidades do estado.

De acordo com o sítio da COSERN, até esse período, o abastecimento de energia elétrica no estado se resumia a 14% da população, todavia, cinco anos após a expansão da rede, 39% da população já era assistida (NEOENERGIA, 2015). Os dados ex-

postos por Melo (1994) nos revelam que durante toda a década de 1960, várias cidades do estado foram recebendo a infraestrutura de redes de distribuição e linhas de transmissão de energia, de modo que no ano de 1969 a COSERN já atendia 65 cidades do Rio Grande do Norte. Embora diante da expansão e de uma maior cobertura dos serviços de energia no estado, é notório que algumas áreas foram mais privilegiadas inicialmente quanto à instalação desses sistemas técnicos, como por exemplo Natal e as cidades do entorno localizadas na mesorregião leste potiguar, além do Seridó e do Alto Oeste. Na região mais ao centro do estado, apenas alguns pontos contaram com a instalação da rede de energia nesse primeiro período, mais particularmente aqueles lugares de maior centralidade.

Até 1967, ainda funcionavam duas empresas no estado, pois, além da COSERN, atuava em Mossoró a Companhia Melhoramentos de Mossoró, S. A. (COMENSA), criada em 1948. Todavia, em 1967 houve a unificação da companhia de Mossoró a de Natal. A rede de serviços permanece expandindo ao longo das décadas seguintes e atinge 134 municípios do estado no ano 1979, não apenas nas sedes dos municípios, mas também em suas áreas rurais. É principalmente a partir de 1979 que se observa maior eletrificação das áreas rurais, que passaram a ser uma das prioridades do Governo do Estado. Em 1981, ocorre a total eletrificação do estado, com as 151 sedes municipais existentes atendidas pela COSERN. Os anos posteriores foram de ampliação e melhoria dessa rede nas áreas já estabelecidas e em povoados e propriedades rurais (MELO, 1994). Dessa maneira, ressalta-se o quanto o consumo aumentou durante todo esse período de expansão da rede elétrica, não apenas no tocante ao consumo doméstico e comercial e nas comunidades rurais, mas principalmente em relação ao consumo industrial.

Durante a década de 1990, diante do avanço da psicoesfera neoliberal, o Rio Grande do Norte inicia o processo de privatização de suas instituições. Nesse contexto, em 12 de dezembro de 1997, a concessionária é privatizada e, assim como outras distribuidoras do Nordeste, passa a ser controlada pelo grupo Neoenergia, atendendo hoje a totalidade dos 167 municípios do estado.

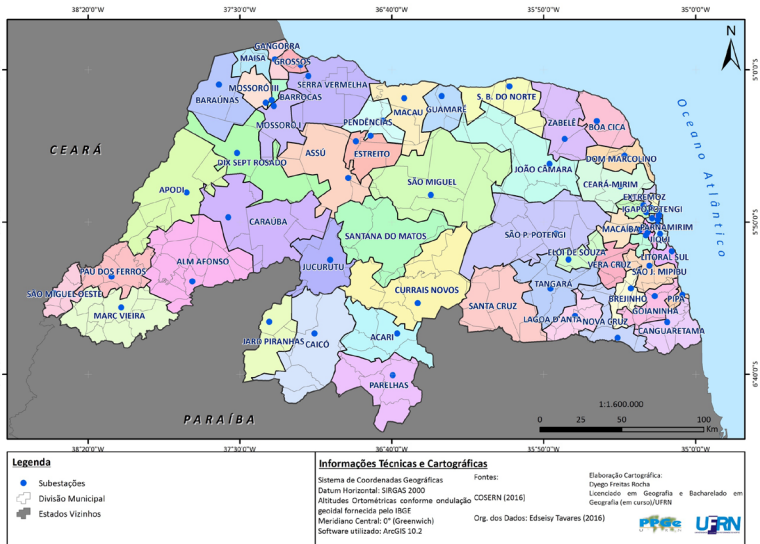
Podemos identificar que a chegada da energia elétrica no Rio Grande do Norte acontece seletivamente, uma vez que a instalação desse sistema se dá inicialmente em apenas algumas cidades. Entretanto, a sua dispersão é notória nos anos ulteriores. As cidades que inicialmente receberam esses novos sistemas técnicos já apresentavam maior densidade, o que, adicionado à chegada dessa nova rede, possibilitou que elas reforçassem ainda mais sua centralidade.

A energia elétrica, à medida que foi se instalando nas cidades do estado, também permitiu uma maior integração entre elas e fortaleceu algumas centralidades da rede urbana estadual. Isso porque se trata de um sistema fundamental para a participação do estado em circuitos espaciais produtivos que criam diversas redes de interações territoriais, como ainda porque são basilares para a implantação dos novos sistemas técnicos, como os das telecomunicações, que se instalam nos anos seguintes no território e permitem novas relações em diferentes escalas entre os lugares.

A relação da rede de energia com a rede urbana também se faz notória quanto à estruturação da rede técnica montada para que o abastecimento da energia elétrica possa se realizar e também em relação à regionalização constituída para os serviços de atendimento ao consumidor. De acordo com entrevista realizada junto a COSERN, em julho de 2016, a geração da energia que abastece o estado é proveniente de diversas fontes, não sendo possível precisar

o caminho percorrido até chegar ao estado. No entanto, a concessionária é responsável por fazer essa distribuição no estado e para tanto mantém do ponto de vista técnico, uma regionalização com a instalação de subestações localizadas em determinados municípios que polarizam diferentes áreas de abrangência. O interessante em relação a essa rede é que, apesar de muitas dessas subestações estarem localizadas em centros de gestão do território potiguar, sua área de abrangência é menor que em relação a outros serviços. Além disso, algumas subestações se localizam em municípios que não exercem centralidade em relação aos municípios vizinhos, de acordo com o IBGE, mas que nesse caso, constatamos que eles funcionam como um importante nó da rede de energia elétrica, atendendo diversos municípios do seu entorno (Mapa 3).

Mapa 3 - Subestações da COSERN e suas áreas de abrangência no Rio Grande do Norte



Fonte: COSERN, 2016.

Se no que se refere a essa rede técnica, ocorre uma espacialização das subestações que rompem, em certa medida, com o esquema clássico da hierarquia urbana. O mesmo acontece quando se faz necessário o acesso da população a determinados tipos de atendimentos prestados pela concessionária. A COSERN disponibiliza aos seus consumidores diversas opções de canais de atendimento e utilização dos serviços, que vão desde o atendimento presencial ao uso dos sistemas de telecomunicações, como telefone, site e e-mail. Nessa esteira, temos uma ruptura da hierarquia urbana, pois o acesso a uma série de serviços como, por exemplo, emissão de segunda via de pagamento, consulta de solicitação de serviços, novas ligações e reclamações de consumo podem ser solucionados de qualquer localidade do estado, seja pelo telefone ou internet (agência virtual) sem que haja a necessidade de deslocamentos a

uma agência física em algumas das principais centralidades do território potiguar. Caso o cliente precise ou opte pelo atendimento presencial, a disposição dos postos de atendimento da COSERN e suas respectivas áreas de abrangência (Mapa 4) tanto revelam a força da hierarquia da rede urbana clássica, quanto demonstram o papel das cidades locais.

O estado tem dez postos de atendimento presenciais e destes, sete estão localizados em cidades que são consideradas centros de gestão do território pelo REGIC 2007. Caraúbas, Ceará-Mirim e Goianinha são classificados como centros locais (IBGE/REGIC, 2008). Contudo, com exceção de Goianinha, que sempre manteve essa posição na hierarquia urbana, as duas outras cidades exerceram em períodos anteriores uma maior centralidade da rede urbana do estado, ambas já tendo sido centros de zona (IBGE/REGIC, 1987) e centros locais B (IBGE/REGIC, 1972). Sendo assim, compreendemos que, mesmo que sejam na atualidade centros locais, essas cidades locais exercem centralidades em relação aos centros locais e centros de gestão vizinhos, conforme podemos constatar a partir da topologia dos postos de atendimento da COSERN.

Mapa 4 - Postos de atendimento da COSERN e suas áreas de abrangência no Rio Grande do Norte



Fonte: COSERN, 2016.

Ainda quanto à relação entre a rede de abrangência formada por esses três postos de atendimento, precisamos considerar que estão sobre suas áreas de influência os seguintes centros de gestão do território: Apodi, no caso de Caraúbas, João Câmara para Ceará-Mirim e Canguaretama, Santo Antônio e Passa e Fica para Goianinha. Também que, especificamente no caso de Apodi, a sua maior centralidade só ocorre na REGIC 2007. Antes, Caraúbas estava num nível mais alto na hierarquia urbana. Já Ceará-Mirim, mesmo sendo um centro local e compondo a Região Metropolitana de Natal, ainda exerce certa centralidade para os municípios vizinhos. Portanto, podemos concluir que a expansão tanto da energia elétrica quanto dos seus serviços de atendimento redesenha os papéis das cidades do estado na rede urbana, ou seja, muitas centrali-

dades são reforçadas pela localização física do atendimento de determinados serviços da empresa distribuidora de energia no estado.

Assim como os serviços de energia elétrica, os sistemas de telecomunicações também complexificam a rede urbana do território potiguar, tendo em vista que, ao se superpor a rede de serviços de energia elétrica, dota de novos papéis centros locais que se tornam importantes nós desse sistema.

Esse processo ocorre no âmbito da modernização territorial e expansão do sistema de telefonia no estado, com a criação da TELERN, em 03 de setembro de 1963⁷, e a sua incorporação à Telecomunicações Brasileiras (TELEBRAS), em 14 de setembro de 1973. A criação dessa empresa estatal foi de suma relevância para a dinâmica da rede urbana norte-rio-grandense. Trata-se de uma infraestrutura importante para o desenvolvimento do estado na medida em que possibilita uma maior interação entre os espaços usados pela produção e modificações nas formas de interações territoriais, ampliando, inclusive, as relações entre as diversas escalas, seja para esse ou outros usos.

Souza (1999) explicita que o serviço telefônico do Rio Grande do Norte anteriormente a década de 1970, além de ser um serviço precário e restrito a algumas cidades, não formava um sistema interurbano entre as cidades do interior, assim como com a capital, com exceção de Mossoró, que contava com um sistema interligando-a a 17 cidades da chapada do Apodi da Zona Oeste e 27 núcleos rurais. Somente em 1965, com a implementação do Plano Estadual de Telecomunicações, é que se tem a instalação de um novo sistema de telecomunicações através de micro-ondas,

7 A TELERN foi criada através da Lei Nº2.918, de 03 de setembro de 1963, durante o Governo de Aluizio Alves e em 03 de março de 1964 a companhia telefônica foi constituída (SOUZA, 1999).

o qual interligava algumas das principais centralidades do estado nesse período. O sistema, que foi inaugurado em 1965, em 10 cidades do estado, foi instalado naquela que exercia algum nível de centralidade na rede urbana estadual, de acordo com o IBGE, com exceção apenas de Areia Branca e Santana do Matos. Posteriormente (1966-1971), o sistema foi instalado em Macau, Ceará-Mirim, Parelhas, Martins e Pau dos Ferros. Mais uma vez, é preciso ressaltar que, com exceção de Martins, todas as demais cidades apresentam algum nível de centralidade segundo o estudo realizado pelo IBGE/REGIC (1972).

Esse sistema revelava uma hierarquia presente no território até então, pois se tinha um sistema instalado nas cidades que apresentavam maior densidade de equipamentos urbanos no estado, onde eram instaladas as repetidoras que atendiam uma série de outras cidades no seu entorno.

De acordo com Souza (1999), é em 01 de dezembro de 1972, com a instalação da Nova Central Telefônica de Natal, que se tem a implantação de um sistema mais moderno, assim como a expansão da telefonia no estado. Com a Central, foi permitido o funcionamento do sistema DDD, sendo realizada oficialmente a ligação de Natal com o resto do país em 03 de março de 1975, e do sistema DDI, a partir de 1976.

Ainda é preciso mencionar que esse sistema moderno é instalado inicialmente apenas em oito cidades durante o período de 1971 a 1975, sendo alvo de expansões mais significativas apenas nos governos de Tarcísio Maia (1975/1979) e Lavoisier Maia (1979/1983), atendendo às preocupações com a Segurança Nacional, considerando que nos encontrávamos em pleno regime militar e se queria a interligação com todas as áreas, inclusive as mais isoladas do território nacional. Para isso, foram instalados, em convê-

nio entre Estado, TELERN e Prefeituras Municipais, os Postos de Serviços (PS).

A expansão mais significativa das telecomunicações ainda no âmbito da telefonia fixa ocorre nos governos de Vivaldo Costa (1994/1995), mas sobretudo no primeiro governo de Garibaldi Alves Filho (1995/1998), quando, de acordo com dados da TELERN, o estado é totalmente unificado pelo sistema de telecomunicações (SOUZA, 1999). É preciso esclarecer que, mesmo diante dessa cobertura vigente durante o período em que as telecomunicações eram estatais (1972-1997), o acesso da população a esses serviços era restrito, dado os seus elevados custos. Contudo, uma série de mudanças de ordem técnica e política nos sistemas de telecomunicações se instituem com a privatização desses serviços e essa nova situação tem rebatimento sobre os usos do território.

Outro sistema de engenharia essencial na estrutura da rede urbana são as rodovias. Esta infraestrutura conecta os lugares e os tornam mais acessíveis, sendo um elemento relevante para os usos do território, como, por exemplo, quando são selecionadas áreas para alocação de uma atividade. O melhoramento das rodovias foi essencial para o processo de desenvolvimento do Rio Grande do Norte, ao permitir maior possibilidade de circulação dos transportes rodoviários e, principalmente, como enfatiza Costa (1977), a organização da rede de circulação de ônibus.

A expansão das rodovias permite uma ampliação da circulação e orienta os fluxos, que buscam, entre outros condicionantes, uma maior facilidade de deslocamento. Geiger (1963), ao discutir as redes urbanas do Brasil, sempre destaca o papel que o sistema técnico rodoviário apresenta para o melhor desenvolvimento e importância das cidades nas redes. Segundo o autor, as cidades que estão mais bem localizadas em relação às linhas de

transporte podem, em função dessa materialidade, se constituir em capitais regionais. Ainda de acordo com Geiger (1963), a rodovia é de extrema relevância no contexto do processo de industrialização do país, na ligação proporcionada entre as suas diversas regiões e para a evolução da rede urbana.

No Rio Grande do Norte, é a partir dos anos 1960, com os recursos da SUDENE, do Ministério dos Transportes, da Aliança para o Progresso e do governo do Estado (SOUZA, 1999) que a situação da circulação do território estadual evolui com a expansão e a melhoria da malha rodoviária. A partir do final dos anos 1950, mas principalmente nos anos 1960, durante o governo de Aluísio Alves (1961/1966), que tem início a pavimentação de rodovias estaduais no interior do estado, sendo a primeira delas Natal - Caicó, que passa a integrar posteriormente a rede rodoviária federal BR-226⁸.

Em seguida, entre 1966 e 1971, no governo de Walfredo Gurgel são asfaltadas dentre outros, os trechos Ceará-Mirim - João Câmara e Currais Novos - Acari - Jardim do Seridó. Como podemos constatar, essa primeira pavimentação asfáltica também compreende cidades que estão entre aquelas consideradas como centros intermediários por Costa (1977) e que abrigavam algumas das mais importantes atividades econômicas do estado.

A significativa evolução do asfaltamento das rodovias estaduais no território potiguar ocorre durante o período dos três governos Maia (Tarcísio Maia, Lavoisier Maia, 1º Governo de José Agripino Maia), que juntos totalizam 79,06% das rodovias asfaltadas entre 1975 e 1986, conforme podemos verificar no quadro 1⁹.

8 A RN-24 Caicó – Natal, passa a integrar a rede rodoviária federal com o nome de BR – 226, conforme informações do 1º Caderno do Diário de Pernambuco de 11/02/1962 (1962, p. 13).

9 Cabe mencionar que todo esse processo de expansão do sistema rodoviário se

Em relação às rodovias federais, também merecem destacar que é somente em 1973 que o estado passa a contar com oito rodovias federais e que elas, como podemos ver na Figura 1, conectam as principais cidades do Rio Grande do Norte.

Quadro 1 – Rodovias estaduais asfaltadas no período de 1960 a 1994

GOVERNOS	NÚMERO DE QUILOMETROS ASFALTADOS	%
Dinarte Mariz (1956 a 1960)	16	0,54
Aluizio Alves (31/01/1961 – 31/01/1966)	-	-
Walfredo Gurgel (31/01/1966 – 31/01/1971)	119	4,03
Cortez Pereira (16/03/71 - 15/03/75)	56	1,9
Tarcísio Maia (15/03/75 - 15/03/79)	424	14,37
Lavoisier Maia (15/03/79 - 15/03/83)	639	21,66
1º Gov. José Agripino Maia (15/03/83 - 15/05/86)	1270	43,03
Geraldo Melo (15/03/87 - 15/03/91)	185	6,27
2º Gov. José Agripino Maia (15/03/91 - 15/03/94)	242	8,2
TOTAL	2951	100

Fonte: Souza, 1999

deu no âmbito do processo de Integração do território nacional desenvolvido pelos governos militares, a partir dos anos 1960.

Figura 1 - Rodovias do Rio Grande do Norte



Fonte: Ministério dos Transportes

Costa (1977, p. 76) esclarece a importância apresentada pelos transportes “para a compreensão da organização da rede urbana, uma vez que geralmente convergem para as cidades maiores, constituindo-se nas ‘vias por onde os fluxos se fazem’”. Partindo dessa compreensão, fica evidente a relevância dessa infraestrutura para a rede de relações entre as cidades do estado e quanto aos seus vizinhos. No território potiguar, os centros urbanos que apresentaram e, em muitos casos, ainda detêm as maiores densidades em termos de geoeconomia são acessíveis por essas rodovias, como é o caso de Natal, Mossoró, Caicó, Pau dos Ferros, Currais Novos, Assú, João Câmara, Macau e Santa Cruz.

Relacionando a localização das Instituições de Ensino Superior públicas do estado da rede federal e estadual e os *campi* do Instituto Federal do Rio Grande do Norte com as rodovias federais e estaduais do Rio Grande do Norte, é notório como a instalação desses fixos educacionais se deu tangenciando princi-

palmente a rede rodoviária federal do estado e como essas duas redes superpostas revelam fluxos importantes para a estrutura da rede urbana. Quanto às rodovias federais, temos essas instituições de ensino acessíveis e/ou nas margens das seguintes BRs: BR 101 - IFRN Parnamirim, IFRN Canguaretama e UERN Touros; BR 406 - IFRN Ceará-Mirim, IFRN João Câmara, IFRN e UERN Macau; BR 304 – IFRN Lajes, UFRSA Angicos, UERN Assú, UFRN, UERN e IFRN Mossoró; BR 226 – IFRN e UFRN Santa Cruz, IFRN e UFRN Currais Novos, UERN Patu; BR 427 – IFRN e IFRN Caicó; BR 405 – UERN e IFRN Apodi; UERN e IFRN Pau dos Ferros; BR 110 – UERN Areia Branca. Já nas rodovias estaduais, temos predominantemente *campi* que estão instalados em cidades locais, como UERN Caraúbas, IFRN Nova Cruz e Ipan-guaçu (DER-RN, INEP, UFRN, UERN e IFRN, 2015).

Dessa maneira, a melhoria da malha rodoviária associada a outros eventos, como o aumento do uso do automóvel, trouxe implicações de diversas naturezas no tocante às interações territoriais, não apenas das grandes cidades, como também das cidades locais, de modo que os efeitos são sentidos em toda a rede urbana. Ocorre, a partir desse momento, o aumento das articulações das cidades locais e também dos centros locais com as cidades de maior centralidade, o que possibilita uma maior acessibilidade de bens e serviços que antes não eram permitidos em função da distância considerada, principalmente, em termos de tempo. Desse modo, não apenas as cidades locais perdem relativamente o seu poder de atender ao mercado local, pois quando isoladas tinham seu comércio e prestação de serviço como opção, como outras localidades que exerciam papel ou centralidade intermediária também podem não ser mais procuradas, devido a ser mais fácil acessar uma cidade que estando nos níveis mais elevados da rede urbana estadual,

apresenta maior diversidade de serviços e comércios, os quais nem sempre estão disponíveis nos centros menores.

Nesse sentido, recorreremos à análise de Guimarães Neto (1989) sobre a relevância da modernização da rede e dos meios de transportes no contexto da integração regional, ocorrida entre 1960/1980, para as funções que até então eram desempenhadas pelos centros urbanos. De acordo com o autor, era a partir dos centros urbanos de porte médio do interior do Nordeste que ocorria a distribuição, por intermédio dos centros comerciais atacadistas para os centros menores e áreas rurais. Todavia, a modernização dos sistemas de transportes permitiu maior acessibilidade dos compradores diretamente aos centros maiores, como as capitais dos estados e Regiões Metropolitanas, por exemplo. As ações e a instalação dessa infraestrutura de transporte compreendiam o projeto geopolítico de modernização conservadora, instaurado pelo regime autoritário que vigorou no país das décadas de 1960 a 1980 e que tinha o objetivo de tornar o Brasil uma potência regional. De acordo com Becker e Egler (1993, p. 186), o Estado autoritário “procurou sustentar níveis elevados de investimento, não apenas expandindo a rede de infra-estrutura, como também avançando à frente do setor privado em segmentos industriais considerados estratégicos para a consolidação do projeto geopolítico”.

A modernização do setor de transportes contribuiu para a intensificação da divisão territorial do trabalho, pois a realização das etapas da produção precisa de maior e mais fácil circulação. Nessa perspectiva, Santos (2008a) nos diz que se desenha uma nova geografia regional, pois a realização das etapas de produção faz com que “criem-se necessidades de circulação, que vão se tornar frenéticas dentro do território brasileiro na medida em que avança o capitalismo” (2008a, p. 123).

Enquanto que para os centros melhores assistidos pelas rodovias há uma convergência de fluxos, aqueles centros que estão mais isolados, geograficamente distantes dos eixos viários principais, não são geralmente buscados para abrigar a instalação de atividades para o atendimento das demandas da população, como também para se inserirem na divisão territorial do trabalho. Isso só acontece quando existem outras externalidades que justifiquem sua inserção e, inclusive, a criação da infraestrutura, contemplando a ligação com os eixos principais. Do contrário, promovem, como nos diz Endlich (2006), a mesma realidade das pequenas cidades do noroeste do Paraná, que estando distantes dos eixos viários principais, tornam-se centros vazios e estagnados.

A necessidade de maior circulação é característica marcante dessa nova divisão territorial do trabalho, que quanto mais se aprofunda, mais exige “circulação e movimento em função da complementariedade necessária”, como destaca Santos (2008a, p. 123). Do mesmo modo que nos períodos anteriores, há no momento atual uma superposição das áreas que participam dos circuitos de produção “moderno” com os nós das rodovias estaduais e federais, com alguns serviços como os educacionais, conforme evidenciamos anteriormente. Portanto, esses sistemas de engenharia relacionados à eletricidade, telefonia e rodovias/transportes são materialidades essenciais para os usos do território potiguar, compondo a divisão territorial do trabalho nesse período, dado que possibilitam a produção propriamente dita, a comunicação entre as áreas de produção e a circulação dos produtos e mercadorias.

Apesar de não implicar diretamente na vida de relações da rede urbana do estado, entendemos que a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, consolidada em 1982, localizada no Rio Piranhas-Açú, que possibilitou a irrigação

de terras do Vale do Açu para a produção agrícola de exportação, é um sistema fundamental para as mudanças territoriais que se deram nesse período na rede urbana do Rio Grande do Norte.

A instalação desse objeto técnico compreendia uma das ações do Projeto Baixo-Açu, realizado pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). Realizada nos moldes da modernização conservadora, como nos diz Nunes, Ortega e Goideiro (2007), propiciou a entrada de capital nacional e internacional ligado à produção de algodão e à fruticultura irrigada. Embora não sendo o público alvo dos perímetros públicos irrigados, a implantação da infraestrutura e as normas (políticas regionais) realizadas pelo Estado impossibilitaram a participação mais efetiva dos agricultores familiares enquanto incentivou o interesse do grande capital para a região, a qual tem na década de 1990 a inclusão do capital estrangeiro. A dinâmica econômica criada por essas atividades constitui o elo de novas relações territoriais entre cidades de diversos níveis hierárquicos, como veremos mais adiante.

Esses sistemas técnicos permitiram o avanço de um novo meio técnico no Rio Grande do Norte, sendo, inclusive, essenciais para a constituição das novas materialidades e ações. Entretanto, sua espacialização ainda ocorre nos mesmos centros e seguindo uma lógica concentradora e hierarquizadora nos padrões clássicos de localização, o qual passará a ser modificada a partir dos anos 1990, pela emergência de outros eventos. Portanto, será a instalação dos novos sistemas técnicos relacionados a expansão da telefonia fixa e móvel, a informatização e o uso da internet que, tanto modificando quanto sendo criados em função dos usos do território estadual, promovem mudanças substanciais na estrutura da rede urbana potiguar, como observaremos em seguida.

3.3 A REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA ESTADUAL: OS NOVOS CONTEÚDOS TÉCNICOS DO TERRITÓRIO POTIGUAR

A instalação dos sistemas técnicos de energia elétrica, telefonia, transportes e barragens formaram a base material que permitiu o início da constituição do meio técnico-científico-informacional, bem como vem possibilitando novos e diferentes usos do território potiguar. Todavia, segundo Dias (1995), uma remodelagem territorial se faz necessária para que as novas estratégias técnicas e econômicas, financeiras e industriais possam se desenvolver totalmente. Dessa forma, a esses sistemas técnicos são acrescentados cada vez mais técnicas e políticas que possibilitam a realização de um novo meio no território.

O período técnico-científico-informacional apresenta novas materialidades, que por intermédio dos usos do território, reestruturam a rede urbana do estado. Os novos sistemas técnicos instalados possibilitam uma superposição de redes de interações entre diferentes escalas e sob diversas hierarquias, as quais serão distintas dependendo da forma como o território é usado.

Um dos sistemas essenciais às formas de uso do território estadual são as técnicas e normas que formam as telecomunicações, que têm seu desenvolvimento em função do avanço da informatização do território, como nos diz Santos e Silveira (2003). Foram esses sistemas que permitiram a comunicação e a circulação no território, contudo, é preciso esclarecer que concordamos com Dias (1995) quando expõe que, independente das distâncias, os pontos do território são integrados pelas novas redes de telecomunicações, mas essa materialização se dá de acordo com as decisões e estratégias dos agentes hegemônicos.

Conforme foi evidenciado, a geografização desse sistema foi restrita e espacialmente seletiva. A criação da infraestrutura, assim como o monopólio sobre a prestação dos serviços no período anterior, foi realizada pelo poder público. Contudo, nos anos 1990, uma série de ações modifica as formas como esse sistema técnico usa o território, dada a ocorrência do processo de privatização do setor e pela expansão e modernização a partir de novos objetos técnicos.

Despontam, nesse sentido, a chegada da tecnologia digital que, diferentemente do sistema analógico, unifica as transmissões de voz e comunicação de textos e dados de computador, possibilitando mais velocidade e eficiência, além da incorporação das fibras ópticas aos sistemas técnicos nacionais (SANTOS; SILVEIRA, 2003). No que se refere às normas, alguns eventos foram fundamentais para a instituição da privatização do sistema Telebrás em 1998, que modifica a organização do setor de telecomunicações, como: a Emenda Constitucional nº 8 de 1995, que autorizou a quebra do monopólio da Telebrás, abrindo o mercado de telecomunicações no Brasil; e a aprovação da Lei 9.472 - Lei Geral de Telecomunicações (LGT), de 16 de julho de 1997, que definiu as linhas mestras do novo modelo institucional, criando um órgão regulador independente, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (BRASIL, 2010).

A partir desse momento, a infraestrutura construída pelo poder público passa a ser explorada pelas empresas privadas, com a justificativa de que a concorrência promovida entre as operadoras, assim como a universalização do serviço, associadas à regulação do Estado, garantiriam o acesso de toda a população ao sistema de telecomunicações, por intermédio da redução das tarifas telefônicas e da expansão das redes (IOZZI, 2005). Segundo a autora,

A ineficiência do Estado em gerir o sistema de telecomunicações era apresentada como um grande problema para o desenvolvimento econômico nacional, cuja solução imediata seria a privatização dos serviços. Nas mãos das empresas, regidas pela lógica do mercado, a concorrência seria instalada e como consequência uma diminuição nos preços e uma difusão dos serviços aconteceriam. O território é preparado, técnica e normativamente, para um uso corporativo, e um discurso de convencimento é difundido para que tal projeto seja aceito (IOZZI, 2005, p. 33-34).

Portanto, é sob a alegação de que com a administração das empresas privadas o sistema de telecomunicações seria universalizado, com presença em todo o território nacional e com tarifas acessíveis à população em geral, que ocorre a privatização das telecomunicações. Esse processo promoveu certa expansão do serviço e tornou, a cada momento, o sistema mais eficaz, entretanto de forma diferente entre os lugares e agentes. Para Toledo Júnior (2003), as empresas privadas que passaram a atuar nos sistemas de telecomunicações do Brasil a partir de 1998 seguem a lógica do mercado no uso que fazem do território para a realização de sua atividade, restringindo-se à redistribuição do sistema a cumprir quase que exclusivamente as metas estabelecidas pela Anatel.

No processo de privatização, as 28 subsidiárias da Telebrás são agrupadas em empresas de telefonia fixa e móvel. Para a telefonia fixa, são estabelecidas três regiões de atuação (Região I - Tele-Norte/Nordeste/Leste que formam a Telemar¹⁰; Região II – Tele Centro-Sul (Brasil Telecom); e Região III – Telesp (Telefônica)) e ainda uma para telefonia de longa distância que é a

10 Em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia foi incorporada pela Oi S.A.

Região IV, a qual envolve todo o território nacional e tem atuação da Embratel. Assim, passaram a atuar no estado na telefonia fixa a Telemar e a Embratel, além da Vésper e da INTELIG, as quais são empresas-espelho, que assim como outras, passam a competir com empresas que compunham o antigo sistema Telebrás, essa última atuando em território nacional. Já quanto ao serviço de telefonia móvel, que foi dividido em dez áreas de abrangência, as empresas prestadoras do serviço no estado, a partir da privatização, foram a TELERN Celular S.A., com a banda A, e a BSE¹¹ S.A., com a banda B, que passa a operar a partir de 1997 (TOLEDO JÚNIOR, 2003).

O território norte-rio-grandense passou a ser usado a partir da privatização pelas empresas acima referenciadas, todavia não diferindo do ocorrido nas demais partes do país, onde a universalização dos serviços, assim como o barateamento das tarifas, apenas atendem às exigências mínimas requeridas pela agência reguladora, Anatel, não ocorrendo a melhoria significativa do serviço para a população. Iozzi (2005) evidencia em seu trabalho, intitulado “Políticas territoriais das empresas de telecomunicações no Brasil”, como a privatização do serviço em relação à telefonia fixa não cumpriu o prometido de melhorar a oferta dos serviços para a sociedade, pois, embora muitas linhas tenham sido instaladas, poucos meses depois as pessoas não tinham condições de manter os serviços devido aos altos preços cobrados pelas tarifas. Assim, podemos constatar que a questão da renda permaneceu sendo um impasse à acessibilidade da sociedade a esse serviço, o que também é confirmado pelo fato de que serviços mais eficientes do ponto de vista técnico eram mais restritos, dado que, segundo a autora, até

11 A BCP era uma companhia de celular brasileira que inicialmente começou a operar na região metropolitana de São Paulo e, posteriormente, em estados da região Nordeste, tendo sido registrada oficialmente como BSE S.A.

2002, a telefonia fixa era vinculada a empresas que não ofereciam serviços de internet de melhor qualidade, sendo necessário recorrer a outra empresa para este serviço.

Nesse sentido, as proposições de Iozzi (2005) nos ajudam a entender a situação da telefonia fixa no Rio Grande do Norte que, apesar de passar por um processo de expansão, não tem o seu serviço universalizado como propunham as justificativas para o processo de privatização. Quase dez anos após a privatização da Telebrás, o telefone fixo no estado encontrava-se presente em 24,1% dos domicílios em 2007 (PNAD/TELECO, 2007). E essa situação não muda muito ao longo dos anos, pois, de acordo com o Ministério das Comunicações (BRASIL, 2015), o percentual de densidade domiciliar de acessos fixos atinge em dezembro de 2014 apenas 32,2% (QUADRO 2). Diante desse contexto, recorre-se às situações descritas por Santos e Silveira (2003), em que existe uma fluidez potencial dada a presença da base técnica, mas não uma fluidez efetiva, pois uma parcela significativa da população não faz uso dos sistemas.

Quadro 2 - Indicadores estaduais - Telecomunicações para o Rio Grande do Norte - 2010/2014

TELEFONIA	JANEIRO/2010	DEZEMBRO/2014
Acessos fixos em serviço	325.022	332.727
Densidade domiciliar de acessos fixos em serviço (acessos por 100 domicílios)	36,1%	32,2%

Fonte: BRASIL, 2015. Ministério das Comunicações de acordo com dados da ANATEL.

A presença e expansão do sistema de telefonia nas cidades do estado introduz a possibilidade de que as trocas de informações sejam realizadas com grande celeridade, fato outrora possível ape-

nas às capitais e centros intermediários ou ainda a algumas poucas cidades que, por terem uma dinâmica econômica expressiva, apresentavam uma boa infraestrutura de comunicação, como é caso das cidades locais. A existência de um novo meio geográfico nos põe diante de uma nova situação, uma vez que as mudanças propiciadas pelo avanço dos novos objetos técnicos permite que não mais seja preciso estar em uma capital ou mesmo num centro intermediário para efetuar a troca de informações de maneira veloz e eficiente, já que a disseminação desse sistema para quase todos os pontos do território possibilita um contato imediato entre os diferentes lugares, independentemente de sua posição na hierarquia urbana.

Em praticamente todos os lugares do estado, desde que se tenha acesso aos serviços de telefonia, qualquer agente pode se comunicar a longas distâncias com rapidez e simultaneidade sem que sejam necessárias intermediações. Logo, a telefonia instalada no território permite a conectividade das cidades com o estabelecimento de diversas redes de articulações, as quais se dão diretamente e, muitas vezes, entre os agentes ou lugares envolvidos. Essa realidade cria, desse modo, uma nova rede de relações entre as cidades para uma série de ações.

Diferentemente do que ocorre com o serviço de telefonia fixa, o sistema de telefonia móvel cresce vertiginosamente no Rio Grande do Norte. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílios (PNAD), em 2005, 31,6% da população do estado utilizava o telefone móvel, percentual que cresce em 2015 para 75,6%, segundo a última pesquisa divulgada pela PNAD (IBGE 2005/2015).

Se nas décadas anteriores (1990, 2000) a telefonia móvel era restrita tanto em função do valor do aparelho quanto do valor da operação, pois se tratava de um serviço o qual as tarifas eram

muito altas, de modo que impossibilitavam o seu uso efetivo, hoje o sistema de telefonia móvel é mais acessível, por existirem aparelhos de preços variados no mercado e várias opções de crediário. Além disso, há ainda um elevado número de pacotes promocionais aos usuários a partir do sistema pré-pago e pós-pago, que permitem a expansão do sistema.

Com a difusão dessa rede de telecomunicações que possibilitou uma maior conexão entre os lugares, a telefonia móvel torna-se um dos principais meios de comunicação utilizados pela população para a realização de diversas atividades. Esse sistema movimenta fluxos de informações, sendo, para muitos, a única opção de telefonia utilizada, inclusive para o trabalho que desenvolvem. É por intermédio desse objeto técnico que uma parcela da população consegue realizar os contatos necessários à realização da sua atividade. Exemplo bastante elucidativo nesse sentido é a comunicação realizada por intermédio do telefone móvel entre as facções de roupas instaladas no interior do estado e as grandes indústrias que as contratam e estão localizadas na Região Metropolitana de Natal, conforme mencionado em entrevista com os gerentes do setor.

Mas, se o serviço de telefonia é difundido no território estadual e de qualquer localidade e é possível o contato com as operadoras responsáveis pelas respectivas áreas de cobertura, o serviço presencial não apresenta a mesma capilaridade. Dessa forma, a realidade ressalta a hierarquia urbana clássica. Considerando apenas as lojas de atendimento presencial da Oi, que teve a Telemar incorporada à sua companhia, dispomos desse serviço, na maioria das cidades, apenas por intermédio das agências do Correios que recebem as demandas e enviam para a operadora. Há uma agência em Mossoró, clusters da empresa em Assú, Currais Novos, Nova

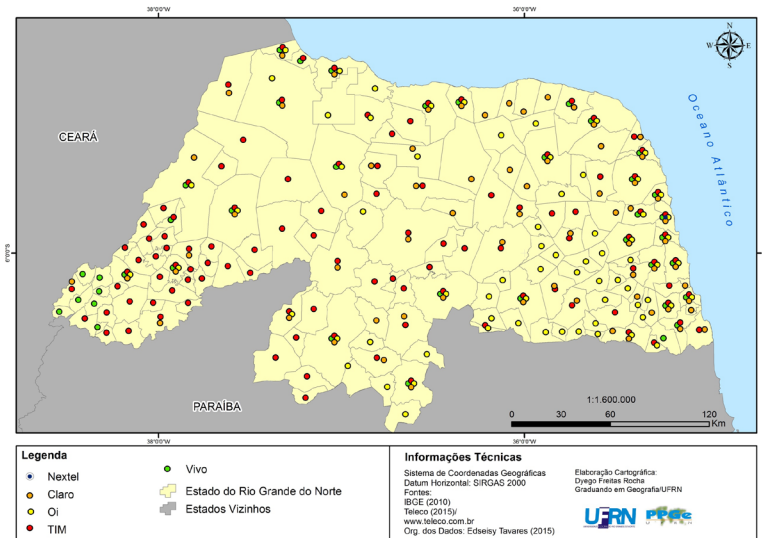
Cruz, Parnamirim, São José de Mipibú e Natal, lojas Oi Atende e lojas próprias apenas em Natal. Portanto, apenas Nova Cruz é uma cidade local, todos os demais centros configuram-se centros de gestão do território e ACP Natal.

Atuam no estado cinco operadoras de telefonia móvel: Vivo, Claro, Tim, Oi e Nextel, esta última presente apenas em Natal, sendo que a maioria dos usuários utilizam o regime pré-pago, o que não difere do ocorrido nas demais partes do país. A que atende o maior número de municípios no estado é a TIM, que atua em 106 dos 167 municípios, seguida da Oi (70 municípios), Claro (67) e Vivo (39) (TELECO, 2015). A força da telefonia móvel no período atual é revelada pela presença do serviço em todo o território estadual, pois todos os municípios têm o atendimento por parte de, pelo menos, uma operadora, conforme podemos verificar no Mapa 5. Aqui é preciso pontuar que apenas algumas cidades contam com a presença das quatro principais empresas que atuam no estado, revelando mais uma vez a seletividade espacial, que, nesse caso, está relacionada aos centros mais dinâmicos do estado do ponto de vista político e econômico.

Estão entre as cidades que tem a atuação da Vivo, Tim, Claro e Oi aquelas que integram a Região Metropolitana de Natal, como Barra de Maxaranguape, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibú e Goianinha. Estas cidades, pelo fato de estarem próximas à capital, o que possibilita a expansão da infraestrutura das operadoras até elas, apresentam uma demanda por esse serviço movimentada pela presença do setor industrial, comércio, serviços, dos quais destacamos o turismo. Além disso, as cidades mantêm uma relação territorial intensa com a capital, o que aumenta os fluxos e possivelmente a necessidade de comunicação dessa popu-

lação. Outros municípios fora da RM de Natal, em função do desenvolvimento da atividade turística, também atraíram para o seu território as quatro operadoras de telefonia móvel, como ocorre com Tibau (do Norte), Tibau do Sul e Martins.

Mapa 5 - Cobertura das empresas prestadoras de telefonia móvel no Rio Grande do Norte em 2015



Fonte: Teleco, 2015.

Destarte, os municípios que têm atuação das quatro empresas operadoras de telefonia móvel são aqueles que, ao longo dos anos, foram dotados de uma melhor densidade técnica e que no período atual participam mais intensamente da divisão territorial do trabalho, com etapas dos circuitos espaciais de produção muito importantes para a economia do estado. Nessas cidades se desenvolvem um setor de comércio e serviços relacionados direta ou in-

diretamente a essas atividades, o que, por conseguinte, intensifica ainda mais o uso da telefonia móvel.

Nesse sentido, outros municípios que destacamos são Assú, Apodi e Mossoró, que apresentam produção de fruticultura irrigada para exportação e ainda atuam no ramo do petróleo e gás natural. Também participam desses circuitos e apresentam alta densidade de operadoras de telefonia móvel Guamaré, Caraúbas, Areia Branca e Macau (particularmente no caso das duas últimas, ainda estão vinculadas à produção salineira). Do mesmo modo, contando com uma importante atividade econômica para o estado e a atuação das quatro operadoras, temos Currais Novos e Parelhas que desenvolvem a mineração. Ainda temos nessa conjuntura Caicó (circuito espacial de produção têxtil e de confecções) e Santa Cruz, que entendemos exercerem tal atratividade de operadoras de telefonia móvel devido à presença em seus territórios de uma forte concentração de serviços, dos quais destacamos os educacionais. Assim, podemos observar tanto centros de gestão quanto centros locais contando com 4 operadoras de telefonia móvel. Nos centros locais, ocorre sobretudo o caso das cidades locais. Ainda enquanto cidade local, Goianinha também se insere nesse padrão funcional, mas, especificamente em relação a esse centro, além de compor a RM de Natal, entendemos que essa densidade de operadoras é da centralidade que a cidade sempre exerceu em relação aos municípios vizinhos, mesmo que não seja identificada nos estudos realizados pelo IBGE.

A partir do exposto, entendemos que, entre outros fatores, convergem para a maior ou menor densidade de telefonia móvel nos lugares o fato de se ter “atividades econômicas mais ou menos modernas, níveis de renda, densidade da população urbana e rural, padrões de consumo, demandas não atendidas de telefonia fixa” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 84).

Além da telefonia, a internet é outro elemento essencial do sistema de telecomunicação. Esse sistema exerce grande influência sobre o uso do território estadual, tanto do ponto de vista material quanto das ações, uma vez que reorganiza as relações dos processos produtivos hegemônicos e os demais usos, os quais revelam diferentes tipos de interações territoriais ocorridas no período atual entre os subespaços estaduais e as diversas escalas espaciais. Daí Castells (1999, p. 89) afirmar que “a lógica de funcionamento de redes, cujo símbolo é a Internet, tornou-se aplicável a todos os tipos de atividade, a todos os contextos e a todos os locais que pudessem ser conectados eletronicamente”.

As presença da telefonia e da internet no território, aliadas à acessibilidade dos agentes a esses sistemas técnicos, são de extrema relevância para a participação do estado na atual divisão territorial do trabalho, com a realização de etapas do circuito espacial de produção que exigem a comunicação e informação rápida e eficiente entre as áreas envolvidas no processo produtivo.

Diante desse contexto, as reflexões de Dias (1995, p. 148, tradução nossa) são extremamente pertinentes, quando nos diz que,

A história da rede urbana durante esta última fase coincide em grande parte com a história das redes de telecomunicações. De fato, a dispersão das atividades manufatureiras através do território e a concentração concomitante de funções de comando e de controle só foram possíveis a partir do dia em que as relações espaciais adquirem realmente fluidez.

Assim, para que ocorra a interação entre as cidades a partir da movimentação material e imaterial, sobrepõem-se e se impõem, nas palavras de Dias (1995), os fluxos de informação. O

acesso à internet que chega às residências dos brasileiros em 1995, similarmente ao ocorrido com os serviços de telefonia, foi restrito, e sua universalização encontrou algumas dificuldades para ser alcançada, tanto por questões técnicas, quanto também políticas. Entretanto, no período atual, as conexões crescem num ritmo acelerado, de modo que tínhamos 214.116 acessos em janeiro de 2010 (Acesso à internet - Banda Larga: Fixa+3G+4G) e 2.562.698 em 2014. Essa expansão de acesso mais proeminente se dá por intermédio da Banda Larga móvel 3G, que totaliza 2.265.527 acessos (BRASIL, 2015) e, de certo modo, está atrelada aos projetos de universalização implementados a partir de 2012. De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em setembro de 2016, os 167 municípios do estado eram atendidos pelo Plano Nacional de Banda Larga e 100 municípios eram cobertos por internet banda larga móvel; quanto aos acessos, foram 271.159 à internet por intermédio de internet fixa e 2.882.156 acessos móveis de internet banda larga.

A internet e os outros meios de telecomunicações ainda adquirem relevância no contexto da estrutura da rede urbana do Rio Grande do Norte, no período técnico-científico-informacional, pelas possibilidades que operam nos serviços bancários. É por intermédio dessas ferramentas que é possível a atual diversidade de fixos geográficos bancários, sua distribuição e forma de operacionalização, significando uma situação que redefine as conexões entre os lugares para a realização desses serviços, inclusive para a efetivação dos diversos usos do território que os fixos bancários permitem.

Além dos serviços bancários, a utilização dos serviços de internet é fundamental para a realização de vários usos do território relacionadas às atividades produtivas, pois estando o comando localizado em um centro e as demais etapas em outros, faz-se ne-

cessário a circulação das informações. É nessa medida que também temos a defesa de que não existe uma única hierarquia na rede urbana, pois a internet possibilita à divisão territorial do trabalho superpor à rede regional uma rede de interação entre as áreas envolvidas no circuito, que não coincide com a estabelecida para a realização de determinadas atividades como, por exemplo, a de acesso ao comércio, aos serviços produtivos e aos serviços de educação presencial.

Todavia, embora seja evidente a expansão dos serviços de telecomunicações de forma mais proeminente no que se refere à telefonia móvel e a internet, é clara, por exemplo, a diferenciação de acesso à internet entre a sociedade pela questão da renda, já que são as classes de maior rendimento que apresentam os maiores percentuais de acesso ao serviço. Além da acessibilidade ocorrer de forma diferente pela distinção de classes de rendimentos, o uso do território é outro elemento diferenciador de densidade, pois usado como recurso por um grupo de empresas hegemônicas, concentra-se em algumas áreas toda uma rede de infraestrutura para que os serviços de telecomunicações possam se realizar, enquanto que quando usado como abrigo, não dispõe predominantemente da mesma densidade técnica e informacional.

Desse modo, o território norte-rio-grandense apresentou usos que gozam de maior densidade e de sistemas técnicos mais avançados, enquanto outros permaneceram, embora com maior acessibilidade, a determinados serviços de telecomunicações, utilizando sistemas técnicos pretéritos, menos influentes, como nos diz Iozzi (2005) sobre os sistemas de telecomunicações usados pelos agentes hegemônicos e hegemonzados, respectivamente. A autora ainda acrescenta que, no primeiro caso, há a circulação de informação produtiva, que servem as empresas, à medida que no segundo circulam informações banais.

Nesse sentido, precisando de sistemas eficientes, criam-se redes corporativas que garantem a comunicação entre unidades de uma empresa de modo seguro e rápido com a utilização de sistemas próprios de telecomunicações, sendo esses o alvo de interesse de investimento de muitas empresas de telecomunicações, dado os lucros envolvidos na prestação desse tipo de serviço.

Como trata-se de um serviço privatizado, é relevante destacar que a atuação de empresas concorrentes gerou conflitos no que se refere a interconexão das redes e dos usos comuns de suas redes técnicas, fazendo com que as empresas atuem em lugares que garantam a rentabilidade dos altos investimentos, de modo que, para Dias (1995, p. 141), “as redes de telecomunicações jogam assim um papel essencial não somente em matéria de competitividade econômica, mas igualmente em termos de ‘competitividade espacial’ - entre cidades, regiões e nações”. Isso acaba por densificar de modo diferente os espaços. Também realçamos que a forma como ocorreu a distribuição das áreas de concessão não possibilitou uma real competição e sim um monopólio que deixou de ser estatal para ser de algumas empresas, conforme entendimento de Toledo Júnior (2003) e Iozzi (2005).

Enquanto a privatização da Telebrás não cumpriu as metas de universalização e barateamento para os usuários dos serviços de telecomunicações, medidas adotadas pelo governo federal no final do governo Lula foram essenciais para a expansão do acesso à internet em várias partes do país, inclusive no Rio Grande do Norte. De acordo com o Ministério das Comunicações, o decreto nº 7.175 cria o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) cujo objetivo principal é “massificar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes da tecnologia” (BRASIL, 2012, p. 1). Por intermédio de investimentos em sistemas técnicos e

ações políticas e econômicas, o governo visava permitir o acesso à internet gratuita e/ou a baixos custos à população de várias partes do país, de modo a garantir o seu desenvolvimento econômico e social.

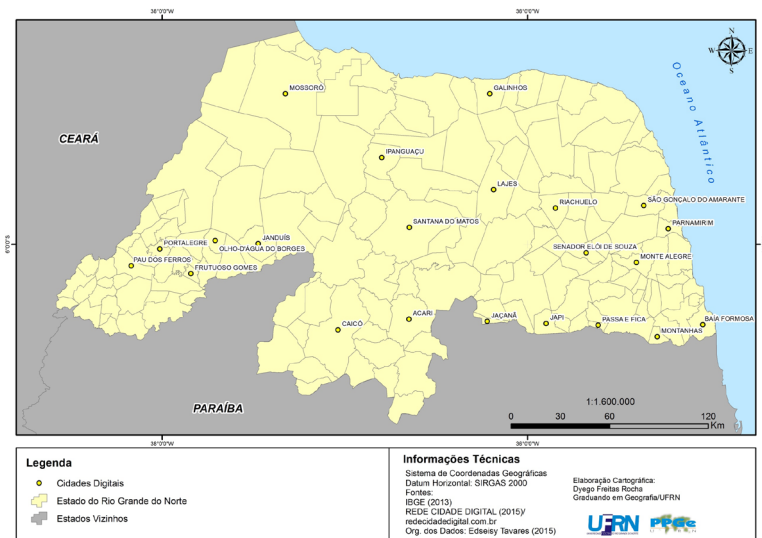
A reativação da Telebrás foi uma peça estruturante nesse sentido, dado que era necessária a atuação de uma empresa estatal para que fosse disponibilizada uma internet de banda larga mais barata, além de ser uma medida que dava condições ao governo de administrar o setor de telecomunicações. Contudo, a empresa agora teria a função de estimular a concorrência como forma de pressionar o barateamento e a redução dos preços das operadoras. Em várias áreas do território nacional, foram implantados programas como telecentros que consistem num “Ponto de Inclusão Digital – PID, sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos” (BRASIL, 2014, p. 1) e cidades digitais que, dentre outros aspectos, oferecem internet gratuita para a população e serviços prestados pela Telebrás e outras concessionárias com velocidade de 1Mbps, por mensalidades de R\$ 35,00.

No Rio Grande do Norte, esses dois projetos ainda precisam ser aperfeiçoados, pois o Cidades Digitais, por exemplo, encontra-se apenas em 22 municípios, conforme expõe o Mapa 6. Em tais cidades, de acordo com as informações da Rede Cidade Digital, no mínimo se tem a oferta de acesso gratuito de internet em toda ou parte de sua área urbana e/ou rural; e/ou disponibilidade de ferramentas e infraestruturas de governo eletrônico (e-gov), com serviços de atendimento via web ou ligação de órgãos e prédios públicos por meio de cabeamento óptico.

Em relação aos planos de internet com velocidade de 1Mbps por R\$ 35,00 mensais, entende-se que é um dos maiores meios de crescimento de acesso à internet com o PNBL e, portan-

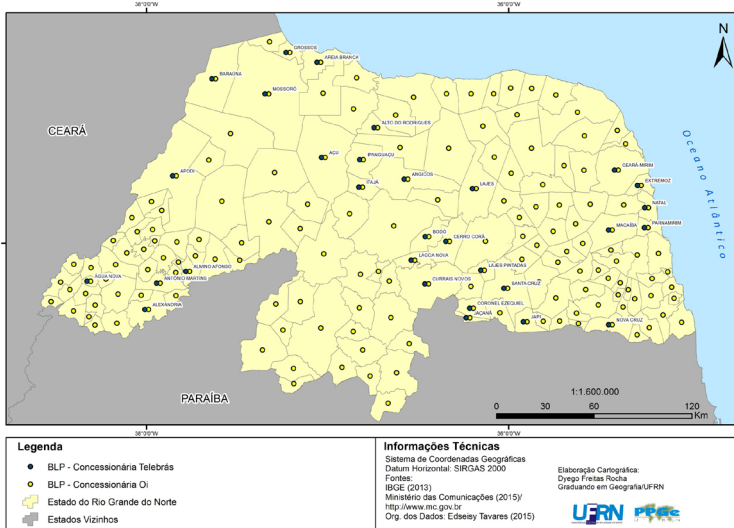
to, de atendimento à população e ao território do Rio Grande do Norte. Operam no estado a Telebrás, com infraestrutura própria ou de parceiros em 30 municípios, e a concessionária Oi, que está presente em todos os 167 municípios potiguarenses (Mapa 7). Todavia, analisando a realidade do território estadual, concordamos com Santos (2014) que, apesar de toda a expansão e avanços, as metas para os serviços de telecomunicações almeçadas com o PNBL quanto à competição, universalização e qualidade dos serviços ainda não foram cumpridas.

Mapa 6 - Cidades digitais no Rio Grande do Norte em 2015



Fonte: RN Rede Cidade Digital, 2015.

Mapa 7 - Cidades do Rio Grande do Norte atendidas pela Banda Larga Popular em 2015



Fonte: Brasil, 2015. Ministério das Comunicações.

Mas a presença desses sistemas técnicos no território do estado já possibilita mudanças na estruturação da sua rede urbana, dado que as redes de interações territoriais podem ser superpostas a sua hierarquia tradicional, pela conexão interescalar, sem que sejam necessários passar por centros hierarquizados. Muitos circuitos espaciais produtivos que têm etapas no território potiguar precisam desses sistemas técnicos para garantir a sua reprodução, como é o caso do envio e recebimento de informações produtivas, controle de circulação, comunicação com os círculos de cooperação para a realização das atividades financeiras, por exemplo. Assim, produz-se uma estruturação diferenciada na rede urbana do estado, com as cidades diretamente articuladas com os territórios envolvidos na atividade produtiva.

A existência da internet nas cidades do Rio Grande do Norte também permite que uma série de atividades que outrora

precisavam ser buscadas presencialmente e, em sua maioria, em outros centros mais densos no contexto regional ou estadual, possam ser realizados nas próprias cidades, como, por exemplo, a compra de um produto, ou mesmo a utilização de um serviço que pode ir de um agendamento ou cadastramento até mesmo ao seu uso, como é o caso do Ensino à Distância. Nesse contexto, a rede urbana é reestruturada, porque as interações estabelecidas pelas cidades podem ocorrer com diversas escalas diferentes para cada uma das atividades que se buscam, revelando uma coabitação de redes que ainda se superpõem àquelas que se realizam por intermédio de conexões presenciais.

As situações descritas são bastante comuns nos usos atuais do território, pois como nos diz Ferreira (2003) as telecomunicações e a informática reestruturam o território, permitindo fluidez dos investimentos e novas formas de produção e consumo.

Diante de tal contexto, é notória a significância dos sistemas de telecomunicações para as novas possibilidades de estruturação da rede urbana, uma vez que a suas evoluções permitem uma maior abrangência nas interações territoriais, com a articulação simultânea de lugares em diversas redes, independente da escala ou da posição que ocupam.

4

REDE URBANA E REDE DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, POSTAIS E EDUCACIONAIS NO RIO GRANDE DO NORTE: "COEXISTÊNCIA" DE HIERARQUIAS

é próprio das «redes» urbanas nos países subdesenvolvidos estarem altamente submetidas a uma sucessão de mutações muito rápidas, que as fazem muito vulneráveis (SANTOS, 2008b, p. 160).

A constituição mais intensa do meio técnico-científico-informacional no território do Rio Grande do Norte ocorre a partir dos anos 1990. A modernização técnica do território nesse período pode ser verificada pela instalação dos novos sistemas de engenharia, mas também pela produção de fixos geográficos relacionados à

expansão de serviços, dos quais destacamos os bancários, os postais e os educacionais. Esses fixos passam por um processo de expansão nesse período, em virtude de se tornarem cada vez mais importantes na vida cotidiana da população, mas também do Estado e dos agentes econômicos. Os serviços bancários, postais e educacionais se difundem de forma expressiva no estado, dotando o território de suas redes, as quais estão carregadas da presença de técnica, ciência e informação e cujos fluxos estruturam a rede urbana.

Assim, a análise da rede urbana a partir das redes de serviços bancários, postais e educacionais se dará por intermédio dos fixos, ou, como nos informa Santos (1996), com base nos objetos localizados, ou seja, nos fixos bancários, postais (correios) e educacionais, para que sejam identificadas como são estabelecidas as conexões entre os lugares, pois “a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos” (SANTOS, 1996, p. 78).

A partir da topologia espacial desses serviços, fica evidente uma nova configuração da rede urbana estadual, uma vez que as cidades do território potiguar são dotadas de novos conteúdos e papéis advindos, principalmente, da diversificação dos serviços que podem ser prestados em função da presença desses objetos geográficos.

Diante desse contexto, precisamos aqui abrir um parêntese para dizer que, no caso das pequenas cidades do noroeste do Paraná, é possível afirmar que a rede urbana não é alterada pela dinâmica promovida pelas atividades que atendem ao consumo diário e às necessidades básicas, como analisado por Endlich (2006). Isso não acontece no Rio Grande do Norte, pois a instalação e expansão dos serviços bancários, de educação e postais ocorridas no atual período modificam as articulações entre os diversos centros. Assim, fica evidente que, em cada território, a integralização das ações se dá diferentemente e sua inserção também modifica as

condições do meio em que se instala, pois “cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes” (SANTOS, 2012, p. 59).

A situação dos serviços bancários, postais e educacionais no atual período no território potiguar demonstra mudanças significativas na orientação de alguns fluxos relacionados a esses serviços, o que provoca a superposição de redes, provocando o reforço de hierarquias, mas também a criação de outras e até o estabelecimento de relações não-hierárquicas. Desse modo, tem-se um processo que repercute sobre a estrutura da rede urbana, abrindo a possibilidade para que inúmeras formas de interação espacial sejam realizadas nos diferentes lugares, pois as interações territoriais estabelecidas e as escalas envolvidas são relativas, as quais dependem do tipo de serviço que se busca ou do sistema técnico que se utilize.

4.1 “HIPERCAPILARIDADE” DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS, RUPTURAS NA HIERARQUIA URBANA CLÁSSICA

A difusão do meio técnico-científico-informacional trouxe novos conteúdos a quase todos os interstícios da vida social. Especificamente em relação aos serviços bancários, temos a disseminação de uma série de fixos geográficos destinados à expansão das finanças e à prestação dos serviços bancários. De acordo com Silveira (2015, p. 258),

Quanto mais rapidamente se difundem as variáveis do período na rede urbana, através de atividades técnico-científicas, grandes

bancos e instituições financeiras, comportando a mais recente vaga de modernização territorial, mais transformações nas articulações verticais entre agentes e atividades se verificam.

Esta situação está relacionada, por exemplo, às mudanças ocorridas na divisão territorial do trabalho e nas relações sociais e de trabalho, tendo em vista que novas demandas são exigidas dos lugares que precisam de adequação para permitir que os fluxos financeiros cheguem a todos os pontos do território. Refletindo sobre essa questão, Santos (1989a, p. 79) nos diz que em meio às “novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há uma maior expressão do assalariado em formas diversas [...], uma necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário”. Assim, teremos, como evidencia Santos (2005, p. 56), ao tratar da nova urbanização, “a presença de ramificações do sistema bancário, até mesmo em núcleos menores”, pois o capital financeiro tende a não deixar de lado nenhuma parcela do território.

Catelan (2012, p. 92), analisando os conteúdos da centralidade regional de Bauru, Marília e São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, em estudo sobre as interações espaciais interescares em cidades médias, ressalta que tais cidades apresentam um processo de diversificação e ampliação no comércio, e que outros setores “também vêm apresentando crescimento como o setor bancário, cujo crescimento está associado ao desempenho de atividades comerciais, industriais e de serviços”. Essa situação também ocorre nas cidades do Rio Grande do Norte com os novos usos do seu território, conforme enfatizado por Silveira (2015, p. 247), “revelando um momento novo do modo de produ-

ção capitalista, as finanças em estado puro tornam impossível sua separação da produção, seja qual for o ramo de atividade”.

A presença de diversos circuitos espaciais produtivos no território potiguar reforça a criação dos novos fixos geográficos bancários, os quais, em função de sua topologia, superpõem a antiga hierarquia da rede estadual, uma rede de serviços bancários à população. De acordo com Santos (1989a), a creditização do território propicia nova qualidade ao espaço e, portanto, à rede urbana. No entanto, é preciso ressaltar que a evolução apresentada por esse serviço foi possível em razão das condições técnicas características do período, considerando que a difusão no território de técnica, ciência e informação é capaz de modificar os seus conteúdos técnicos, normativos e organizacionais. Nesse sentido, a “creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva, não seriam possíveis sem a informatização do espaço brasileiro” (SANTOS, 1989a, p. 79).

Tal informatização do território é garantida pelas redes de telecomunicações, que autorizam a realização, pela rede bancária, de transações financeiras e informacionais de forma instantânea e segura, assim como permite que se tenha uma organização formada por um comando geral o qual gerencia uma infinidade de agências em diversas escalas, sem falar no número de operações possíveis de serem realizadas, por exemplo, por intermédio dos caixas eletrônicos, pelo uso do telefone móvel e fixo, pelo computador e pelos correspondentes bancários, que realizam suas ações pelo acesso aos sistemas técnicos de telecomunicações, principalmente a internet.

Dias (1992) nos ajuda a refletir sobre essa questão quando, ao exemplificar o contexto histórico do banco Bradesco no território brasileiro, nos diz que, para a transição de uma rede de abran-

gência regional para uma atuação nacional, ocorre a necessidade de adoção de novas formas econômicas e jurídicas, como também de instrumentos técnicos. A autora acrescenta ainda que, entre os diferentes agentes que fazem uso das novas redes de telecomunicações, o maior usuário é o sistema financeiro. Ainda de acordo com ela, é em função da grande demanda de informações com necessidade de tratamento e difusão que são intensificados os investimentos nas telecomunicações e informática, inclusive implantando os circuitos nacionais e internacionais de comunicação de dados. Segundo Dias (1992, p. 46), “a informatização do banco traz economias de tempo que atingem, seja o trabalho interno das agências, seja a circulação das informações entre as agências e a sede”.

De tal modo, a informatização que propiciou a expansão da rede de telecomunicações e, conseqüentemente, a integração do território também permitiu a efetivação da reforma financeira de 1964-1967, promovendo um processo de concentração/dispersão, o qual diminuiu paulatinamente o número de bancos, mas aumentou o número de agências bancárias que serão mais bem distribuídas no território, a partir desse período. Esse processo também foi acompanhado pela “progressiva criação de redes nacionais de bancos comerciais” (CORRÊA, 2006, p. 64), dos quais merece destaque, pela representatividade assumida no país, a partir de 1985, o Bradesco. De acordo com Corrêa (2006), foram desaparecendo os pequenos bancos locais, que atuavam em uma única localização e não possuíam agência, enquanto cresciam os bancos de atuação regional, inicialmente e depois os de atuação nacional, que apresentavam a gestão concentrada, mas uma dispersão de agências por todo o país.

As novas técnicas da informação, características do período, evoluem cada vez mais no sentido de ampliar o alcance e au-

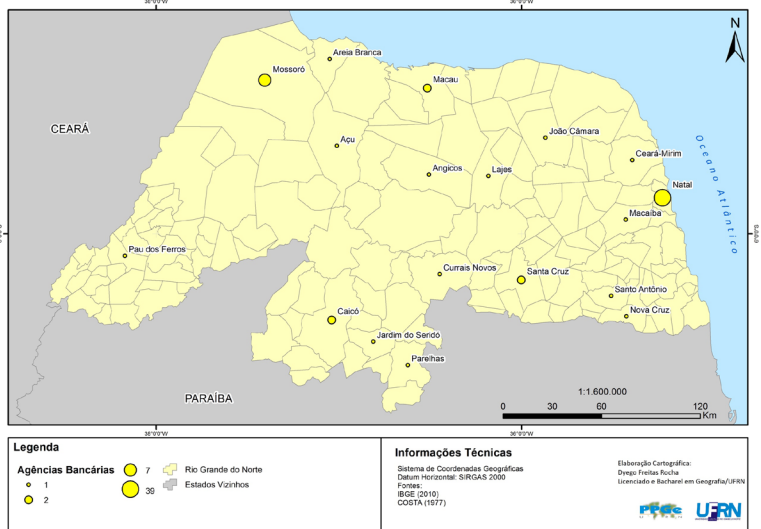
mentar a velocidade de deslocamento dos fluxos financeiros, tanto em direção as áreas “opacas” quanto “luminosas” (CONTEL, 2011), embora diferenciadamente, alterando, desse modo, as conexões entre as cidades. A essas mudanças técnicas, somam-se uma série de ações que culminam com a nova situação do período no que se refere aos sistemas financeiros e bancários, que foi denominada por Contel (2011, p. 159) de “Verticalização do sistema bancário nacional”, a qual se institui a partir das privatizações e da “hipercapilaridade das finanças no território” (CONTEL, 2011, p. 249), analisadas pelo autor no período compreendido entre 1994 e 2010.

No Rio Grande do Norte, a topologia que esses serviços passam a apresentar, indo das agências à hipercapilaridade das finanças, em outros termos, das formas tradicionais às modernas, influenciam na estrutura apresentada pela sua rede urbana no período atual. Inicialmente, precisamos destacar que, diferentemente da produção que se espacializa de forma seletiva no território, como veremos na análise sobre o uso do território por alguns circuitos espaciais produtivos no estado, as finanças buscam a sua totalidade (SILVEIRA, 2007a). Tanto os consumidores quanto as empresas são alcançadas hoje pelo sistema financeiro, embora de formas diferentes, algumas com maior intensidade e outras com menor, sendo reduzido o número de empresas, por menores que sejam, que não utilizam algum serviço bancário.

Dessa forma, a topologia dos fixos bancários demonstra uma redefinição na rede de relações estabelecidas para a prestação desse serviço entre as cidades do Rio Grande do Norte. Dependendo da região ou estado, a rede de agências bancárias vivencia no período atual uma regressão, mas também uma expansão concentrada. No Rio Grande do Norte, na década de 1970, não apenas o número de estabelecimentos bancários era reduzido (65 no total)

como eram extremamente concentrados (Mapa 8), revelando uma estrutura urbana bastante hierarquizada para esse tipo de serviço, todavia, no período técnico-científico-informacional, outras circunstâncias se apresentam em relação a tais fixos.

Mapa 8 - Distribuição espacial das agências bancárias no Rio Grande do Norte em 1972



Fonte: Costa, 1977.

A rede de agências bancárias do Rio Grande do Norte na década de 1970 ratificava as centralidades da rede urbana do estado no período. As agências se localizavam predominantemente nos centros urbanos que apresentam algum nível de centralidade, segundo o IBGE/REGIC (1972), sendo os únicos municípios que contavam com agências e que não exerciam centralidade extralocal Areia Branca e Santo Antônio¹². No entanto, é preciso ressaltar

¹² Macaíba tinha agência no período em análise, mas como compõe a ACP Natal, não apresenta classificação quanto ao seu nível de centralidade específico, nos

que, mesmo alguns centros que apresentam algum nível de centralidade, como os centros locais B (Acari, Canguaretama, Caraúbas, Patu, São Miguel e Umarizal), não havia agências.

Em 1994, já se tem dobrado o número de agências bancárias, totalizando 137. Em 2010, são 166, e no ano de 2015, são 216 no total (BRASIL, 2015). No entanto, mesmo diante da expansão e da instalação em cidades que não contavam com esses serviços, permanecem seguindo um padrão concentrador, pois dos 167 municípios, 113 não têm agências bancárias (Mapa 9). Os bancos que apresentam uma maior dispersão de agências no estado são os bancos públicos. As agências dos bancos privados, com exceção dos Bancos Bradesco, Itaú, HSBC e Santander, localizam-se apenas em Natal. Entretanto, chama-nos atenção a dispersão das agências do Bradesco, que estão em 24 cidades¹³, assim como de outros fixos financeiros desse banco, que buscam territorialidades para além das cidades já concentradoras (QUADRO 3).

Quadro 3 - Número de cidades que abrigam agências dos principais bancos privados localizados no Rio Grande do Norte em 2015

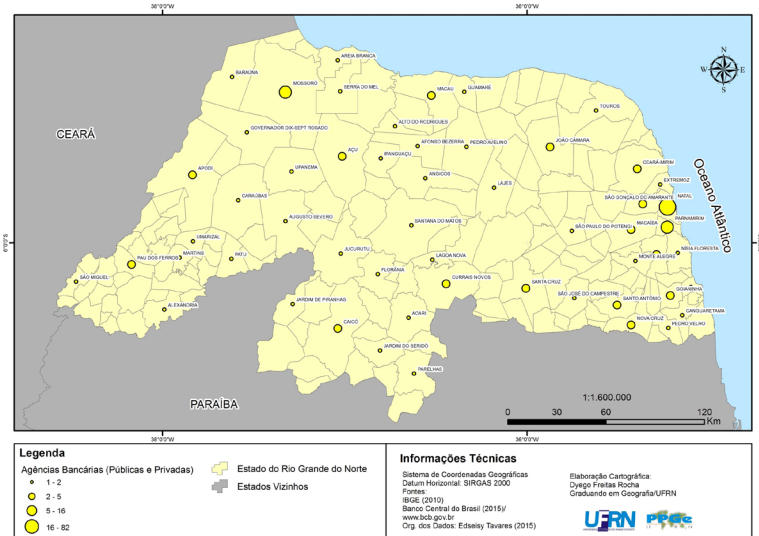
NÚMERO DE CIDADES QUE ABRIGAM AGÊNCIAS	BANCO BRADESCO S.A	ITAÚ UNIBANCO S.A.	HSBC BANK BRASIL S.A.	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
	24	5	2	2

Fonte: Banco Central do Brasil, 2015.

estudos realizados pelo IBGE/REGIC (1972, 1987, 2000, 2008).

13 Natal, Mossoró, Baraúna, Apodi, Caraúbas, Pau dos Ferros, Macau, Assú, Caicó, Currais Novos, Parelhas, Santa Cruz, João Câmara, São Paulo do Potengi, Ceará-Mirim, Santo Antônio, Nova Cruz, Goianinha, Canguaretama, Monte Alegre, São José de Mipibú, Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante.

Mapa 9 - Distribuição espacial das agências bancárias no Rio Grande do Norte em 2015



Fonte: BRASIL, 2015. Banco Central do Brasil.

Apesar de ainda ser bastante concentrada, a localização das agências bancárias no Rio Grande do Norte, em 2015, não se restringe mais às cidades intermediárias, como em períodos anteriores. Cidades de diversos níveis de centralidade urbana contam com esses fixos bancários, até mesmo centros locais. Contudo, é notório que, para além daquelas que são consideradas centros de gestão do território, as agências se localizam em cidades locais que identificamos como apresentando maior dinâmica urbana, seja por abrigarem importantes circuitos espaciais produtivos para a economia estadual ou por serem centros urbanos que, no último estudo do IBGE, foram considerados como centros locais, mas que nos estudos precedentes exerciam algum nível de centralidade, como Areia Branca, Baraúna, Caraúbas, Alto do Rodrigues, Ipanguaçu, Jucurutu, Jardim de Piranhas, Angicos, Acari,

Ceará-Mirim, Touros, Goianinha, Nova Cruz, Lajes e Jardim do Seridó. Assim, apenas 10 agências estão localizadas em centros locais de menor dinâmica urbana, uma vez que as agências de Governador Dix-Sept Rosado, Afonso Bezerra e Pedro Avelino foram transformadas, em 2017, em Posto de Atendimento.

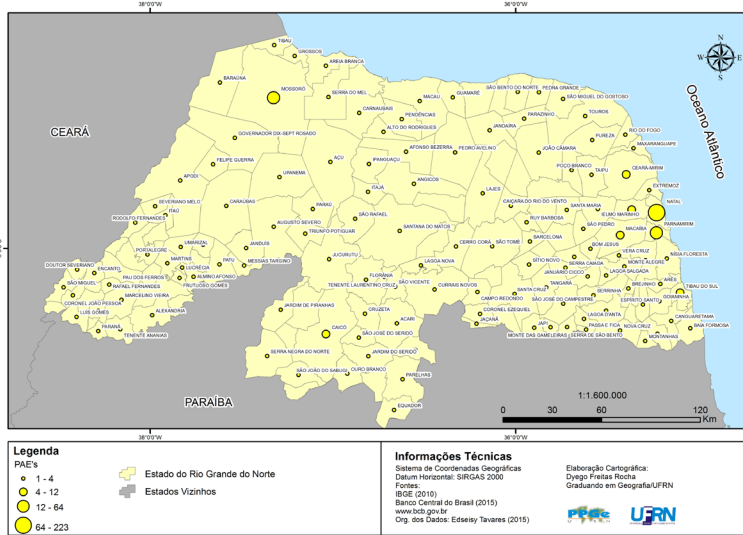
Assim, a geografização dessas agências no território estadual vem ocorrendo nas cidades que já apresentavam uma centralidade na rede urbana do estado e nas que a partir dos novos usos do território vão se tornando mais atrativas para prestação de serviços bancários. Compreendemos a importância dessa expansão das agências para a estrutura da rede urbana também, porque, como nos aponta Contel (2011), ao se instalarem, dinamizam a vida econômica local (principalmente no caso das cidades menores), engendram fluxos de pessoas que a essas se direcionam, podendo inclusive estimular outras atividades, e o contingente de funcionários que abrigam. Além das agências, os Postos de Atendimento Avançado (PABs), que são menos complexos que as primeiras, também estão concentrados territorialmente. Dos 39 existentes no Rio Grande do Norte, 29 se localizam em Natal e 5 em Mossoró, estando os demais distribuídos entre Caicó, Macaíba, Parnamirim e Baía Formosa.

No entanto, enquanto a acessibilidade às agências e aos PABs mantém uma situação de dependência em relação aos centros de maior centralidade do território e a alguns centros locais mais dinâmicos, a inserção de outros fixos geográficos vem levando a rede urbana a apresentar uma estrutura menos hierarquizada para a realização de uma diversidade de atividades bancárias. Os Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAEs), que são os locais onde se instalam os ATMs ou Caixas eletrônicos, mas principalmente os correspondentes bancários, modificam signifi-

cativamente as interações espaciais entre as cidades, pois muitos serviços podem agora ser realizados sem a necessidade de deslocamentos à uma cidade intermediária.

A maioria das cidades do Rio Grande do Norte conta com pelo menos, um PAE, que realiza diversas funções as quais, anteriormente, eram possíveis apenas nas agências (Mapa 10). Esses fixos se encontram em 131 cidades do estado, contudo geralmente se restringem a poucos terminais por cidades (1 ou 2), com exceção de Natal e alguns municípios de sua Região Metropolitana e nas cidades mais densas do ponto de vista técnico, muitas estando relacionadas às áreas que apresentam importantes atividades para o estado na divisão territorial do trabalho, como Mossoró, Caicó, Assú, Santa Cruz e Pau dos Ferros. Destacamos o caso de Tibau do Sul, que tem proporcionalmente um número relativamente alto desses equipamentos, o que entendemos ser relacionado ao fluxo movimentado pelo turismo. Mesmo diante do fato de serem escassos, a presença desse serviço já interfere na relação interurbana, pois muitas atividades bancárias podem ser acessadas nas próprias cidades, ou em suas vizinhas, sem que precisem recorrer a uma cidade intermediária.

Mapa 10 - Distribuição espacial dos Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAEs) no Rio Grande do Norte em 2015



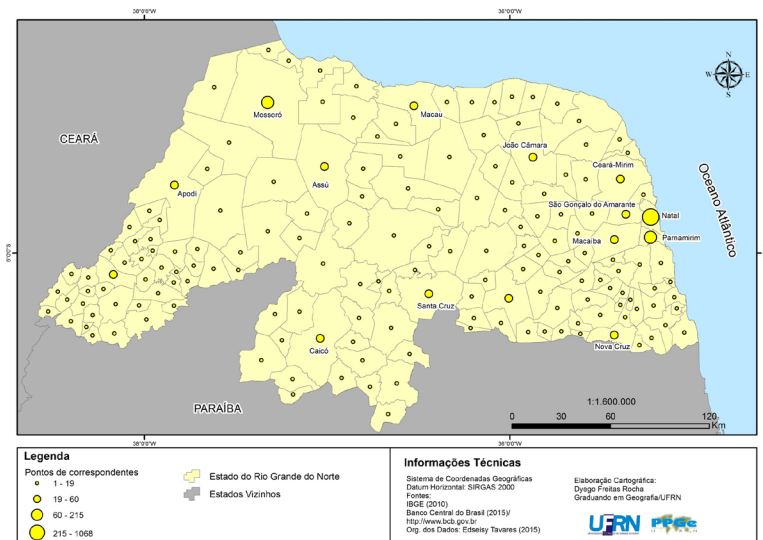
Fonte: BRASIL, 2015. Banco Central do Brasil.

Em relação aos correspondentes bancários, o impacto sobre a estrutura da rede urbana ainda se dá de forma mais acentuada, pois, segundo dados do Banco Central do Brasil de 2010, sua distribuição compreendia todos os municípios do estado, mesmo que com densidades diferentes. Conforme elucida Contel (2011), sendo mais flexíveis quanto à sua localização potencial, os correspondentes rapidamente se difundem, capilarizando quase todo o território, principalmente nas suas “áreas opacas” (Mapa 11). Como requerem um baixo investimento em sistemas técnicos para funcionar, precisando apenas de um funcionário que é treinado pelo próprio banco, energia elétrica, um computador ligado ao banco contratante, telefone fixo ou móvel e são abrigados em um estabelecimento comercial já existente, tais objetos geográficos se expandem nas cidades do estado com mais facilidade (CONTEL, 2011).

Os correspondentes atendem às necessidades básicas, em relação às atividades bancárias, requeridas por grande parte da população do interior do estado, sobretudo das cidades menores e não tão dinâmicas, permitindo a expansão da acessibilidade da população a determinados serviços financeiros, sem que seja necessário se recorrer a uma agência localizada em outro centro urbano. Estão entre os principais serviços realizados pelos correspondentes: pagamentos simples, depósitos, saques de baixas quantias de dinheiro e recebimento de benefícios sociais. Assim, esse fixo geográfico-financeiro se tornou, no período atual, um dos mais usados pela população do estado, porque está mais próximo e acessível que os tradicionais e não apresenta as dificuldades de operacionalização que os PAEs podem significar para algumas pessoas.

Assim, destacamos a importância que a hipercapilaridade das atividades bancárias e finanças por intermédio dos correspondentes tem no território, principalmente em relação a alguns bancos, tais como: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco. Esses bancos são uma grande fonte de recebimento de contas de serviços públicos, pagamentos de salários da esfera pública e também privada e são instituições que pagam uma quantidade significativa de pensões e aposentadorias. No caso da Caixa Econômica Federal, ainda temos o repasse do seguro-desemprego e do benefício do Programa Bolsa família, o qual pode ser sacado nos seus diversos fixos bancários.

Mapa 11 - Distribuição espacial dos Correspondentes Bancários no Rio Grande do Norte em 2010



Fonte: BRASIL, 2015. Banco Central do Brasil.

A partir do exemplo da Caixa Econômica Federal e de sua atual capilaridade, Contel (2011) nos afirma que as populações carentes do território são atingidas nos seus respectivos municípios de residência. Portanto, não há a necessidade de deslocamento em direção a uma outra cidade para se buscar esse tipo de serviço.

A representatividade desses bancos também está relacionada às suas localizações, que além de poder se instalar em vários tipos de estabelecimentos comerciais, apresentam parcerias com as Casas Lotéricas e o Banco Postal, a marca utilizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Analisando o caso dos Correios, que é uma instituição presente em todas as cidades do estado, enfatizamos o peso que ela tem para o banco que atua em sua parceria, no volume de transações que passa a realizar e porque

“sendo as agências do Correios especializadas na circulação de informações, seu conjunto pode ser considerado como uma rede geográfica privilegiada para a instalação de um sistema de prestação de serviços bancários” (CONTEL, 2011, p. 248). A primeira parceria dos Correios foi com o Bradesco, vigorando de 2001 a 2011, e foi seguida pela instituída com o Banco do Brasil, vigente desde 2012. A distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros em 2013 (Mapa 12) já demonstra um panorama do quão intenso é no território do estado o uso desses serviços. Nessa perspectiva, sendo essas algumas das atividades mais recorrentes em muitas cidades do Rio Grande do Norte, não há mais a necessidade de se procurar um centro maior para ter atendida essa demanda.

A nova dinâmica propiciada pelos usos do território no período atual não intensifica apenas a rede de agências, postos e correspondentes bancários, mas também a utilização de outros serviços, como o banco por internet, que também desarticula as conexões físicas estabelecidas pelos fluxos entre as cidades. Ainda nesse contexto de expansão dos serviços bancários e financeiros no território, destacamos a disseminação dos cartões de débito e crédito, que abrem novas formas de relações entre as pessoas, as instituições e os lugares. Uma das explicações para a expansão dos sistemas que envolvem os terminais e os cartões se relaciona, por exemplo, à indução do consumo de diversos serviços como também de produtos no mercado local e/ou regional nas novas modalidades de comércio varejista.

Mapa 12 - Distribuição espacial dos bens imóveis locados pelos Correios em 2013



Fonte: Correios, 2013.

Destarte, assim como ocorre em outros lugares, a maior dinamicidade econômica no território do estado solicita a expansão de atividades bancárias, as quais, por sua vez, também criam uma maior dinâmica econômica, dado que, como nos lembra Silveira (2007b, p. 161), “um tecido financeiro onipresente exerce influência sobre as formas e normas de consumo das classes médias e dos pobres”.

Desse modo, conforme nos foi possível constatar, a instalação dos fixos geográficos bancários/financeiros no território potiguar no período técnico-científico-informacional influencia a estrutura da rede urbana, visto que a expansão e presença dos novos fixos nos lugares criou outras redes de relações entre as cidades que não correspondem às hierarquias tradicionais. Nessas, por exemplo, há uma série de serviços bancários que, para serem realizados,

não exigem mais que ocorra o deslocamento para centros urbanos de maior nível de centralidade.

Porém, não são apenas os serviços bancários que, devido à sua hipercapilaridade no território, vem superpondo redes que complexificam a rede urbana no período atual. Em concomitância aos fixos bancários, os serviços ofertados pela rede postal dos Correios e a instalação de serviços educacionais, para além dos centros urbanos que estão nas posições mais elevadas da hierarquia urbana, têm mudado o sentido dos fluxos na rede urbana potiguar.

4.2 OS NÓS E OS FLUXOS DA REDE POSTAL: HIERARQUIAS NA REDE URBANA DO RIO GRANDE DO NORTE

As redes urbanas se constituem pela coexistência de diversas redes que se superpõem nos territórios a partir de lógicas e estruturas diferentes. Apesar de algumas redes ainda permanecerem com conosco e relações seguirem padrões hierárquicos tradicionais, nos quais as cidades locais mantêm situação de dependência para com os centros regionais ou intermediários, a expansão e melhor especialização de alguns serviços vêm rompendo esse modelo. As novas redes e hierarquias formadas pelos serviços de educação e bancários no Rio Grande do Norte, assim como a expansão dos sistemas de transportes e telecomunicações, que inclusive permitem a expansão de tais serviços, revelam o quão insatisfatório é considerar a rede urbana do estado apenas segundo um padrão hierárquico. Para Santos (1996, p. 57), em virtude das novas redes de relações, “podemos, hoje, falar de uma nova hierarquia urbana”.

Na realidade, à medida em que a rede urbana tem a coabitação de diversas redes, instituem-se entre os territórios simultaneamente conexões hierárquicas e não-hierárquicas. Além das redes de infraestrutura e de serviços já analisadas e das formadas pelas redes de comércio varejista e pelos circuitos espaciais produtivos, que serão analisadas em seguida, uma das redes que nos permitem ratificar a nossa compreensão é a rede postal, composta pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), criada em 20 de março de 1969, pela Lei n.º. 509, constituindo uma empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações (BRASIL, 2010). De acordo com os Correios (2016), a empresa disponibiliza, além da prestação dos serviços postais, segmentos como os serviços telemático, financeiro, de conveniência e logística integrada. Em relação aos serviços postais, Rodrigues, Mota e Gomes *et al.* (2013) ainda acrescentam que há o segmento de correspondências simples, telegramas e cartas registradas, que é realizado no país exclusivamente pelos Correios, e o segmento de encomendas expressas, que conta com a concorrência de outras empresas do setor. No entanto, pela abrangência dos Correios no território estadual e sua lógica de uso, nos deteremos, neste livro, a analisar apenas a rede que é formada pela sua logística e topologia no Rio Grande do Norte, e como essa influencia as novas relações da rede urbana do estado.

A lógica da rede postal evidencia, simultaneamente, tanto relações hierárquicas quanto não-hierárquicas. Não-hierárquicas na medida em que temos seus fixos instalados em todo o território estadual, possibilitando a realização de transações com as mais diversas escalas espaciais. Todavia, também hierárquica, pois apresenta uma configuração de linha de distribuição de correspondências e encomendas que tem nós que coincidem, predominantemente, com alguns centros intermediários e ainda apre-

sentam determinados tipos de serviços distribuídos seletivamente no estado (nesses casos, principalmente nos centros de maior nível de centralidade na rede urbana). Para Venceslau (2017, p. 193-194), “na topologia dos Correios, não desaparecem as diferenças de hierarquia entre as cidades, embora seja possível para algumas delas romper com o padrão e articular-se com centros de níveis superiores, principalmente na Região Concentrada”.

Apesar da história postal no Brasil remontar a séculos atrás e contarmos com a instalação de agências dos Correios no estado desde o século XIX, nossa análise contemplará o período das mais recentes inovações técnicas, operacionais e logísticas pelas quais vem passando a ECT, portanto, a partir do período técnico-científico-informacional, mais precisamente dos anos 1980 até 2017, dada a influência que os fixos implantados e o movimento dos fluxos apresentam para a estrutura da rede urbana do Rio Grande do Norte nesse período. Em decorrência disso, buscamos compreender a rede urbana do Rio Grande do Norte mediante outras redes. A partir da rede postal, portanto, da hierarquia dos fixos dos Correios, da configuração das linhas troncos regionais da ECT no território potiguar, dos prazos para entrega de encomendas e correspondência nos seus diversos centros urbanos e da distribuição espacial dos tipos de serviços prestados em cada cidade. Assim, analisaremos a rede urbana a partir da rede postal com base na localização dos centros de tratamento e entrega de encomendas, das unidades subcentralizadoras e das agências locais dos Correios, para que possamos compreender como são estabelecidas as conexões entre os lugares para a realização desse serviço.

4.2.1 A REDE DOS CORREIOS NO RIO GRANDE DO NORTE

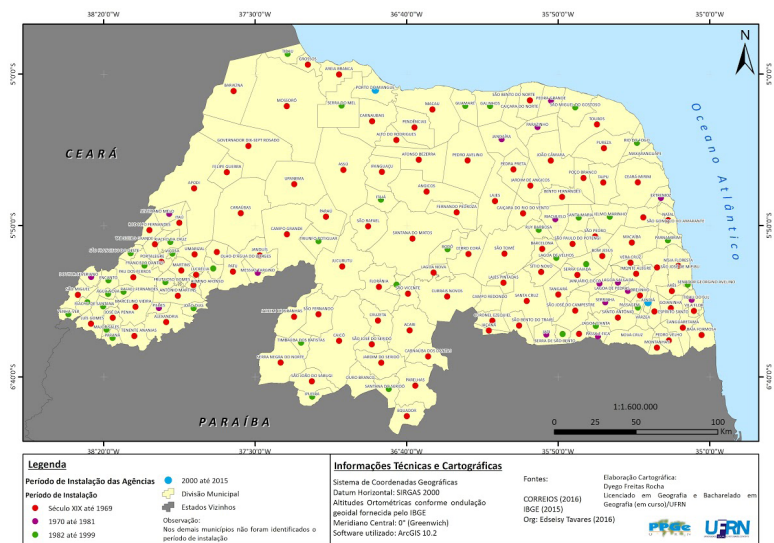
Diferentemente de outros serviços que, durante muitas décadas, estiveram presentes apenas nas cidades que ocupavam as posições mais altas na hierarquia urbana e somente começaram a se dispersar no território potiguar a partir da década de 1990, os Correios, apesar de terem fixos instalados inicialmente nessas cidades, também marcaram presença nos centros urbanos que estão na base da hierarquia urbana. Até 1969, quando é criada a ECT, já existiam agências em cerca de 60% do território estadual, incluindo tanto centros urbanos com influência apenas local quanto cidades de centralidades regionais diversas. No período de 1970 até 1981, portanto, antes do surgimento do SEDEX, tivemos uma reduzida instalação de agências: apenas nove unidades no interior no estado e mais duas na capital. Todavia, após a chegada do SEDEX, presenciou-se uma significativa expansão do serviço, de modo que entre 1982 e 1999 (período antes da criação do Banco Postal no Brasil), 87% do Rio Grande do Norte era coberto pelos serviços dos Correios, sendo a totalidade do estado contemplada após os anos 2000 (Mapa 13), quando é instituído o Banco Postal Mais e os serviços de entrega de encomendas são ampliados. O Banco Postal Mais é uma das modalidades de correspondentes do Banco do Brasil que funciona nas agências dos Correios. A outra modalidade de correspondente desse banco é o Banco do Brasil Mais, que funciona em estabelecimentos do comércio varejista, como por exemplo: supermercados, mercadinhos, drogeries e lojas de eletrodomésticos.

É necessário destacar que, assim como ocorreu com os outros serviços que tiveram sua expansão proporcionada pelas no-

vas tecnologias das telecomunicações e dos transportes, esses sistemas de engenharia também foram e permanecem sendo essenciais para a garantia da logística empreendida pelos Correios, porque as comunicações e informações viabilizam uma série de atividades realizadas hoje pela empresa, como também porque o transporte, tanto aéreo quanto rodoviário, são decisivos para a boa circulação dos produtos postais.

Muito foi propagado que os Correios, diante das novas tecnologias de comunicação, viabilizadas pelo telefone e pela internet (correio eletrônico), teriam seu serviço reduzido no Brasil. Essa, inclusive, é uma questão preocupante em países como Portugal, onde segundo Duarte (2015, p. 1), “os operadores postais têm visto os seus volumes de correio diminuírem de ano para ano, sendo um dos sectores da economia que mais tem sofrido com a evolução das tecnologias e das comunicações digitais”. No entanto, embora ocorra um decréscimo do volume de serviços dos correios, como, por exemplo, em relação à troca de alguns tipos de correspondências, outros setores estão sendo impulsionados. Em Portugal, por exemplo, as compras online impulsionam o setor de encomendas. No Brasil, observamos uma expansão das vendas pela ECT em todo o país. Especificamente no Rio Grande do Norte, o crescimento da receita de vendas somente de 2012 a 2013 foi de 11,10%, considerando as encomendas, as mensagens e o financeiro (CORREIOS, 2014a).

Mapa 13 – Período de instalação das agências dos Correios no Rio Grande do Norte do século até o ano de 2015



Fonte: CORREIOS, 2016.

Além das entregas das compras online, os Correios têm os seus serviços reforçados e ampliados devido a uma série de operações logísticas que ocorrem nas diversas escalas geográficas, em nível internacional e nacional. Destacam-se: o Programa Exporta Fácil, realizado em parceria com o Banco do Brasil, que permite a exportação de remessas de até 30 quilogramas de qualquer ponto do país para qualquer lugar do mundo; a entrega de documentos do sistema judiciário brasileiro; a distribuição dos equipamentos e de todo o material utilizado nas eleições das instâncias municipal, estadual e federal; distribuição a nível nacional dos livros didáticos usados nas escolas públicas; entrega das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de outros exames e de concursos nos locais de prova; distribuição de materiais como cartazes, vacinas e até equipamentos para unidades de

saúde; e ainda é acionada, nos casos de catástrofes “naturais”, a distribuição de donativos (VENCESLAU, 2017).

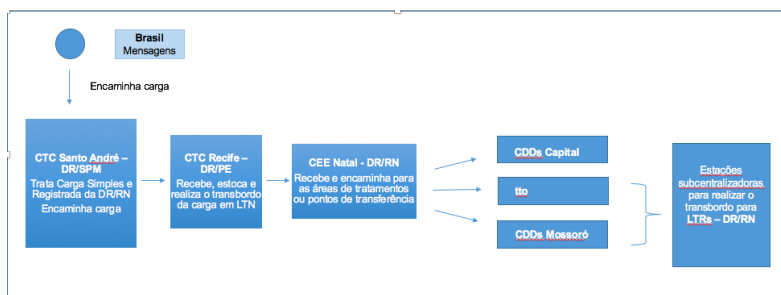
Assim, o que ocorre é a transformação de apenas “um serviço de comunicação em um grande operador logístico”, como nos diz Venceslau (2012a, p. 501), o que é viabilizado pela implantação e em associação a uma série de novos serviços, como os exemplos enunciados. Além das mudanças quanto à logística postal que vieram a expandir o serviço e permitir novas articulações entre os lugares, a implementação do banco postal amplia ainda mais a capilaridade dos correios no território potiguar, representando uma nova situação para a rede urbana do estado. Apesar de todos os municípios do estado contarem com fixos dos Correios, Santos (2015) destaca que em 2014, os municípios de Porto do Mangue e Pureza não possuíam Banco postal, contudo, a agência de Pureza, de acordo com o site dos Correios (2106), já apresenta tal serviço.

A rede de atendimento dos Correios no Rio Grande do Norte conta com 187 agências próprias, 09 agências terceirizadas, 110 agências de correios comunitárias, 65 postos de venda de produtos e 343 postos de coletas, numa distribuição seletiva dos serviços, mas que segundo a própria empresa, por força constitucional, está presente hoje em todos os municípios do estado (CORREIOS, 2016).

A rede dos fixos formada pelos Correios, mesmo diante de sua capilaridade, evidencia-nos uma relação hierárquica, que coincide, em certa medida, com a hierarquia urbana, mas também que revela alguns sinais de rompimento. De modo a evidenciar essa situação, inicialmente distinguiremos os fluxos percorridos pelas mensagens (Figura 2), dos que são realizados pelas encomendas.

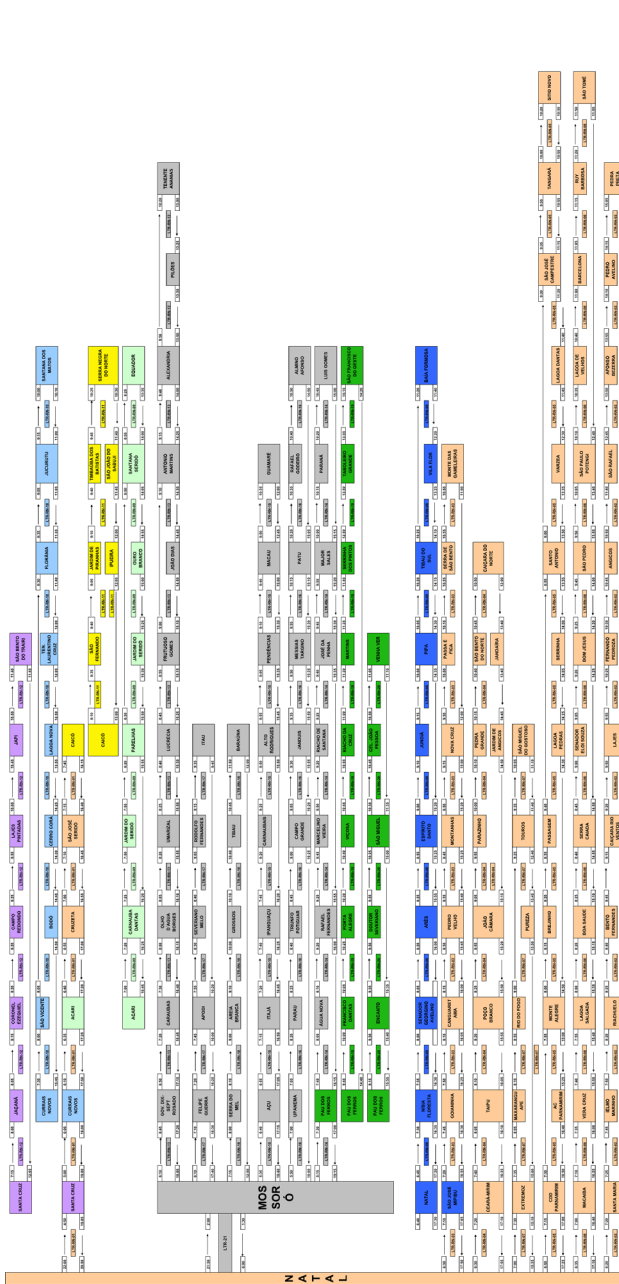
Desde 2013, todas as mensagens referentes a postagens nacionais endereçadas ao Rio Grande do Norte são encaminhadas para o Centro de Tratamento de Cargas (CTC) de Santo André (SP), onde são tratadas, sendo separadas por Distrito (equivalente a área coberta por um carteiro). Em seguida, as mensagens seguem para o Centro de Tratamento de Cargas (CTE) Recife, que apenas recebe as cartas, estoca e realiza o transbordo em Linha Tronco Nacional (LTN) para o Centro de Entrega de encomendas (CEE), Natal, que destina as cargas para as áreas de tratamento ou para os pontos de transferências, sendo destinos da carga os Centro de Distribuição Domiciliária (CDDs) capital, CDDs Mossoró e o trânsito interior (TTO). Já tendo passado por um processo de triagem, com exceção da carga que vem para o CDD Mossoró, as mensagens seguem para as estações subcentralizadoras que estão localizadas em Acari, Caicó, Currais Novos, Mossoró, Pau dos Ferros e Santa Cruz, onde ocorre o transbordo e a carga é encaminhada para as agências locais por intermédio das 21 Linhas Troncos Regionais (LTRs), as quais complementam a circulação desses fluxos dos Correios no estado (Figura 3).

Figura 2 - Hierarquia e fluxo importação mensagens simples e registradas Nacional DR/RN



Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pelos Correios, 2016.

Figura 3 – Configuração das Linhas Tronco Regionais (LTRs) dos Correios no Rio Grande do Norte



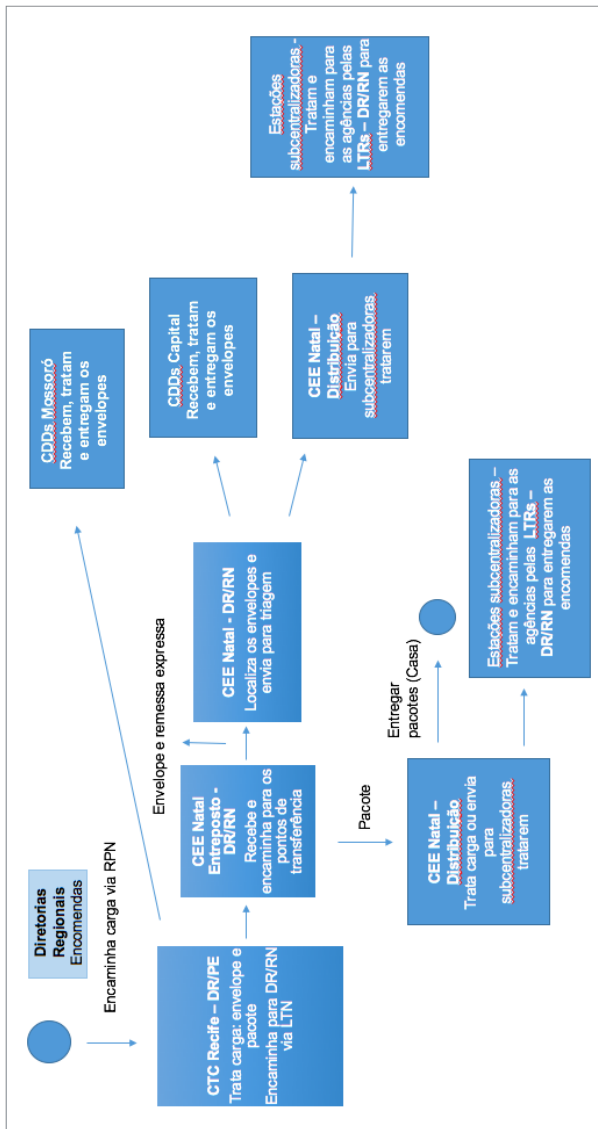
Fonte: CORREIOS, 2016.

Em relação a essa rede formada atualmente pela importação de mensagens, podemos observar que temos a predominância de uma hierarquia urbana desde a escala nacional, dado que, anteriormente ao ano de 2013, essa carga era direcionada diretamente para Natal e hoje é toda encaminhada para São Paulo para, em seguida, ser distribuída. Também é preciso chamar atenção que, mesmo não sendo realizado nenhum tipo de tratamento em Recife, a carga passa pelo seu centro de tratamento para que seja realizado o transbordo. Além disso, na escala estadual, toda a carga é direcionada para Natal para posteriormente ser encaminhada para os CDDs e as estações subcentralizadoras, seguindo pelas LTRs para as agências locais. Ainda, além de Natal, apenas em Mossoró é realizado processo de tratamento.

Na escala intraestadual, ainda destacamos que as unidades de transbordo estão localizadas em alguns dos centros urbanos classificados com os níveis mais altos da hierarquia urbana estadual, considerados pelo IBGE/REGIC (2008) como centros de gestão, conforme são os casos de Caicó, Currais Novos, Mossoró, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Contudo, os fluxos no estado também têm um nó em um centro local, que é Acari, enquanto se verifica que centros urbanos de hierarquia semelhante à localização desses fixos não contam com os mesmos serviços. Nesse sentido, embora a rede postal siga em boa medida o desenho da rede urbana, também superpõe a essa novos contornos, com os que são necessários à sua logística e estão vinculados a outras condições de distribuição. Essa realidade se faz notória em outras partes do território nacional, como no sul baiano, onde, conforme afirma Venceslau (2012a, p. 515), “os centros distribuidores de carga postal nem sempre são as principais cidades”.

As encomendas nacionais apresentam um diferencial no sentido dos fluxos (Figura 4) em relação à rede estabelecida pelas mensagens.

Figura 4: Hierarquia e fluxo importação mensagens simples e registradas Nacional DR/RN



Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pelos Correios, 2016.

A carga é encaminhada direto das Diretorias Regionais, via Rede Postal Noturna (RPN), sem passar por São Paulo, para o CTE Recife, onde é tratada e encaminhada para o CEE Natal, via LTN. Do CEE Natal Entrepósito, os pacotes seguem para o CEE distribuição, sendo tratados para distribuição e entrega em casa, ou encaminhados para as agências, passando primeiro nas estações subcentralizadoras para tratar os objetos e encaminhar a carga para as agências entregarem as encomendas. Já os envelopes de remessa expressa são tratados no CTE Recife, separados dos pacotes no CEE Natal Distribuição e triados para serem encaminhados para os CDDs, que recebem, tratam e entregam os envelopes, ou para as subestações para que sejam enviados às agências pelas LTRs.

Ainda em relação à diferença da rede estabelecida pelas entregas de encomendas e a entrega de mensagens, é preciso mencionar que a primeira rompe a hierarquia urbana estadual clássica. As entregas cujo destino são Mossoró são enviadas diretamente do CTE Recife para o CDD Mossoró, sem a intermediação do CEE Natal. No entanto, tal fluxo só é estabelecido para a importação das encomendas. No caso da exportação, toda a carga do estado converge para o CEE Natal, devendo chegar triada das estações subcentralizadoras e sendo encaminhadas para o CTE Recife, que as recebe e realiza o tratamento para expedi-las para o destino.

Enquanto as encomendas convergem para o mesmo fixo de onde partem para o estado, as mensagens exportadas pelo estado são direcionadas para o CTC Moca, em São Paulo, para então serem encaminhadas para o destino. Com relação aos fluxos cuja origem e destino são o próprio estado, mais uma vez predomina a força da hierarquia urbana, pois independente da proximidade geográfica e de estarem conectadas por uma mesma LTR, toda

a carga vem pelas LTRs para as estações subcentralizadoras que encaminham para Natal, onde ocorre o tratamento e o encaminhamento do fluxo de retorno até o destino final.

4.2.2 REDE HIERÁRQUICA, PRAZOS “SIMULTÂNEOS”

Além da hierarquia dos fixos e das LTRs, uma perspectiva de análise que nos permite compreender a rede e a lógica postal são os prazos impostos aos lugares na distribuição das mensagens e encomendas (Metodologia adotada por Venceslau, 2012b), uma vez que esses prazos não apenas serão diferentes para cada lugar, como em cada um, os prazos também se diferenciam em função do tipo de serviço prestado. Para determinados tipos de serviço prestados pelos Correios, como podemos mencionar aqui os prazos de entrega de carta simples, parece não haver significativa diferença de hierarquia na rede formada pelos serviços postais, pois, com exceção de Natal, que tem como prazo de entrega o dia da postagem, mais 4 dias úteis para entrega, tendo como origem a cidade de São Paulo, por exemplo, todos os demais municípios do estado, sejam os centros urbanos de nível mais elevado ou estejam na base da rede urbana, apesentam o mesmo prazo que é o dia da postagem, mais 5 dias úteis.

Todavia, se para a entrega de carta simples, considerando como origem São Paulo, parece não haver hierarquia dos prazos quanto à posição dos centros urbanos na rede urbana, outros serviços revelam uma seletividade espacial, a qual dependendo do serviço, é mais ou menos acentuada e também relativamente mais relacionada com outras redes.

Como já anunciado, uma das modalidades mais crescentes de serviços prestados pelos Correios é a entrega de encomendas

do comércio eletrônico, o denominado *e-commerce*, que apresenta modalidades de comércio as quais contam apenas com relações entre pessoas jurídicas, mas também com aquele cujo comprador é uma pessoa física, como o B2C, *business-to-consumer*. O *e-commerce* passou a ser ofertado no comércio varejista a partir do final da década de 1990, sendo proporcionado pelas novas tecnologias da comunicação. A Organização de Economia, Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) (2002, s. p.) define de forma ampla o comércio eletrônico como,

A venda ou compra de bens ou serviços, seja entre empresas, famílias, indivíduos, governos e outras organizações públicas ou privadas, realizadas através de redes mediadas por computador. Os produtos e serviços são ordenados ao longo dessas redes, mas o pagamento e a entrega final do bem ou serviço pode ser realizada on ou off-line.

Galinari, Cervieri Júnior, Teixeira Júnior e Rawet (2015), ao enfatizarem os benefícios desse comércio online para as empresas, destacam além da redução dos custos, a abrangência territorial que as firmas podem contemplar, visto que enquanto as lojas físicas têm suas vendas concentradas nas proximidades, possibilitando relações mais contíguas, que chegam predominantemente a municípios vizinhos (a loja online oferta seus produtos em toda a escala nacional e até mesmo internacional).

Como podemos notar pela definição da atividade e pelos benefícios proporcionados por ela, trata-se de mais um elemento de ruptura da hierarquia clássica da rede urbana, pois possibilita que a compra de uma diversidade de produtos seja realizada independente do lugar em que se esteja, em qualquer parte do mundo. As conexões territoriais são necessárias na logística da entrega e sua

chegada ao consumidor final, entretanto, contempla redes que não convergem com a rede formada por outras atividades. Isso acontece em consequência da situação ideal no comércio eletrônico, que, para Novaes (2007), é que se restrinjam as retenções e os deslocamentos intermediários.

De acordo com a Revista Correios (2014b), o comércio eletrônico no Brasil apresentou, em dez anos, no período compreendido entre 2003 e 2013, um crescimento de 26,1 vezes, e são os Correios um dos principais responsáveis logísticos por esse negócio, o qual segundo Novaes (2007), apresenta empresas de grande porte que adotam o seu próprio sistema de entrega e outras que utilizam principalmente os serviços logísticos de terceiros. Ainda de acordo com a revista, mais de 40% de tudo que é vendido na internet no país é entregue pelos Correios, que inclusive é a única empresa que faz distribuição em todos os municípios do país, tendo transportado em 2013 mais de 56 milhões de encomendas do comércio eletrônico. O comércio eletrônico tem uma modalidade exclusiva de distribuição pelos Correios, o e-SEDEX que foi lançada nos anos 2000, mas é uma atividade extremamente restrita de distribuição de encomendas no território potiguar, dado que dos 167 municípios, em 164 o serviço não se encontra disponível, estando presente apenas para Natal, Mossoró e Parnamirim. Em Natal, a entrega é realizada em dois úteis após a postagem e nos outros dois centros, em três dias úteis após a postagem. Assim, concordamos com Venceslau (2017), quando o autor, ao estudar a logística dos Correios a partir dos serviços de encomenda expressa no Brasil, nos afirma que

Cada parcela do território é convocada a cumprir tarefas específicas na logística dos Correios. Há os lugares que possuem apenas os fixos geográficos postais mais banais, mas também há outros lugares dotados de fixos especializados que os confere algum destaque na rede urbana, o que torna esses pontos mais fluidos para o fluxo postal (VENCES-LAU, 2017, p. 199).

O e-SEDEX é mais uma variedade do Serviço de Encomenda Expressa Nacional (SEDEX), que foi instituído pelos Correios em 1982. O SEDEX é um serviço que ao longo dos anos vem demonstrando evolução, buscando garantir cada vez uma maior eficiência e agilidade na entrega das encomendas. Nesse sentido, há um aperfeiçoamento de modalidades do serviço no sentido de possibilitar o menor tempo possível na distribuição dos objetos. Assim, além do SEDEX, que abrange todo o território nacional, e do e-SEDEX, o serviço ainda disponibiliza o Disk SEDEX, SEDEX a cobrar, SEDEX Hoje, SEDEX 10 e SEDEX 12 (CORREIOS, 2016). Entretanto, essas modalidades de entrega expressa em território nacional não abrangem todas as áreas do país.

Os prazos para encomendas expressas correspondem de 1 a 14 dias úteis após o dia da postagem, que equivalem a prazos de A a O. No território potiguar, os prazos de entrega do SEDEX denotam que a rede de distribuição formada por esse serviço proporciona diferenças mais significativas nos prazos apenas para os níveis mais altos da hierarquia da rede urbana. Desse modo, concordamos que os usos do território atual, assim como destaca Novaes (2007, p. 104), impulsiona que “os serviços de entrega rápida sejam oferecidos de forma a cobrir todo o território, e não somente atendendo as grandes cidades”.

As entregas SEDEX cujos destinos são Natal têm como prazo dois úteis após a postagem, e para Parnamirim e Mossoró três dias úteis. Todos os demais municípios estarão dentro de um prazo de quatro a sete úteis, sendo que a maioria (138 municípios) apresenta o prazo D, estando nesse grupo tanto municípios que exercem centralidades regionais e abrangem áreas de influência significativas como centros urbanos que estão numa hierarquia imediatamente abaixo de Mossoró, como ocorre com Caicó e Pau dos Ferros, até cidades locais de todas as mesorregiões do estado (Mapa 14). Essa situação revela que, nesse caso, não são nem as distâncias e nem a posição dos centros na hierarquia urbana que definem a maior fluidez na rede postal.

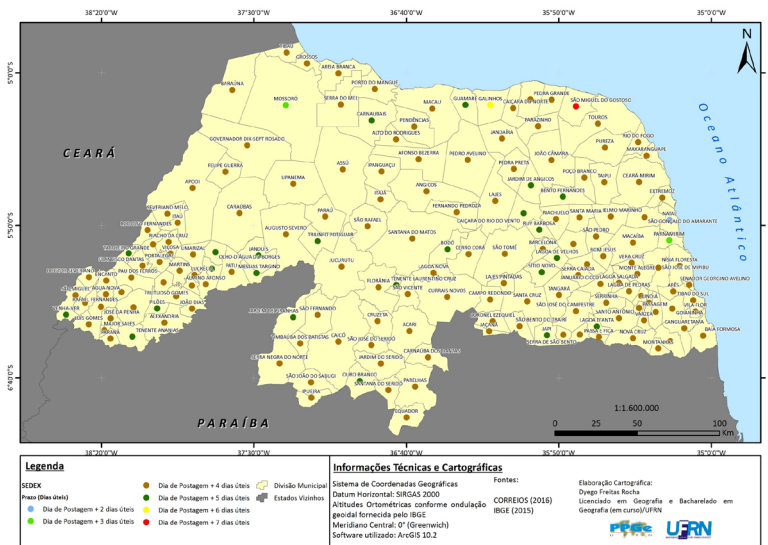
Tal realidade ainda evidencia que existe na lógica postal a formação de uma rede de distribuição e prestação de serviços, que ao mesmo tempo que é seletiva e hierárquica para determinadas modalidades de serviços, também representa uma rede não-hierárquica, à medida que atende boa parte do território com diversos serviços num prazo que é indiferente da posição hierárquica da cidade na rede urbana. Assim, superpõe-se mais uma rede em que os direcionamentos dos fluxos não coincidirão com os deslocamentos realizados para a realização de outras atividades. Santos (1973) esclarece, ao se deter sobre os estudos das redes urbanas dos países subdesenvolvidos, que no “mesmo espaço se enfrentam influências de alcance e intensidades diferentes, quase se poderia dizer de natureza distinta. Portanto, é impossível e inútil tentar determinar um espaço que dependa completamente de uma cidade dada” (SANTOS, 1973, p. 187, tradução nossa).

Além da entrega expressa, existe outra modalidade de entrega de encomendas realizada pelos Correios com destinos nacionais. O PAC é um serviço econômico de envio exclusivo de

mercadorias e, apesar de não apresentar a mesma fluidez e velocidade nos prazos de entrega que os serviços de entrega expressa, é, segundo a Revista Correios (2014b), uma das opções de entrega do comércio eletrônico, com elevada atratividade devido ao serviço de frete grátis e menores tarifas que o serviço expresso, tendo entregue 34% das encomendas do comércio eletrônico em 2013.

A encomenda PAC garante uma maior capilaridade do serviço postal no território, cobrindo, embora que com prazos diferenciados, todo o estado do Rio Grande do Norte. A distribuição de encomendas no estado ocorre num prazo que vai de no mínimo 6 dias úteis após a postagem (contemplando neste primeiro intervalo apenas Natal), até 19 dias úteis após a postagem, como é o caso de São Miguel do Gostoso.

Mapa 14 – Prazos de entrega SEDEX no Rio Grande do Norte em 2016



Fonte: CORREIOS, 2016.

O prazo para esse tipo de encomenda também revela uma relação que não se encontra em conformidade exata com a hierarquia clássica apresentada para a rede urbana do estado. Embora em alguns casos, como Natal (seis dias), Mossoró e Parnamirim (sete dias) os prazos sejam menores, a maioria dos municípios apresenta para tal modalidade o prazo entre oito e nove dias úteis (Mapa 15).

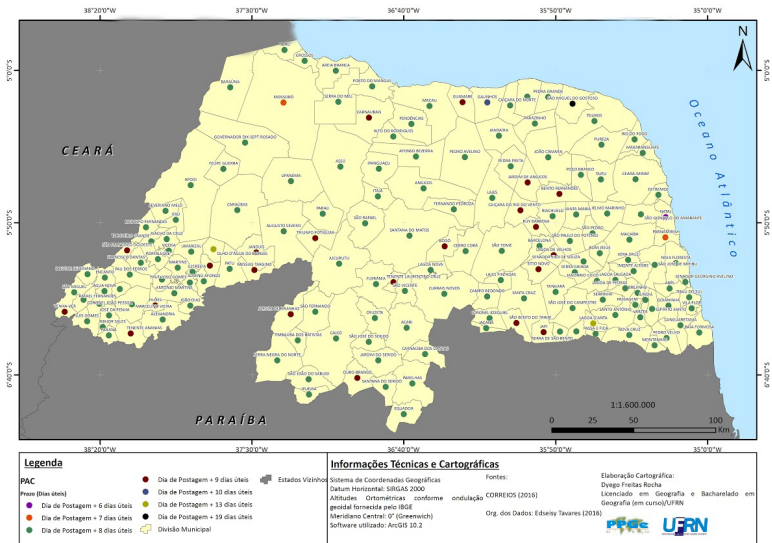
O prazo de oito dias úteis após a postagem tanto ocorre para centros urbanos próximos a capital quanto para centros distantes. Tanto para fixos dos Correios que estão entre as cidades que exercem maior centralidade no estado quanto também para centros locais. O que evidencia que a rede formada pelos serviços postais apresenta uma hierarquia que possibilita prazos que se superpõem aos de outras redes e, portanto, que atendem a outras funcionalidades.

Em relação aos serviços expressos cujos destinos são internacionais, mais uma vez notamos uma seletividade de distribuição no território potiguar. Analisando a distribuição espacial dos serviços dos Correios por unidades de atendimento no estado, constata-se que a modalidade tanto de documentos quanto de mercadorias SEDEX Mundi só se encontra disponível em Caicó, Coronel Ezequiel, Currais Novos, Macaíba, Macau, Mossoró, Natal, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros e Tibau do Sul. Nesse sentido, notamos que, embora seja um serviço que esteja localizado nos principais centros urbanos do estado, apresenta algumas particularidades interessantes em relação à estrutura da rede urbana.

Inicialmente, destacamos que o serviço não está disponível em todas as estações subcentralizadoras. Assim, dependendo do serviço, a importância do fixo é relativa. Alguns centros de mesmo nível hierárquico que os citados não têm a prestação do serviço, como são os casos, por exemplo, de municípios como Assú, o qual

estaria no mesmo nível de Currais Novos; João Câmara, que assim como Macau, é um centro de zona A; e Santa Cruz, que do mesmo modo que Parelhas, é um centro de zona B. Entendemos que a presença do serviço em Parelhas pode estar relacionada à presença de circuitos espaciais produtivos de escala de realização nacional e internacional.

Mapa 15 – Prazos de entrega PAC no Rio Grande do Norte em 2016



Fonte: CORREIOS, 2016.

Um deles é o circuito espacial de cerâmica vermelha, uma vez que, de acordo com a pesquisa de campo de Nascimento (2011), 30 das 87 cerâmicas da região do Seridó se localizam no município citado. Todavia, o trabalho da autora evidencia um circuito de produção de escala nacional, com fluxos de equipamentos que provêm de São Paulo e Santa Catarina, uma produção e origem da matéria prima de origem local e municípios vizinhos e com distribuição e

consumidores finais nos estados da região Nordeste e no estado do Pará. Outro circuito que também realiza etapa em Parelhas é o de produção de confecções, em razão do município abrigar 9 facções (FIERN, 2012) as quais realizam o serviço de costura para grandes empresas que atuam no estado.

Assim, atribuímos a opção desse serviço principalmente ao circuito de produção de outros minerais não-metálicos, como, por exemplo, a exploração de argilas especiais, calcário, calcita, caulim, dolomita, feldspato, quartzo, quartzo rosa, talcos, mármore, granito, pedras ornamentais e turmalina, que ocorrem no município e que são destinados à exportação. Parelhas apresenta 3,7% dos empregados do setor no estado e tem cadastradas na FIERN (2012), além das empresas de extração de pedra, areia e argila, cinco empresas cujo ramo de atividade é a extração de “minerais não-metálicos não especificados anteriormente” e que contempla justamente os produtos mencionados. No próprio cadastro das empresas, já são demonstrados os produtos que são destinados à exportação.

Os dados do MDIC (BRASIL, 2016) revelam que do ano de 1999 ao ano de 2016, são sempre correntes as exportações dos minerais mencionados a partir desse município, embora ocorram nesse período oscilações de valor gerados por essas exportações e em relação aos destinos. Mas, mesmo diante do fato de que de ano para o outro se alteram as interações entre Parelhas e os países para onde são enviados insumos industriais, e em menor escala bens de consumo duráveis, algumas conexões revelam fluxos bem frequentes, como, por exemplo, as relações, com a Alemanha, Argentina, Estados Unidos, Hong Kong, Itália, Tailândia e, desde 2015, também com o Canadá. Isso sem mencionar os fluxos provenientes das importações, que eram basicamente de farinha de trigo vinda

da Argentina e, desde o ano de 2010, máquinas para exploração dos minerais, oriundas principalmente da China. Desse modo, entendemos que o serviço oferecido pelos Correios nesse município pode atender a demanda desses circuitos que envolve a exploração de minerais não-metálicos e que realiza trocas entre as escalas local e internacional.

Por sua vez, Coronel Ezequiel, que se encontra na área de influência de Santa Cruz, sendo, portanto, de nível hierárquico inferior, estando na base da hierarquia urbana e contando com uma população estimada em 2015 de apenas 5.587 habitantes, apresenta a opção do serviço SEDEX Mundi. Assim, concordamos com Santos (1973, p. 197, tradução nossa) que “os serviços e atividades presentes nas cidades nem sempre derivam da dinâmica própria da vida regional” e que “a capacidade potencial e real dos serviços de uma cidade dada admite diferentes possibilidades de consumo”.

Além desses casos, também revelando um descompasso com a ideia de que se tem uma concentração e especialização maior nos centros que estão no topo da rede urbana, temos a prestação do SEDEX Mundi em Tibau do Sul. Esse centro, apesar de ser local, apresenta, em função da atividade turística tanto de origem nacional quanto internacional, uma densidade de fixos e a geração de fluxos que justificam não só a presença de serviços especializados dos Correios como o SEDEX Mundi, como também dos fixos bancários e de elevada densidade de serviços de telecomunicações, como internet e telefonia móvel.

Conforme analisado anteriormente, um dos abrigos para os correspondentes bancários no estado são as agências e postos de atendimento dos Correios. O serviço bancário no Rio Grande do Norte é um dos maiores responsáveis pela expansão da receita de vendas da empresa, tendo evoluído 29% em 2013, em relação

ao ano anterior (CORREIOS, 2014a), em virtude da prestação de serviços como abertura de contas, fechamento de contratos para pagamento de salários via postal, realização de empréstimos, aquisição de cartões de crédito e consultas diversas. A princípio, a parceria era realizada com o Banco Bradesco, mas atualmente quem opera na prestação do serviço de correspondência bancária junto aos Correios é o Banco do Brasil, com os Correios sendo responsável pela gestão da rede, ou seja, dos pontos físicos, e o Banco do Brasil pela gestão dos produtos e serviços.

A capilaridade do Banco postal, associada aos outros postos de correspondência bancária, formam uma rede que também nos revela uma nova hierarquia entre as cidades, pois não há mais a mesma centralidade exercida por um grupo de cidades para o acesso a uma diversidade de serviços bancários. Essa tendência vai sendo cada vez mais reforçada com as ações empreendidas com a finalidade de expandir cada vez mais a atuação dos serviços financeiros pelo território. Nessa perspectiva, segundo a revista Correios (2014c), os Correios e o Banco do Brasil estão empreendendo esforços para que se tenha não apenas os correspondentes, mas uma nova instituição financeira, que além da venda de produtos como conta corrente, cartões e linhas de crédito, ainda ofereça seguros, consórcios e capitalização. Portanto, toda uma gama de serviço disponibilizado à população de todo o território nacional, em seus próprios centros urbanos.

Como podemos constatar, a rede formada pelos Correios dispõe de uma capilaridade no território do Rio Grande do Norte, a qual nos revela mais uma evidência de que a rede urbana apresenta diversas hierarquias, pois a coabitação dessa rede com as demais demonstra fluxos e deslocamentos diferentes do que os empreendidos para o acesso a outros serviços e atividades. Primei-

ramente, destacamos que a hierarquia dos fixos não coincide exatamente com os nós da rede urbana. Acrescenta-se a tal realidade que a rede dos serviços postais é complexa, com serviços de distribuição mais seletivos, outros mais dispersos. Alguns serviços apresentam diferenças mais significativas nos prazos de entrega para os centros urbanos que exercem maior centralidade na rede urbana, à medida que outros não demonstram que a posição das cidades na hierarquia urbana coincida com a hierarquia, no tocante a distribuição dos serviços e a logística própria da rede postal, as quais atenderam a outras condições para a maior eficiência.

Assim, a rede urbana tem superposta uma rede que mantém relações hierárquicas e não-hierárquicas, pois alguns fluxos seguem uma hierarquia, enquanto que para determinados serviços não são necessários deslocamentos a centros intermediários, como também há prazos similares para entrega de documentos e encomendas em centros urbanos de níveis hierárquicos diferentes.

4.3 A DIFUSÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E AS MUDANÇAS DOS FLUXOS

A expansão do sistema de ensino, assim como as atividades bancárias, também depende, cada vez mais, das condições técnicas do meio geográfico e é um dos serviços que apresenta grande influência na estruturação da rede urbana potiguar. Os serviços de educação estão entre as atividades que mais geram fluxos entre as cidades e seu processo de expansão reforça as centralidades de importantes cidades intermediárias do estado e cria novas centralidades devido à localização de unidades de ensino em algumas

idades locais. Dessa forma, são desenvolvidas novas redes de relações entre as cidades a partir da instalação dos fixos educacionais em novos lugares. Nesse raciocínio, o setor educacional vivencia mudanças significativas, as quais repercutem sobre as interações territoriais dos centros urbanos estaduais. Reportando-se especificamente à interiorização da educação superior, Brito (2014, p. 2) nos chama atenção de que se trata de

“mais um fixo, produto da expansão do tecido urbano (ou da urbanidade) e da reestruturação territorial com um todo e, dialeticamente, um agente, na medida em que possibilita maior intensificação dos fluxos em nível intra-regional e inter-regional”.

A difusão do meio técnico-científico-informacional promoveu, segundo Santos (2005), a necessidade do aumento da quantidade de trabalho intelectual e, conseqüentemente, a necessidade de que a população se torne mais letrada em toda a escala do território, embora com distinções. É exigido, em razão da “incorporação crescente de informação e inovações tecnológicas nas atividades emergentes”, que os trabalhadores sejam melhor qualificados (GARCIA; NOGUEIRA, 2008, p. 12). Por isso, podemos dizer que, paralelo ao aumento do consumo de produtos materiais, temos o de produtos não-materiais, com destaque para a educação.

Dessa maneira, o setor educacional vivencia mudanças significativas em face das novas demandas sociais, as quais apresentam grandes repercussões sobre as interações territoriais das cidades do estado. Refletindo sobre a rede urbana e mais especificamente sobre a oferta de serviços nos centros urbanos do estado na década de 1970, Costa (1977, p. 63) explicita que,

Apenas um terço das cidades apresentam cursos de nível ginásial e um décimo têm curso de nível colegial. Isso provoca o deslocamento de estudantes de suas cidades para aqueles onde existe este serviço, fato importante para a análise das áreas de influências das cidades.

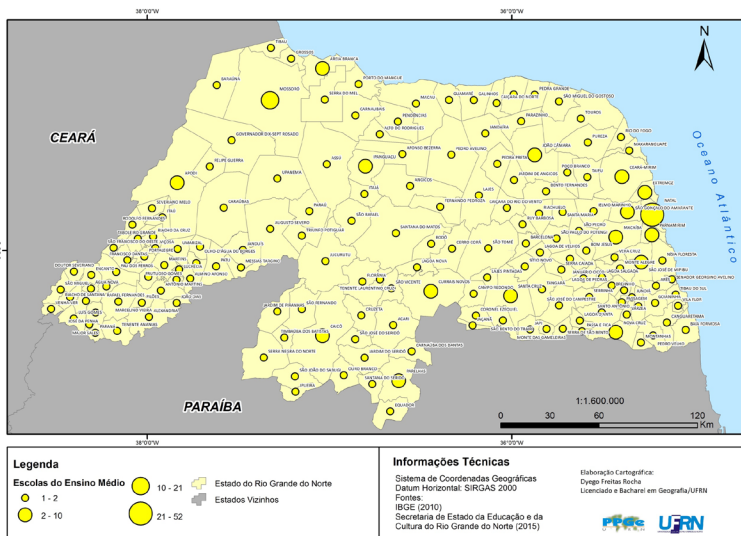
Conforme podemos observar, as atividades de ensino eram extremamente concentradas e raras no território até tal período, no que se refere aos níveis ginásial e colegial, que correspondem, respectivamente, aos ensinos fundamental e médio. Todavia, esse é um dos setores que mais expandiu no meio atual e redefiniu as relações entre as cidades, pois a dispersão do serviço permitiu que, para ocorrer o acesso a ele, não seja mais necessário o deslocamento para outra cidade ou região, conforme evidencia o Mapa 16. A espacialização das escolas para esses níveis de ensino se dá de forma mais dispersa no território, situação que redefine a relação entre as cidades, tendo em vista que cada uma atenderá a sua demanda, sendo desnecessário recorrer a um centro maior que tenha a oferta desse serviço, embora ainda predomine um maior número de escolas nos centros mais elevados da hierarquia urbana no estado, como na Região Metropolitana de Natal e em Mossoró, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, João Câmara e Apodi. Estão entre os centros locais com maior número de escolas de Ensino Médio apenas Areia Branca, Ceará-Mirim, Ipanguaçu e Nova Cruz, que são cidades cuja dinâmica urbana e econômica se diferencia dos demais centros locais do estado.

A partir da Lei de nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96), que estabelece as responsabilidades de cada esfera administrativa quanto aos níveis e modalidades de ensino, ficou instituída a responsabi-

lidade dos ensinos infantil e fundamental aos municípios e fundamental e médio aos estados, de modo que se passou a contar com uma organização que garantisse a presença da educação básica em todas as cidades brasileiras.

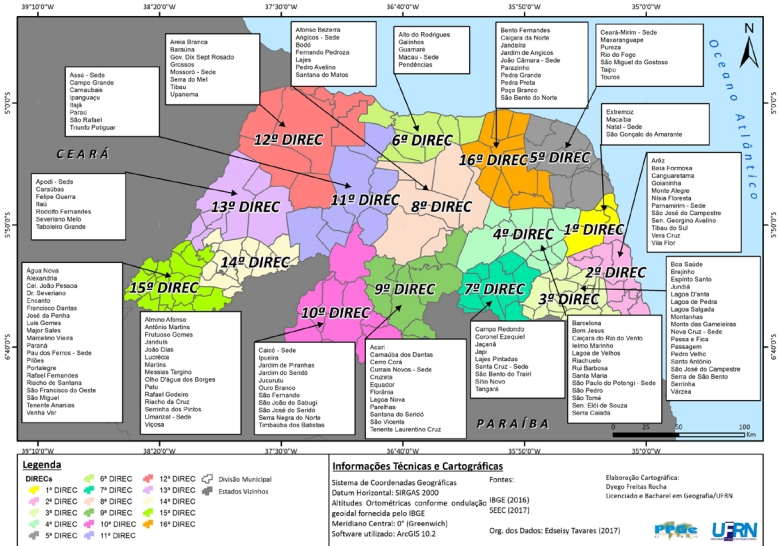
No Rio Grande do Norte, as escolas estaduais são regionalizadas a partir das Diretorias Regionais de Educação e Cultura (DIRECS) que são 16 (Mapa 17). As sedes das DIRECS estão localizadas majoritariamente nas cidades classificadas como centros de gestão do território, apresentando uma centralidade na rede urbana do estado cuja ação é estendida para uma região de influência.

Mapa 16 - Distribuição espacial das escolas estaduais de Ensino Médio do Rio Grande do Norte em 2015



Fonte: SIGEduc, 2015.

Mapa 17 – Localização das Diretorias Regionais de Educação e Cultura e suas áreas de abrangência em 2017



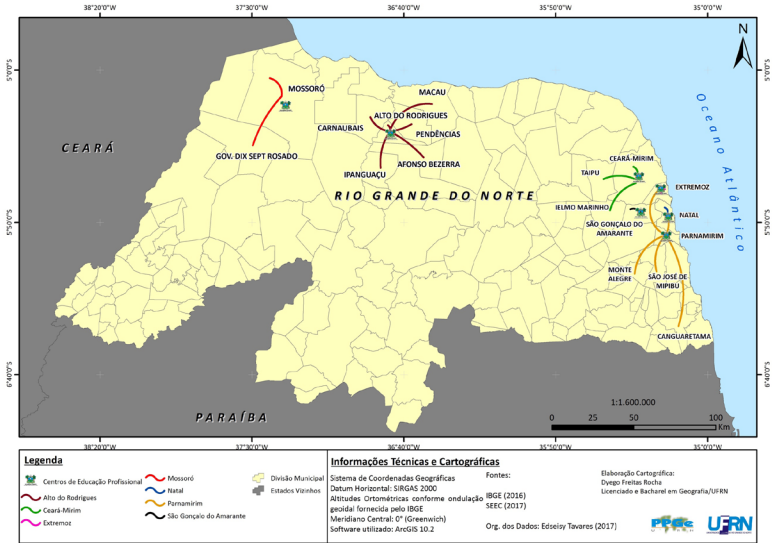
Fonte: SEEC, 2017.

Entretanto, é preciso destacar que, mesmo diante da hierarquização que coaduna com as principais centralidades da rede urbana estadual, a rede das DIRECS tem nós em centros urbanos considerados como locais, como são os casos de Ceará-Mirim e Nova Cruz. Essa situação rompe a hierarquia rígida, dado que a gestão regional da educação estadual também se concentrará em cidades que não exercem a mesma centralidade dos centros de gestão do território, mas são uma referência de centralidade e fluxos quanto a prestação desse serviço. É interessante destacar que tais centros, nos estudos anteriores realizados pelo IBGE, apresentavam algum nível de centralidade e que, na REGIC de 2007, tenham sido classificados como centros locais, mesmo que para uma série de serviços essas cidades continuem centralizando

fluxos. O que mais nos chama atenção em relação ao rompimento da hierarquia urbana rígida é que os Centros de Zona B, Passa e Fica e Santo Antônio, compreendem área de influência da DIREC de Nova Cruz, que é um centro local.

As exceções à recorrência aos serviços de educação básica no próprio município de residência se dá majoritariamente para o acesso do mesmo na iniciativa privada e, no caso do Ensino Médio, pelos Centros Estaduais de Educação Profissional, inaugurados em 2017 (7 foram inaugurados em 2017 e mais 3 estão sendo construídos), e pelos Institutos Federais, que vivenciaram um processo de expansão iniciado em 2006 e em 2017 totalizam 21 *campi*. Os Centros de Educação Profissional do Rio Grande do Norte integram o Programa Brasil Profissionalizado, do Ministério da Educação (MEC), cujo objetivo é fortalecer o Ensino Médio integrado à educação profissional e, assim como outros serviços de educação, também foram instalados de modo a reforçar a hierarquia urbana tradicional. A localização das unidades inauguradas são municípios da Área de Concentração Populacional de Natal (ACP Natal) (Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz), Mossoró, Ceará-Mirim e Alto do Rodrigues (Mapa 18). Portanto, apenas Ceará-Mirim e Alto do Rodrigues são centros locais.

Mapa 18 – Fluxos de alunos dos Centros Estaduais de Educação Profissional do Rio Grande do Norte em 2017



Fonte: SEEC e pesquisa de campo.

Apesar de ainda estarem funcionando com poucos alunos (as unidades têm em torno de 3 a 4 turmas de 40 alunos cada), os fluxos de alunos gerados por esses fixos educacionais nos ajudam a compreender algumas das interações territoriais que se superpõem na rede urbana (Mapa 18). Os Centros que integram a ACP Natal atendem predominantemente aos alunos dos próprios municípios, com exceção de Parnamirim, que recebe alunos de Natal, Parnamirim, São José de Mipibú, Monte Alegre, Canguaretama e Extremoz. Entendemos que, pela concentração de centros nessa região, não há a necessidade de deslocamentos para os municípios vizinhos. Mossoró, apesar de sua grande área de influência, só teve matrículas de alunos em 2017 de Mossoró e Governador Dix-Sept Rosado. Já em relação aos centros locais, notamos que os Centros de Educação Profissional representam mais um elemento

de diferenciação entre essas cidades e os demais centros locais do estado, considerando que há uma convergência de fluxos de alunos se direcionando a esses municípios. Em 2017, a unidade de Ceará-Mirim tem alunos de Ceará-Mirim, Ielmo Marinho e Taipu, e a de Alto do Rodrigues de Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra, Carnaubais, Ipanguaçu, Macau e Pendências.

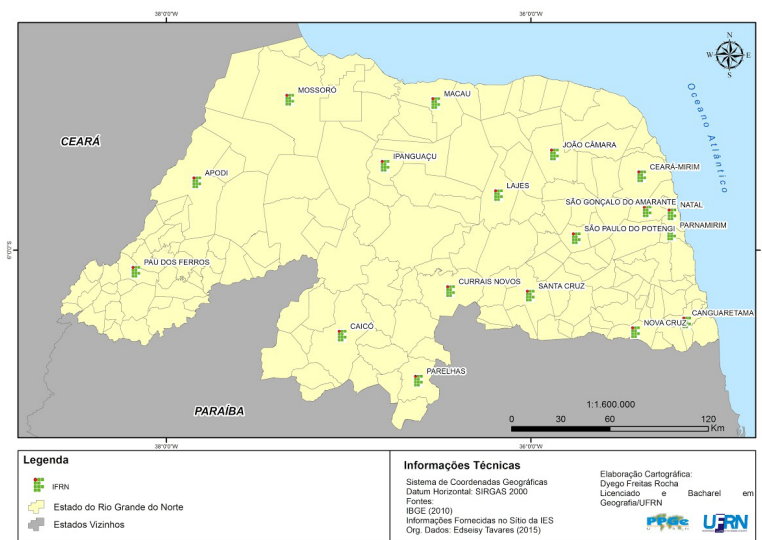
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é um excelente exemplo de como a expansão dos serviços educacionais no estado vem reestruturando a rede urbana, pois não se localizando exclusivamente em cidade intermediárias, essa instituição promove um redimensionamento dos fluxos, conforme observaremos na sequência. O IFRN é uma instituição de ensino centenária, que foi inaugurada em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, sofrendo diversas reestruturações, que vão da nomenclatura, passando pela sua composição organizacional e níveis de ensino, à concepção político-pedagógica. Em 29 de dezembro de 2008 por ato instituído pela lei 11.892, passou a ser chamado de IFRN. A escola que foi instalada em Natal durante muitos anos contou apenas com uma unidade, o que atraía alunos de diversas cidades do estado. Alguns vinham morar em Natal, em função da distância da sua cidade de origem, e outros participavam do movimento diário de ida e volta do local de estudo ao local de moradia. Essa realidade começou a ser modificada com a criação, em 1994, de um *campus* em Mossoró, que passou a satelizar os fluxos da região Oeste potiguar.

É apenas em 2006 que o então Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem a instalação de mais duas unidades no interior do estado, uma em Currais Novos e outra em Ipanguaçu. Em 2007, foi instalado um *campus* na Região Administrativa Norte de Natal. Apesar de ainda não se ter a significativa expansão

que se verá nos anos ulteriores, assim como todos os impactos das novas relações das cidades que recebem estes *campus*, entendemos que esse é um evento de extrema importância nesse cenário, pois temos a instalação de um fixo geográfico educacional que orientará fluxos em direção a um centro local, portanto uma cidade que não representava uma centralidade na rede urbana estadual.

A expansão vem com a instalação de oito novos *campi* em 2009: Cidade Alta (em Natal), Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Nova Cruz, Santa Cruz e Pau dos Ferros. Posteriormente, foram instalados, em 2010, um *campus* em Parnamirim; um em 2012, em São Gonçalo do Amarante; três em 2013, em Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi; e mais dois em 2015, em Lajes e em Parelhas (Mapa 19).

Mapa 19 - Distribuição espacial dos *campi* do IFRN em 2015



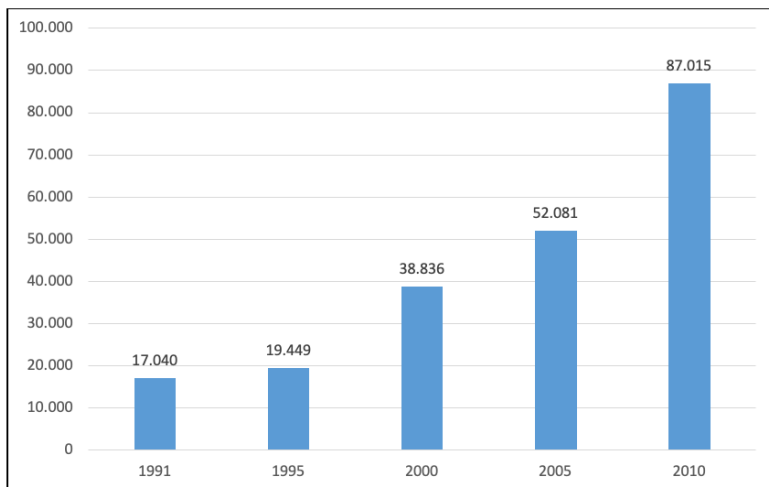
Fonte: IFRN, 2015.

A expansão desses serviços para cidades que são consideradas centros locais, como Ceará-Mirim, Ipanguaçu, Lajes e Nova Cruz, torna-os menos hierarquizados no território. Os fluxos serão direcionados para novos centros e nessa medida a rede é reestruturada, pois as cidades onde se instalam os *campi* têm sua dinâmica urbana reforçada, ou mesmo propiciadas por essas e outras unidades de ensino, como as Instituições de Ensino Superior (IES).

O ensino superior, que era uma oferta educacional ainda mais restrita que a educação básica encontrada apenas em Natal, Mossoró, Caicó, Currais Novos e Macau, até a década de 1970, vivencia no período técnico-científico-informacional um processo de espacialização mais equitativa no território, com a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), tanto das esferas pública estadual e federal quanto privada. Nesse sentido, compartilha-se do entendimento de Amorim (2010, p. 183) de que “a modernização histórica e atual do território brasileiro, através de sua densidade técnico-científico-informacional [...] acaba por influenciar a escolha dos investimentos públicos e privados na alocação dos recursos em educação superior”.

O número de cursos nas IES no Rio Grande do Norte saltou de 77, em 1991, para 213 em 2007, assim como houve aumento do número de matrículas, acompanhando essa expansão (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do número de matrículas na Educação Superior no Rio Grande do Norte - 1991/2010



Fonte, Brasil, 2010. MEC/INEP/DEED

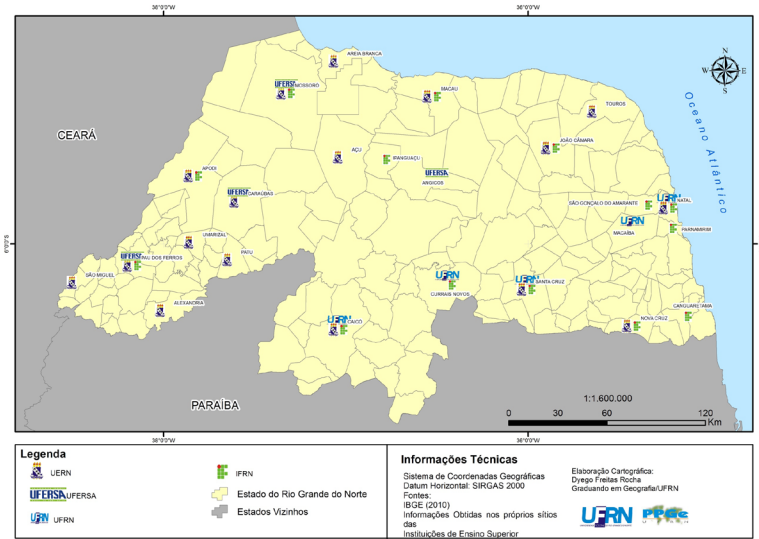
Mas é principalmente a partir da localização das novas unidades, ocorrida a partir da década de 1990, que nos é possível compreender a dinâmica territorial apresentada pela atividade nesse período. As instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte que apresentaram uma dispersão da oferta de cursos em direção ao interior do estado foram a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que tem *campi* em Natal, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz e Macaíba – Escola Agrícola de Jundiá, além de 13 polos presenciais de apoio à educação a distância localizados no estado; o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), que tem os cursos de nível médio e outras modalidades de ensino, mas também conta com o ensino superior; a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), apresentando unidades em Assú, Caicó, Mossoró, Natal, Patu, Pau dos Ferros, além dos núcleos avançados localizados em Alexandria, Apodi, Areia

Branca, Caraúbas, João Câmara, Macau, Nova Cruz, Santa Cruz, São Miguel, Touros, Umarizal; e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), que se encontra em Mossoró, Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros (Mapa 20).

De tal modo, podemos perceber a influência do território e da importância das cidades na rede urbana para a escolha da instalação de uma atividade. A espacialização da expansão dos serviços de educação tanto de níveis médio, técnico e superior com os *campi* do Instituto Federal do Rio Grande do Norte e os Centros de Educação Profissional, quanto do ensino superior com os centros das Universidades Federais e Estadual do estado, evidenciam que a instalação dessas instituições de ensino no interior do estado ocorreram predominantemente em cidades que apresentam relevância no contexto regional da rede urbana potiguar, reforçando a concentração espacial, embora diferentemente do ocorrido em períodos anteriores, quando se tinha uma centralização e concentração ainda mais acentuada. Portanto, tal como ocorre em outras parcelas do país, como no caso do Rio de Janeiro, estudado por Brito (2014, p. 12-13),

As cidades que recebem tais instalações são aquelas com maior centralidade. Esses *campi* não são instalados em qualquer município ou em municípios que predominam ruralidades. Eles já detêm um bom nível de urbanidade e em muitos casos (se não todos), já existem instituições de ensino superior de cunho privado ou filantrópico. A interiorização está ocorrendo nos municípios onde são maiores as transformações locais e/ou regionais como o aumento populacional, os investimentos industriais e de variadas atividades econômicas e quando se amplia o nível de integração com a metrópole e com a dinâmica estadual, nacional e internacional.

Mapa 20 - Localização das Instituições de Ensino Superior públicas do Rio Grande do Norte em 2015



Fonte: Site das IES, 2015.

No entanto, embora a maioria dessas instituições de ensino médio, técnico e superior tenha se dispersado para os centros urbanos já densos, conforme já mencionado, temos no Rio Grande do Norte também a instalação de algumas dessas unidades além dessas áreas. De acordo com Santos (2012), o mundo é um conjunto de possibilidades. Seguindo essa lógica, cada um desses objetos pode se instalar em vários lugares. A ação de implantação dessas instituições considera a densidade técnica dos espaços, mas uma série de outros atos e decisões influenciam na culminância desse evento, de modo que algumas instituições estarão localizadas em centros de menor importância no contexto da rede urbana estadual e até em centros locais, como são os casos, por exemplo, de Alto do Rodrigues, Angicos, Areia Branca, Caraúbas, Ceará-Mirim, Ipanguaçu, Lajes, Nova Cruz e Touros.

A existência de instituições desse nível em cidades que não são centros regionais ou intermediários redefine a rede de relações entre as cidades para o uso desses serviços. Assim, municípios que pertenciam e, para alguns casos, ainda pertencem a uma zona de influência regional para a obtenção de uma grande variedade de bens e serviços vivenciam uma convergência de fluxos, ocasionada por esses serviços educacionais e outras atividades que a eles estejam relacionadas e que tenham surgido a partir desse contexto. Nesse sentido, concordamos com Santos (2008c) que, de modo geral, há uma redução no número e qualidade dos serviços com a diminuição do nível urbano, contudo o autor ressalta que “o Estado pode introduzir uma distorção na hierarquia dos serviços quando cria serviços sem relação com o nível da aglomeração ou o nível atual da demanda” de modo que “a distribuição de serviços pelo Estado pode criar uma complicação dos fluxos na rede, podendo não serem satisfeitas demandas de um mesmo nível na mesma aglomeração” (SANTOS, 2008c, p. 348).

No estudo desenvolvido por Araújo Júnior e Silva (2015) sobre as mudanças nas redes de relações de Ibatiba, no Espírito Santo, em função de um *campi* do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), os autores destacam o quão impensáveis eram as interconexões estabelecidas entre as cidades antes da instalação desse fixo geográfico educacional. Do mesmo modo, observamos redes de interações impensáveis formadas a partir de cidades que ocupam uma posição não tão relevante na rede urbana do Rio Grande do Norte, mas que se tornaram centros de referência para uma região de influência quando a questão são os serviços de educação.

As cidades que receberam unidades de ensino citadas apresentaram, conseqüentemente, uma mudança na relevância que têm na rede urbana do estado, sendo uma referência para esse

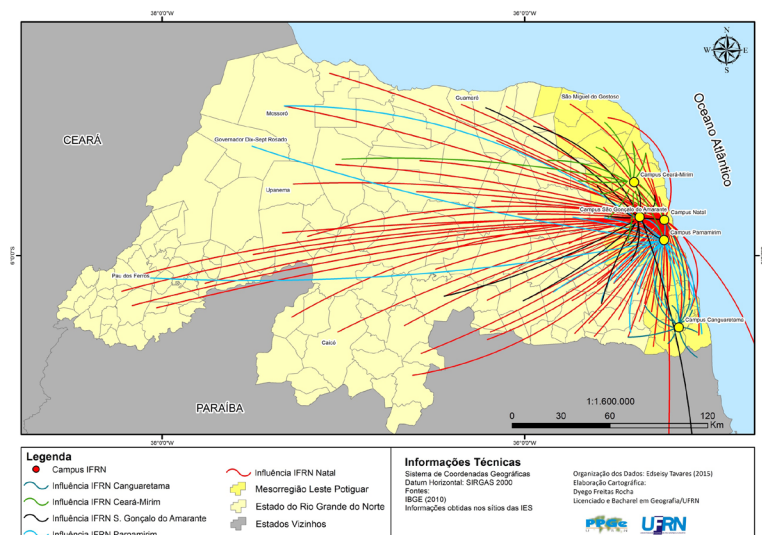
tipo de serviço. Inclusive, em muitos casos, são criadas as condições de acessibilidade e de permanência para a população oriunda de diversas localidades. Assim, se anteriormente a oferta desse serviço, principalmente para alguns cursos e modalidades, era mais rara no território, com a expansão e as novas áreas de espacialização, temos a produção de outra regionalização entre o centro em que o serviço é ofertado e sua região de influência, no que concerne a essa variável educacional.

No caso dos *campi* do IFRN, pelo menos no tocante à situação promovida pelos alunos do ensino médio, até por serem na maioria dos casos menores de 18 anos e ainda morarem e dependerem dos pais, observa-se uma dinâmica na qual as atividades desenvolvidas são mais restritas aos horários de aula e estão envolvidas mais diretamente a esse fazer, como lanchonetes, restaurantes, serviços de copiadoras e de material escolar, além da presença marcante de uma quantidade significativa de ônibus escolares disponibilizados pelas prefeituras, que se deslocam diariamente, muitas vezes por mais de um turno, de diversos municípios em direção às cidades onde os *campi* estão instalados (também dos carros que são fretados pelas próprias famílias que moram em alguma localidade, na qual a prefeitura não vem ofertando o serviço).

A partir de dados disponibilizados pelo IFRN (2015), constatamos o estabelecimento dessa nova rede de relações criada em função da instalação dessas instituições de ensino (Mapas 21, 22, 23, 24). Como podemos observar a partir dos fluxos direcionados a cada um dos *campi*, formam-se áreas de influência, cuja abrangência ultrapassa os próprios limites das mesorregiões estabelecidas pelo IBGE e não coincidem com as regiões da Divisão Urbano-regional apresentada pela REGIC.

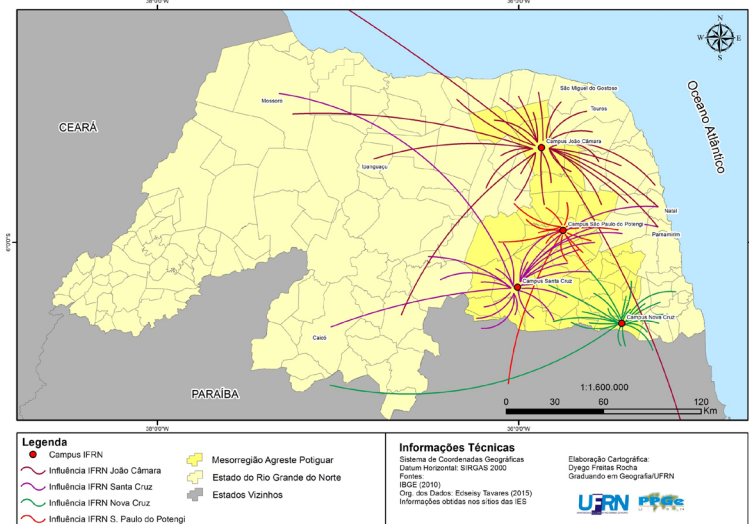
Nos mapas, é possível observar que muitas cidades têm a influência de mais de um *campus*, inclusive há alguns casos em que a cidade conta com a presença de um *campus*, mas também tem direcionamento de fluxos de alunos em direção a outras unidades localizadas em outras cidades. Essa nova realidade demonstra, portanto, o rompimento de uma hierarquia urbana rígida, dada a superposição de redes do sistema educacional que ainda pode coexistir com outras.

Mapa 21 - Mapa de fluxos dos alunos campus do IFRN localizados na mesorregião leste potiguar em 2015



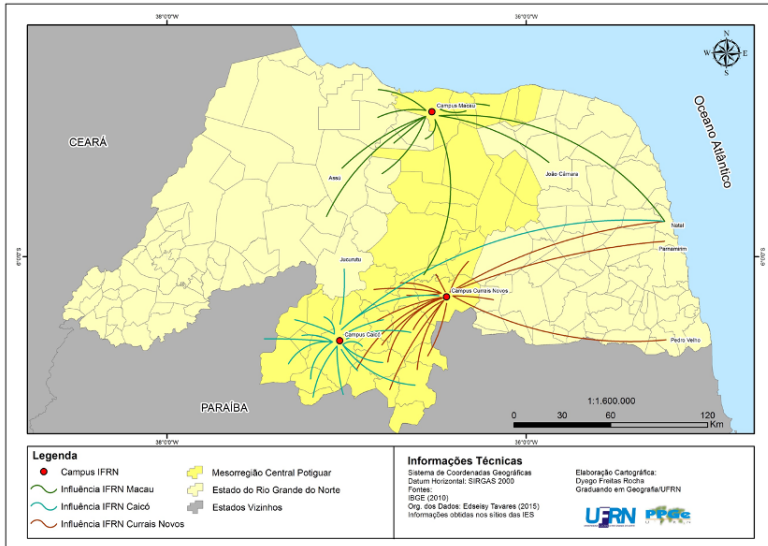
Fonte: IFRN, 2015.

Mapa 22 - Mapa de fluxos dos alunos campus do IFRN localizados na mesorregião agreste potiguar em 2015



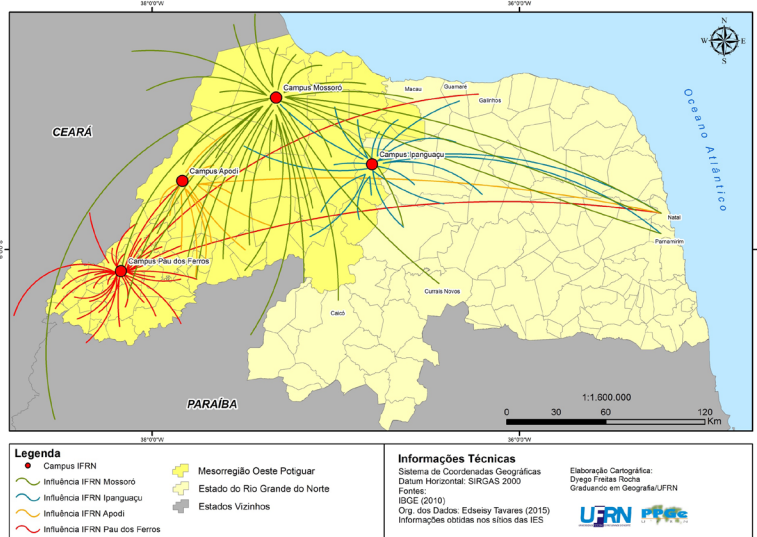
Fonte: IFRN, 2015.

Mapa 23 - Mapa de fluxos dos alunos campus do IFRN localizados na mesorregião central potiguar em 2015



Fonte: IFRN, 2015.

Mapa 24 - Mapa de fluxos dos alunos campus do IFRN localizados na mesorregião oeste potiguar em 2015

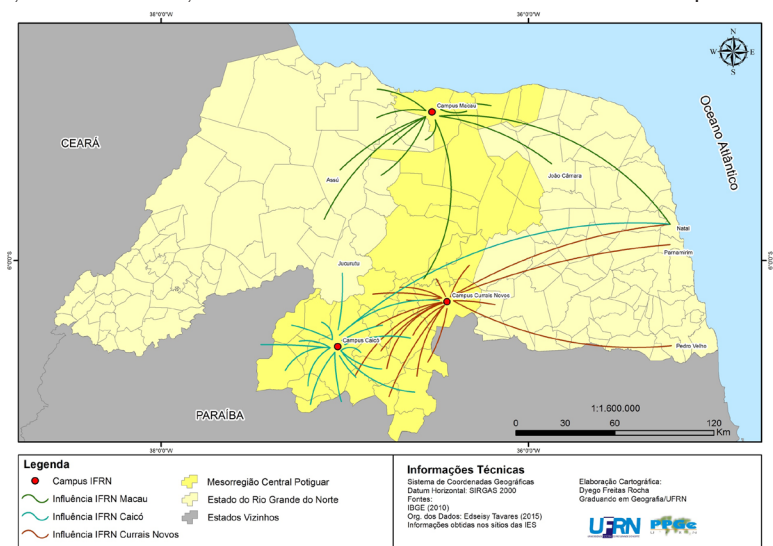


Fonte: IFRN, 2015.

Um caso que merece destaque nessa perspectiva é o que ocorre com os *campi* instalados na Região Metropolitana de Natal, pois as unidades de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Ceará-Mirim recebem alunos da capital e de outras cidades do interior, situação que outrora não seria possível imaginar, dado que Natal polarizava todos esses fluxos. Assim, cidades que nunca foram referência no que diz respeito aos serviços de educação, por serem eclipsadas por Natal, passam a atrair maiores fluxos não só em função do IFRN, mas de outras instituições de ensino.

Porém, em relação às IES, é possível observar com frequência, além dessa dinâmica explicitada anteriormente, a migração do lugar de moradia para as cidades que têm as instituições, alterando de forma significativa a economia local, pois o comércio e a prestação de serviços, se já forem dinâmicos, serão fortalecidos

e, se não forem, serão ativados. Há uma nova demanda por su-



larmente no que diz respeito aos alunos, o que ocorre entre os servidores, professores e técnicos administrativos. É notório que, no caso das instituições que estão próximas principalmente a Natal ou Mossoró, há um movimento pendular diário entre essas cidades e os locais de trabalho, promovendo uma dinâmica similar a descrita no primeiro caso. Contudo, à medida que vai ocorrendo um distanciamento dessas cidades, a opção dos servidores é morar ou passar pelo menos a semana (de segunda a sexta-feira), na localidade em que trabalham, o que agrega ainda mais dinamicidade à segunda situação explicitada. Todavia, não podemos negligenciar que, em cada um dos territórios, a geografização dos eventos, em função das condições dos lugares, manifesta-se de forma diferente, e ainda que cada evento, ao se geografizar no lugar, promove mudanças no conjunto do território.

Como foi indicado no início dessa discussão, a expansão dos serviços educacionais no período técnico-científico-informacio-

nal está atrelada às novas necessidades de conhecimento, formação, qualificação pessoal e profissional do período, demandas suscitadas e, dentre outras questões, pela presença de novos circuitos espaciais produtivos. Essa situação é notória em várias partes do país, onde se observa, como evidencia Ribeiro (2010, p. 122), ao analisar Marabá, que “há uma preocupação na formação de uma mão-de-obra regional” que atenda às demandas do mercado de trabalho local.

No Rio Grande do Norte, a realidade não é diferente. A expansão das instituições de ensino, principalmente as voltadas para uma profissionalização como o IFRN, os Centros Estaduais de Educação Profissional, as outras IES, e ainda outras instituições que fornecem cursos profissionalizantes, vem criando e oferecendo, majoritariamente, cursos que estão relacionados ou à área de ciência e tecnologia e/ou ao perfil dos ramos da economia regional, sendo o comando dessas atividades instituído ou não no âmbito daquela escala. Há ainda a ampliação dos cursos de formação inicial e continuada de professores, que são essenciais na perpetuação desse movimento.

São exemplos disso a oferta de cursos de Informática e áreas afins nos diversos campi do IFRN e o de Ciência e Tecnologia disponibilizado nas unidades da UFERSA. Ainda do IFRN, podemos exemplificar os cursos técnicos integrados e/ou subsequentes em agricultura em Apodi, vestuário em Caicó, gestão em turismo em Canguaretama, alimentos (vários níveis) em Currais Novos, recursos pesqueiros em Macau, mineração em Parelhas; relacionados à atividade petrolífera (vários níveis), como também demonstra Alves (2012), em Natal e Mossoró; e também a graduação Tecnológica em energias renováveis, em João Câmara. Na Escola Agrícola de Jundiá, em Macaíba, contamos com Agroindústria, Agropecuária e Aquicultura. Nos Centros de Educação Profissio-

nal de Ceará-Mirim e Alto do Rodrigues, há o curso de Energia renovável. Ademais, ainda temos as Licenciaturas em quase todas as IES nos seus diversos campi e a formação na área de saúde que se encontra além de Natal, em Caicó, Santa Cruz e Mossoró. Assim, conforme ressaltado por Brito (2014, p. 9), “a região e o local demandam a instalação de campi das IES para passarem a fornecer trabalhadores para as (novas) dinâmicas locais, que também requerem atendimento para saúde, educação e cultura”.

Diante do que foi exposto, fica evidente o quanto os novos fixos educacionais estão relacionados aos usos do território no contexto atual da divisão territorial do trabalho e dos circuitos espaciais produtivos que serão analisados em seguida, dada a sua importância para a estruturação da rede urbana estadual nesse período.

Portanto, a educação é um serviço que tem influenciado a reestruturação da rede urbana tanto pela sua expansão física, com a instalação de diversas instituições de ensino de todos os níveis educacionais em várias cidades do estado, quanto pelas possibilidades em termos de educação a distância, que criam redes de relações em escalas diferentes das realizadas para uma série de outros serviços.

5

REDES DE COMÉRCIO VAREJISTA E REDE URBANA: HIERARQUIZAÇÕES NO CIRCUITO SUPERIOR E SUPERIOR MARGINAL

As localizações estratégicas dos equipamentos comerciais e de serviços, visando aglutinação de um certo número de pequenos mercados consumidores (cidades médias e pequenas), que sozinhos não viabilizam um grande investimento, trazem repercussões para as atividades econômicas desses centros urbanos (SPÓSITO, 1998, p. 34).

A distribuição espacial do comércio varejista é um dos elementos essenciais para compreendermos a configuração de uma rede urbana, considerando que seja na escala intra ou interurbana que “a análise do comércio permite uma melhor compreensão do

espaço urbano, na medida em que comércio e cidade são elementos indissociáveis” (PINTAUDI, 2005, p. 144). A localização dos fixos do setor de varejo em seus diversos segmentos cria fluxos significativos de interações entre os territórios. Assim, os centros urbanos que apresentam uma maior densidade e variedade de comércio varejista exercem maior centralidade no contexto da rede urbana, enquanto naqueles em que o setor é mais raro e o atendimento da demanda se restringe às necessidades básicas predominam centros cuja área de influência é local.

Entretanto, é preciso considerar que, se em períodos anteriores havia uma seletividade espacial estabelecida pelas grandes redes de comércio varejista que contribuía com uma hierarquização bastante rígida da rede urbana, no período técnico-científico-informacional, as possibilidades técnicas, principalmente de telecomunicações e transportes e a difusão do consumo moderno, admitem a existência de um comércio varejista moderno de portes distintos e em vários segmentos que se dispersa das metrópoles às cidades locais. Isso não significa que o comércio varejista mais especializado se dispersou por toda a rede urbana brasileira, muito menos que se desfizeram as hierarquias para o acesso a essa atividade, mas que essa nova situação dotou o território de redes de comércio varejista de âmbito local e regional que vêm redefinindo a rede urbana. Portanto, mediante a permanência da concentração de algumas atividades simultaneamente à desconcentração de outras, se institui “uma recomposição da rede urbana, que de fato significa a superação dessa configuração única, por meio da definição de uma estrutura de redes urbanas” (SPÓSITO, 1998, p. 35).

De tal modo, superpõem-se no território potiguar a lógica espacial das maiores empresas do varejo brasileiro à expansão de redes de comércio varejista de abrangência estadual e regional, cuja

especialização no território proporciona novos papéis às cidades na rede urbana do estado. O acesso a determinados tipos de produtos, que anteriormente necessitavam de deslocamentos aos centros que estão nos níveis mais elevados da hierarquia da rede urbana do Rio Grande do Norte, pode acontecer em muitos centros intermediários e até em alguns centros locais, nos quais a dinâmica urbana permitiu a instalação desses fixos, assim como de certas atividades não-materiais, como os serviços educacionais e bancários.

A própria expansão dos objetos geográficos bancários, educacionais e postais, como também a realização de etapas de circuitos espaciais de produção nas cidades, associadas a presença das redes técnicas de telecomunicações e transportes, propiciaram e demandaram uma dinâmica econômica que não se tinha antes desse período nas cidades menos densas. Essa dinâmica pode ser constatada pela expansão do comércio varejista de diversos ramos, inclusive com o surgimento de redes associativistas. Portanto, a expansão do comércio varejista para além das cidades já concentradoras e que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia urbana se dá no período atual pela presença de vários fatores que podem ocorrer juntos ou não, dos quais destacamos: a ampliação do crédito e a geração de renda promovida pelos salários dos servidores públicos de todas as esferas, pelo grande volume de aposentadorias e beneficiários de programas sociais e ainda pela presença de etapas de alguns circuitos produtivos.

Na perspectiva de compreender como a especialização do comércio varejista influencia e é influenciada pela configuração da rede urbana do estado e suas hierarquias, analisaremos inicialmente a lógica espacial das maiores redes do varejo do Brasil no território potiguar e, em seguida, como ocorre o uso do território potiguar pelas redes associativas de comércio varejista de

âmbito local e regional. Em ambos os casos, optamos pelas redes, porque constituem importantes redes geográficas, cujo conjunto dos fixos e fluxos que movimentam possui papel relevante na organização do território.

A situação da cidade na rede urbana do estado é imprescindível na distribuição e seletividade da instalação das empresas e para a oferta ou disponibilidade de determinados tipos de bens e serviços. É nesse sentido que a análise sobre a topologia do comércio varejista e os tipos de relações que são propiciadas na rede urbana será permeada pela compreensão dos circuitos da economia urbana, “reconhecidos como divisões territoriais do trabalho e seus respectivos circuitos espaciais de produção” (SILVEIRA, 2007a, p. 10), permitindo compreender a reestruturação da rede urbana.

No sistema urbano, deparamo-nos com dois circuitos econômicos: um circuito superior que se divide em circuito superior propriamente dito e circuito superior marginal, e um circuito inferior, os quais se diferenciam fundamentalmente pelos níveis de tecnologia e organização, e têm as suas atividades instaladas nas cidades de acordo com “regras particulares a cada circuito” (SANTOS, 2008c). De modo geral (pois podem haver atividades que são mistas e apresentam características dos dois circuitos), o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio, serviços e indústria urbana modernos, comércio e indústria de exportação, atacadistas e transportadores, enquanto o circuito inferior é formado “por formas de fabricação ‘não-capital intensivo’, pelos serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2008c, p. 40).

Dessa forma, temos uma potencialidade maior do circuito superior se instalar nas cidades que apresentam maior centralidade e nível funcional na rede urbana, enquanto o circuito inferior tem

uma importância, embora relativa, nas diferentes aglomerações da rede, pois mesmo presente das metrópoles completas às cidades e centros locais, representam nesses últimos, uma substituição a, e às vezes existentes, atividades modernas (SANTOS, 2008c).

Nos centros urbanos do Rio Grande do Norte, o comércio varejista moderno, atividade típica do circuito superior, é realizado por intermédio, dentre outros estabelecimentos, pelas grandes lojas, supermercados e hipermercados e se localizam nas cidades que apresentam o maior nível funcional da rede urbana estadual, como Natal, alguns municípios da sua Região Metropolitana e Mossoró. Apenas nos casos de lojas de produtos diversos e de móveis e eletrodomésticos é que temos unidades instaladas em Assú e Caicó. Contudo, uma atividade do circuito superior se faz presente em suas diversas modalidades em todas as parcelas do território: a expansão dos serviços bancários com, no mínimo, a presença dos correspondentes nas cidades (SILVEIRA, 2007a). Essas atividades, apesar da densidade diferenciada, são ofertadas em todo o território, pois os seus usos no período atual precisam da mediação que é exercida por esse serviço.

Quanto ao circuito superior marginal, que segundo Santos (2008c, p. 103), “pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas”, o Rio Grande do Norte tem, na expansão das redes associativistas de comércio varejista, os mais variados segmentos para a realização desse sub-circuito econômico. Nas cidades de Natal e Mossoró, esse comércio se estabelece principalmente atendendo as demandas dos bairros e foram uma estratégia criada para que os pequenos e médios estabelecimentos tivessem condições de competir e se manter no mercado juntamente com o comércio do circuito superior propriamente

dito. Já nas cidades intermediárias, o circuito superior marginal é frequente, atendendo principalmente a população local, embora sua área de influência se estenda dependendo do nível de centralidade do centro intermediário por diversos centros locais. Mas, como alguns centros locais também estão imersos nesse processo de expansão das redes associativistas de comércio varejista, isso diminui o mercado desse comércio das cidades intermediárias.

Em relação ao circuito inferior no Rio Grande do Norte, as atividades comerciais e os serviços não modernos estão presentes em todas as parcelas do território. Em Natal e Mossoró, isso acontece em grandes proporções, devido ao considerável número de população pobre, mas abrangendo principalmente o limite dos municípios. Isso também ocorre em cidades intermediárias como Assú, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, dentre outros centros de gestão do território (Centros de Zona A e B), transpondo suas áreas de influência, mas em concorrência com o circuito inferior dos centros locais. Nos centros locais, principalmente naqueles centros menos dinâmicos do estado, significam quase que a totalidade do seu circuito econômico. Evidentemente que nas cidades que ocupam posições inferiores na rede, há a presença de algumas atividades modernas, mas essas são mais raras, sendo o comércio e os serviços menos modernos o que prevalece.

5.1 A PERMANÊNCIA DA HIERARQUIA CLÁSSICA NA REDE URBANA POTIGUAR: EXPANSÃO SELETIVA DO COMÉRCIO VAREJISTA DO CIRCUITO SUPERIOR

O comércio moderno é uma das atividades constituintes do circuito superior da economia urbana, podendo inclusive ser caracterizado como um dos elementos “puros” desse circuito, devido ao caráter específico da atividade em ser simultaneamente “da cidade e do circuito superior” (SANTOS, 2008c, p. 41). O comércio varejista do circuito superior que se encontra em expansão no Brasil, assim como em outros países subdesenvolvidos, realiza-se por intermédio

“de uma gama de estabelecimentos que vão das grandes lojas, supermercados e mesmo hipermercados [...] até as lojas de produtos da moda, que oferecerem um pequeno número de artigos de luxo a uma clientela específica” (SANTOS, 2008c, p. 86).

Essas atividades também se realizam no Rio Grande do Norte, com a ação de algumas das maiores empresas do varejo que atuam no Brasil. Spósito (2001) aponta que a ampliação das novas formas comerciais, como hipermercados, shopping center e galerias, por exemplo, que estão justamente entre as maiores empresas do varejo, ocorre no país a partir de 1980, acentuando-se na década de 1990, devido à maior incorporação de capitais internacionais no setor de supermercados.

Os supermercados são, hoje, eles fundamentais nas cadeias de distribuição e produção, pois participam das diversas instâncias, criando marcas, agindo como oligopsônios em algumas produções, modificando os calendários de pagamentos e comandando assim uma importante parcela do comércio varejista (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 150).

No Rio Grande do Norte não foi diferente, visto que “as estratégias territoriais dos supermercados buscam atingir os diversos pontos do país” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 150). Assim, as primeiras lojas de comércio varejista de grandes dimensões surgem no estado ainda na década de 1980, com a inauguração do Hiper Bompreço e das Lojas Americanas, em 1982, e Casas Pernambucanas, também nessa década, mas a expansão ocorre a partir dos anos 1990, principalmente com os supermercados, hipermercados e atacados, como são os casos do Carrefour Natal e Zona Norte (1997/2006), Atacadão Zona Sul, Zona Norte e Mossoró (2007/2008/2008), Hiper Bompreço Roberto Freire e Mossoró (2001/2009) e Assaí Atacadista Natal e São Gonçalo do Amarante (2014/2016). É notória, na localização desses estabelecimentos comerciais, a força da hierarquia urbana, todos sendo instalados inicialmente apenas na capital do estado que é a cidade que ocupa o topo da rede urbana estadual e, posteriormente, alguns se estabelecendo em Mossoró e Caicó, além de alguns municípios da região metropolitana de Natal. Assim, esse uso se dá de forma seletiva, com as empresas se localizando nos centros urbanos que estão nos níveis mais altos da hierarquia da rede urbana potiguar, ainda sendo necessário reiterar que essas atividades do circuito superior são “concentradas em certos pontos, consequência geográfica das disparidades de rendas e das características do aparelho de distribuição” (SANTOS, 2008c, p. 360).

Diante desse contexto, não apenas há uma seletividade espacial em que as empresas buscam as cidades que apresentam maior centralidade, mas também a instalação desses fixos e fluxos gerados reforçam o papel desses centros, em virtude da função que passam a exercer enquanto ofertante de tais atividades. Para Santos (2008a, p. 108), o circuito superior “se estabelece segundo a hierarquia qualitativa e quantitativa dada por todo um conjunto de condições, entre as quais se podem mencionar a existência de infra-estruturas e a viabilidade de um mercado”.

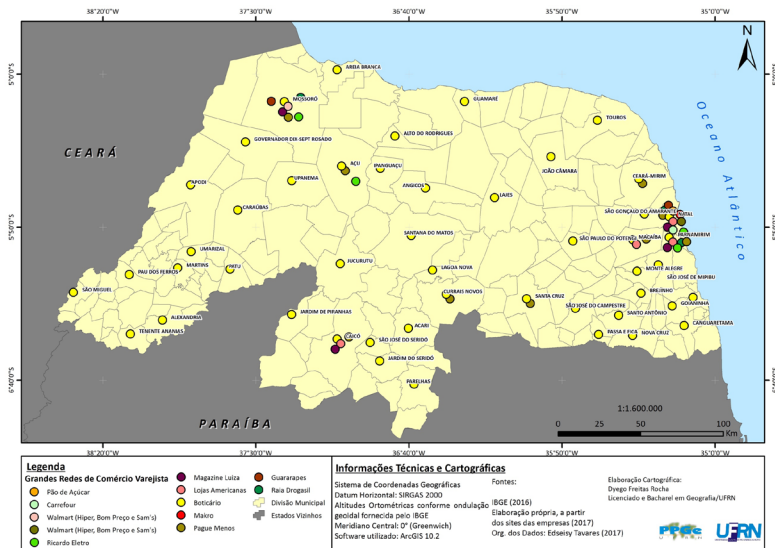
Na tentativa de compreender essa dinâmica, recorreremos ao Ranking IBEVAR das maiores empresas do varejo brasileiro (EXAME.COM, 2014) para identificarmos quais são as principais empresas do varejo brasileiro de capital nacional e internacional que atuam no Rio Grande do Norte. A partir de tal levantamento, entende-se como o uso que fazem desse território incide sobre a rede urbana estadual. A escolha por esse ranking se deu porque ele engloba todos os setores do varejo no país, contemplando, por exemplo, os seguintes segmentos: supermercado, hipermercado e atacado, eletrônicos e móveis, moda e esportes, drogarias e perfumarias, materiais de construção, *fast-food*, conveniências e restaurantes, além de outros.

Entre as dez (10) maiores empresas do país, nove (9) têm unidades no Rio Grande do Norte, nos setores de supermercado, hipermercado e atacado, eletrônicos e móveis, diversos e drogaria e perfumaria. São elas: os grupos Pão de Açúcar, Carrefour, Walmart, as Lojas Americanas, Magazine Luiza, Ricardo Eletro, Boticário, Makro e Raia Drogasil. É relevante ressaltar que tais empresas não se instalam no estado no mesmo momento, já que inicialmente temos os supermercados, hipermercados, atacados, perfumarias e lojas de produtos diversos como as

Lojas Americanas, cujas primeiras unidades datam da década de 1980 e permanecem expandindo suas lojas até os dias atuais. Após esse período, somente nos últimos 7 anos surgem a Drogasil e as lojas de móveis e eletrodomésticos Magazine Luiza e Ricardo Eletro, que realizaram aquisição de outras lojas já existentes no estado.

Mesmo diante da expansão dessas redes no estado, a espacialização de tais empresas evidencia o quanto ainda permanece forte a força da hierarquia urbana para determinadas atividades (Mapa 25).

Mapa 25 – Localização das grandes redes de comércio varejista no Rio Grande do Norte em 2017



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos sites das empresas, 2017.

De acordo com Pintaudi (2005, p. 155), “os lugares escolhidos para a troca de produtos comumente implicaram situações estratégicas. Em outras palavras, a atividade comercial sempre demandou centralidade, o que também significa dizer acessibilidade”. É possível observar que a maior parte desse comércio varejista só se encontra disponível nas duas cidades que, além de serem atravessadas por duas das mais importantes rodovias federais que integram o estado, estão nos níveis mais elevados da hierarquia clássica da rede urbana do estado, respectivamente Natal e Mossoró. Algumas unidades se instalaram na Região Metropolitana de Natal, mas não em todas as cidades. A dispersão ocorre, sobretudo, em direção a Parnamirim e apenas as Lojas Americanas têm uma unidade em Macaíba, mas ainda precisamos destacar que esses centros conformam, segundo o IBGE a ACP Natal, sendo, portanto, centros cuja centralidade na rede urbana está relacionada à influência de Natal.

Além desses centros, Caicó tem uma loja do Magazine Luiza e uma Lojas Americanas enquanto Assú tem uma unidade da Ricardo Eletro. É preciso ressaltar que esses dois centros são considerados centros de gestão de território e mesmo assim contam apenas com essas empresas do segmento de produtos diversos e eletrodomésticos e móveis. De tal modo, o entendimento de Lozano e Spósito (2015, p. 103) de que “a distribuição das redes de eletrodomésticos no Brasil (...) obedece a critérios hierárquicos da rede urbana e às possibilidades de consumo decorrentes das mudanças que ocorreram na realidade brasileira, principalmente nas últimas três décadas” também se estende ao Rio Grande do Norte. Ainda acrescentamos que se a distribuição das lojas das grandes redes de eletrodomésticos é monopolizada nas cidades de maior centralidade da rede urbana estadual, mais concentrado é o setor

de supermercado, hipermercado e atacado das grandes redes (Extra, Assaí, Atacadão, Carrefour, Hiper Bompreço, Sam's, Makro), que induz a permanência de uma hierarquia na rede urbana para esse tipo de comércio que se localiza na região metropolitana de Natal e em Mossoró.

Das nove empresas pesquisadas, apenas as lojas do grupo Boticário apresentam uma maior dispersão no território estadual, estando presente em 49 (Mapa 25) dos 167 centros urbanos do Rio Grande do Norte. Todavia, mesmo diante dessa melhor espacialização em relação aos outros setores, fica evidente o papel da rede urbana estadual na localização das lojas. Entre os 49 centros urbanos que têm pelo menos uma unidade da empresa, 19 foram considerados pelo IBGE/REGIC (2008) como centros de gestão do território. Ainda assim, apenas Caicó (3), Currais Novos (2), Mossoró (9), Pau dos Ferros (2), Natal (20), São Gonçalo do Amarante (2), Macaíba (2) e Parnamirim (4) apresentam mais que uma loja. Além dos centros de gestão do território potiguar, as lojas do Boticário também podem ser encontradas em algumas cidades que compõem a ACP Natal e que, portanto, aumentam o poder da capital e municípios vizinhos, como Macaíba, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibú e Parnamirim.

Existem algumas lojas que se localizam nos centros locais do estado (26), entretanto, entendemos que 12 deles são centros locais que se diferenciam dos demais pela sua dinâmica urbana, constituindo-se em cidades locais, seja pelo abrigo de importantes atividades econômicas, ou porque já exerceram centralidade no estado em períodos anteriores, distinguem-se do ponto de vista dos equipamentos urbanos dos demais centros locais do estado, conforme analisaremos posteriormente. Assim, são apenas em 14 centros urbanos do Rio Grande do Norte de área de influência local em

que encontramos lojas do grupo Boticário. Ainda nessas circunstâncias, destacamos que Martins e Tibau do Sul são dois centros urbanos fortemente relacionados à atividade turística, Monte Alegre integra a região metropolitana de Natal e Guamaré, Jardim do Seridó e São José do Seridó realizam etapas de alguns dos mais importantes circuitos espaciais produtivos que ocorrem no estado (o do petróleo, no primeiro caso, e o têxtil e de confecções, nos outros dois).

Além das dez maiores empresas do varejo no Brasil, outras duas, devido a representatividade que tem no estado, merecem nossa análise. Uma delas é o grupo Guararapes, que ocupou a posição de 15^a maior empresa de varejo do país (EXAME.COM, 2014). A Guararapes produz exclusivamente para as lojas Riachuelo e tem a sede da empresa no Rio Grande do Norte, além de uma unidade fabril e a contratação de diversas facções de roupas no interior do estado. Contudo, as lojas Riachuelo demonstram o quanto seletiva é a localização de suas instalações comerciais e hierarquizada, em certa medida, na rede urbana. No Rio Grande do Norte, são apenas quatro (4) lojas, sendo duas (2) em Natal e duas (2) em Mossoró (Mapa 25).

A outra grande rede em escala nacional que ocupou a 21^a posição no ranking IBEVAR (EXAME.COM, 2014) e cuja atuação territorial contribui para a compreensão da configuração atual da rede urbana do estado é das Farmácias Pague Menos. As suas lojas estão distribuídas em nove (9) centros urbanos do Rio Grande do Norte (Mapa 30), sendo seis (6) desses importantes centros de gestão do território como Natal, Mossoró, Caicó, Assú, Currais Novos e Santa Cruz. Outras duas cidades onde podemos encontrar as lojas das Farmácias Pague Menos são Macaíba e Parnamirim, que compõem a ACP Natal. Há apenas uma loja instalada em um

centro local (Ceará-Mirim), no entanto, assim como mencionado no caso de algumas lojas do Boticário, trata-se de uma cidade local que exhibe uma dinâmica urbana mais acentuada que a dos demais centros locais. A rede permanece em processo de expansão no estado, tendo prevista para o ano de 2017 a instalação de novas unidades em Natal, mas também nos centros urbanos do interior, conforme aponta Pires (2017) em reportagem ao jornal Tribuna do Norte sobre a expansão das grandes redes nacionais de farmácias no Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, podemos concluir que a função da centralidade e a hierarquia urbana permanece bastante rígida, quando tomamos a localização das grandes redes de comércio varejistas. Não apenas essas empresas distribuem suas lojas nos espaços mais densos da rede urbana, como essas ações reforçam o papel dos centros de gestão do território que continuam atraindo fluxos, devido à busca por essas atividades. Todavia, precisamos atentar para o fato de que se as lojas físicas corroboram com essa hierarquização, a possibilidade das compras virtuais nesses estabelecimentos permite que o acesso aos produtos ocorra por intermédio de interações que não precisam do deslocamento até alguns dos centros onde estejam localizados esses fixos, sendo criada uma outra rede para a realização da circulação e do consumo.

Outras situações que vem modificando essa relação entre a rede urbana e a rede de comércio varejista são o aumento do poder de compra, as mudanças nos hábitos de consumo e a significativa expansão de redes associativistas do comércio varejista de atuação regional e local. Tais redes disponibilizam em centros intermediários e até em centros locais diversos produtos que anteriormente só eram encontrados em grandes lojas de varejo, inclusive com preços competitivos, o que reduz a necessidade de deslo-

camentos aos grandes centros e cria uma nova rede de interações que se superpõe as demais, considerando que sua lógica espacial redimensiona as articulações urbanas até então dominantes.

5.2 A DISSEMINAÇÃO DAS REDES ASSOCIATIVISTAS DE COMÉRCIO: O SURGIMENTO DE NOVAS CENTRALIDADES DE CONSUMO A PARTIR DO CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL

O comércio varejista, segundo Costa (1977), era a modalidade de comércio que predominava no estado até a década de 1970, contudo apresentava um número reduzido nos municípios pequenos, muitos sendo classificados como “bodegas”. A partir dos anos 1990, o comércio varejista do Rio Grande do Norte apresenta um contexto completamente diferente, pois se verifica uma ampla difusão do setor, embora apresentando conformações distintas nos subespaços do território potiguar. Conforme observamos, esse período é marcado pela expansão das grandes redes de comércio varejista na capital potiguar, todavia também há o crescimento e a modernização dessa atividade em outros centros urbanos do estado, porém, com o surgimento em diversos setores de atividades comerciais menos modernas que as encontradas no circuito superior “puro”, apresentando “menor capital, porém capazes de absorver a porcentagem da população ‘marginalizada’” (SANTOS, 1994, p. 94).

Em todos os centros urbanos do estado, dos centros de gestão do mais alto nível hierárquico aos centros locais, há no período atual uma variada classe média e pobre, que devido ao crédito e à

tecnificação da circulação, tem ampliado e diversificado o consumo (SILVEIRA, 2009). Entretanto, trata-se de uma das diferentes formas de consumir, uma vez que, como nos alerta Arroyo (2008), a “segmentação do mercado autoriza a convivência de uma ampla variedade de formas de realização econômica”.

Assim, além da existência dos circuitos superior e inferior, temos o circuito superior marginal, o qual “trabalha segundo parâmetros modernos, o que o aproxima do circuito superior, mas é, em grande parte, resposta às necessidades de consumo localmente induzidas, o que o aproxima do circuito inferior” (SANTOS, 1994, p. 96). Nesse circuito da economia urbana moderna no estado, encontram-se, por exemplo, as redes de diversos segmentos formados principalmente pelo associativismo de grupos locais e regionais, instalado nas faixas de mercado e áreas geográficas onde o circuito superior “não querem ou não podem operar” (SANTOS, 1994, p. 97).

Dessa forma, pequenos e médios comerciantes varejistas passaram a se associar em grupos, adotando uma bandeira, contudo conservando suas identidades societárias. Nessa associação, os estabelecimentos formam centrais de compras que diminuem os custos da compra e circulação das mercadorias, além dos gastos com marketing. Há ainda uma padronização das lojas, que pode ir do seu layout às promoções. As redes associativistas buscam, assim, criar estratégias que as permitam acompanhar as tendências do comércio moderno e se manterem no mercado, concorrendo em alguns casos com as grandes redes.

No Rio Grande do Norte, as primeiras redes associativistas surgem em 1995, inicialmente no setor supermercadista e, posteriormente, no setor de farmácias. No entanto, precisamos ressaltar que a localização dessas redes, até o ano de 2001, está apenas em Natal e sua região metropolitana e que as associações até esse

momento se dão a partir de iniciativas espontâneas de pequenos comerciantes, como nos revela Pessoa (2015). Ainda segundo a autora, é somente a partir do ano de 2002 que ocorre a interiorização das redes associativistas no estado, assim como também as ações mais institucionalizadas para a formação de tais associações, principalmente por intermédio dos incentivos do SEBRAE e da Associação Comercial e Empresarial do Rio Grande do Norte (ACRN). Nesse contexto de interiorização, é notória a expansão dessa modalidade de comércio, tendo em vista que até 2001, existiam apenas 06 redes no estado e em 2014 já eram contabilizadas 28.

É diante desse processo de expansão e interiorização dessas redes no território potiguar que temos mais uma variável que estabelece novos fluxos e influencia a estrutura da rede urbana no estado, porque as localizações desses estabelecimentos comerciais permitem uma redefinição nas relações entre as cidades. A interiorização dessas redes possibilita ao consumidor a opção de uma variedade de produtos e preços competitivos que anteriormente só eram possíveis com o deslocamento aos centros que estão nas posições de maior nível de centralidade da rede urbana estadual, ou seja, tem-se uma nova referência de busca, dependendo do bem procurado. O rompimento da hierarquia rígida tradicional também se faz notório nas formas como se realizam as compras pelas redes, dado que, como já mencionado, as associações de estabelecimentos às redes criam centrais de compra para o abastecimento de parte das mercadorias e, nesse processo, as redes tentam reduzir ao máximo possível os intermediários entre as lojas da rede e o fornecedor principal, indústrias ou laboratórios. Busca-se a compra direta na fonte, o que em razão principalmente da logística e dos fretes, nem sempre é possível, havendo a necessidade de se recorrer a um escalão intermediário, que é formado por atacadistas internos. Seja

por intermédio dos atacadistas ou direto com os fornecedores industriais, as mercadorias são entregues diretamente nas lojas ou nos Centros de Distribuição (CD), os quais não se localizam prioritariamente nos centros intermediários da rede urbana, e sim no município que permita uma maior proximidade e logística para todo o grupo, como no exemplo da Rede Fácil Construir, que tem o seu CD localizado em Acari, um centro local. Portanto, “no período atual, em que a mundialização da vida econômica e a globalização dos valores e práticas constituem um vetor importante de estabelecimento de fluxos de toda a natureza, reconhece-se uma reestruturação das relações entre as cidades” (SPÓSITO, 2011, p. 126).

Pessoa e Gomes (2013), analisando a formação e as expansões das redes associativistas comerciais nas pequenas cidades norte-rio-grandenses, evidenciam a ampliação da oferta dessa atividade varejista nos últimos anos e como a instalação dessas redes promove uma nova dinâmica urbano-regional nas cidades do estado. Não se trata de uma dispersão de grandes redes nacionais e internacionais para o interior do estado, mas sim do surgimento de empreendimentos ligados a redes comerciais de âmbito estadual e regional que comercializam produtos anteriormente só eram encontrados majoritariamente nas grandes cadeias de lojas. A emergência dessas redes de comércio varejista e os tipos de produtos que oferecem vêm atendendo ao aumento do consumo, inclusive incentivado pela publicidade, sendo ainda relevante destacar que muitos dos produtos ofertados correspondem àqueles já intencionalmente criados para o consumo popular.

As vinte e oito (28) redes existentes no estado até 2017 atuam em diversos setores, mas principalmente no setor supermercadista (15), de móveis e eletrodomésticos (4), farmácias (3), material de construção (3), informática (2) e petróleo (1), com empresas

de pequeno e médio porte (PESSOA, 2015), propiciando diferentes fluxos e interconexões das cidades em que se localizam. Com base no levantamento realizado por Pessoa (2015), buscamos identificar a localização das lojas pertencentes a essas redes para que possamos analisar se as topologias dessas empresas possibilitam uma reconfiguração da rede urbana, com o estabelecimento de novas redes de interações entre as cidades para o acesso a esse comércio.

A interiorização dessas redes comerciais ocorreu nas diversas regiões do estado, contudo, segundo Pessoa e Gomes (2013), inicialmente se instalaram nas cidades que as autoras entendem como sendo os polos regionais do estado, quais sejam: Mossoró, Assú, Pau dos Ferros e Caicó. Todavia, também extrapolou tais polos estando localizados em outras cidades que não apresentam a mesma centralidade na rede urbana. De acordo com Pessoa (2015), a expansão da rede não foi apenas quantitativa, pois observa-se uma melhor espacialização dessa atividade no território nos últimos anos, já que estão presentes em cidades intermediárias e locais, chegando a 147 (cento e quarenta e sete), o que corresponde a 88% das cidades do estado, com os diversos segmentos.

Na nossa análise, priorizamos aqueles segmentos que apresentaram um número mais significativo de redes e que movimentam fluxos de maior intensidade diariamente devido ao caráter da atividade, portanto selecionamos os supermercados, as lojas de materiais de construção, as de móveis e eletrodomésticos e as farmácias. Não foi possível a realização de apreciação de todas as redes em cada um dos segmentos, mas entendemos que a quantidade de redes por setor nos permitem o entendimento da lógica espacial de tais redes e de como sua presença no território contribui com uma nova configuração da rede urbana, na qual há uma coabitação de redes que a

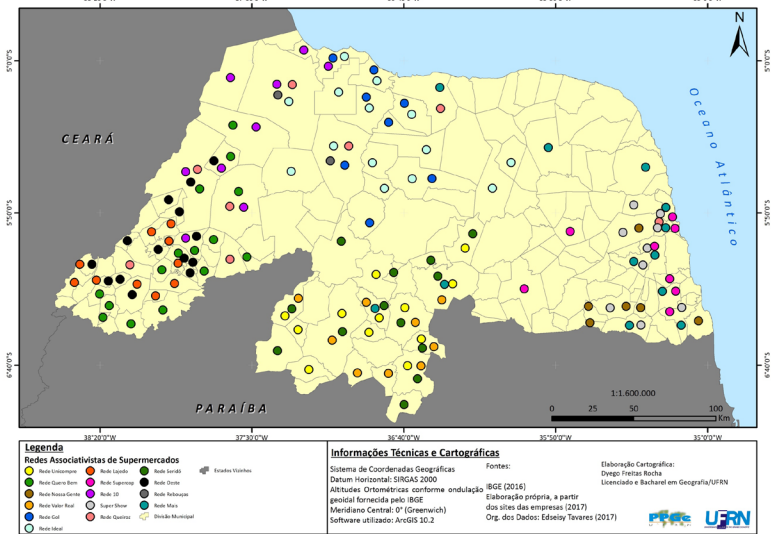
complexifica, dando diferentes papéis aos centros urbanos, dos centros de gestão aos centros locais.

Conforme anunciado anteriormente, o setor que apresenta o maior número de redes associativistas no estado é o de supermercados, com quinze redes. Dessas foi possível analisarmos a espacialização de treze, quais sejam: Rede Mais, Rede Supercoop, Rede Nossa Gente, Rede 10, Rede Seridó, Rede Unicompre, Rede Gol, Rede Ideal, Rede Oeste, Rede Lajedo e Rede Quero Bem, além da Rede Rebouças e Rede Queiroz¹⁴ (Mapa 26), que apesar de não serem redes associativas possuem uma distribuição espacial que se assemelha as demais e contribui para o entendimento dos fluxos que se estabelecem entre as cidades do estado na realização dessa atividade comercial.

A primeira questão que merece ser ressaltada é que, mesmo diante da expansão e melhor distribuição das redes de supermercados de capital local e regional pelos centros urbanos do território potiguar, é notório que a hierarquia urbana se faz presente quanto à diversidade de empreendimentos de um mesmo setor. Ao selecionarmos apenas os centros urbanos do estado que contam com mais de cinco estabelecimentos supermercadistas, sejam da mesma rede ou de redes diferentes, poucos se encontram nessa situação. Esses centros estão todos entre os centros de gestão do território e ainda a maioria nos mais elevados níveis da hierarquia urbana estadual, são eles Assú (10), Apodi (6), Caicó (7), Currais Novos (5), Mossoró (26), Natal (25) e Parnamirim (10). Também é preciso reafirmar que alguns desses centros como Natal, Mossoró e Parnamirim são os únicos do estado que abrigam as grandes redes de supermercados, hipermercados e atacados do estado.

14 A Rede Queiroz funciona sob o sistema de franquia e a Rede Rebouças pertence a um único proprietário.

Mapa 26 – Localização das redes associativistas de supermercados do Rio Grande do Norte em 2017



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos sites e de informações das empresas, 2017.

Apodi é o único desses centros urbanos que, mesmo sendo um centro de gestão e não representando uma das maiores centralidades do estado, classifica-se como Centro de Zona B. Interessante notar que outros centros de maior centralidade que Apodi têm menor número de supermercados, como Pau dos Ferros (2), João Câmara (1) e Macau (2). Além disso, outros Centros de zona B têm quantidades variadas de lojas, são três em Canguaretama, Parelhas e São Miguel; duas em Alexandria, Patu e Umarizal; uma em Santa Cruz e em São Paulo do Potengi e nenhuma foi identificada em Passa e Fica. Mais uma vez, reforçamos que essa dinâmica comercial presente em Apodi, que inclusive possibilitou uma maior centralidade do município na rede urbana, foi propiciada pelas realizações de importantes circuitos

espaciais produtivos no município como o da fruticultura irrigada e do petróleo.

Uma segunda questão é que 36 centros urbanos apresentam um supermercado de uma das redes em análise, estando entre esses, tanto centros de gestão do território, quanto centros locais. E outra questão é que em 88 centros urbanos não foram identificados nenhuma loja de rede de supermercados, o que evidencia que para mais ou menos a metade dos municípios do estado ainda são necessários deslocamentos a outros centros urbanos melhor equipados para se ter acesso a esse tipo de comércio.

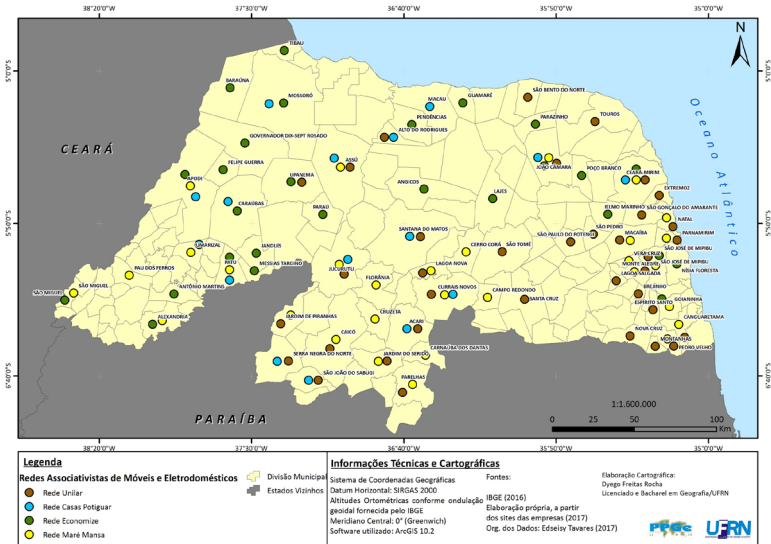
E para concluir a análise, evidenciamos que apresentando entre 2 e 4 supermercados de redes associativistas, deparamo-nos com centros urbanos de diferentes níveis de centralidade, estando entre os centros de gestão do território: Alexandria, Canguaretama, Macau, Parelhas, Patu, Pau dos Ferros, São Miguel e Umarizal. Os centros locais predominam quanto a esse quantitativo de lojas, todavia a maioria desses, são centros cuja dinâmica urbana é mais acentuada que os demais, seja porque têm no seu território a realização de etapas de importantes circuitos espaciais produtivos ou devido a já terem exercido maiores centralidades na rede urbana estadual em períodos anteriores, como são os casos de Acari, Angicos, Areia Branca, Baraúna, Caraúbas, Ceará-Mirim, Goianinha, Jardim de Piranhas, Jucurutu e Nova Cruz. Portanto, concordamos com Santos (2008a) que quando a cidade local abriga uma atividade, como uma indústria para exportação ou outros importantes circuitos espaciais produtivos, os empregos gerados podem incentivar a criação de comércios modernos.

O segundo segmento que apresenta o maior número de redes do comércio varejista no Rio Grande do Norte é o setor de

móveis e eletrodomésticos. Embora, como no caso dos supermercados, as grandes redes de móveis e eletrodomésticos apresentarem expansão no estado nos últimos 7 anos apenas nas cidades que detêm os maiores níveis de centralidade na rede urbana estadual, este setor vem expandindo o número de redes e suas lojas no interior do estado. Contudo, mais uma vez, assim como ocorrido com os supermercados, as redes de móveis e eletrodomésticos de caráter associativista abrangem uma escala local e regional. São exatamente essas redes devido a sua distribuição espacial que conferirão novas características a rede urbana, a qual terá centros urbanos de níveis de centralidade e hierarquia diferentes, redefinindo os seus papéis em função dos fluxos promovidos por tal comércio.

Das quatro redes associativistas de comércio de móveis e eletrodomésticos que foram identificadas no estado, analisaremos três, a Rede Unilar, Rede Economize e Rede Casas Potiguar. Além da Maré Mansa, que apesar de não ser uma rede associativista, funcionando sob forma de franquia, apresenta uma expansão e distribuição espacial no estado que, do mesmo modo que as demais, possibilita um redirecionamento dos fluxos na rede urbana do estado. A distribuição espacial das redes de móveis e eletrodomésticos no estado (Mapa 27) evidencia o quanto esse comércio vem se expandindo no estado.

Mapa 27 - Localização das redes associativistas de móveis e eletrodomésticos d Rio Grande do Norte em 2017



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos sites e de informações das empresas, 2017.

E se as grandes redes se localizam apenas nas cidades que ocupam os mais altos níveis da hierarquia da rede urbana estadual, as redes locais e regionais têm como estratégias de mercado esses centros urbanos, mas também atingir centros locais, atendendo aos consumidores do próprio município e de áreas circunvizinhas, que não precisaram mais necessariamente se deslocar a algum centro de gestão para consumir esses produtos.

Evidentemente que o papel que os centros urbanos exercem na rede urbana ainda é muito forte na espacialização desse tipo de comércio. Dos 167 municípios do estado, em 99 não foi identificada a presença de lojas de algumas das redes analisadas e dentre esses somente Passa e Fica e Santo Antônio não são centros locais. Outra proeminência dessa força da hierarquia urbana é que

o maior número de lojas de móveis e eletrodomésticos, mesmos dessas redes, concentra-se predominantemente nos centros urbanos de maior centralidade no estado, como são os casos de Caicó, Currais Novos, João Câmara e Natal, que apresentam mais de 5 lojas cada. As exceções são Macaíba, que compõe a ACP Natal, e Ceará-Mirim que, mesmo sendo um centro local, tem uma dinâmica urbana elevada em relação aos outros centros locais, dentre outras questões pela intensidade de fluxos com a capital, fazendo parte inclusive da Região Metropolitana de Natal, conforme já ressaltado.

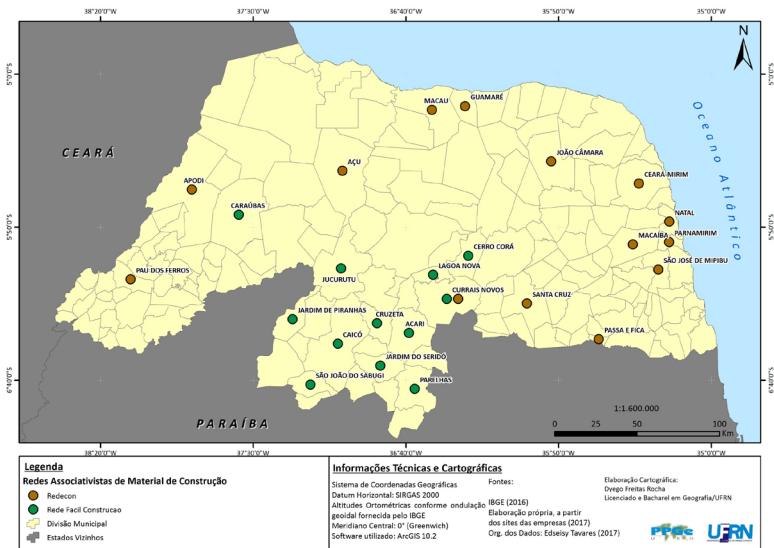
No entanto, a expansão dessas redes, como destacado anteriormente, denota que a rede urbana do Rio Grande do Norte tem novos direcionamentos de fluxos. Nesse sentido, podemos observar no Mapa 3 que 32 centros urbanos contam com uma loja das redes de móveis e eletrodomésticos pesquisadas. Dessas apenas Macau e São Paulo do Potengi não são centros locais, sendo classificados respectivamente, como Centro de Zona A e B; Extremoz, Nísia Floresta e São Gonçalo do Amarante não recebem classificação quanto ao nível de centralidade, devido integrarem a ACP Natal.

Já entre os centros urbanos que detêm de 2 a 4 lojas de mesma rede e/ou de redes diferentes que totalizam 30, há uma diversidade de situações de centralidade urbana. Assú, Alexandria, Apodi, Canguaretama, Mossoró, Parelhas, Patu, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Miguel e Umarizal são centros de gestão do território de diferentes níveis na hierarquia urbana, compreendendo o segundo maior nível da rede urbana estadual ocupado por Mossoró que é de Capital Regional C até Centros de Zona B. Os demais centrais são denominados como locais, contudo, mais uma vez, ressaltamos que Acari, Alto do Rodrigues, Caraúbas, Goianinha, Jardim de Piranhas, e Jucurutu para essa atividade, assim como

para outros tipos de comércio e oferta de serviços são uma referência de centralidade que se assemelha a de centros urbanos que são considerados centros de gestão do território. Ainda temos nesse grupo que tem de 2 a 4 lojas das referidas redes, Parnamirim e São José de Mipibú, que compõem a ACP Natal.

Em relação às redes de construção, analisamos a Redecon e a Rede Fácil Construir (Mapa 28). Diferentemente dos outros segmentos que apresentam um número significativo de lojas no interior estado, inclusive nos centros urbanos menores e de reduzida centralidade além do local, essas redes se localizam predominantemente nos centros que estão nos níveis mais altos da hierarquia urbana e em alguns centros locais mais dinâmicos. O maior número de lojas só é encontrado em Currais Novos (4), Natal (2) e Ceará-Mirim (2). Desse modo, são dois centros de gestão, Natal e Currais Novos, contudo atentamos para o fato de que Natal possui um número reduzido de lojas, o que relacionamos à dificuldade de concorrência com as grandes empresas que atuam nesse mercado. Ceará-Mirim, mesmo compondo a Região Metropolitana de Natal, não foi incluída na ACP Natal e é considerada pelo IBGE como um centro local, todavia, ressaltamos que se trata de um centro cuja dinâmica urbana nos permite diferenciá-lo da maior parte dos centros locais do estado.

Mapa 28 - Localização das redes associativistas de materiais de construção do Rio Grande do Norte em 2017



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos sites das empresas, 2017.

Nos demais centros urbanos nos quais há estabelecimentos das redes do comércio de material de construção pesquisadas, há apenas uma loja em cada. Destes, nove apresentam níveis de centralidade na rede urbana que extrapolam a área de influência local, são eles: Assú, Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Parelhas, Passa e Fica, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Já os centros urbanos de Macaíba, Parnamirim e São José de Mipibu constituem a ACP Natal. Além desses, os centros locais Acari, Caraúbas, Jardim de Piranhas e Jucurutu também apresentam uma loja de uma das redes. Nesses casos, entendemos que assim como Ceará-mirim, tais cidades apresentam uma dinâmica econômica que justifica tal atratividade, já que se diferenciam da maioria dos demais centros locais do estado. Para além dessas situações, as redes de comércio varejis-

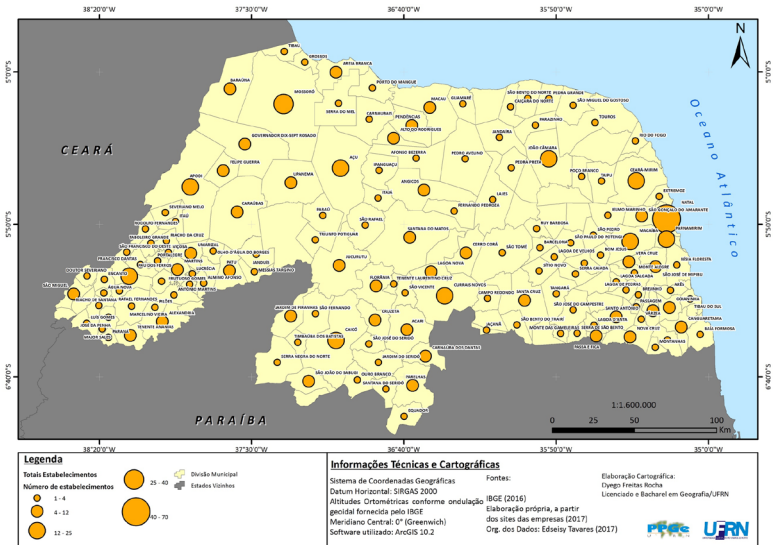
ta de construção estão apenas em Cerro Corá, Cruzeta, Guamaré, Jardim do Seridó, Lagoa Nova e São João do Sabugi. Portanto, nesse contexto ainda temos pelo menos dois centros que estão relacionados a importantes circuitos espaciais produtivos que realizam etapas no estado, que são Guamaré, com o petróleo e gás natural, e Jardim do Seridó, com a produção de têxteis e confecções.

Com relação às grandes redes de farmácias, essas primam pela localização nos centros de maior nível de centralidade, enquanto as redes associativistas apresentam uma dispersão de suas lojas no interior do estado. As farmácias associadas à rede Unifarma são um exemplo nesse sentido. A rede está presente em 126 municípios do Rio Grande do Norte, contemplando de centros de gestão do território a centros locais, embora com densidades diferentes.

Dos municípios que contam apenas com uma farmácia da rede, chama-nos atenção o fato que embora predomine nessa situação os centros locais, Caicó que é um Centro subregional A também tem somente uma farmácia dessa rede. Entre os municípios que têm mais de cinco farmácias associadas a Unifarma prevalecem os centros de gestão, como Assú, Apodi, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Santa Cruz e São Miguel, além daqueles que compõem a ACP Natal, como Macaíba, Paranamirim e São Gonçalo do Amarante. Mais uma vez ressaltamos a densidade de equipamentos que se encontram em Ceará-Mirim, que tem 12 farmácias associadas a rede e é considerada pelo IBGE como um centro local, mesmo tendo seus equipamentos e serviços urbanos atendendo municípios vizinhos, conforme analisamos posteriormente. Assim, apenas Ceará-Mirim e Vera Cruz têm mais de cinco farmácias e não são centros de gestão, contudo, os dois municípios compreendem a Região Metropolitana de Natal.

De modo geral, tomando o conjunto de todas as redes analisadas (Mapa 29), é possível constatar que, embora dispersas em todo o território potiguar, a maior densidade de estabelecimentos vinculados as redes se dá em algumas cidades da Região Metropolitana de Natal e nas cidades das mesorregiões Oeste no entorno de Mossoró e Central Potiguar. Tal maior concentração das redes comerciais nas cidades mais distantes de Natal, entendemos que ocorre devido à forte atratividade que a capital exerce nas mesorregiões Leste e Agreste Potiguar, particularmente, com relação a essas atividades. Natal concentra um grande número de atividades comerciais, que vão desde o comércio popular até os *shoppings* e grandes redes de supermercados e hipermercados de capital local, nacional e internacional, além das grandes redes de farmácias, materiais de construção e lojas de móveis e eletrodomésticos. A multiplicidade de opções oferecidas aos consumidores de diversos tipos de poder aquisitivo, a proximidade da capital e o aumento da oferta de transportes permite a intensificação desses fluxos para Natal. Por isso, não encontramos nessas cidades próximas, com exceção de algumas da Região Metropolitana de Natal, redes comerciais com a mesma intensidade e variedade com a qual nos deparamos nas demais regiões do estado.

Mapa 29 – Total de estabelecimentos das redes associativistas no Rio Grande do Norte em 2017



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos sites e de informações das empresas, 2017.

Assim, embora tenhamos nas duas mesorregiões mais próximas à Natal cidades que apresentam uma significativa densidade de fixos e fluxos e que formam uma zona de influência em seu entorno, a maioria das cidades da região constitui zona de influência da capital para esse tipo de comércio, enquanto que, quanto mais se distanciam da capital, maior é o número de centros concentradores, sendo também mais densos e mais importantes no contexto da rede urbana estadual.

Por fim, reiteramos que a escolha de cidades que já apresentam uma densidade de fixos e fluxos para a instalação das redes comerciais corroboram com o nosso entendimento sobre o condicionamento da estrutura do lugar para a localização dos eventos, dado que, conforme Santos (2012, p. 141), nos chama a atenção,

“o meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais”.

Portanto, embora ocorra uma dispersão das redes e unidades comerciais por todas as regiões do estado, não são todos os tipos de empresas que buscam se instalar em cidades onde a população apresenta um menor poder aquisitivo e são menos densas do ponto de vista técnico, científico e informacional. Quanto à presença dos elementos citados, ocorre uma diferenciação nas frações do território e assim verificamos, segundo Santos (2012, p. 306), que

[...] as infraestruturas ‘regulam’ comportamentos e desse modo ‘escolhem’, ‘selecionam’ os atores possíveis. Certos espaços da produção, da circulação e do consumo são a área de exercício dos atores ‘racionais’, enquanto os demais atores se contentam com as frações urbanas menos equipadas”.

Dessa forma, faz-se perceber a lógica da localização das empresas de comércio varejista no estado, que têm as grandes redes nacionais e internacionais localizadas nos centros que apresentam maior centralidade na rede urbana e as redes comerciais de abrangência estadual e regional localizadas nos centros de menor centralidade, atendendo a demanda de uma população que majoritariamente e, em potencial, tem menor acessibilidade as grandes redes. Destarte, percebe-se que a espacialidade de tal atividade no território é seletiva, demonstrando um uso diferencial estabelecido de acordo com as condições oferecidas pelos lugares, uma vez que, conforme asseveram Santos e Silveira (2003, p. 22), “um território condiciona a localização dos atores, pois as ações

que sobre ele se operam dependem de sua própria constituição”. Santos (2012, p. 243) nos lembra que

Uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território [...] É possível imaginar que tal seletividade espacial e socioeconômica conduza a mudanças rápidas na divisão territorial do trabalho, com as firmas mais dotadas do ponto de vista técnico e financeiro tendendo a buscar uma localização onde o lucro potencial será mais forte, deixando o resto do território, ainda que com virtualidades naturais semelhantes, a firmas menos potentes.

Santos e Silveira (2003, p. 292) nos esclarecem esta questão quando, analisando as formas de uso do território, dizem-nos que “cada empresa, cada ramo da produção produz, paralelamente, uma lógica territorial”, que dependendo em grande medida das condições oferecidas pelo lugar onde se instalam, tem por finalidade possibilitar uma posição vantajosa no mercado. Assim sendo, entendemos que a valorização do território é relativa e, nestes termos, verificamos que para cada modalidade de produto, o território se valoriza mais ou menos.

A partir dessa seletividade da alocação do comércio varejista, assim como dos outros fixos geográficos, será estabelecido o direcionamento dos fluxos que terão hierarquias diferentes de acordo com o tipo de produto que seja buscado. Desse modo, serão estabelecidas diversas redes, que, superpostas, constituirão a estrutura da rede urbana do estado.

6

A DINÂMICA DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA POTIGUAR

Os circuitos espaciais da produção criam movimento da matéria e os circuitos de cooperação criam fluxos de informação, que são os novos estruturadores do espaço (SANTOS, 1989a, p. 82).

A rede urbana do Rio Grande do Norte tem sua forma-conteúdo modificada no atual período pelos diferentes usos do território, que se dão permeados por uma densidade de técnica, ciência e informação. As mudanças ocorridas nos sistemas de engenharia das cidades, assim como nas formas de produção material e não-material, são fatores decisivos para a forma de organização territorial.

A estrutura da rede urbana, além de ser alterada por uma superposição de redes que se constituem a partir dos sistemas técnicos de telecomunicações e transportes, como também pela expansão dos novos fixos geográficos financeiros, educacionais e postais e pelo crescimento do comércio varejista, ainda tem na atual divisão territorial do trabalho mais um elemento que desfaz a sua hierarquia clássica. É preciso perceber que tais sistemas de engenharia e fixos geográficos instalados no território potiguar possibilitam e/ou surgiram em virtude da demanda da realização de etapas de produção que passaram a ocorrer no estado. A divisão territorial do trabalho condiciona a estrutura da rede urbana na mesma medida em que é condicionada por ela. As decisões de localização do capital produtivo ocorrem em função dos sistemas de engenharia já produzidos e do conjunto de ações que cada localidade apresenta em termos de importância na rede, mas também a instalação de novas atividades tem o poder de criar uma série de objetos e ações que, conseqüentemente, densificam os lugares e reestruturam a rede urbana.

A hierarquia rígida é modificada à medida que há uma expansão de diversos bens e serviços antes restritos em determinados centros, do mesmo modo, porque são estabelecidas articulações diretas entre as áreas do mandar e as áreas do fazer, sem que seja necessário passar por escalas intermediárias. A modernização do território que vem com novos arranjos de objetos e de ações e altera a composição espacial, permite o aumento da capacidade produtiva e amplia a articulação interescalar. No entanto, não podemos negligenciar que se mantém a mesma realidade de imposição à maior parte da sociedade e um comando alheio ao lugar, dado que, de acordo Endlich (2006), tais questões estão envolvidas na mesma dinâmica.

A participação na divisão territorial do trabalho, por sua vez, não apenas muda a configuração territorial como amplia as possibilidades de interações espaciais contribuindo com a reestruturação da rede urbana. Essa compreensão se faz necessária porque a gênese e formação, assim como as mudanças das redes urbanas, apresentam como um dos elementos definidores, o processo de divisão territorial do trabalho. Motta e Ajara (2001), no estudo realizado sobre a configuração da rede urbana do Brasil, demonstram que existe uma relação entre as mudanças territoriais promovidas nos sistemas urbanos e as transformações espaciais da economia. Para eles, “a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm um papel indutor” na reestruturação territorial do país (MOTTA; AJARA, 2001, p. 6).

Partindo do mesmo entendimento, Dantas (2011, p. 48) nos diz que “as dinâmicas econômicas, são uma força motriz por excelência das transformações internas que afetam a cidade nas suas diversas componentes”. Isso porque à medida que um território abriga uma atividade, fixos e fluxos emanam e/ou se adaptam complementando e possibilitando a sua reprodução. Nessa perspectiva, uma atividade pode estar relacionada à existência ou produzir uma densidade de equipamentos e serviços como hospedagens e moradia, restaurantes, supermercados, além de outras atividades comerciais e serviços, e rede de transportes e comunicações.

Assim, este capítulo se propõe a compreender as interações territoriais estabelecidas pelas cidades do estado no contexto da atual divisão territorial do trabalho, a partir dos circuitos espaciais de produção que ao realizarem etapas no Rio Grande do Norte, nesse período, dinamizam a sua economia, movimentam uma significativa quantidade de fluxos e se realizam por intermédio de articulações com diversos lugares. Portanto, adotaremos uma

análise que contemplará as mudanças da estrutura da rede urbana potiguar a partir dos circuitos espaciais de produção. Todavia, não sendo possível trabalhar com todos e dado o caráter da nossa pesquisa, selecionamos aqueles cuja dinâmica vem renovando o conteúdo das cidades e possibilitando a concomitância de uma teia de relações espaciais tanto horizontais quanto verticais.

Em muitos estudos que vêm apresentando redefinições e novas hierarquias nas redes urbanas de alguns estados, fica evidente como cidades locais e intermediárias passam a apresentar um novo posicionamento na hierarquia urbana em função de sediarem etapas produtivas de grandes empresas. No Rio Grande do Norte, há uma particularidade, pois a maior parte das grandes empresas se instala em cidades que já têm importância na rede urbana e as que passam a sediar essas empresas e, estando fora desse contexto, realizam etapas da produção ou de atividades que não permitem um maior desenvolvimento da economia local e que sejam capazes de promover essa mudança. Contudo, mesmo sendo em pequena escala, há a promoção de uma dinâmica diferenciada, não apta a mudar a hierarquia, mas que superpõe uma nova rede de interações territoriais para a realização de algumas atividades.

Assim, embora não seja modificado o nível hierárquico de alguns centros urbanos, cujos municípios vivenciam nesse período um processo de reestruturação produtiva, muitas dessas cidades modificam seu território a partir dos novos usos. A implantação dos novos objetos nas cidades promove o surgimento de atividades antes inexistentes. Evidentemente, isso ocorre também em função de outras variáveis próprias do período.

O estudo realizado pelo IBGE, denominado *Redes e fluxos do território: Gestão do território 2014*, reconhece que as cidades apresentam uma superposição de redes, em que há tanto a

permanência de um sistema de localidades centrais, baseado nas hinterlândias e nas relações hierárquicas, quanto um sistema de relações urbanas externas, o qual se baseia na Teoria dos Fluxos Centrais, defendida por Peter Taylor, que considera as complexas relações não locais e não hierárquicas. Nesse contexto, a coabitação de redes e o balanço entre o maior e o menor nível de preponderância desses processos em cada cidade são influenciados pela dinâmica de sua geoeconomia, dando-se de acordo com o funcionamento de sua economia. No entanto, mesmo se admitindo no estudo e na teoria que essa realidade se aplica a qualquer cidade, é evidenciado que as relações urbanas externas são um processo que geralmente se faz presente nas áreas urbanas maiores. Contudo, compreendemos que, apesar de toda a relevância e representatividade que as cidades maiores têm nas interações com escalas espaciais além de sua hinterlândia, muitas cidades locais, pelo próprio funcionamento da economia, ou seja, por abrigar determinados circuitos produtivos, passam a participar de diversas redes.

De tal modo, deteremo-nos a compreender como os usos do território estadual pelos circuitos espaciais produtivos do petróleo e gás natural, da fruticultura irrigada da banana e do melão, e da indústria têxtil e de confecções alteram as redes de relações das cidades do estado. Os circuitos a serem analisados foram selecionados considerando a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do estado, a densidade de fixos e fluxos que engendram nos lugares em que se instalam e as redes de relações que estabelecem nas diversas escalas espaciais em que se realizam. Embora majoritariamente sejam os grandes centros que concentram a riqueza e os pequenos centros urbanos representem uma pequena participação no PIB, no caso do Rio Grande do Norte temos algumas cidades que são classificadas como centros locais, mas que, em função de

abrigar algum circuito espacial produtivo, têm uma significativa participação no PIB estadual e estabelecem uma multiplicidade de redes que sintetizadas conFiguram a rede urbana.

Embora muitos desses circuitos ou de algumas de suas etapas não aconteçam nas cidades, são nelas que ocorrem muitas das mudanças promovidas por tais atividades. De modo que mesmo que a produção propriamente dita ocorra em áreas agrícolas ou campos de produção de petróleo, por exemplo, são nas cidades que se instalam uma maior densidade de fixos e se terá os movimentos de fluxos relacionados diretamente ou indiretamente a tais etapas dos processos de produção estabelecidos nos lugares. Nesse sentido, temos o surgimento e expansão nas cidades de modernos sistemas de engenharia de telecomunicações e transportes, de inúmeras atividades comerciais e serviços que estão associados às produções, indo desde casas comerciais de implementos agrícolas até escritórios de transporte, promovendo o crescimento do que Santos (2005) denominou de consumo produtivo, como também a expansão do que o autor entende como consumo consumptivo, como é o caso do comércio varejista e de uma série de serviços como bancários, saúde, educação, transporte de matéria e informações, dentre outros.

Além da realização de etapas dos circuitos, o crescimento dos consumos produtivo e consumptivo passa a ser um atrativo de mão-de-obra para os lugares que abrigam a produção. Assim, aumenta a densidade populacional e a demanda por mais consumo, que chega em alguns casos a criar uma maior dinâmica econômica nas cidades, as quais por sua vez, diminuem a sua dependência em relação a outros centros e aumentam a sua área de influência, tornando-se uma área receptora de fluxos.

Ainda é preciso deixar claro que, embora tenham surgido em contextos diferentes, sendo resultados de divisões terri-

toriais distintas e estando relacionados a escalas geográficas de relações não coincidentes, os circuitos espaciais selecionados coabitam nesse período usando o território estadual e estabelecendo múltiplas redes de relações entre as cidades, segundo diversas hierarquias.

A nova divisão territorial do trabalho estabelecida traz na sua lógica de operacionalização as variáveis do período, ou seja, é dotada, de acordo com Silveira (2007a, p. 3), “de ciência e técnica e alimentada pela informação e pelo dinheiro adiantado”, o que em função de alta rentabilidade, acaba por desvalorizar as divisões pretéritas, que, entretanto, não deixam de existir. Essas coexistem com a divisão hegemônica, superpondo-se e formando um novo rendilhado, contudo tomando novos contornos, pois “certas divisões territoriais do trabalho podem ser atuais sem ser modernas” (SILVEIRA, 2007a, p. 3-4). Para Silveira (2004), uma cidade nunca é formada somente por uma divisão territorial do trabalho hegemônica, pois esta reúne solidária e contraditoriamente várias divisões do trabalho, que vão desde aquelas que compreendem grandes corporações até aquelas que requerem um trabalho menos especializado realizado por pequenas e médias empresas.

A partir dessas divisões territoriais do trabalho estabelecidas pelos diversos circuitos espaciais produtivos, ocorrem mudanças no papel e nas funções das cidades e, consequentemente, na estrutura da rede urbana como um todo, mesmo que algumas cidades acolham mais e outras menos as novas atividades e dinâmicas.

6.1 REDES, CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E NOVOS FLUXOS

O território sendo usado implica na realização de ações e envolve objetos para que essas se materializem. Tal uso resulta do trabalho que, segundo Lipietz (1988), precisa tanto em suas etapas intelectuais quanto na produção *stricto sensu* da utilização de meios materiais para sua realização. Nesse sentido, concordamos com o autor que a divisão social e técnica do trabalho tem uma dimensão espacial, o que nos permite admitir a existência da divisão territorial do trabalho, pois não apenas o trabalho envolve ações e objetos, como as atividades que são repartidas entre os lugares dependem de uma base material para sua consecução.

Na realização do trabalho, os lugares vão acumulando, devido às etapas de atividades que se processam em seu território, diversas divisões territoriais do trabalho, que constituem uma forma de acontecer em um determinado lugar, num certo momento. Essas divisões territoriais do trabalho que se sucedem, mas também coexistem, são reflexos de mudanças que envolvem toda uma totalidade social, cuja manifestação se dá inclusive no processo de produção. Singer (1976), por exemplo, argumenta que a evolução da Divisão Internacional do Trabalho e as consequentes mudanças apresentadas em cada uma de suas etapas ou períodos em relação ao número de países participantes, como também as atividades especializadas que a compõe, “coincide (não por acaso) com momentos nodais de mudança no próprio funcionamento da economia capitalista” (SINGER, 1976, p. 69).

Contudo, seguindo as orientações de entendimento de Castells (1999), Dicken (2010) e Gomes (2013), compreendemos

que não podemos relacionar todos os eventos de um período a um único processo que esteja ocorrendo em um certo momento, como a tão propagada Globalização, por exemplo. Paralelamente às forças globalizantes, atuam forças que emanam de escalas locais e regionais, configurando uma geografia complexa de produção, distribuição e consumo em várias partes do mundo, como nos diz Dicken (2010).

Para compreender a divisão territorial do trabalho e seu rebatimento nos lugares nesse período de economia global, é preciso reconhecer a combinação das divisões territoriais pretéritas e atuais, e as possibilidades do uso da técnica, ciência e informação a seu favor. Além disso, ainda é preciso “pensar em termos de circuitos e redes de produção, que atravessam e se inter-relacionam com todas as escalas geográficas inclusive o território restrito do Estado” (DICKEN, 2010, p. 33). Castells (1999) destaca que é preciso considerar a internacionalização da produção, nas quais as multinacionais e suas redes vinculadas de produção são um vetor.

Se faz necessário esclarecer que, para Castells (1999, p. 163),

A produção global de bens e serviços não é realizada por empresas multinacionais, porém por redes transnacionais de produção, das quais as empresas multinacionais são componentes essenciais, porém componentes que não funcionariam sem o resto da rede.

Todavia, essa rede denominada de “transnacional” é, segundo o próprio autor, uma representação mítica, de modo que sua hipótese na realidade consiste na defesa de que a progressão do processo de globalização vem levando a uma evolução das formas organizacionais de empresas multinacionais a redes internacionais,

que têm nas multinacionais um elemento importantíssimo, mas sua lógica envolve uma série de redes de empresas.

A nova forma organizacional da economia global envolve um uso do território por diferentes redes em que, segundo Castells (1999, p. 163), “o processo produtivo incorpora componentes produzidos em vários locais diferentes”, que são reunidos para que se atenda a finalidades e mercados específicos. É nesse contexto que o Rio Grande do Norte vem sendo usado, tornando-se um recurso para muitas dessas redes de empresas. Dessa forma, entendemos que se torna extremamente relevante e pertinente estudar os circuitos espaciais de produção, que estabelecendo etapas de suas atividades no território potiguar, influenciam a dinâmica das cidades do estado.

A inserção das cidades na divisão territorial do trabalho se dá pela acolhida no território de “uma ou várias fases de um ou vários circuitos de produção” (ARROYO, 2008, p. 1). Assim, as cidades de diversas dimensões acolhem circuitos produtivos, que resultam da coexistência de divisões territoriais do trabalho (SILVEIRA, 2007b). Como nos diz Santos (1986, p. 130), os circuitos espaciais de produção revelam a “situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país”, sendo essa situação, dado o uso do território que faz, uma das componentes que indicam a importância das cidades na rede urbana.

Os circuitos espaciais da produção consistem na totalidade ou na “série de fases ou escalões correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto principal da atividade até chegar ao consumidor final” (BARRIOS, 1978 apud SANTOS, 1986, p. 121). Em virtude disso, concordamos com Elias (2003) que conhecer os circuitos espaciais de produção sig-

nifica saber o alcance geográfico das produções, ou seja, tem-se o conhecimento da conexão territorial envolvida na realização do processo de produção, distribuição e consumo de um determinado produto. É, portanto, nesse sentido, que destacamos a relevância de se considerar os usos dos territórios por circuitos espaciais de produção, para entender a rede urbana, pois as relações espaciais estabelecidas nesses circuitos de produção acabam por modificar não apenas os conteúdos das cidades onde se instalam, como também superpõem as redes de relações já existentes entre as cidades, novas conexões territoriais, principalmente por intermédio de relações verticais e que atendem a uma outra hierarquia.

A diferenciação entre as cidades e sua relativa centralidade pode se dar pela densidade de circuitos espaciais de produção instalados, assim como pelo fato de serem mais ou menos fragmentados, tendo em vista que essas circunstâncias são essenciais para a função que cada uma das cidades tem na rede urbana em suas múltiplas escalas. O uso do território no Rio Grande do Norte por circuitos espaciais produtivos tem resultado na formação de áreas de diversidade e de especialização. No primeiro caso, a cidade abriga etapas de diversos circuitos produtivos. Nela ocorrem, como nos explicita Silveira (2007b, p. 152, tradução nossa), o entrecruzamento e criação de “mercado segmentado, que se nutre da diversidade de fabricação, de comércio e de serviços. Se trata de pontos e áreas densas da divisão do trabalho, onde coexistem técnicas de diferentes momentos históricos”. Também são áreas propícias em função dessa complexa divisão territorial do trabalho para o desenvolvimento de uma série de outras atividades de comércio e serviços.

As áreas de especialização são aquelas divididas para a realização de um mesmo circuito espacial de produção, engloban-

do diversas etapas e atores, num processo de cooperação e complementaridade. Por abrigarem diversas etapas, as cidades que se especializam são um fato mais metropolitano, como nos mostra Silveira (2007b), todavia, devido à essa situação, podem abrigar mais de um circuito, constituindo simultaneamente áreas de diversidade com especializações.

Contudo, no Rio Grande do Norte há cidades menos dinâmicas, que entendemos configurar áreas de especialização, algumas porque abrigam diversas etapas de um circuito e outras porque, mesmo não tendo a ocorrência da maior parte das etapas de um circuito de produção, têm na realização de determinadas etapas produtivas o cerne da sua dinâmica econômica. Em algumas situações, nas regiões que acolhem determinados circuitos espaciais produtivos, há uma especialização territorial produtiva, que estabelecida com o auxílio do Estado, tornam o uso do território corporativo, como nos afirma Santos e Silveira (2003), e, por conseguinte, alteram as funções urbanas das cidades. Como exemplos da formação dessas áreas, podemos mencionar algumas cidades vinculadas à atividade petrolífera, à fruticultura irrigada e ao ramo têxtil e de confecções.

Os circuitos espaciais de produção que se desenvolvem no estado englobam produções que ocorrem em diversas escalas geográficas, indo desde circuitos que ocorrem numa escala local até aqueles que estão imersos na Divisão Internacional do Trabalho. Enquanto as etapas de produção, distribuição e consumo de alguns produtos ocorrem todas na escala intraestadual, outros usam o território do Rio Grande do Norte na realização de apenas uma ou algumas etapas produtivas, estando as outras que complementam o circuito presentes em outras partes do território nacional ou até mesmo em outras nações. Enquanto alguns circuitos se realizam

numa escala espacial mais restrita, outros apresentam uma divisão territorial do trabalho que compreendem diversos lugares, muitas vezes longínquos. E são essas diferentes formas de organização espacial da produção que podem ser locais, regionais, nacionais ou internacionais, que associadas ao conjunto das demais instâncias sociais, permitem às cidades participarem de mais de uma rede de relações espaciais simultaneamente.

Na divisão territorial do trabalho a nível internacional, há, segundo Singer (1976), uma especialização produtiva e, por conseguinte, uma troca de mercadorias entre países e nações, por intermédio de empresas ou indivíduos que realizam o comércio internacional. É relevante destacar em relação à participação do Rio Grande do Norte nessa escala geográfica de divisão do trabalho, que assim como ocorrido com outras partes de países subdesenvolvidos, as etapas compreendidas nesses territórios se restringiram por diversos períodos de evolução da DIT ao fornecimento de produtos primários, conforme anunciado pelo mesmo autor. No entanto, Singer (1976, p. 63) faz uma ressalva que, mesmo diante de tal constatação e da permanência desse tipo de produção nos países subdesenvolvidos por diversos períodos, “não há dúvida de que a composição da pauta dos produtos primários exportados pelo conjunto destes países se diversificou consideravelmente” no contexto da emergência da nova divisão internacional do trabalho.

A diversificação produtiva a que o autor se refere também se faz notória a nível do próprio estado do Rio Grande do Norte, embora não exclusivamente em função das atividades que participam da DIT, mas também pelo abrigo de outros circuitos de diferentes escalas geográficas. A partir dos anos 1970, mas com um aprofundamento nos anos 1980 e 1990, dado a emergência de um novo sistema econômico e tecnológico, denominado de capita-

lismo informacional por Castells (1999), ocorre no território estadual um processo de reestruturação produtiva que moderniza a produção de algumas atividades. Todavia, também possibilita a emergência de outras, num processo que se dará com a presença marcante da chegada das empresas multinacionais na internacionalização da produção. De acordo com Massey (1987, p. 92), “é a partir dos anos 1970 que as produções multinacionais estão bem no caminho para estabelecer a divisão técnica do trabalho a nível internacional”. Também a partir desse período que as empresas multinacionais passam a dominar “as frágeis estruturas políticas, econômicas, sociais e territoriais dos países subdesenvolvidos” (SILVEIRA, 2010, p. 76).

O processo de reestruturação territorial que emerge no Rio Grande do Norte, a partir dos anos de 1970, conta em sua maioria com o capital nacional, mas também com capitais oriundos de empresas multinacionais, sobretudo no setor de mineração e salineiro. Tal tendência das empresas multinacionais de recorrer aos países subdesenvolvidos, de acordo com Singer (1976), dá-se diante da inevitável industrialização dos países subdesenvolvidos, onde a opção dessas empresas foi a de aderir para não perder os mercados. Também poder manter o controle do que tendencialmente seria “uma parcela significativa da economia industrial capitalista mundial” (SINGER, 1976, p. 73). Nesse processo é preciso considerar que cada atividade seja localizada

Onde as condições são mais favoráveis: pesquisa tecnológica onde a atividade científica é mais desenvolvida; novos produtos onde o mercado é de poder aquisitivo mais alto e onde as economias externas (representadas principalmente por mão-de-obra qualificada e os serviços técnicos de apoio) são mais abundantes; produtos padronizados de tecnologia “estabilizada” onde o mercado é

mais extenso e o custo da mão-de-obra semi-qualificada é menor, e assim por diante (SINGER, 1976, p. 75).

Além das perspectivas de expansão do mercado, as melhores condições do meio construído para cada tipo de atividade são uma das principais questões consideradas para alocação de um circuito ou de qualquer uma de suas etapas em determinada parcela de um território num certo momento. O controle sobre as novas localizações do processo produtivo torna-se essencial para essas empresas, pois, para cada tipo de produto ou mercadoria, pode se ter um país diferente que permita àquela produção um menor custo em relação aos demais, em função de questões que vão das condições da base territorial a todo o conjunto de normas de uso territorial, incluindo ainda na decisão da alocação de uma atividade a estrutura da força de trabalho.

Nesse sentido, como nos explica Silveira (2010), as grandes empresas, a partir de suas diferentes lógicas internacionais que dependem do tipo de produtos que produzem e comercializam, selecionam os lugares que melhor realizarão cada uma de suas etapas do circuito de produção, as quais cada vez mais se completam por intermédio de usos que transcendem regiões e até as fronteiras nacionais.

A segmentação territorial do processo produtivo, que é cada vez mais aguda no período atual, como nos chamam a atenção Santos e Silveira (2003), amplia as interações territoriais entre as cidades, seja de modo contíguo ou não. Por isso, a divisão territorial do trabalho é uma variável essencial no contexto das redes urbanas, pois a partir da presença ou ausência, ou mesmo mudanças no uso do território das cidades por atividades de uma dada divisão territorial do trabalho, elas passam a manter relações espaciais em escalas diferentes, assim como podem mudar sua importância na

rede urbana. Para Goldestein e Seabra (1982), o aprofundamento do modo de produção capitalista intensifica a divisão social e territorial do trabalho que, por sua vez, resulta e condiciona a organização urbana.

As novas dinâmicas econômicas e sociais promovem mudanças na organização espacial, dado que, como nos aponta Moura (2009), são criados laços mais estreitos com os centros distantes do que com as áreas próximas. O espaço é requalificado e a natureza das relações entre as cidades é modificada em função da relevância da conectividade o que, por conseguinte, desfaz as velhas hierarquias clássicas, pois, como destaca a autora, “os fluxos transfronteiriços conectam não somente as cidades globais e aglomerações, como as cidades dos diversos níveis da hierarquia urbana” (MOURA, 2009, p. 44). Cada circuito particulariza a conexão com um grupo específico de cidades, que cumpre determinados papéis da divisão do trabalho.

É preciso atentar que, mesmo ocorrendo relações diretas de produção entre o local e o global, não deixaram de existir escalas intermediárias, pois muitas das decisões que permitem a alocação de uma determinada atividade em um município exigem decisões que competem ao Estado-Nacional, seja do ponto de vista da produção de materialidades, ou das políticas de regulação vigentes no território nacional.

A divisão territorial do trabalho é diferenciada espacialmente, tanto em função das condições naturais e artificiais, quanto pelos dados técnicos e político-econômicos. Assim, cada área pode ser mais atrativa a algumas produções que outras, dadas as condições do meio natural ou construído, ou ainda de acordo com a qualificação da mão de obra (GOLDESTEIN; SEABRA, 1982). Dessas diferenciações resultam densidades técnicas diver-

gentes no território, que acabam por condicionar alguns lugares em determinados momentos a serem mais atrativos ao recebimento de etapas da divisão territorial do trabalho para a realização dos circuitos espaciais de produção de certos segmentos.

Nessa perspectiva, o conhecimento do território é essencial para que sejam selecionadas para cada uso do mesmo por uma ou mais etapas de um circuito espacial produtivo, àquelas áreas que lhes garantem maior lucratividade. De tal modo, estando motivadas pela lucratividade e pelo aumento do valor de suas ações, como nos diz Castells (1999), as empresas têm na seletividade espacial, que neste período é baseada nas informações/conhecimentos prévios da economia e do território, uma das questões centrais. Para abrir novos mercados, conectando valiosos segmentos de mercado de cada país a uma rede global, o capital necessitou de extrema mobilidade e as empresas precisaram de uma capacidade de informação extremamente maior (CASTELLS, 1999, p. 138).

Portanto, a seletividade espacial requerida por cada circuito espacial produtivo articula territórios específicos em pontos diversos, formando para cada um deles uma rede de relações entre os lugares, que se superpõem e coabitam com as demais redes que se realizam para outras ações.

6.2 CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO PETRÓLEO: NOVOS USOS NAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS E NOS CENTROS LOCAIS DA REDE URBANA POTIGUAR

A indústria do petróleo, à medida que passa a usar um território, influencia na dinâmica urbana dos municípios produtores, promovendo impactos que vão da ordem da economia local a mudanças na articulação dos territórios, influenciando, portanto, a estrutura da rede urbana. Essas transformações na rede urbana movidas pela atividade petrolífera são, contudo, diferentes em cada parcela do território. As atividades dos circuitos espaciais de produção do petróleo e gás natural têm início no Rio Grande do Norte a partir das ações da Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS) no estado, em 1951. No entanto, é apenas em 1976 que entra em operação o primeiro poço descoberto, o poço de Ubarana, localizado na costa do município de Guamaré. E em 1979 que o primeiro poço terrestre passa a funcionar (PETROBRAS, 2015).

O uso do território potiguar por esses circuitos produtivos ocorre a partir das ações promovidas pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND). De acordo com a própria norma, seu objetivo essencial no campo econômico é “realizar o pleno potencial de desenvolvimento para o período de 1975/1979” (BRASIL, 1975, p. 14). Todavia, o Brasil, assim com outros países, sentia os reflexos da crise do petróleo, que precisava ser enfrentada para que fosse mantido o crescimento acelerado. Nesse sentido, o II PND buscava atuar por intermédio de diversos setores, promovendo políticas que garantissem a manutenção do crescimento. Quanto às ações de infraestrutura, deu-se ênfase

a Política de Energia, que incentivou principalmente a redução da dependência do petróleo importado, criando o Programa maciço de prospecção. E como era necessário a redução da dependência das fontes externas, também foi incentivado a busca de outras opções energéticas.

Mediante tal cenário, entre as consequências da propagação dessa norma no Rio Grande do Norte, com maior rebatimento no seu território, na sua dinâmica econômica e, conseqüentemente na sua configuração territorial, estabelece-se o início da exploração propriamente dita pela PETROBRAS em 1976. As ações e incentivos promovidos pelo II PND foram relevantes para a instalação da PETROBRAS no Rio Grande do Norte, como também para a dinâmica de outros circuitos, estabelecendo a coexistência de diversas divisões territoriais do trabalho e redefinindo as relações das cidades norte-rio-grandenses. Assim, o território potiguar vai sendo dotado das condições técnicas necessárias para que diversas atividades modernas, sejam produtivas, comerciais e de serviços, realizem-se.

A instalação dos objetos e dos conseqüentes fluxos gerados com esses circuitos representam um uso do território que constitui uma das mais importantes atividades econômicas do estado e tem modificado a situação de alguns municípios que nunca haviam apresentado expressividade na rede urbana estadual, reforçando a importância de outros, como foram os casos de Mossoró, Assú e Macau.

A dinâmica promovida por essa atividade engloba diversos municípios, pois a instância da produção acontece em 16 municípios e envolve um uso do território que demanda uma série de novos objetos e de ações. Nessa perspectiva, destacamos, conforme apontado por Araújo (2010, p. 111), que “as atividades da

PETROBRAS no interior do Rio Grande do Norte fizeram com que muitos municípios que nunca tiveram importância econômica para o estado (e muito menos para região e o país) passassem a tê-la”. A extração de petróleo e gás natural e as demais etapas do circuito espacial desses produtos realizadas no estado são de extrema relevância para a economia estadual e, particularmente, para as cidades nas quais alguma atividade do circuito é realizada. Embora todos os municípios que apresentam o seu território usado por tal atividade tenham a sua dinâmica territorial impactada, a geografização das ações e dos objetos serão diferentes em cada um deles, o que irá depender de outras questões, principalmente do tipo de exploração, se em terra e/ou mar, da sua produção, das condições de centralidade já exercidas pelo seu centro urbano, assim como da quantidade e especialização das etapas do circuito que abrigará.

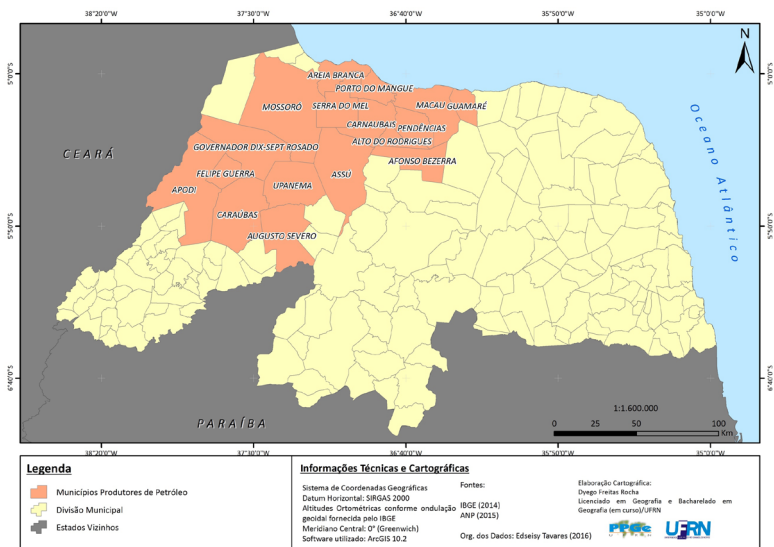
A maioria dos municípios envolvidos no circuito espacial de produção do petróleo e gás natural no estado, ou seja, doze (12) no total, são classificados pela REGIC 2007 (IBGE/REGIC, 2008) como centros locais, o que significa que seus centros urbanos apresentam centralidade e atuação restrita ao limite de seus próprios municípios. Concordamos parcialmente com esse entendimento, devido a demanda de objetos e de profissionais requisitada para a realização desses circuitos no uso do território estadual direcionar fluxos para esses centros urbanos cuja origem extrapola os limites do município, principalmente nas áreas que apresentam as maiores produções e que desenvolvem etapas além da extração, incluindo os pontos de localização das estações de transferência, do refino, da geração de energia e da realização de atividades administrativas de controle e gestão mesmo que parcial, como é o caso da localização da sede dos Ativos de Produção.

A sede dos Ativos de Produção representa, como nos indica Rocha (2013), um exemplo de administração e funcionamento em rede. Por isso, defendemos que não temos apenas uma única hierarquia, cada centro participa de mais de uma rede simultaneamente, e que, portanto, dependendo da variável a que se esteja a considerar, sua centralidade e atuação em relação a uma região de influência pode ser diferenciada, evidenciando as complexas relações que se estabelecem hoje no território. A própria REGIC de 2007 (IBGE/REGIC, 2008) considera o fato de que o país está imerso em uma multiplicidade de redes superpostas no território, nas quais os centros urbanos compartilham simultaneamente relações horizontais e verticais. Entretanto, as classificações apresentadas não evidenciam a situação real de alguns centros locais diante da coabitação dessas redes.

O Rio Grande do Norte, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) é o estado que apresenta a maior produção nacional em terra, totalizando 18.347 mil barris em 2014, e é o quarto maior produtor geral, sendo precedido por Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Até 2007, o estado era o segundo maior produtor geral, posição que perdeu para o Espírito Santo, seguido posteriormente por São Paulo, devido às recentes descobertas e áreas de exploração no mar.

Conforme já anunciado, os municípios produtores de petróleo e gás natural no Rio Grande do Norte são dezesseis (16), os quais formam a Bacia Potiguar: Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues, Apodi, Areia Branca, Assu, Caraúbas, Carnaubais, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Guamaré, Macau, Mosoró, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel e Upanema (Mapa 29).

Mapa 29 - Municípios produtores de petróleo no Rio Grande do Norte



Fonte: ANP, 2015.

Contudo, o circuito espacial de produção dessa atividade no estado se realiza em dezessete (17) municípios, dado que Natal, mesmo não estando inserido na Bacia, abriga uma de suas etapas. Sem falar naqueles municípios que não estão diretamente envolvidos no circuito destes produtos, ou seja, não são municípios produtores, mas recebem os *royalties* em função de alguma atividade relacionada, seja de cooperação ou por ter objetos instalados em seu território para que o produto possa circular, como é o caso dos oleodutos e gasodutos. De acordo com dados da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMUR), foram repassados em janeiro de 2015, só para as prefeituras de 93 municípios do estado, um total de R\$ 12,01 milhões de reais. Evidentemente que uma série de condições interferem nos valores a serem recebidos por cada um desses, estando relacionadas às atividades que exer-

cem no circuito e as proporcionalidades de produção. Estão entre os cinco municípios que receberam os maiores valores de royalties no referido período, ainda segundo a FEMURN (2015), respectivamente, Mossoró (R\$ 1.890.327,94), Guamaré (R\$ 1.792.817,88), Macau (R\$ 1.732.755,56), Areia Branca (R\$ 955.033,84) e Apodi (R\$ 356.366,86).

Os circuitos espaciais de produção do petróleo e gás natural envolvem as instâncias da produção, distribuição e consumo, as quais por sua vez, subdividem-se em diversas etapas, conforme nos esclarecem os estudos de Santos (2010), Alves (2012) e as informações da PETROBRAS (2015). Portanto, para que o circuito se efetive, diversos territórios têm que realizar uma ou algumas dessas etapas, e além dos fixos instalados para tanto, há de se estabelecer conexões territoriais com diversas escalas espaciais por intermédio de fluxos de várias ordens, como mercadorias, pessoas, capital e informação. À medida que tais materialidades e ações foram se geografizando no território potiguar desde o início da instalação das primeiras unidades de exploração até o contexto apresentado neste momento, mudanças podem ser observadas no papel e funções das cidades envolvidas no circuito, ou seja, na situação que apresentam na rede urbana estadual.

Mesmo que em todos os municípios produtores essa atividade promova uma nova dinâmica e mudanças nas redes de relações desses territórios, destacamos principalmente o quão expressivas são as modificações vivenciadas em Mossoró, Macau, Areia Branca e Assú, pelas significativas produções que apresentam. Especialmente em Mossoró, pelo consumo produtivo gerado, assim como em Guamaré e Alto do Rodrigues, pela instalação em seus territórios, respectivamente, da Refinaria Potiguar Clara Camarão e da Termelétrica Jesus Soares Pereira.

A produção que compreende a exploração (pesquisa), extração, transporte da matéria-prima e refino se realiza, segundo Alves (2012) no Rio Grande do Norte em 16 municípios e na Plataforma Continental. Entretanto, faz-se notório no uso do território durante tais etapas que algumas cidades se tornaram mais densas em técnicas, ciência e informação que as demais. O circuito espacial de produção do petróleo e gás tem início com a fase da exploração, na qual se realizam as pesquisas que produzem informações geofísicas do subsolo do território dos vários municípios e da plataforma continental. Nessa etapa, atuam a PETROBRAS e, desde 1997, também empresas privadas, cujas filiais, sejam nacionais ou internacionais, estabelecem-se majoritariamente em Mossoró e em Natal. Nesta última cidade, se localiza inclusive a sede administrativa da PETROBRAS.

Como se pode observar, a etapa da exploração acontece em todos os municípios, todavia a localização das filiais de pesquisa é seletiva e, principalmente no caso de Mossoró, tornar-se-á mais um elemento reforçador da centralidade e importância dessa cidade na rede urbana estadual. Para algumas atividades até a nível de outras escalas, inclusive a partir da oferta de um consumo produtivo para essa e outras atividades, como veremos mais adiante.

Após a fase exploratória de pesquisa, sendo diagnosticadas as possibilidades de reserva, são instaladas as plataformas de perfuração e, em se confirmando, tem início a implementação de uma série de objetos técnicos que permitem a extração, a qual ocorre no território do estado de forma dispersa nos dezesseis municípios e no mar. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo - ANP (2015), ao todo são 84 campos produtores terrestres e marítimos de petróleo e gás natural. Entre os três maiores municípios produtores de petróleo em terra no estado, estão Mossoró (33,3%), Assú (11,1%),

Areia Branca (10,5%), Macau (10,3%) e Alto do Rodrigues (9,1%), que juntos totalizam quase três quartos da produção estadual (74,3%) (ANP, out. 2015). É principalmente nesses municípios que se têm uma dinâmica urbana mais acentuada em função do abrigo dessa etapa de produção do circuito.

O município de Mossoró apresenta a maior produção, concentra atividades de gestão e também tem o seu território usado por um consumo produtivo relacionado à realização desse circuito. Portanto, vamos nos deter à análise das funções e papéis desempenhados por esse município, assim como da centralidade que passa a exercer no território em função desses circuitos apenas após esclarecermos todas as etapas do circuito produtivo, dada a peculiaridade de sua forma de participação nesta atividade e a importância que Mossoró exerce na escala estadual, não apenas pelo desenvolvimento dessa atividade, mas de outras também de significativa relevância para a economia estadual.

Assú apresenta uma maior centralidade que a maioria dos municípios que tem seus territórios usados pelos circuitos do petróleo e gás natural no Rio Grande do Norte. Historicamente, o município desempenhou importante papel na função de conquista do território no início da ocupação do estado, assim como também exerceu função relevante quanto ao aspecto econômico, principalmente a partir da instalação das fazendas de criação de gado. No período atual, Assú permanece exercendo um papel relevante no contexto político-administrativo e comercial da rede urbana estadual, agora devido, principalmente, aos novos usos do território relacionados aos circuitos espaciais de produção do petróleo e da fruticultura irrigada.

Dessa maneira, é significativo destacar que Assú sempre apresentou uma representatividade na hierarquia urbana estabele-

cida pelas REGICs, pois, em 1966, apesar de ser classificado quanto ao nível de centralidade como um centro local, era do tipo A e já em 1978 passa a ser considerado um centro de zona. Tal realidade difere de boa parte dos demais municípios que também participam do circuito do petróleo. Todavia, mesmo considerando o papel que já era desempenhado por Assú na rede urbana estadual, compreendemos que essa importância é reforçada após a expansão do circuito espacial do petróleo em seu território. A partir desse período, Assú ratifica a sua centralidade passando a ser classificado em 1993, pela REGIC, como uma “densidade de nível de centralidade média” e, de acordo com a última classificação, como um Centro subregional B (IBGE/REGIC, 2008).

E não são apenas as classificações das REGICs que evidenciam o papel que tal circuito tem para a atual situação de Assú na rede urbana e na dinâmica urbana. Os fluxos gerados pelo circuito do petróleo e suas consequências na dinâmica urbana de Assú se tornam notórios com a evolução do número de meios de hospedagem, como hotéis e similares, e no número de restaurantes. Até o ano de 1990, apenas um (1) estabelecimento foi cadastrado como atividade de hotéis e similares na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN), porém, conforme nos mostra os dados da tabela 1, apenas nos períodos de 2005 a 2009 e 2010 a 2014 temos a constituição de mais 14 estabelecimentos dessa natureza, o que evidencia uma maior demanda na cidade por esses estabelecimentos, seja para os profissionais que estão atrelados à atividade petrolífera, ou mesmo devido à expansão do comércio que é significativa nos últimos anos. O mesmo ocorre com a categoria dos serviços de alimentação, que apresenta um incremento já a partir dos anos 1990, com a instalação de 23 estabelecimentos entre 1991 e 1999, seguindo um crescimento vertiginoso nos de-

mais períodos, ao surgirem mais 142 no período de 2000 a 2015 (TABELA 1). Por não se tratar de uma cidade turística, o primeiro segmento está diretamente atrelado a pessoas que aí se deslocam para trabalhar, assim como também ocorre com a promoção de boa parte do número de opções de alimentação, que tem um elevado número de clientes dada essa situação presente no município.

Tabela 1 – Cadastro dos meios de hospedagem e serviços de alimentação em Assú de 1990 a 2015

CONSTITUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM ASSÚ DE 1990 ATÉ 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Hotéis similares	1	2	2	0	7	7	1
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	3	5	18	10	19	93	20

Fonte: JUCERN, 2016.

Além desses novos objetos, também é evidente a expansão do comércio e da prestação dos serviços não diretamente relacionados à demanda dos novos profissionais, mas muito influenciada pela mesma, pois os trabalhadores envolvidos nessa atividade geram demandas de consumo em diversos setores. Assim, embora não exclusivamente pela renda gerada por esta atividade, todavia com a sua participação, ressaltamos que na década de 1970 contávamos apenas com uma agência bancária e hoje são quatro (4). Todas as quatro operadoras de telefonia móvel atuam no muni-

cípio, excetuando-se apenas a Nextel que só tem como área de cobertura Natal.

Ainda nesse contexto, a evolução do comércio varejista de mercadorias em geral, sejam hipermercados ou supermercados, de móveis e de eletrodomésticos e das atividades de atenção ambulatorial executados por médicos e odontólogos, tem crescimento notório no município a partir dos anos 1990. Até 1990, não tínhamos nenhum objeto geográfico cadastrado no setor de supermercados e só na década de 1990 (1991-1999) temos o surgimento de 25 estabelecimentos e ainda mais 5 até 2015¹⁵. Em relação aos números do comércio varejista especializado de móveis de eletrodomésticos, também há um crescimento, são 50 novos estabelecimentos de 1991 a 2015. Já quanto aos serviços de saúde, tínhamos apenas um (1) estabelecimento até 1990, e no período de 2000 a 2014 são constituídos 11 (TABELA 2). Conforme podemos notar, o período de expansão desse comércio e prestação de serviço coincide com o do aumento de políticas sociais, da realização de etapas do circuito espacial da fruticultura no território (como veremos mais adiante) e sua região de influência, além das mudanças nos hábitos de consumo da população como um todo. Mas, também é nesse período que temos um significativo incremento de fluxos de trabalhadores sozinhos ou com suas famílias que passam a residir no município para trabalhar na atividade petrolífera.

15 É preciso deixar claro que a expansão dos supermercados no estado do Rio Grande do Norte ocorre principalmente com a emergência de um novo formato organizacional do comércio varejista, fundamentado em redes associativistas, que passam a se disseminar a partir da década de 1990 (PESSOA, 2015). De tal modo, compreendemos porque esses estabelecimentos eram raros nos centros urbanos do interior do estado até esse período. Contudo, esse tipo de comércio requer uma demanda para que possa ser rentável e isso só é possível exatamente em função da renda existente nos lugares.

Tabela 2 – Cadastro das atividades comerciais e prestação de serviços em Assú de 1990 a 2015

CONSTITUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM ASSÚ DE 1990 ATÉ 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	0	11	14	2	2	0	1
Atividades de atenção ambulatorial executados por médicos e odontólogos	1	0	1	2	4	5	0
Comércio varejista especializado de móveis e eletrodomésticos	8	4	13	5	9	17	2

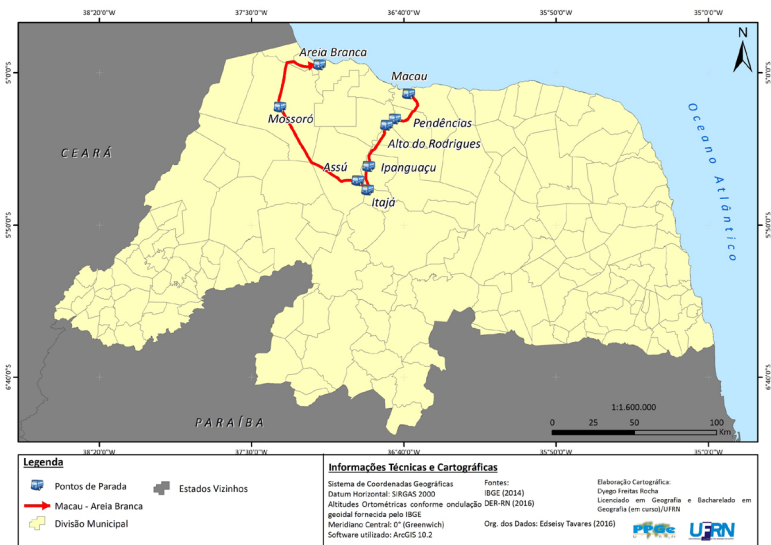
Fonte: JUCERN, 2016.

Compreendemos então que os novos fluxos acabam por promover uma nova dinâmica urbana em Assú, que será cada vez mais reforçada, pois a presença desses objetos torna-o um centro ainda mais denso, que atrairá ainda mais fluxos em busca desses equipamentos. Dessa maneira, não apenas a população local não precisará se deslocar a centros maiores para ter atendidas as suas necessidades, como os deslocamentos dos municípios que antes se faziam necessários para outros centros como Mossoró e Natal por exemplo, agora podem ser realizados na sua direção.

O número de viagens realizadas para o município de Assú nesse período é difícil de mensurar, pois existe uma enorme quantidade de carros que, sem nenhum tipo de cadastro, reali-

zam por conta própria o transporte de passageiros, fazendo itinerários para os municípios vizinhos e também em direção a Assú, assim como para Natal. De acordo com os motoristas que realizam tais viagens, na semana são realizadas diariamente cerca de 25 a 30 viagens para os municípios vizinhos, que podem sofrer alterações, tendo em vista que, segundo eles, os carros saem ao fazer a lotação mínima. O itinerário de maior fluxo é o mesmo que é realizado pela linha de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros Macau - Areia Branca, nos serviços de transporte regular, o qual realiza três viagens diárias num sentido e três no sentido inverso, contemplando no seu itinerário as cidades de Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, Ipanguaçu, Itajá, Assú, Mossoró e Areia Branca (DER-RN, 2016) (Mapa 30). Como podemos observar, lugares que estão envolvidos, seja nos circuitos espaciais de produção do petróleo e gás natural, ou no da fruticultura irrigada, ou em ambos, além do circuito espacial de produção do sal. Além dessas opções de transporte coletivo, ainda é significativo o número de carros particulares e, principalmente, de motos que circulam entre esses municípios, no deslocamento residência-trabalho.

Mapa 30 - Linha de transporte coletivo rodoviário intermunicipal Macau – Areia Branca



Fonte: DER-RN, 2016.

Desse modo, entendemos que os usos do território por tais circuitos produtivos geram fluxos em direção a essas cidades que realizam alguma etapa da produção, seja especificamente em relação ao trabalho, ou em função da nova dinâmica que a cidade passa a apresentar e que atrai novos fluxos em sua direção. Além desse itinerário com os municípios do entorno, ocorrem também fluxos de ida e volta no sentido Natal. Segundo o DER-RN (2016), são realizadas diariamente nove viagens em um sentido, e nove em outro, por diversas linhas que têm como ponto de parada a cidade de Assú. São elas as linhas Natal - Apodi, Natal - Areia Branca, Natal - Fortaleza e a própria linha Natal - Assú. Em relação a esse último itinerário, entendemos que é relevante destacar que, apesar de sua importância para a compreensão das interações territoriais, tal conexão não é con-

templada no estudo realizado pela última REGIC (IBGE/REGIC, 2008)¹⁶.

Os municípios de Macau e Areia Branca, apesar de economicamente apresentarem uma proximidade, ocupando o sexto e o sétimo lugar, respectivamente, em relação ao PIB estadual (IBGE Cidades@, 2013b), divergem bastante quanto ao nível de centralidade, segundo as classificações das REGICs (IBGE/REGIC, 1972, 1987, 2000, 2008). A expressiva representatividade exercida por esses municípios na economia estadual se dá justamente pela indústria extrativa que se destaca como uma das principais atividades econômicas tanto em Areia Branca como em Macau. No entanto, precisamos esclarecer que, em ambos os casos, além da relevância exercida pelo petróleo, o circuito espacial do sal, que também é uma atividade extrativa, é um dos segmentos de grande peso para a economia desses municípios, que estão entre uns dos maiores produtores do estado no setor citado.

O circuito espacial do sal é anterior à exploração de petróleo nesses municípios, contudo é uma atividade que passou por um processo de modernização, o qual ocorreu concomitante à reestruturação territorial de diversos outros setores. Esse processo de modernização ainda coincidiu em sua fase de expansão com o início da instalação dos fixos e das ações da Petrobras no estado. O circuito espacial de produção do sal que se realizava no estado antes do processo de modernização possibilitou à cidade de Macau uma centralidade na rede urbana estadual, situação que não ocorre em Areia Branca. Enquanto nas classificações da REGIC

16 Ao questionarmos o gerente de Redes e Fluxos do Território, da Coordenação de Geografia /DGC (Diretoria de Geociências) do IBGE, ele nos disse que “No caso dos transportes coletivos, foram considerados apenas os transportes regulares, em que as agências respondiam sobre a principal linha de transporte que saía ou tinha seção no município pesquisado”.

(IBGE, 1972, 1987, 2000 e 2008) Areia Branca não apresenta nenhum nível de centralidade, Macau sempre exerceu centralidade na região, sendo classificada quanto ao seu nível de centralidade como Centro local A em 1966, Centro de zona em 1978, Médio para fraco em 1993 e Centro de Zona A em 2007. Nesse sentido, duas questões merecem ressalvas: primeiro que eram exatamente os fluxos gerados pelo circuito espacial do sal e, posteriormente, sua concomitância com o circuito do petróleo que permitem tal centralidade, devido a dinâmica que geram na cidade; e segundo que, conforme podemos observar nas classificações dos centros urbanos realizadas pelo IBGE, Macau é um dos poucos municípios produtores de petróleo que apresenta algum nível de centralidade¹⁷.

Na classificação de 1966, Macau e Assú se encontraram na mesma posição hierárquica de acordo com a classificação da REGIC (IBGE/REGIC, 1972). No entanto, na última classificação, Assú se apresenta em um nível hierárquico superior em relação a Macau (IBGE/REGIC, 2008). Embora Macau não tenha acompanhado a mesma dinâmica urbana que a observada em Assú, entendemos que é em função tanto da produção de sal, quanto do petróleo, que essa cidade tem a sua economia fortalecida, e é um importante centro urbano do Rio Grande do Norte. Os estudos posteriores do IBGE, de 1978, 1993 e 2007, confirmam a permanência da centralidade exercida por Macau, classificada no último estudo como um Centro de zona A, com uma área de influência que compreende 14 municípios (IBGE/REGIC, 2008).

Ao comparar Macau com Areia Branca, constatamos que

17 Também apresentaram centralidades e estão envolvidos no circuito espacial do petróleo os centros urbanos de Assú, Caraúbas (nas últimas duas REGIC, foi classificado como um centro local) e Mossoró e apenas em 1978, Carnaubais. Centralidades inclusive que nos casos de Assú e Mossoró ocorrem devido à simultaneidade de outras atividades, como também um histórico comercial.

o primeiro centro urbano conta com uma maior densidade de serviços que o segundo. Todavia, ressaltamos que Areia Branca apresenta atividades que não são encontradas em outros centros locais do estado. Macau e Areia Branca, na década de 1970, já possuíam agências bancárias, 2 e 1, respectivamente, mas hoje esse número é maior, sendo 2 em Areia Branca e 4 em Macau, uma realidade que difere significativamente de muitos municípios do estado, que continuam até os dias atuais sem contar com este tipo de serviço e possuem apenas correspondentes bancários. Outra questão que também nos chama atenção no que se refere a esses territórios é a presença das quatro operadoras de telefonia móvel. A densidade técnica vinculada às telecomunicações, presente nos dois municípios, reflete muito a dinâmica engendrada por esses circuitos, pois as atividades econômicas que aí se realizam necessitam de fluxos de comunicação e o emprego e renda gerados permitem a expansão do serviço.

No caso de Macau, ainda temos as atividades de ensino que possibilitam círculos de cooperação com os circuitos espaciais produtivos de sal e petróleo, dado a presença dos cursos de Química ofertados pelo IFRN, nas modalidades Técnico Integrado, Técnico Integrado PROEJA e Subsequente. Além desses setores, destacamos o crescimento e até surgimento de alguns setores do comércio varejista e prestação de serviços nos últimos anos em ambos os municípios, embora com densidades diferentes.

Até os anos 1990, Areia Branca contava com apenas um supermercado. No entanto, temos no transcorrer dessa década até os dias atuais a instalação de mais 7 estabelecimentos. As atividades ambulatoriais e odontológicas eram inexistentes, contudo há o registro, entre 2000 e 2014, do surgimento de 6 estabelecimentos. Também cresce o número do comércio varejista especializado em

móveis e eletrodomésticos, que eram 2 até 1990. Principalmente nos últimos anos, entre 2000 e 2015, surgiu uma maior quantidade desse tipo de estabelecimento (9) (Tabela 3). Mesmo que a expansão das atividades comerciais e da prestação de serviços não seja muito significativa, ela revela uma dinâmica urbana diferenciada para um centro local no contexto do estado, em razão de os demais centros locais não apresentarem a mesma densidade de equipamentos, nem serem necessários os mesmos deslocamentos em direção aos centros de gestão, dado que uma parte da demanda agora pode ser satisfeita na própria cidade.

Tabela 3 – Cadastro das atividades comerciais e prestação de serviços em Areia Branca de 1990 a 2015

CONSTITUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM AREIA BRANCA DE 1990 ATÉ 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	1	2	2	3	0	0	0
Atividades de atenção ambulatorial executados por médicos e odontólogos	0	0	0	0	2	4	0
Comércio varejista especializado de móveis e eletrodomésticos	2	2	3	2	5	1	1

Fonte: JUCERN, 2016.

A classificação da REGIC 2007 de Areia Branca como

centro local, como tantos outros do estado, sem distinções, também nos remete a outra questão: a população do município. Inicialmente, porque a classificação dos centros locais apresenta predominantemente população inferior a 10 mil habitantes e Areia Branca, em 2010, contava com 25.315, com a estimativa de que em 2015 seriam 27.356. Além disso, o referido aumento da densidade de objetos também está relacionado a esse contingente populacional, que passa a demandar uma maior oferta e diversidade de atividades comerciais e prestadores de serviços.

Mais especificamente em relação à realização do circuito do petróleo em Areia Branca, observamos que cresceram nesse período o número de meios de hospedagem, uma vez que tínhamos apenas 1 até 1990 e, entre 2000 e 2014, foram instalados 12. Cresceram, ainda, e nesse caso de forma mais intensa, o número de restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação, que atendem ao fluxo de trabalhadores que passaram a circular na cidade, como também a população em geral, que também em função da renda gerada em outros setores passou a apresentar novos hábitos de consumo. O serviço de alimentação tem uma expansão significativa, de modo que eram 5 até 1990, e, entre 2000 e 2015, surgiram outros 131 estabelecimentos (Tabela 4).

Tabela 4 – Cadastro dos meios de hospedagem e serviços de alimentação em Areia Branca de 1990 a 2015

CONSTITUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM AREIA BRANCA DE 1990 ATÉ 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Hotéis e similares	1	0	2	3	6	3	0
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	5	4	8	10	21	83	17

Fonte: JUCERN, 2016.

No que concerne a Macau, apesar de sempre exercer um certo nível de centralidade no estado, os dados da JUCERN só mostram uma maior dinâmica no seu consumo consumptivo a partir da década de 1990, momento em que ocorre tanto a coexistência dos circuitos do petróleo e do sal no município, quanto uma série de políticas e programas sociais, além das mudanças nos hábitos de consumo. De tal modo, será essa combinação particular que contribuirá para a centralidade exercida por Macau no contexto da rede urbana estadual. Até 1990, só havia o cadastro de 2 supermercados em Macau, todavia, de 1991 a 2014, são instalados 16 empreendimentos desse ramo. As atividades de atenção ambulatorial eram inexistentes até 2000, no entanto, até 2015, houve a instalação de 10. Há um crescimento, também, no comércio varejista especializado em móveis e eletrodomésticos, um setor que já apresentava muitos estabelecimentos, mas que passa a ter um incremento significativo.

Assim como em Areia Branca, Macau também registra acréscimo no número dos meios de hospedagem e alimentação, dado que existia 1 estabelecimento até 1990 e, a partir de 2000, temos mais 10 estabelecimentos, dentre eles hotéis e similares cadastrados na JUCERN. Já os restaurantes e outros estabelecimentos

de alimentação e bebida apresentam uma considerável expansão, principalmente nos últimos anos, quando são instalados, entre 2005 e 2015, 140 unidades (Tabela 5).

Tabela 5 – Cadastro das atividades comerciais e prestação de serviços em Macau de 1990 a 2015

CONSTITUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM MACAU DE 1990 ATÉ 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Hotéis e similares	1	1	0	2	3	4	1
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	7	7	13	16	26	88	16
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	2	10	3	0	2	1	0
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	0	0	0	1	4	1	4
Comércio varejista especializado de móveis e eletrodomésticos	9	5	9	7	6	9	4

Fonte: JUCERN, 2016.

A dinâmica promovida pelos circuitos espaciais do petró-

leo e gás natural, assim como a ocorrência dos outros circuitos e das atividades comerciais e serviços, também fica evidente nos fluxos de pessoas que se movimentam. No caso de Macau, o diretor do setor privado e terceirizado do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN) nos relatou que poucos trabalhadores envolvidos no circuito do petróleo são da própria cidade, a maioria sendo oriunda de outros lugares, principalmente Caraúbas, Governador Dix-Sept Rosado e Mossoró. O maior fluxo gerado é com Mossoró, podendo ser atendido pela linha Macau - Areia Branca, que realiza três viagens diárias em cada sentido. Mas há, ainda, o itinerário Natal – Macau, que é realizado por intermédio de 4 viagens diárias para cada sentido, com exceção da sexta-feira e do domingo, em que apresentam na ida um horário a mais – no primeiro caso, à tarde, com opção de deslocamento para quem vai passar o final de semana em Macau, e, no segundo, à noite, para quem deve iniciar cedo as atividades da semana no município. Em relação ao itinerário da volta, é interessante destacar que somente na segunda-feira temos disponível um horário a mais, inclusive mais cedo que os dos demais dias.

No que compete ao município de Areia Branca, o diretor do setor privado e terceirizado do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN)¹⁸ aponta que a maioria dos trabalhadores do circuito do petróleo reside em Mossoró. Tal situação revela as conexões territoriais com a cidade, que não se expressam mais somente a partir de fluxos promovidos em direção a Mossoró, pela centralidade e densidade de equipamentos e serviços que essa cidade dispõe e a área de influência que abrange.

É muito difícil mensurar a quantidade de viagens diárias

18 O senhor Manoel Assunção da Silva.

realizadas entre os municípios nas diversas direções, pois os carros de lotação/frete, conforme já explicitado, realizam a viagem assim que “completam a lotação”, mas, de acordo com entrevista com motoristas desse tipo de transporte, há uma média de 60 carros realizando viagens entre Mossoró e Areia Branca. Quanto ao serviço de transporte regular, segundo o DER (2016)¹⁹, é realizada diariamente 1 viagem de ida e outra de volta, como o itinerário Natal - Areia Branca, cuja linha contempla, dentre outras paradas, Assú e Mossoró. Além desse itinerário em direção a Areia Branca, ainda temos a linha Macau - Areia Branca, que, afora as já mencionadas cidades, ainda tem como pontos de parada os centros urbanos de Areia Branca, Pendências, Alto do Rodrigues e Ipanguaçu, tanto na ida quanto na volta, sendo realizadas três viagens por dia em cada sentido. Outro fluxo intenso de Areia Branca ocorre com Grossos, mas este se dá por intermédio da balsa. Além dessas áreas que apresentam as maiores produções, outros lugares envolvidos no circuito do petróleo e do gás em função das etapas que abrigam também têm uma dinâmica urbana mais acentuada, em função do consumo produtivo, mas, principalmente, do consumo consumptivo, como podemos observar nos centros locais analisados na sequência.

Após a etapa que acontece nos campos de produção, onde estão localizados os poços, a produção segue para as estações de coleta²⁰, na qual ocorre a armazenagem e controle da quantidade produzida para, posteriormente, ser transferida por oleodutos para

19 A REGIC 2007 demonstra uma intensidade de interações principalmente com os municípios de Grossos e Mossoró, respectivamente com (10) e (6) viagens diárias, seguidas pelos municípios de Natal com cinco (5), Assú com três (3) e Macau apenas uma (1).

20 As estações de coleta totalizam 106 e se localizam em 14 municípios produtores. Todavia, as maiores concentrações das estações de coleta estão nos municípios de Mossoró (31), Areia Branca (13), Assú (11), Macau (10) e Alto do Rodrigues (10) (PETROBRAS, 2015).

as estações de transferência²¹. Dessas estações, a matéria-prima segue para a Unidade de Tratamento e Processamento de Flúidos (UTPF), que se localiza em Guamaré, nas mesmas instalações da Refinaria Potiguar Clara Camarão, estando, ambos os fixos situados no Polo Industrial Petrobras de Guamaré. De acordo com Alves (2012), 55% da produção que chega a este polo industrial é refinado na própria Refinaria e os outros 45% são escoados para a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada na Bahia, no município de São Francisco do Conde²².

A Refinaria Potiguar Clara Camarão produz diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação e gasolina automotiva. Tal produção permite ao estado não apenas uma autossuficiência na produção desses tipos de derivados do petróleo, como também o torna um polo de distribuição para a porção sul do estado do Ceará. Em relação ao gás natural que chega ao Polo Industrial de Guamaré, há um beneficiamento que dá origem ao gás liquefeito do petróleo (GLP), ao gás industrial e à gasolina natural²³. São a partir dessas atividades que o circuito cria novas redes a serem estabelecidas no território.

A presença desse sistema técnico em Guamaré é um elemento diferenciador das demais áreas produtoras de petróleo e gás

21 Nas estações de transferência, as quais se localizam em Areia Branca, Felipe Guerra, Pendências (duas) e Mossoró, os flúidos são separados, ou seja, o óleo e a água.

22 Trata-se da primeira refinaria nacional de petróleo e foi instalada antes mesmo da criação da PETROBRAS. A RLAM é a segunda maior refinaria brasileira em complexidade e capacidade instalada, refinando 31 tipos de produtos diferentes, segundo a PETROBRAS (2015).

23 O gás após ser beneficiado é injetado nos gasodutos, sendo os que passam pelo território estadual: o GASFOR, que liga o Rio Grande do Norte ao Ceará, no trecho de Guamaré a Aracati; o gasoduto Nordesteão, que o interliga o estado a partir de Guamaré ao Cabo em Pernambuco; e o gasoduto Serra do Mel - Assú, que conecta o GASFOR da Usina Termelétrica Jesus Soares Pereira, localizada no município de Alto do Rodrigues, a Termoaçú.

natural no estado, nas quais ocorrem apenas as etapas de extração e circulação da matéria-prima. Analisando as implicações desse circuito no território de Guamaré, Alves (2010, p. 8) destaca que passa a ser exigido desse território, além das demandas apresentadas nos demais espaços, “insumos administrativos, serviços de infra-estrutura e especialização da força de trabalho”. Com mais fixos instalados e fluxos mais intensos, maior será a dinâmica urbana promovida nessa cidade, a qual tem nas etapas desses circuitos uma das suas principais atividades econômicas e a concentração dos empregos formais.

A classificação da REGIC de 2007 (IBGE/REGIC, 2008) considera Guamaré como um centro local. Nesse mesmo debate, Silveira (2002) enfatiza, na sua pesquisa sobre as condições ambientais da região costeira de Guamaré, a carência do município no que se refere à infraestrutura e a sua dependência de atividades comerciais e prestação de serviços mais especializados. Entretanto, constatamos que a realidade do município nos últimos anos, no tocante à dinâmica urbana, é bem diferente de outras cidades que estão no mesmo nível hierárquico. Inclusive, a própria Silveira (2002), mesmo fazendo tais afirmações, destaca o adensamento populacional ocorrido na área periférica da cidade a partir da década de 1990, atribuindo-lhe à atividade exercida pela atividade petrolífera, que tem funcionado como um dos principais geradores de emprego para o município, além de apontar que o desenvolvimento do município a partir desse período é considerável.

Assim, entendemos que a não expressividade do município de Guamaré no trabalho realizado por Silveira (2002), em relação à importância que tem na rede urbana, deve-se ao fato da sua pesquisa se concentrar nos problemas ambientais que são causados pela atividade, como também por ter sido um estudo realizado an-

teriormente à instalação da Refinaria, que ocorreu em 2009. Já no que diz respeito à REGIC 2007, compreendemos que a situação ocorre em função das variáveis que evidenciam novas redes de relações, como a inversão de fluxos e a menor dependência para determinados serviços, não terem sido consideradas. Nesses termos, reforçamos o nosso argumento de que mesmo considerando toda a relevância do estudo realizado pelo IBGE, a REGIC 2007 estabelece critérios de classificação que não evidenciam toda a complexidade de redes que conecta os territórios, principalmente no que se refere às análises intraestaduais.

Somados a outros circuitos (como o da carcinicultura e, em menor intensidade, o do sal e ainda a instalação dos parques eólicos), os circuitos espaciais de produção do petróleo e do gás natural dotam o território de Guamaré de uma série de novos objetos e sistemas técnicos que possibilitam o acontecer de etapas desses circuitos, garantindo a instalação e permanência das empresas e a geração de fluxos de mão de obra. Os novos fixos e fluxos presentes em Guamaré, embora não atendam de modo específico o consumo produtivo desse circuito e o consumo consumptivo por ele movimentado, são impulsionados, sobremaneira, pelo mesmo, principalmente em função da demanda criada pela Refinaria e da convergência da produção para o município. Acrescendo-se ao contingente de empresas e pessoas que trabalham seja na extração, seja na refinaria, a cidade ainda recebe a instalação de muitas empresas que, após o início da produção de combustível, passaram a se localizar no entorno da refinaria, como Transpetro, Brasilgás e Bagam, sem mencionar os caminhões-tanques envolvidos diariamente com a circulação do produto e empresas de outros ramos, como por exemplo, o da montagem de instalações industriais e estruturas metálicas, que no próprio cadastro na Federação

das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN, 2012) menciona como produto da cadeia do petróleo.

Guamaré já foi o terceiro município norte-rio-grandense com maior índice de emprego e renda, segundo dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (Edição 2014, ano base 2011), atrás somente dos dois municípios do topo da hierarquia da rede urbana do estado, respectivamente, Natal e Mossoró, cujo os quais se distinguem de Guamaré pelo fato de terem sido, desde a década de 1970, alvo de diversos investimentos de políticas de desenvolvimento e abrigado ou terem a convergência para o seu território de algumas das mais importantes atividades econômicas do estado. Mesmo com a queda no ranking estadual no IFDM (Edição 2015, ano base 2013) para a 19ª posição, que é um desenvolvimento considerado regular, o município ainda gera um nível de emprego que atrai fluxos de trabalhadores de outras cidades do estado, inclusive, segundo o diretor do setor privado e terceirizado do SINDIPETRO-RN, temos trabalhadores do próprio município, mas a maioria são provenientes de Assú, Macau, Mossoró e Natal.

Diante da relevância do circuito do petróleo para Guamaré e de todos os fixos e fluxos que a atividade movimenta, podemos dizer que temos a formação de uma área de especialização e que nesse contexto a situação da cidade se modifica na rede urbana. A formação de áreas de especialização possibilita significativas modificações nas relações entre as cidades em função da atividade que desenvolvem. Dois processos evidenciam muito bem esta questão: o primeiro é que, em função dessa atividade, a cidade tem uma convergência de matéria-prima e/ou mão-de-obra com fluxos de cidades do entorno que se direcionam a ela; o segundo é que a dinâmica econômica local, promovida pela ati-

vidade, cria uma rede de comércio e serviços, inclusive bancários, que fazem com que não apenas a população local não precise se direcionar a outros centros, como ainda pode atrair fluxos de outras cidades.

A realização de etapas do circuito do petróleo e do gás gera, portanto, um maior número de fixos e de fluxos, criando uma demanda até então inexistente na cidade. Dessa forma, temos, principalmente a partir dos anos 1991, a expansão de hotéis e outros meios de hospedagem, além dos serviços de alimentação. É preciso mencionar que, não estando situados numa área de atração turística, esse crescimento está relacionado aos circuitos espaciais produtivos presentes no município, de modo a atender aos profissionais que para esse município se deslocam. Os hotéis e similares eram apenas 3 até 1990, tendo sido instalados 4 no período que se estende de 1991 até 1999 e 13 entre os anos 2000 e 2015. Já o setor de alimentação recebe um incremento ainda maior, tendo apenas 7 estabelecimentos cadastrados na JUCERN (2016) até 1990, tendo sido instalados novos objetos até o ano de 2015. Merece destaque, ainda, o fato de somente entre 2005 e 2014 ter havido o registro do cadastro de 73 novos estabelecimentos (Tabela 6), período que coincide com a instalação da Refinaria (que ocorreu em 2009), de modo a ser caracterizado como o momento em que o circuito possibilitou de forma mais intensa a circulação de pessoas e da renda.

Tabela 6 – Cadastro das atividades de hospedagem e serviços de alimentação em Guamaré de 1990 a 2015

CONSTITUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM GUAMARÉ DE 1990 ATÉ 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Hotéis e similares	3	3	1	3	6	4	2
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	7	2	5	4	20	53	6

Fonte: JUCERN, 2016.

O fluxo dos transportes interurbanos a partir desse município não são tão intensos quanto nos casos anteriores, mas temos um significativo fluxo de transporte que é realizado por carros de viagem, sem mencionar que tal circuito conta com uma relevante parcela de profissionais que se deslocam em seus carros particulares. De acordo com a REGIC 2007, são realizadas duas (2) viagens diárias para Macau e uma (1) em direção aos municípios de Jandaíra, João Câmara e Natal. O itinerário da linha Natal - Guamaré do serviço de transporte regular aponta tais terminais e paradas com 1 (uma) viagem diária em cada um dos sentidos, com exceção do domingo, que não apresenta o transporte (DER-RN, 2016).

A dinâmica econômica gerada também possibilitou a emergência de outras atividades nos últimos 30 anos. Por exemplo, não existiam até a década de 1970 agências bancárias e hoje se tem a presença de duas (2), assim como se pode contar com a cobertura de quatro empresas de telefonia móvel. Ainda é notório o incremento de estabelecimentos comerciais e prestadores

de serviços. Evidentemente que a expansão dessas atividades não está relacionada apenas ao uso do território por esses circuitos, pois, conforme esclarece Pessoa (2015), a expansão das redes associativistas de comércio varejista, por exemplo, ocorre em níveis diferentes, mas elas estão presentes em mais de 80% do território estadual e têm sua dinâmica movimentada por uma série de outras atividades produtivas, assim como pelas políticas de assistência social.

Até o final da década de 1990, inexistiam supermercados em Guamaré, no entanto, a partir do ano 2000, foram instalados 7 unidades desses, o que revela uma nova demanda de consumo que se faz presente nesse território. As atividades ambulatoriais realizadas por médicos ou odontólogos ainda é rara na cidade, que conta apenas com um estabelecimento, mas que também só passou a fazer parte desse território recentemente. Já quanto ao comércio varejista especializado em móveis e eletrodomésticos, é importante sua participação numa economia urbana como a de Guamaré, uma vez que se tinha apenas 1 estabelecimento e, de 2005 a 2014, houve o registro de criação de 9 lojas (Tabela 7). Assim, é possível constatar que os deslocamentos para centros de gestão com o objetivo de ter acesso a supermercados ou ao comércio de móveis e eletrodomésticos é uma opção e não uma necessidade, como ocorria anteriormente.

Tabela 7 – Cadastro das atividades comerciais e prestação de serviços em Guamaré de 1990 a 2015

CONSTITUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EM GUAMARÉ DE 1990 ATÉ 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	0	0	0	2	2	3	0
Atividades de atenção ambulatorial executados por médicos e odontólogos	0	0	0	0	1	0	0
Comércio varejista especializado de móveis e eletrodomésticos	1	0	0	1	2	6	0

Fonte: JUCERN, 2016.

Nesse sentido, o município de Guamaré, mesmo não sendo considerado um centro de nível mais elevado na hierarquia da rede urbana estadual, apresentada pela REGIC 2007, em função de sua dependência a uma série de bens e serviços, não pode ter sua relevância negligenciada, em razão do papel e das funções que exerce na realidade do estado no atual período. Guamaré pode não manter uma relação mais intensa com as áreas contíguas e ter um nível de centralidade, mas é um centro polarizador e distribuidor da produção de petróleo e gás natural do estado, contando com uma intensa circulação de fluxos e participando de diversas redes ao estabelecer relações com escalas espaciais que não seguem a hierarquia urbana clássica.

Nessa perspectiva, podemos observar que para a realização do circuito espacial do petróleo são importados pelo município, principalmente dos Estados Unidos (81,02%) e da Espanha (17,19%), diversos bens intermediários, entre insumos industriais (80,37%) e bens de capital (19,55%) (SISCOMEX, 2015)²⁴.

Diante de tais evidências, considerar Guamaré como um centro cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do município, servindo apenas aos seu próprios habitantes, como são definidos os centros locais, é uma meia verdade, pois, embora não exista uma quantidade significativa de equipamentos e bens que possibilite a abrangência de uma área sobre sua influência, a convergência da produção de petróleo produzida no estado direciona para tal centro um complexo sistema de objetos técnicos e de mão de obra, responsáveis por dinamizar a sua economia urbana e torná-lo uma centralidade no contexto do circuito espacial petrolífero. Além dessas questões, a classificação ainda precisa de uma atualização, pois, mesmo não sendo uma variável determinante, a classificação de centros locais contempla predominantemente população inferior a 10 mil habitantes, o que não é uma realidade de Guamaré, desde o Censo de 2010, quando a população já era de 12.404 (IBGE Cidades@, 2013b). Ademais, a estimativa apresentada para 2015 é de 14.633 habitantes (IBGE Cidades@, 2013b), sem contarmos com o fluxo de pessoas que circulam no município diariamente, por estarem envolvidas direta ou indiretamente no circuito espacial do petróleo.

24 Tais bens intermediários contemplam diversos produtos utilizados nesse circuito, como por exemplo, torneiras, válvulas e outros aparelhos semelhantes, cujo objetivo é reduzir a pressão, além de bombas para líquidos e máquinas de medida e controle, dentre outros.

A partir desse quadro, podemos afirmar que, associado à expansão de sistemas de engenharia relacionados a telecomunicações e transportes, a constituição de diversos serviços e de uma série de atividades produtivas, o uso do território pelo circuito espacial do petróleo muda a estrutura da rede urbana. Diferentemente de períodos anteriores, em que se tinha uma cidade primaz para onde convergiam os principais produtos voltados para os mercados externos à região²⁵, temos uma superposição oriunda das mudanças ocorridas na organização econômica e socioespacial de uma rede complexa, tanto em termos das funções que passou a realizar, quanto do ponto de vista da forma espacial que adquiriu. Em diversos pontos do território, centros urbanos realizam diversos papéis, tanto enquanto espaços banais quanto como espaços de uma nova divisão territorial do trabalho.

Uma outra porção do território usada pelo circuito espacial do petróleo no estado que também se destaca em relação àquelas áreas que são apenas produtoras é o município de Alto do Rodrigues. Além do município ser um dos cinco maiores produtores de petróleo em terra, tem nele localizada uma das quatro unidades administrativas sediadas no Rio Grande do Norte, o Ativo de Produção Alto do Rodrigues (ATP-ARG), responsável pela produção da área leste da Bacia, compreendendo os municípios de Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra, Assu, Carnaubais, Ipanguaçu, Macau, Pendências e Porto do Mangue. Devido às etapas do circuito que abriga, o município ainda conta com um consumo produtivo de empresas que prestam serviços na montagem de instalações industriais e estruturas metálicas, na manutenção, reparação de máquinas e equipamentos da

25 Esse padrão foi descrito de forma genérica por Corrêa (2006) para as redes urbanas de passado colonial.

indústria mecânica, como nos revela o cadastro da FIERN (2012)²⁶.

A produção em Alto do Rodrigues data da década de 1980. Entretanto, é principalmente a partir da construção da Termoçu, no período compreendido entre 2000 e 2010, que se observa uma elevação de fluxos de todas as ordens para esse município. A partir do sistema técnico criado com a termelétrica, o município passou a estabelecer relações com diversos territórios, visto que a energia produzida pelo gás natural é distribuída pelo Grupo Neenergia no estado (COSERN) e pela Companhia de Energia Elétrica da Bahia (COELBA), na Bahia.

Durante o referido período de construção desse sistema técnico, que inclui não apenas a usina propriamente dita, mas toda a rede de dutos que servem à distribuição do gás e do vapor de água, o município recebeu um elevado número de trabalhadores e empresas que se envolveram nessa implantação. A cidade recebeu empresas nacionais e internacionais e mão de obra especializada de outros estados, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, além de uma série de trabalhadores com menor qualificação profissional dos municípios vizinhos. Segundo Rocha (2013), algo em torno de 300 empregos diretos foram gerados. O aumento dos fluxos de pessoas, de acordo com a autora, ainda foi acrescido no período pela ação de empresas locais que se destinaram à qualificação técnica e prestação de serviços. Os cursos ofertados atraíram não apenas alunos de Alto do Rodrigues, mas também dos municípios próximos, como Carnaubais, Guamaré e Macau, que buscavam uma formação para ingressar na atividade. Também em função dessa atividade, a cidade recebeu diversos professores provenientes de outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

26 No próprio cadastro da FIERN, as empresas mencionam, entre os seus produtos, a cadeia do petróleo.

Todavia, a termelétrica é um sistema que funciona a partir de uma tecnologia moderna que requer um número mínimo de profissionais para a sua operacionalização e esses precisam apresentar um elevado nível de qualificação, tornando evidente que a realidade vigente com a termelétrica em operação é completamente distinta da que se estabeleceu no seu período de construção. Rocha (2013) evidencia, em sua análise, a dinâmica do território de Alto do Rodrigues, a partir da atividade petrolífera, como a expansão significativa do número de meios de hospedagem, como pousadas e imóveis para locação, assim como de estabelecimentos que ofereciam o serviço de alimentação que foram instalados nesse município no período em que se realizou a construção da termelétrica. No entanto, de acordo com a autora, quando o projeto foi concluído, a cidade foi perdendo esse dinamismo e muitos estabelecimentos e atividades comerciais e prestadores de serviços gradativamente encerraram suas atividades.

Diante dessas considerações, concordamos que a dinâmica não é mais tão efervescente, o que não significa que a realização de etapas desse circuito no território não tenha um impacto sobre a estrutura que se consolidou na cidade em função da indústria do petróleo. Um dado que corrobora essa assertiva é a geração de empregos formais no comércio, que, mesmo ao final da construção da termelétrica, permanece em expansão, com as admissões superando as demissões²⁷ (Tabela 8). No setor de serviços, verificamos uma oscilação na movimentação das admissões e demissões entre 2007 e 2011, sendo registrado um maior número de demissões no último ano. Contudo, após esse período, temos um crescimento de empregos formais no município que supera as

27 Apenas em 2014 e 2015 que aumentam as demissões, sem, contudo, diminuir significativamente as admissões.

demissões, apenas apresentando um decréscimo no ano de 2015 (Tabela 9).

Tabela 8 – Perfil do município de Alto do Rodrigues no setor comércio de 2007 a 2015

Movimentação / ano	2015 (setembro)	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
1) Admissões	109	118	125	106	133	97	93	31	32
2) Demissões	101	112	91	79	104	75	56	32	28
Varição absoluta	8	6	34	27	29	22	37	-1	4

Fonte: CAGED, 2015.

Tabela 9 – Perfil do município de Alto do Rodrigues no setor serviços de 2007 a 2015

Movimentação/ano	2015 (set.)	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
1) Admissões	364	797	513	227	144	158	76	145	160
2) Demissões	539	490	394	156	188	146	83	86	172
Varição absoluta	-175	307	119	71	-44	12	-7	59	-12

Fonte: CAGED, 2015.

Nesse contexto, é preciso ressaltar que Alto do Rodrigues apresenta uma série de fixos geográficos inexistentes até o início da produção petrolífera, os quais não se encontram com a mesma intensidade em outros centros locais do estado. Alguns exemplos podem ser dados: 1) como nos foi mostrado anteriormente, na distribuição espacial das agências bancárias do estado até o ano de 1972, Alto do Rodrigues não apresentava nenhuma agência bancária, passando a, em 2015, ter duas, enquanto muitos municípios continuam sem contar com este serviço; 2) a cidade também conta com três Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAEs), que é uma realidade encontrada apenas em alguns centros que estão entre os

mais bem assistidos em termos de serviços bancários no estado, como, por exemplo, Currais Novos, Pau dos Ferros e Extremoz, este compondo a ACP de Natal e, portanto, compreendendo uma área que apresenta uma maior densidade desse tipo de objeto técnico; 3) atuam duas operadoras de telefonia móvel, quando a maior parte dos municípios contam com apenas uma; 4) compreende o serviço de Banda Larga Popular fornecido pelas duas empresas que atuam no estado (Telebras e Oi), realidade encontrada apenas em 30 municípios no Rio Grande do Norte; 4) em 2017, o município teve a inauguração do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria Rodrigues Gonçalves que, funcionando com os cursos de Energia renovável e Informática em tempo integral, vem atraindo fluxos de estudantes de municípios vizinhos, como Carnaubais, Pendências, Macau, Ipanguaçu e Afonso Bezerra.

O uso desse território pelos circuitos de produção de petróleo e gás no estado também revela a importância econômica do município no contexto estadual, dado que este ocupa a posição de 15º maior PIB do Rio Grande do Norte (IBGE Cidades@, 2013b). Além das questões já apresentadas, ainda temos, após a realização de etapas desses circuitos em seu território, a instalação de atividades comerciais e prestadores de serviços, com o aumento do fluxo de pessoas e do emprego e renda gerados.

Não existia supermercado em Alto do Rodrigues até meados dos anos 1990 e, após esse período, houve o registro de criação de 4, 3 destes apenas no período de 2000 a 2014, justamente após a inauguração da Termelétrica. Também inexistia atividade ambulatorial executada por médico e odontólogo, o que, entre 2005 e 2015, mudou, momento no qual foram inauguradas 4. No entanto, a maior expansão das atividades de cunho mais geral ocorre no comércio varejista especializado em móveis e eletrodomésticos, que contava

apenas com uma 1 unidade até 1990 e tem entre 1991 e 2015 a instalação de 16 novos estabelecimentos (JUCERN, 2016) (Tabela 10).

A presença desses fixos e dos fluxos que podem ser engendrados a partir deles nos revelam a importância dos circuitos espaciais da atividade petrolífera e do gás e do consumo consumptivo possibilitado, como podemos verificar com o número de estabelecimentos nos referidos setores de comércio e de serviços entre 1990 e 2015 (JUCERN, 2016). Evidentemente, esse setor não é movimentado exclusivamente por essa atividade, dado que a economia municipal também conta com uma significativa representação da fruticultura irrigada. Por isso, destacamos que Alto do Rodrigues, em 2015, foi o maior produtor de banana do estado (PAM/IBGE, 2015), cujo circuito faz parte da agricultura científica direcionada para exportação. Sendo assim, um percentual significativo da renda gerada no município é proveniente dessas duas atividades.

Além do surgimento e expansão de atividades mais gerais, também é notório o aumento de estabelecimentos relacionados a uma demanda mais específica dos trabalhadores envolvidos no circuito espacial do petróleo, conforme relatado anteriormente, especialmente no período de construção da termelétrica. Entretanto, o crescimento desse setor não se resume ao referido período. De acordo com os dados da Jucern (2016), no período entre 2000 e 2009, quando da construção, ocorreram a instalação de 14 meios de hospedagem, todavia, após esse período e em menos tempo, de 2010 a 2015, surgem mais 14 estabelecimentos. Quanto aos serviços de alimentação, igualmente, temos a continuidade da criação desses empreendimentos, sendo registrada constituição dessa atividade em todos os períodos, contudo, em maior número justamente nos últimos anos, sendo 19 entre 2010 e 2014 e mais 4 em 2015 (Tabela 10).

Tabela 10 – Cadastro das atividades comerciais e prestação de serviços em Alto do Rodrigues de 1990 a 2015

Constituição dos estabelecimentos em Alto de Rodrigues de 1990 até 2015							
	Até 1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Hotéis e similares	0	0	1	5	9	9	5
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	3	5	3	1	5	19	4
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	0	0	1	2	0	1	0
Atividades de atenção ambulatorial executados por médicos e odontólogos	0	0	0	0	1	2	1
Comércio varejista especializado de móveis e eletrodomésticos	1	2	3	1	2	6	2

Fonte: JUCERN, 2016.

Todos esses novos objetos instalados na cidade permitem que não sejam mais necessários diversos deslocamentos em direção a centros de gestão, mas, sim, que ocorra uma convergência de fluxos de pessoas dos municípios vizinhos que não apresentam a mesma disponibilidade de equipamentos. Apesar disso, os fluxos não ocorrem somente em função da busca por esse comércio e serviços, mas pelo próprio mercado de trabalho.

O circuito espacial do petróleo e gás natural requer melhor densidade técnica do território e nível de qualificação profis-

sional alta de sua mão de obra, seja da população local ou imigrante. Nesse sentido, ao se instalarem nas cidades, muitas vezes com suas famílias e tendo uma renda mais elevada, esse novo contingente demanda uma gama de bens e serviços mais especializados. Nessa circunstância, é induzida a criação de uma nova dinâmica urbana, que pode redefinir ou reforçar o papel daquela cidade na rede urbana. Tal processo pode ser verificado principalmente em Alto do Rodrigues, Areia Branca, Assú, Guamaré e Macau, mas com maior intensidade em Mossoró, com a chegada da Petrobrás. É evidente que essa mudança nas cidades não ocorre apenas em função dessa empresa, porém, o circuito do petróleo tem participação efetiva nesse processo.

Refletindo sobre a demanda criada pela mão de obra especializada que passa a se instalar em algumas cidades em função da constituição de circuitos produtivos modernos, Santos (1978) esclarece que

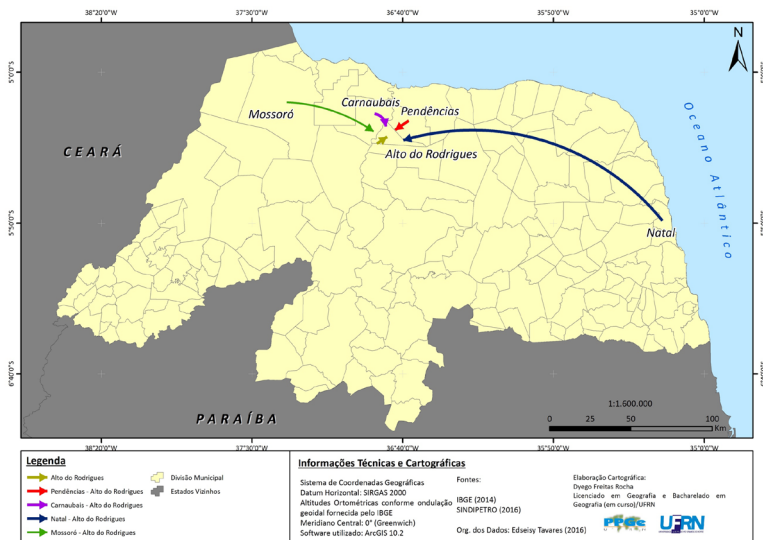
Se os novos imigrantes são de um nível cultural, econômico e salarial mais elevado, têm-se três consequências principais: uma contribuição a um maior dinamismo da vida urbana [...], o aumento do orçamento urbano com todas as consequências daí decorrentes, o aumento da produtividade da economia urbana que segue a introdução de novas técnicas (SANTOS, 1978, p. 100).

Em função da dinâmica ocorrida em Alto do Rodrigues, a partir do uso do território por esses circuitos, compreende-se o porquê da intensidade de interações, tanto em termo de destino como de frequência dos transportes interurbanos em relação a esse município. Os dados do IBGE/REGIC (2008) apresentam que eram realizadas, por dia, sete (7) viagens para Mossoró, seis (6) com

destino aos municípios de Assú, Ipanguaçu, Macau e Pendências, e cinco (5) para Natal. De acordo com o DER-RN (2016), não existe mais o itinerário Natal - Alto do Rodrigues, sendo ofertado pelo Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, de maneira que o fluxo de pessoas que realizam tal viagem vem sendo atendido pelos carros que fazem frete e por carros particulares, assim como também ocorre com Pendências e Carnaubais. No que compete aos demais destinos, o referido sistema dispõe da linha Macau - Areia Branca, a qual realiza diariamente três viagens em cada sentido, contemplando em seu itinerário os municípios de Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, Ipanguaçu, Assú, Mossoró e Areia Branca (Ver Mapa 30). Esse itinerário atende uma parte das principais proveniências de trabalhadores do circuito do petróleo em Alto do Rodrigues, pois, embora a maioria da mão de obra seja local, há uma convergência de fluxos cuja origem é majoritariamente Natal, Mossoró, Carnaubais e Pendências (Mapa 31), conforme nos informou em entrevista o diretor do setor privado e terceirizado do SINDI-PETRO-RN²⁸. Assim, acrescentamos que essa disponibilidade de transporte intermunicipal não é a mesma encontrada em centros locais que não apresentam uma dinâmica urbana movimentada por algum circuito espacial produtivo importante para a economia estadual.

28 O senhor Manoel Assunção da Silva.

Mapa 31 - Fluxos de trabalhadores do circuito espacial do petróleo em Alto do Rodrigues/RN



Fonte: SINDIPETRO, 2016.

O município de Alto do Rodrigues, também em função desses circuitos, apresenta mais um diferencial em relação aos demais centros locais do estado. Além da nova dinâmica urbana e da convergência de fluxos, são estabelecidas interações intensas com territórios além da fronteira nacional. A Secretaria de Comércio Exterior (SISCOMEX, 2015) nos revela que foram importados dos Estados Unidos, em 2015, uma série de bens intermediários, dentre eles peças e acessórios de equipamentos de transporte e insumos industriais, como bombas, parafusos, aparelhos e acessórios relacionados à indústria que envolve a exploração e produção do petróleo e gás natural e seus derivados.

É perceptível, a partir das novas dinâmicas urbanas e regionais observadas e das interações territoriais estabelecidas nos circuitos espaciais do petróleo e gás natural, que, embora os territórios

envolvidos sejam em sua maioria classificados como centros locais, os mesmos apresentam uma densidade diferente dos demais centros do estado, que também estão incluídos nesse nível hierárquico. Isso ocorre para os lugares que apresentam as maiores produções e, principalmente, para aqueles que realizam outras etapas além da extração, como é o caso do refino e da geração de energia. Nesse sentido, defendemos que é necessário considerar a diversidade de centros que constituem esse grupo classificado pelo IBGE como centros locais.

Marques (2002), analisando o sub-sistema urbano de Portugal, especificamente no que compete à sua Rede Complementar, constituída por pequenas cidades e vilas predominantemente rurais ou pequenos centros urbanos que são apenas sede de municípios, compreende que, para o caso português, há uma diversidade de pequenos centros, dos quais alguns são mais dinâmicos. Portanto, assim como fez a autora para o que é considerado a Rede Complementar, na qual foram distinguidos os centros a partir das suas principais dinâmicas diferenciadoras, deve-se apreciar que há uma diversidade significativa de centros locais que nos permitem questionar a classificação e estrutura da rede urbana do estado. Os usos do território norte-rio-grandense relacionados a determinados circuitos espaciais produtivos, como o do petróleo e do gás natural, não apenas envolve de forma mais intensa alguns centros e outras redes, como também permitem que eles apresentem maiores acréscimos de infraestrutura urbana, equipamentos, bens e serviços ao território.

De mesmo modo, no exemplo apresentado por Castells (1999, p. 503) para o caso da rede médica, “os locais mais improváveis tornam-se nós centrais por causa da especificidade histórica que acabou centrando uma rede determinada em torno de uma localidade específica”. Portanto, o circuito espacial do petróleo redefine as funções, papel e importância de cidades como Areia Branca,

Guamaré e Alto do Rodrigues, que, na rede criada para a realização de tal atividade, tornam-se nós privilegiados, nós centrais, uma vez que “cada rede define seus locais de acordo com suas funções e hierarquia de cada local segundo as características do produto ou serviço a ser processado na rede” (Ibid.).

Além das áreas mencionadas que estão relacionadas à produção propriamente dita, conforme já anunciamos anteriormente, entendemos que Natal também se insere no circuito espacial de produção do petróleo, em decorrência da existência de uma sede administrativa nesse município que gerencia a produção da área marítima dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará e por comandar todas as redes de ativos de produção.

Natal, diferentemente dos demais territórios envolvidos no circuito, não revela do mesmo modo o impacto que a realização de etapas de produção da atividade petrolífera tem para a sua organização urbana. Esse centro urbano apresenta uma diversidade de atividades, de modo que não é esse circuito que movimenta quase que exclusivamente a economia da cidade, como ocorre com muitos dos territórios usados pela indústria do petróleo. No entanto, o seu papel nele também contribui para reforçar a sua centralidade enquanto principal centro de gestão do território potiguar. Em função da referida diversidade de atividades existentes na cidade e da sua posição como centro político-administrativo, não nos deteremos a analisar o papel que o circuito desempenha na centralidade de Natal na rede urbana.

Mossoró, por sua vez, além de ter uma relevante participação na economia estadual, apresentando o 2º maior PIB²⁹ (IBGE Cidades@, 2013b), é a segunda cidade de maior nível de

29 Produto Interno Bruto a preços correntes.

centralidade da rede urbana estadual. Assim, contraditoriamente às demais áreas de produção que são classificadas pelo IBGE como centros cuja centralidade não extrapola os seus limites, o município de Mossoró contempla uma significativa área de influência, que abrange um total de trinta e três municípios, exercendo uma forte centralidade regional, sendo um centro classificado como Capital Regional C (IBGE/REGIC, 2008). Contudo, a dinâmica e atuação de Mossoró em relação à sua região não resulta exclusivamente do papel que desenvolve no circuito espacial de produção petrolífera, dado que, simultaneamente, outros circuitos também dinamizam a sua economia. Além disso, a centralidade de Mossoró já vem sendo conferida desde períodos anteriores, em função de uma série de eventos que proporcionaram tal situação. Os próprios estudos realizados pelo IBGE sobre a estrutura da rede urbana nacional revelam essa questão, pois, em 1966, Mossoró já era classificado como Centro regional, em 1978, como Capital regional e, em 1993, apresentava uma denominação de níveis de centralidade de forte para médio.

Mossoró se caracteriza pela formação de uma área de diversidade, pois, ao longo dos diversos períodos, foi abrigando uma série de espaços produtivos, ou algumas etapas desses, que tanto se sucederam quanto coexistem. Tal realidade promoveu no período atual uma simultaneidade de usos, que ocorrem tanto pela atividade petrolífera quanto pela fruticultura irrigada, salineira, carcinicultura, turismo de negócios e eventos, além do setor de comércio e serviços bem representativo. Para Romcy e Elias (2010, p. 8),

A concentração de empregos em Mossoró não se restringe à sua grande quantidade, mas à uma variada existência de atividades,

que no conjunto da região de influência, muitas vezes existem exclusivamente em Mossoró, ou em grande quantidade apenas para esta cidade.

Todavia, apesar da importância de Mossoró na rede urbana ser resultado da combinação de uma série de eventos, a presença do circuito espacial do petróleo e do gás natural exerce uma influência enorme na dinâmica que a cidade apresenta. Com base nisso, Rocha (2009) evidencia em seu trabalho sobre a expansão de Mossoró, a partir da década de 1980, como a cidade tem uma série de novos objetos técnicos e novas ações instituídas a partir da instalação da Petrobras, que vão desde a melhoria da infraestrutura ao aumento dos serviços e da circulação financeira na cidade. O que também coaduna com o entendimento de Alves (2012) de que, em função da atividade petrolífera, Mossoró apresenta um papel na divisão territorial do trabalho que resulta em importantes transformações socioespaciais, uma vez que é um importante nó da rede petrolífera, atraindo uma diversidade de empresas, promovendo a especialização do lugar e mantendo relações com diversas outras cidades, estados e até países, num processo que inclui diversas dimensões do circuito espacial petrolífero (como, por exemplo, pesquisa, extração e formação de mão de obra).

A dinâmica promovida pela indústria petrolífera reforça a centralidade de Mossoró, embora isso não ocorra exclusivamente em função dessa atividade. Analisando especificamente o papel e a função que Mossoró desenvolve nesse circuito, destacamos inicialmente que trata-se da maior área de exploração no estado em termos de produção terrestre: a) sedia o Ativo de Produção Mossoró (ATP-MO), que gerencia a produção de óleo e gás da área oeste da Bacia Potiguar Terrestre (Areia Branca, Apodi, Caraúbas,

Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Mossoró, Serra do Mel e Upanema) e dois no Ceará (Aracati e Icapuí); b) apresenta uma série de instituições de ensino e de qualificação profissional relacionados ao setor, que buscaram a localização nesses centros pelas demandas criadas por esse circuito produtivo; c) conta com uma infraestrutura urbana que permite uma maior atração da mão de obra, principalmente especializada, o que possibilita a expansão do consumo consumptivo; d) abriga a maior parte do consumo produtivo desse circuito no estado.

Conforme podemos observar a partir de dados do CAGED, são as atividades de comércio e serviços que concentram a maior parte dos empregos formais e dos estabelecimentos em Mossoró (Quadro 4). No entanto, os trabalhos desenvolvidos por Santos (2010) sobre o consumo produtivo em Mossoró relacionado aos circuitos do petróleo, sal e fruticultura irrigada, assim como o de Rocha (2013) sobre a dinâmica territorial promovida pela atividade petrolífera em Alto do Rodrigues, Guamaré e Mossoró, esclarecem-nos que são justamente o desenvolvimento de etapas dos três circuitos, ou seja, petróleo, sal e fruticultura irrigada e ainda outras atividades, como turismo de eventos, por exemplo, que sustentam e dinamizam esses setores. Dessa forma, Mossoró não se especializa apenas em uma atividade, como é o caso de muitos municípios que compreendem o circuito do petróleo no estado. É um centro especializado, no que se refere aos três circuitos, mas trata-se de uma área de diversidade, pois “sua infraestrutura urbana propicia melhores condições para a instalação das empresas que prestam serviços ou vendem produtos” para a cadeia produtiva das três atividades (SANTOS, 2010, p. 169). Ainda, atende à demanda de consumo consumptivo dos agentes envolvidos nos mesmos, como também de todos os demais agentes que usam esse território, sejam

do próprio município, sejam de sua área de influência, dado o seu caráter polarizador que permitiu uma densidade de equipamentos e serviços que não se encontram do mesmo modo em outras localidades do estado.

Quadro 4 - Perfil do município de Mossoró quanto aos empregos formais e estabelecimentos em 2015

CAGED Perfil do município		
Período: 2015		
Município: Mossoró		
Microrregião: Mossoró		
UF: Rio Grande do Norte		Empregos formais e estabelecimentos
SETOR	Número de empregos formais	Total de estabelecimentos
Extrativa mineral	3608	117
Indústria de transformação	6430	871
Serviços industriais de utilidade pública	81	26
Construção civil	7007	915
Comércio	14787	3964
Serviços	25367	3829
Administração Pública	365	7
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	4064	169
Todos	61709	9898

Fonte: CAGED, 2015.

Na década de 1970, Mossoró já contava com 7 estabelecimentos bancários, revelando uma densidade desse tipo de equipamento. Como nesse momento eram escassas as agências bancárias nas cidades vizinhas, o seu centro urbano se constituiu num polo de atração para a utilização desse serviço. Em 2015, existiam 16 agências bancárias e, apesar de termos uma expansão e melhor espacialização desses objetos no estado, muitos municípios ainda permanecem sem esse serviço. Nesses casos, os serviços financeiros bancários mais elementares são atendidos pelos correspondentes bancários, de modo que, para certos serviços mais especializados, há a necessidade de deslocamento em direção a Mossoró. A cobertura por todas as operadoras de telefonia móvel que atuam no estado, com exceção da Nextel, também é uma variável que demonstra a dinâmica da cidade.

O consumo consumptivo em Mossoró antes da instalação do circuito do petróleo já apresentava uma dinamicidade, realidade que não é conferida à maior parte das outras cidades que também estão envolvidas com etapas dessa atividade. No entanto, a partir da instalação do circuito, é notória a expansão em alguns setores da economia da cidade. Existiam, até 1990, 15 estabelecimentos de comércio varejista em que predominavam produtos alimentícios, como supermercados e hipermercados. Por sua vez, a partir dos anos 1990, houve uma expansão intensa com o surgimento de 76 estabelecimentos ao longo dessa década. Tal situação expansiva permanece no interstício de 2000 a 2015, quando são instalados mais 46 novos estabelecimentos (Tabela 11).

No que concerne às atividades de atenção ambulatorial médica e odontológica, verifica-se um relevante incremento, principalmente a partir dos anos 2000, quando, entre 2000 e 2015, são criadas 129 novas unidades. Mesmo já apresentando

um número elevado no que compete ao comércio varejista especializado em móveis e eletrodomésticos, também cresce o número desses objetos ao longo dos anos, principalmente depois de 2005, quando temos, somente até 2014, o surgimento de mais de 200 novos estabelecimentos (Tabela 11).

Além desse consumo consumptivo que atende à população como um todo da cidade e de sua região de influência, a presença dos circuitos do sal, da fruticultura e do petróleo também movimentam o setor de restaurantes e outras opções de alimentação, como também o de hospedagens. Até 1990, havia o registro de 43 estabelecimentos, entre restaurantes e similares. Todavia, o que presenciamos no período que se estende dos anos 1990 até o ano de 2015 é uma expansão acentuada de novos empreendimentos. Entre 1991 e 1999, esse número foi de 146 estabelecimentos e, entre 2000 e 2015, 1.105 novas unidades. Cabe, ainda, pontuar que o crescimento mais significativo ocorre nos últimos seis anos, quando há 845 novos cadastros (Tabela 11).

Tabela 11 - Cadastro das atividades comerciais e prestação de serviços em Mossoró de 1990 a 2015

Constituição dos estabelecimentos em Mossoró de 1990 até 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Hotéis e similares	1	2	5	5	14	16	3
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	43	62	84	88	172	699	146

Constituição dos estabelecimentos em Mossoró de 1990 até 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	15	39	37	18	12	14	2
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	9	0	9	31	25	58	15
Comércio varejista especializado de móveis e eletrodomésticos	88	38	57	45	80	123	18

Fonte: JUCERN, 2016.

No setor de hospedagem, tem-se o registro de apenas 1 (um) estabelecimento até 1990, criando-se, depois desse período, 7 estabelecimentos entre 1991 e 1999, 19 entre 2000 e 2009 e mais 19 de 2010 a 2015 (Tabela 11). Contudo, no caso desses estabelecimentos, analisando apenas o fluxo proveniente desses três circuitos, é evidente que a movimentação diária, com exceção de períodos de feiras, dentre outras questões, dá-se principalmente pelo circuito do petróleo. Isso porque são profissionais que são melhor remunerados que os demais, podendo arcar com tais custos, além de serem custos que, em muitos casos, são cobertos pelas empresas. As empresas de fruticultura, que contam principalmente com trabalha-

dores que realizam atividades menos qualificadas, disponibilizam aos que não residem nos municípios onde trabalham alojamentos nas próprias fazendas.

Além do consumo consumptivo, o circuito espacial do petróleo em Mossoró, conforme anunciado anteriormente, também cria o consumo produtivo dessa atividade. De acordo com pesquisa realizada por Santos (2010), a Petrobras, nos últimos anos, vem aumentando o percentual de suas compras no próprio comércio de Mossoró, embora a maioria de seu consumo produtivo ainda seja realizado a partir da compra em outros estados e por meio de importações. Todavia, as empresas terceirizadas consomem bastante na própria cidade, desde o comércio especializado de peças para a extração até a prestação de serviços³⁰, e ainda nas “indústrias de fardamento, de equipamentos de proteção individual (EPI), de água mineral e os próprios postos de gasolina” (SANTOS, 2010, p. 193).

Analisando o cadastro da Federação da Indústrias do Estado Rio Grande do Norte (FIERN, 2012) por ramo de atividades instalados em Mossoró, constatamos 36 estabelecimentos de ramos diferentes que mencionam que seus produtos estão relacionados à cadeia do petróleo. Os ramos contemplam atividades diretamente envolvidas no circuito, mas também outros serviços complementares que se fazem necessários. A maior parte das empresas identificadas são de apoio à extração, confecção de roupas profissionais, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica e montagem de instalações industriais e estruturas metálicas. Além disso, é preciso ter claro que, no cadastro, as menções

30 De acordo com pesquisa de campo realizada por Santos (2010), foram identificadas em Mossoró 12 empresas comerciais e 88 estabelecimentos prestadores de serviços relacionados ao consumo produtivo do circuito espacial do petróleo e do gás natural.

à cadeia do petróleo se dão sobremaneira no caso daquelas empresas que atendem principalmente a alguma etapa do circuito. No entanto, muitas empresas podem prestar serviços a empresas terceirizadas, que, por não serem seus consumidores exclusivos, ou por não serem de atividade diretamente relacionada, não possuem menção à atividade do petróleo e/ou gás natural.

A presença desses circuitos em Mossoró, além das outras atividades por eles engendradas, promovem uma elevada circulação de transportes na cidade. A concentração dos carros que transportam passageiros em direção às cidades vizinhas é tão significativa que existe uma distribuição em diferentes pontos do centro da cidade para os diferentes destinos (Areia Branca, Assú, Apodi, Baraúna, Fortaleza (CE) e Natal, por exemplo). No entanto, é difícil mensurar a quantidade de viagens diárias realizadas entre as cidades. Ademais, especificamente em relação ao circuito do petróleo, ainda temos uma parcela significativa de trabalhadores que utilizam o seu próprio meio de transporte no deslocamento casa-trabalho. Ainda assim, destacamos que a linha Macau - Areia Branca realiza 3 viagens diárias de ida e 3 de volta com parada em Mossoró, portanto, contemplando um itinerário que atende diversas cidades; a linha Natal - Areia Branca também tem diversas paradas, inclusive em Mossoró, e realiza uma viagem de ida e uma de volta, com exceção do domingo; além dessas linhas, temos a Natal - Mossoró, que realiza cinco (5) viagens diárias de ida e 5 (cinco) de volta; a Natal - Fortaleza, que, no seu itinerário, para em Mossoró e conta com seis (6) viagens em cada um dos sentidos; e a linha Natal - Apodi (via Governador Dix-Sept Rosado), que realiza uma viagem por semana e também tem uma parada em Mossoró (DER-RN, 2016).

O itinerário das linhas de transporte regular, assim como as opções dos carros de fretes, evidencia os fluxos realizados por

muitos trabalhadores do circuito espacial do petróleo. Conforme esclarecido pelo diretor do setor privado e terceirizado do SINDI-PETRO-RN, a mão de obra do circuito petrolífero em Mossoró é formada por muitos trabalhadores que residem em Mossoró, mas também conta com muitos trabalhadores provenientes de Alto do Rodrigues, Assu, Apodi, Caraúbas, Governador Dix-Sept Rosado, Macau, Natal e Pau dos Ferros, além dos estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Sergipe, nestes últimos casos, principalmente, para atender à demanda de mão de obra especializada.

A partir do que foi exposto, compreendemos que o circuito espacial de produção do petróleo e do gás natural estabelece um uso que faz com que muitas cidades passem a contar no seu território com novos sistemas de infraestrutura e novas atividades que anteriormente eram inexistentes. Em consequência desse novo cenário de expansão econômica, Silveira (2010) aponta que passam a ser demandados empresas, profissionais e técnicos cuja qualificação profissional permitiu operacionalizar os novos sistemas técnicos, o que, por sua vez, aumentam as classes médias e sua vontade de consumo nas áreas usadas pelo circuito. Esse consumo ainda é acrescido pelos grupos qualificados que atuam nos círculos de cooperação, por exemplo, nas etapas de informação, propaganda e crédito, cooperando com as grandes firmas.

Dessa forma, a produção, circulação e consumo da matéria-prima e dos derivados do petróleo e os sistemas de engenharia, que garantem a realização do circuito, possibilitam o surgimento de atividades para o atendimento da produção em si e também um consumo consumptivo, pois a dinâmica da economia urbana de tais cidades também é movimentada pela força de trabalho requerida por essas etapas do circuito e seus círculos de cooperação. A realização de etapas dos circuitos analisados também

promove reorientação de fluxos. Há, então, um direcionamento de mão de obra proveniente de diversas cidades, tanto do estado quanto de fora dele, para algumas cidades que, anteriormente ao uso do território por essas atividades, eram áreas de baixa densidade de empregos.

Além de todas essas mudanças observadas nas cidades que passaram a abrigar etapas desses circuitos, ocorre uma superposição de redes que modifica as articulações territoriais. Algumas relações permanecem hierarquizadas segundo um padrão clássico, ao mesmo tempo em que outras acontecem sem que se tenha a mesma hierarquia, ou seja, sem que os centros locais estejam sob a influência de cada nível dos centros de gestão do território na escala estadual. As interações se dão diretamente entre as áreas envolvidas no circuito, direto da gestão para a área de produção, com relações que envolvem escalas nacionais e internacionais. O circuito movimentava fluxos de profissionais, conhecimentos, inovação, informação, capitais e produtos, constituindo uma complexa rede de relações que coloca, por exemplo, uma cidade como Mossoró em conexão direta com os estados do Rio de Janeiro e Bahia, além de outros países. Tal rede de relações e os territórios envolvidos não são os mesmos que estão vinculados a outros circuitos nem apresentam a mesma hierarquia, de modo que cidades como Alto do Rodrigues, Areia Branca e Guamaré podem não apresentar centralidade na rede urbana potiguar, mas são, após Mossoró, uma centralidade para a rede de territórios envolvidos nos circuitos espaciais de produção de petróleo e gás natural, seja do próprio estado, seja em relação aos estados vizinhos que estão envolvidos na etapa do consumo.

Diante desse cenário, a mudança de papel e funções de algumas cidades na rede urbana do Rio Grande do Norte torna-se

evidente em razão da densidade técnica e centralidade relativa que algumas cidades passam a apresentar, no que se refere a essa atividade. Há, além do reforço de determinadas centralidades, uma diferenciação dos lugares que abrigam esses circuitos em relação a outros centros locais do estado.

6.3 O CIRCUITO ESPACIAL DA FRUTICULTURA IRRIGADA E A NOVA DINÂMICA URBANA EM ÁREAS DE DIVERSIDADE E DE ESPECIALIZAÇÃO

A participação da agropecuária no PIB do estado, segundo dados do IBGE (IBGE Cidades@, 2013b), é de 3,24%. Embora seja um percentual baixo em relação aos outros setores, entendemos que é essencial a sua análise na dinâmica que se desenvolve nos municípios e centros urbanos do Rio Grande do Norte, especialmente no que se refere ao uso desse território por etapas de circuitos espaciais produtivos da fruticultura irrigada, mais particularmente em relação à produção de banana e melão, pela representatividade que tem na economia estadual.

Embora a fruticultura irrigada no estado tenha surgido ainda durante os anos de 1970 no contexto do Programa de Modernização Agrícola do Rio Grande do Norte, foi a partir dos anos 1980, já no contexto de forte expansão do processo de globalização, que tal atividade ganha maior dinamismo no estado, com consequências para a estruturação urbana e regional do seu território. É diante desse contexto de globalização que Spósito (2010) nos esclarece que temos uma aproximação entre cidades pequenas e médias

e empresas transnacionais capaz de “alterar a escala de relações que se estabelecem a partir dessas cidades e até elas, como os interesses de consumo impostos por essa economia incidem nessas relações hierárquicas e as alteram” (SPÓSITO, 2010, p. 54).

É preciso considerar, como nos esclarece Silveira (2010), que tanto as cidades antigas quanto as mais recentes têm seu papel reformulado, o que modifica a estrutura da rede urbana, pois normalmente ocorre “certo abandono de funções ligadas ao abastecimento da população” (SILVEIRA, 2010, p. 77). A rede urbana também é modificada diante dessas formas de uso, uma vez que nesse período os circuitos espaciais de produção ultrapassam as fronteiras nacionais pela produção e/ou pelo consumo, conforme tendência de “internacionalização do território nacional” (SILVEIRA, 2007a, p. 19). É nesse contexto que o estudo sobre o desenvolvimento regional e a estruturação da rede urbana (IBGE/IPEA, 2002) conclui que, mesmo diante da supremacia da urbanização litorânea, espera-se alterações na configuração da rede urbana na região Nordeste em função das dinâmicas corridas a partir de áreas, como o polo de fruticultura do Vale do Açu, por exemplo.

A nova e moderna divisão territorial do trabalho, estabelecida no período técnico-científico-informacional, tem, segundo Silveira (2010), no seu cerne, uma representatividade significativa de empresas globais, que escolhem pontos ou áreas no território de diversas nações para a realização de uma ou algumas técnicas da produção, predominantemente relacionadas à produção de matérias-primas ou fabricação e montagem de peças, etapas que se referem a um momento da cadeia de produção, a qual não se realiza completamente naquela região ou país. Por se tratarem de produções modernas, as regiões precisam ser selecionadas entre

aquelas capazes de oferecer densidades técnicas e normativas capazes de manter a atividade naquela área.

Não apenas as áreas são escolhidas seletivamente, como também nem todas as empresas preenchem todos os requisitos para se inserir nesse processo hegemônico. Nesse sentido, Silveira (2007a) assevera que além de um certo capital e um nível tecnológico de acordo com o sistema técnico do período, a forma de organização tem que coadunar com as regulações internacionais.

Diante da seletividade espacial que irá depender de diversos fatores, desde a densidade técnica, científica, informacional, social e ainda de acordo com as necessidades do circuito em cada etapa, o circuito de produção da fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte se instala tanto em áreas de diversidade, como em Mossoró, Assú e Alto do Rodrigues, quanto forma áreas de especialização, como em Ipanguaçu e Baraúna.

6.3.1 CIRCUITO ESPACIAL DA BANANA

A banana, de acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal disponibilizados pelo IBGE (IBGE/PAM, 2014), foi o produto da lavoura permanente que apresentou o maior valor gerado, enquanto que o melão se encontra entre os principais produtos da lavoura temporária, estando em 2º lugar em valor (IBGE/PAM, 2014), sendo antecedido apenas pela cana-de-açúcar. Os circuitos de produção da banana e do melão também adquirem relevância quando analisamos suas participações na pauta de exportação do estado, pois os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SISCOMEX, 2014; 2015) nos mostram que as exportações geraram um valor de U\$46.054.148 em 2015, sendo U\$1.261.813 relativos à exportação da banana e U\$19.139.476 à exportação de

melão. Embora o valor gerado pela banana nesse ano seja relativamente baixo, destacamos que a sua representatividade vem sendo bem significativa em anos anteriores, como em 2014, quando gerou um valor de U\$5.722.454 na exportação de frutas, que teve um valor total de U\$50.679.805. Os dois produtos citados estão no topo das exportações do Rio Grande do Norte.

A produção dessas frutas ocorre em várias partes do estado, contudo, com quantidades e técnicas de produção bem distintas por municípios, formando, em algumas regiões, verdadeiras áreas de especialização em agricultura moderna e científica, voltada para a fruticultura irrigada. A relevância que o uso do território por esses circuitos produtivos apresentam na situação das cidades que abrigam essas atividades em relação à rede urbana será relativa, visto a maneira como se geografizam os fixos e os fluxos que se fazem necessários à realização das etapas dos circuitos espaciais de produção dessas frutas.

Por tal motivo, analisaremos, neste trabalho, apenas aquelas áreas em que o circuito espacial de produção dessas frutas é uma ou a mais importante atividade econômica do município e em que, a partir do uso do território por essa atividade, a cidade passa a apresentar uma dinâmica urbana que representa um diferencial em termos de interações espaciais, que se expressa numa complexa rede de relações territoriais. Faz-se necessário evidenciar, portanto, que as articulações serão variáveis de acordo com a atividade, bem ou serviço que esteja promovendo as interligações.

Araújo (2010) destaca que faziam uso do território do interior do estado, nos anos 1980, além da atividade petrolífera, mais duas importantes atividades produtivas: a fruticultura irrigada e a salineira, as quais estavam concentradas nas microrregiões de Mossoró, Chapada do Apodi, Vale do Açu e Macau. A fruticultura

irrigada de banana e melão, como veremos na análise da divisão territorial do trabalho, promovida por seus circuitos espaciais produtivos, reforçaram algumas centralidades já estabelecidas como Mossoró e Assú, mas também criaram outras, seja pela especialização de municípios nessa atividade, seja pela coexistência com outras atividades que, no processo de reestruturação produtiva ocorrido a partir dos anos 1970, passaram a usar seus territórios.

Assim como a indústria do petróleo, a fruticultura irrigada também foi beneficiada pelos investimentos e ações dos governos nacional e estadual e da iniciativa privada. Andrade (2013) nos afirma que, no contexto do desenvolvimento das ações da SUDENE, foi criado em 1968 o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), cujo objetivo era promover um maior desenvolvimento para a região Nordeste do país. São, portanto, a partir das ações empreendidas pela SUDENE, por intermédio do GEIDA, que diversos estudos sobre os melhores lugares para implementação de projetos de sistemas de irrigação começam a ser realizados nessa região. Contudo, é a partir da assessoria de uma consultoria de Israel e da implementação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), em 1972, que temos ações mais efetivas no Rio Grande do Norte na perspectiva de implementação dessa atividade, como a implantação de quatro perímetros irrigados, sob a coordenação do Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS).

Foi instalado, inicialmente, um sistema de engenharia pelo DNOCS, constituído a partir de açudes públicos que possibilitaram a instalação de três perímetros irrigados: um no município de Cruzeta, outro em Caicó (o Itans-Sabugi) e outro em Pau dos Ferros. O quarto perímetro, que compreende o projeto Baixo-Açu, só foi instalado a partir das ações do II Plano Nacional de

Desenvolvimento (1974-1979), do qual resultou a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Dos sistemas de irrigação implantados, o único perímetro que obteve êxito foi o Baixo-Açu, que compreende as áreas dos municípios de Ipanguaçu, Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra, produzindo melão, melancia, feijão vigna, tomate, banana, maracujá, manga e uva (DNOCS, 2012). Para Andrade (2013), os resultados positivos obtidos pelo projeto devem-se à sua natureza mista (público-privada), devido a produção se destinar à exportação, o que teria possibilitado a ampliação do nível técnico da produção e sua abrangência territorial; e a sua inserção no chamado Agropolo de Desenvolvimento Integrado Açu/Mossoró, que contempla 15 municípios no entorno dos municípios de Assú e Mossoró.

Os eventos mencionados possibilitaram a instalação de etapas dos circuitos de produção de fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte, dando início, portanto, a muitas das mudanças apresentadas na organização e interações territoriais de e para com o estado a partir de então. Embora tanto o Vale do Açu quanto a Chapada do Apodi já utilizassem a prática da irrigação, são a partir dessas ações, mais as medidas adotadas no governo de Cortez Pereira, nos anos de 1970, que é adotada uma maior densidade técnica, científica e informacional na produção, intensificando a prática e o uso de métodos e instrumentos de produção substancialmente diferentes dos utilizados até então no território estadual (ARAÚJO, 2010).

Nem todos os circuitos espaciais de frutas produzidas no estado apresentam um uso do território que promova uma dinâmica urbana capaz de densificar os centros em função de tal atividade e, conseqüentemente, permitir a algumas cidades exercer papéis e funções que os possibilitem participar de diversas redes.

Da mesma forma, não são todas as áreas produtoras de banana e melão no estado que exercem influência a partir da divisão territorial do trabalho agrícola sobre a estrutura da rede urbana do Rio Grande do Norte. Assim, os territórios em análise serão aqueles que, ao serem usados por estes circuitos, apresentam mudanças em termos de densidade técnica e social e nas interações territoriais que, se não modificam a sua posição hierárquica ou classificação na rede urbana potiguar, engendram uma nova realidade para algumas cidades em relação às suas ligações com outros territórios, de modo que apresentam uma situação diferente dos demais centros locais do estado.

Os circuitos espaciais de produção de fruticultura irrigada, voltados para exportação, realizam suas etapas em diversos subespaços do estado. É estabelecida nesse período técnico-científico-informacional uma divisão territorial do trabalho que, realizando-se no contexto de economia globalizada, permite que os processos de produção ocorram fragmentados e geograficamente dispersos, mas, funcionando interligados (DICKEN, 2010). Assim, muitas atividades hoje no mundo se realizam por intermédio de circuitos e redes de produção que “atravessam e se inter-relacionam com todas as escalas geográficas” (DICKEN, 2010, p. 33).

Na mesma linha de raciocínio, Silveira (2010, p. 80) destaca que há uma fragmentação aparente, mas que “essas etapas estão fluidamente conectadas entre si já que fazem parte de um circuito espacial de produção de dimensões planetárias”, o qual dificilmente se completa nos limites regionais e só é possível pela composição de círculos de cooperação, os quais unificam as etapas de produção entre os territórios “sob a forma de ordens, informações, propaganda, dinheiro e outros instrumentos financeiros” (SILVEIRA, 2010, p. 81) que circulam pelos sistemas de engenharia, permitindo esse

movimento. Dada a simultaneidade da fragmentação do processo produtivo e a sua interligação enquanto uma unidade por intermédio dos novos sistemas de engenharia, faz-se necessário entender a nova situação das cidades na rede urbana. Pois, estando envolvidos em circuitos espaciais produtivos, seja em qualquer uma de suas etapas, de produção, distribuição e consumo, cada lugar passa a estabelecer uma rede de relações entre territórios longínquos ou não, a qual é viabilizada pelas novas tecnologias de transporte e comunicação para que a produção se realize.

A partir do conhecimento e informação disponíveis sobre o território no atual período, os lugares são selecionados dependendo do tipo de atividade e das melhores condições para a garantia da lucratividade. A seletividade espacial envolve questões desde os sistemas de engenharia presentes no território até as características de sua força de trabalho. Como exposto anteriormente, é imprescindível que tais variáveis estejam de acordo com as necessidades de cada estágio da produção, para que os objetivos da lucratividade sejam garantidos. Assim, “recomenda-se especificidade geográfica para cada fase do processo produtivo” (CASTELLS, 1999, p. 476). Nessa perspectiva, o entendimento de Santos (2008d) em relação ao uso seletivo do território pelas instâncias produtivas é bastante elucidativo. Para o autor, tanto no processo de produção propriamente dito quanto na circulação, na distribuição ou no consumo, há exigências específicas do território, de modo que, na divisão territorial do trabalho, os territórios procurados para cada etapa do processo produtivo são aqueles mais adequados a cada uso em determinado momento.

O uso do território potiguar na realização de etapas do circuito espacial de produção de bananas, a partir da técnica de irrigação e voltadas para exportação, especificamente na área que

compreende o projeto Baixo-Açu, revela exatamente as mudanças ocorridas no seio da produção globalizada, que insere os lugares em novas redes de interações, as quais intensificam nos mesmos novas dinâmicas econômicas. A chegada de novas ações e materialidades permite a participação dos lugares em diversas redes e com papéis e funções diferentes em cada uma delas, como também os densificam de modo a não serem mais necessários determinados deslocamentos a centros de níveis hierárquicos superiores.

As primeiras ações voltadas para o início da realização do circuito espacial de banana no Rio Grande do Norte, a partir da produção irrigada, têm início com a implantação do projeto Baixo-Açu e a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Todavia, apesar dos contatos realizados com empresas multinacionais que atuavam no setor, pelo então governador Lavoisier Maia (1979-1983), não são observadas mudanças na dinâmica urbana das cidades envolvidas nesse circuito espacial de produção. Apenas a partir da década de 1990, com a chegada da Del Monte Fresh Produce, que há o ingresso na região do grande capital estrangeiro exportador (ALBANO, 2011) e que essas mudanças começam a ser verificadas.

Pelo próprio modelo adotado na produção de banana para exportação no Rio Grande do Norte, com base na agricultura científica, todas as etapas do circuito espacial produtivo são permeadas por objetos eivados de tecnologia e ciência. Na etapa da produção propriamente dita, temos desde a utilização dos insumos, como fertilizantes, defensivos e corretivos, até tratores, colheitadeiras e equipamentos de irrigação.

Os municípios que apresentaram em 2015 (IBGE/PAM, 2015) as maiores produções de banana do estado foram Alto do Rodrigues (34.680 toneladas), Ipanguaçu (29.600 toneladas), Tou-

ros (24.000 toneladas) e Assú (13.800 toneladas). Todavia, mesmo considerando a alta produção apresentada pelo município de Touros, analisaremos apenas o impacto que o circuito espacial de produção de banana produz na microrregião do Vale do Açu, onde a produção faz uso de alto grau de cientificação, utiliza técnicas de irrigação e é voltada para a exportação, sendo realizada predominantemente por Empresas Multinacionais e cuja rede de interações territoriais modifica a estrutura hierárquica rígida, muitas vezes apresentada na rede urbana, mesmo no período atual.

O estado apresenta dois sistemas de produção de bananas, o sistema de sequeiro e o sistema irrigado. O primeiro predomina na área do litoral norte oriental e o segundo se estabeleceu no Vale do Açu. Além de técnicas de produção diferenciadas, dado que nesse último espaço se utilizam sistemas técnicos modernos que permitem uma maior produtividade e precisão da produção, todas as etapas do circuito espacial, pré e pós-produção, também apresentam diferenciações, pois, por exemplo, nem a origem dos insumos é a mesma, nem o consumidor final.

Como já explicitado, nos deteremos aqui pela influência sobre o papel e funções das cidades na rede urbana, à área da produção tecnificada, a qual se concentra no Rio Grande do Norte, no Vale do Açu, mais particularmente nos municípios de Alto do Rodrigues, Ipanguaçu e Assú. A produção desses municípios se destina aos mercados interno e externo, mas, sobretudo, à exportação, que, segundo Guerra (2012), é realizada na região do Vale exclusivamente pela empresa Del Monte Fresh Produce³¹. Portanto, analisaremos o circuito espacial de produção de banana a partir do sistema de irrigação e voltado para a exportação, a

31 No Web site da empresa são detalhadas as etapas que o circuito realiza.

partir das ações da Del Monte e do projeto Baixo-Açú, de modo a compreender o impacto que suas atividades têm para as cidades que realizam etapas desse circuito espacial produtivo.

O circuito espacial produtivo da banana compreende a produção propriamente dita que ocorre nas próprias fazendas das empresas e nas fazendas de plantadores independentes que contam com a assistência técnica das empresas. A localização das fazendas se dá, sobretudo, nos municípios de Alto do Rodrigues, Assú, Carnaubais (em menor proporção) e Ipanguaçu, onde se têm as maiores produções e a maior quantidade de fazendas. Localizadas no município de Ipanguaçu, ainda se encontram quatro empacotadeiras, nas quais se realizam a embalagem e conservação das bananas antes da etapa do transporte em direção ao mercado consumidor. Especificamente, em relação à Del Monte Fresh, a empresa conta com sua própria rede de logística integrada de transportes terrestres e marítimos, sendo que, após a colheita, a banana é transportada em caminhões e navios refrigerados. A produção é exportada pelos Portos de Natal e Fortaleza para, em seguida, ser distribuída e consumida, sobretudo, nos mercados dos Estados Unidos e do Continente Europeu, principalmente na Holanda, Polônia, Espanha, Reino Unido, Alemanha e Itália (SISCOMEX, 2014 - 2015). A Del Monte Fresh Produce ainda dispõe de uma gigantesca rede de distribuição própria e também de fábricas que realizam a industrialização de parte das frutas frescas destinadas ao mercado europeu (DEL MONTE FRESH PRODUCE, 2015).

Podemos constatar que a Del Monte Fresh Produce se constitui numa rede que se faz presente em várias etapas do circuito espacial produtivo das frutas que produz, integrando produção, beneficiamento e circulação. Trata-se de uma empresa que atua sob uma formação vertical, na qual cada lugar em que

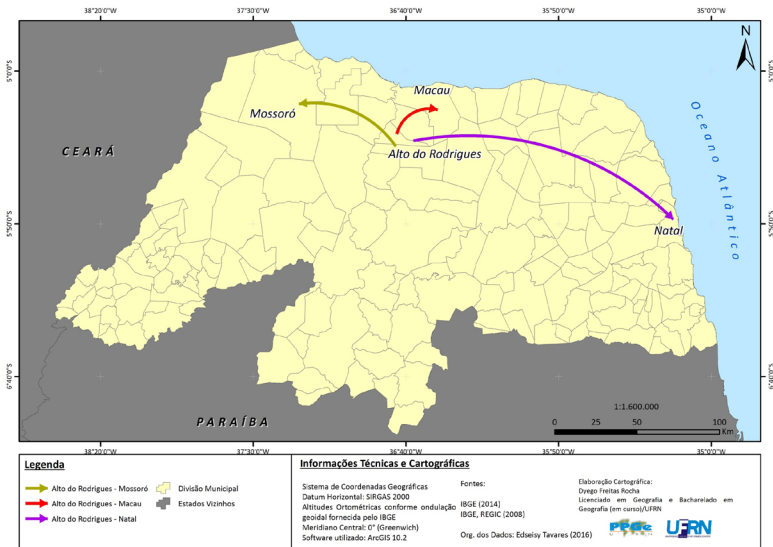
instala suas unidades realiza funções específicas a partir de um comando geral que é gestado na sede da multinacional. As redes formadas por essas grandes empresas são, como nos diz Santos (2012), condutoras de forças centrípetas e forças centrífugas, pois “os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como fatores centrífugos” (SANTOS, 2012, p. 278).

Mesmo que as relações das empresas não sejam, sobremaneira, com o lugar em que instalam suas etapas de produção e sim com a sede que comanda a gestão, a realização do circuito muda a densidade técnica nas cidades que abrigam tais atividades, além de superpor redes de interações territoriais necessárias para que as etapas produtivas se articulem. Nesse sentido, o circuito espacial produtivo da banana exige relações a partir dos municípios do Rio Grande do Norte, que não se dão apenas com um centro de gestão de nível hierárquico superior, o qual engloba uma região de influência. As ligações apresentadas pelo estudo da REGIC representam parcialmente as interações que ocorrem com os territórios que são usados por esse circuito produtivo.

De acordo com os dados da REGIC 2007 (IBGE/REGIC, 2008), o destino da produção de banana do município de Alto do Rodrigues são os municípios de Alto do Rodrigues, Macau, Mossoró e Natal e os destinos da produção de Ipanguaçu são Fortaleza, Assú, Ipanguaçu e Mossoró (Mapas 32 e 33). Tais destinos se referem apenas a uma parcela da produção, que normalmente fica no mercado local por não passar nos padrões de qualidade do mercado externo, assim como também representa apenas uma parte do trajeto da circulação do produto que é destinado à exportação, portanto, apenas a chegada até o por-

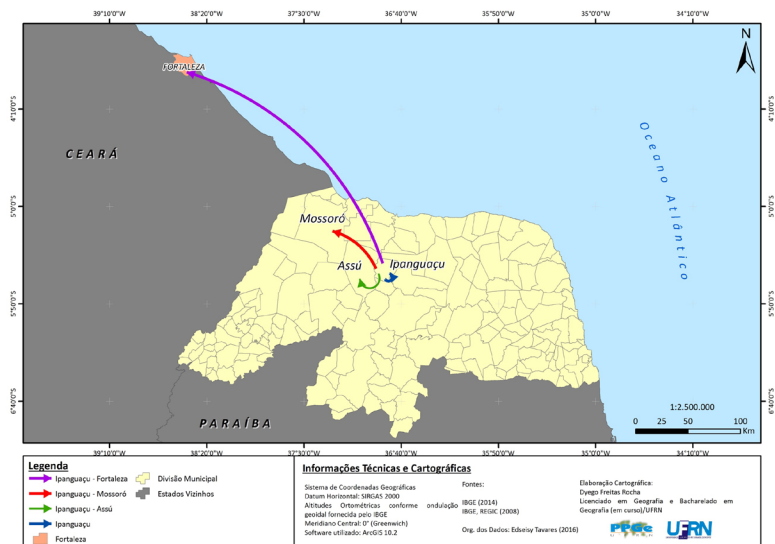
to, dado que o destino final da banana, como já mencionado, é principalmente o mercado americano e europeu. Esse circuito espacial de produção articula territórios de diversas escalas hierárquicas e, mesmo que passem em algumas etapas por centros intermediários, como são os casos dos centros de gestão do território potiguar, várias atividades desenvolvidas no processo de produção ocorrem diretamente entre as sedes das empresas, os locais de produção e o mercado consumidor.

Mapa 32 - Destino da produção de banana de Alto do Rodrigues/RN em 2007



Fonte: IBGE/REGIC, 2008.

Mapa 33 - Destino da produção de banana de Ipanguaçu/RN em 2007



Fonte: IBGE/REGIC, 2008.

Uma outra questão em relação ao estudo realizado pela REGIC que não nos permite aprender o conjunto de interações territoriais que ocorrem hoje na rede urbana potiguar é a de que, no caso das variáveis relacionadas à produção agropecuária, por exemplo, só foram considerados na análise os municípios que foram classificados como centros locais. Os centros de gestão não tiveram seus destinos de produção e origem dos insumos como variável de análise, sendo considerados apenas questões concernentes à gestão federal, empresarial e à presença de equipamentos e serviços (REGIC/IBGE, 2008). No entanto, alguns centros que foram classificadas pelo IBGE como centros de gestão do Rio Grande do Norte também têm o seu território usado por atividades agropecuárias. Em alguns casos, tal atividade apresenta significativa participação em sua economia e, conseqüentemente, influencia diretamente a

sua dinâmica urbana, devido às ligações que passam a ser estabelecidas com outros centros urbanos. Dessa forma, particularmente no circuito da banana, entendemos que a não identificação das ligações de Assú, um dos principais produtores, quanto ao destino da produção e origem dos insumos prejudica a compreensão dos papéis e funções desempenhados pelos centros do estado em sua rede urbana. Ainda em relação a Assú, destacamos a especificidade de, a partir desse circuito, serem estabelecidas relações num contexto global, mas também regional, dado que, da região do Vale do Açu, o município é o único produtor que envia bananas para a CEASA.

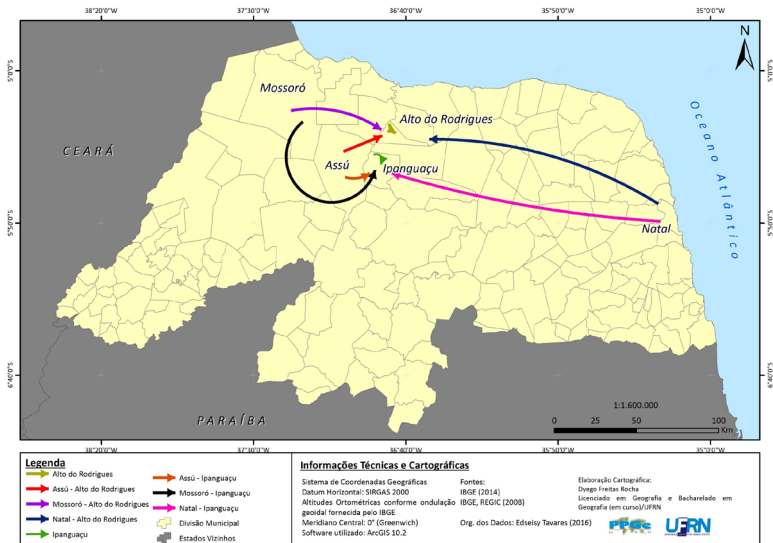
Entendemos que a própria centralidade exercida por Assú é reforçada também pela presença de etapas do circuito espacial de fruticultura irrigada que ocorre no município. Em entrevista realizada com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assú, foi destacado que “a fruticultura é muito importante, mantém o emprego, mesmo com a queda na produção. A fruticultura contribui para Assú ser uma cidade polo, pois a atividade contribui com a economia do município e a sua dinâmica comercial”. Outro elemento importante nesse sentido é o de que a banana representou 99% das exportações realizadas pelo município em 2015 (SISCOMEX, 2015). A relevância dessa atividade para a dinâmica econômica vigente em Assú também é notória nos dados da JUCERN, pois a expansão do comércio e da prestação dos serviços coincidem com o momento em que temos não apenas o circuito do petróleo, mas também a chegada das empresas de fruticultura no município. Além dessa questão, a atividade também exerce uma atratividade de trabalhadores que são provenientes principalmente das áreas rurais de Assú e dos municípios de Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá e Paraú.

Nesses termos, é preciso ter claro que as transformações às quais estão submetidos os lugares não são apenas em virtude de

uma única atividade produtiva, tendo em vista que cada lugar participa de mais de uma rede. Como além dos circuitos produtivos o território é usado por atividades do consumo consumptivo, a rede urbana se complexifica ainda mais, pois os lugares participam de interações espaciais com outras escalas e seguem lógicas diferentes dependendo da atividade.

Santos (2008a) nos chama a atenção para o fato de que, aliado ao consumo consumptivo, vem ocorrendo a expansão do consumo produtivo, que, além de inserir ciência, técnica e informação nas áreas de produção agrícola, também modifica as relações entre os lugares com a ampliação das interações territoriais para a realização dessas atividades. A agricultura moderna engendra uma nova dinâmica territorial, visto que o consumo produtivo que promove incita a produção de novos fixos e o aumento dos fluxos. Em relação à origem dos insumos para a produção de banana, também evidenciamos que as ligações analisadas pelo estudo da REGIC restringem-se a considerar uma rede hierárquica que não extrapola o território estadual, quando, na realidade, os fluxos para a realização dessas atividades envolvem uma cadeia internacional. Pelas ligações apresentadas pela REGIC, a origem dos insumos tanto para o município de Alto do Rodrigues, quanto para Ipanguaçu são os municípios de Assú, Ipanguaçu, Mossoró e Natal (Mapa 34). Entretanto, embora seja registrado um significativo consumo produtivo principalmente em Mossoró para a fruticultura irrigada, a maior parte desse consumo no circuito produtivo da banana se dá a partir da importação de insumos oriundos do exterior.

Mapa 34 - Origem dos insumos do circuito espacial de produção da banana em Ipanguaçu/RN e Alto do Rodrigues/RN em 2007



Fonte: IBGE/REGIC, 2008.

Apesar de boa parcela dos insumos serem de origem externa, há um consumo produtivo no nível local do circuito espacial da banana no estado, conforme podemos constatar com os dados da REGIC/IBGE (2008). Desse modo, a chegada do circuito, mesmo que mantenha relações predominantes com o global, também gera um consumo produtivo onde se estabelece, criando novas redes de relações entre as áreas envolvidas no circuito. As mudanças na rede urbana também são perceptíveis a partir do fato, por exemplo, de Mossoró comprar diretamente dos estados do Sudeste, sem intermediação de Natal ou Fortaleza, como nos mostra Santos (2010).

A partir de um levantamento empírico realizado por Santos (2010), Mossoró, que é o centro mais denso e especializa-

do de consumo produtivo da fruticultura irrigada da banana e principalmente do melão, contava, em 2010, com 25 estabelecimentos comerciais de insumos agrícolas, o que reforça a sua centralidade. Milton Santos (2005) expõe que, na medida em que consome produtos e serviços, a agricultura moderna traz novos papéis às cidades que têm o crescimento de atividades para atender a essa nova demanda. Destarte, trata-se de uma atividade que, na perspectiva da divisão territorial do trabalho, contribui com a atual reestruturação da rede urbana, pois sua realização se aproveita das diferenciações espaciais e as acentua, principalmente no que se refere à densidade técnica, científica e informacional requerida na produção, circulação e consumo.

Entre os produtos de maior destaque nas contas municipais de importação de Ipanguaçu, estão os bens intermediários, que neste caso se referem essencialmente aos insumos industriais, correspondendo a 85,92% das importações dos meses de janeiro a novembro de 2015. A maior parte dos produtos importados estão relacionados ao setor de embalagens, as quais servem exatamente para a acomodação segura da banana de modo a garantir os padrões de qualidade exigidos no mercado externo. Também se encontram contêineres, acessórios de instalações hidráulicas e aparelhos que se destinam, por exemplo, à pulverização de líquidos e pós. Quanto à origem dessas importações para Ipanguaçu em 2015, estão Costa Rica, Índia, África do Sul, Espanha e Estados Unidos, tendo também contado com importações, no ano de 2014, cuja proveniência foi da China, Guatemala, Chile e Colômbia. Já os municípios de Alto do Rodrigues e Assú, apesar da representatividade da banana nas suas exportações, tem dados de importação relacionados, sobretudo, às outras atividades que desempenham, principalmente, o circuito espacial de produção do petróleo (SIS-COMEX, 2014; 2015).

Essas relações com escalas geográficas distantes também foram constatadas por Albano (2011), quando, a partir de entrevista realizada com um ex-funcionário da Del Monte, o autor enuncia que os artigos de embalagem, como plásticos, fitas e sacolas usadas pela empresa, são provenientes de suas fábricas localizada no Chile, enquanto as sementes e mudas vêm de Israel e os adubos e fertilizantes do Centro-Sul do Brasil, assim como o material de segurança. Assim, a multinacional só recorre a fornecedores brasileiros de insumos quando os valores cambiais de taxas de importação podem prejudicar os lucros.

É evidente que as empresas locais que atuam no setor recorrem mais aos insumos e serviços locais. No entanto, o circuito espacial de produção da banana que ocorre nessa mancha de modernidade do estado, com a produção voltada para exportação, é comandada pela Del Monte Fresh Produce, que pouco tem relação com o local. Assim, é necessário deixar claro, como discute Albano (2011), que o circuito espacial de produção de banana se configura como um oligopólio altamente concentrado, de modo que serão as relações apresentadas pela multinacional que irão revelar as interações territoriais promovidas por essa atividade nessa área do estado.

As ligações estabelecidas por esse circuito em relação à origem dos insumos se dão com o mercado produtivo local, como foi captado pelo estudo da REGIC, mas, principalmente, com o Centro-Sul do país, com Israel, Costa Rica, Estados Unidos, Chile e com países da América Central (ALBANO, 2011). Assim, diferente de outros lugares do estado, Ipanguaçu mantém articulações mais restritas com a hierarquia regional, enquanto tem conexões com outras escalas. Guerra (2012), no seu estudo sobre as cadeias produtivas das principais frutas produzidas no Rio Grande do Nor-

te, mostra-nos as relações estabelecidas no território pelos dois sistemas de produção encontrados no estado, de modo que podemos notar que a rede representada pelo estudo da REGIC revela, principalmente, as ligações que se realizam a partir do circuito espacial de produção com base no sistema de sequeiro ou de irrigação utilizados pelos pequenos produtores. Nesses, os insumos e equipamentos de irrigação são oriundos do comércio da própria região e/ou de outras localidades próximas.

A produção desse sistema de sequeiro também apresenta uma comercialização em escala de abrangência menor: o produtor pode comercializar com um intermediário, que distribui na CEASA e nos mercados interiores; o produtor vai, sem intermediação, diretamente na CEASA e nos locais de venda; ou, ainda, vende diretamente para as indústrias de doces. No entanto, como já exposto, o único município do Vale do Açu que envia banana para a CEASA é Assú, deixando bem claro o caráter da produção que se desenvolve na região.

Ratificando essas lógicas diferentes dos sistemas de produção adotados no Rio Grande do Norte e reforçando, mais uma vez, que as relações promovidas pelo circuito espacial de produção da banana articula lugares de escalas geográficas distantes, as palavras de Elias (2006) quanto ao agronegócio são elucidativas, pois, de acordo com elas, as principais relações com o lugar são operacionalizadas pela empresa apenas no que se refere à terra e mão de obra, visto que o pacote tecnológico e os serviços especializados são trazidos de outros países e sua produção é quase toda exportada.

Além dessas relações de destino da produção e origem dos insumos que rompem com a hierarquia clássica, os fluxos de mão de obra revelam outra mudança que se processa nos territórios en-

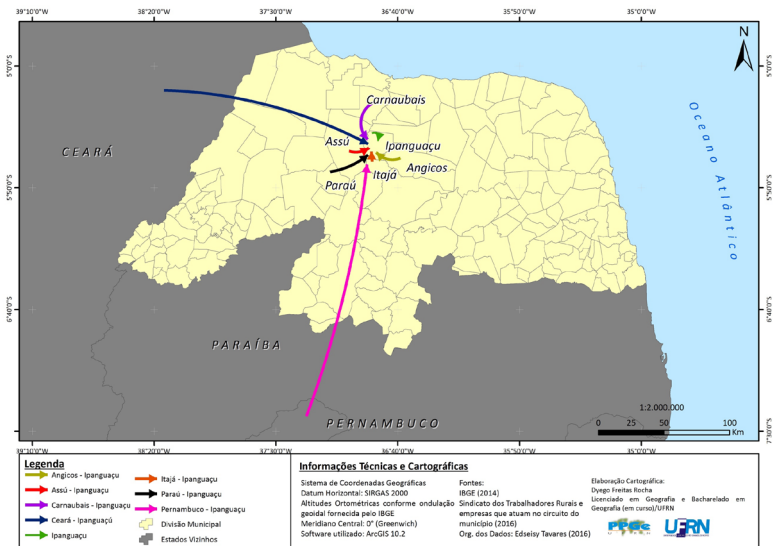
volvidos nesse circuito de produção da banana. Apesar do circuito analisado adotar uma agricultura irrigada que introduz na produção objetos técnicos que requerem baixos quantitativos de mão de obra, nota-se que municípios como Ipanguaçu tiveram, a partir da instalação da multinacional, uma convergência de mão de obra na busca de emprego.

Os empregos gerados no município de Ipanguaçu pela demanda de mão de obra requerida pela Del Monte Fresh Produce e Finobrasa (produtora de manga) não apenas atendem ao mercado de trabalho local, como ainda orientam fluxos em sua direção. De acordo com dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipanguaçu e empresas que atuam na fruticultura irrigada, tanto na produção de banana quanto de outras frutas, os fluxos de trabalhadores para o município de Ipanguaçu são provenientes dos municípios de Ipanguaçu, Assú, Carnaubais, Itajá, Angicos, Paraú, além de outros estados, como Ceará e Pernambuco (Mapa 34), sendo o deslocamento realizado diariamente, no caso dos que moram próximo, e semanalmente, para aqueles que moram distante.

A presença desse circuito no município impacta no fluxo de pessoas que se deslocam para o município para trabalhar nas empresas, assim como a renda gerada possibilita o deslocamento de sua população em direção a outros centros. Os principais meios de transporte utilizados no deslocamento casa-trabalho, mencionado nas entrevistas com o Sindicato e com as empresas do setor, foram as motos e os ônibus da empresa, que permitem um deslocamento para os municípios mais próximos e para as áreas rurais. Contudo, o município apresenta diariamente opções de transporte nos carros de frete que realizam viagens, além de contar com uma linha de transporte regular, cujo itinerário é Macau - Areia Branca,

com paradas em diversos municípios, dentre eles Ipanguaçu, sendo realizadas três (3) viagens diárias em cada um dos sentidos. Além dessas viagens, a linha Natal-Pendências também tem parada em Ipanguaçu e em outros municípios, realizando uma viagem diária em cada um dos sentidos.

Mapa 34 - Fluxos de trabalhadores do circuito espacial da banana em Ipanguaçu/RN



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipanguaçu e empresas que atuam no município, 2016.

Além dessa mão de obra, cuja origem são dos municípios e estados vizinhos, a Del Monte também conta com profissionais de estados de outras regiões, mas, sobretudo, de países como a Costa Rica, tendo em vista que algumas tarefas requerem profissionais mais qualificados e, nesse país, se encontra a Universidade de Earth, que desenvolve convênios de diversas ordens com a multinacional, que também tem na instituição seu maior centro produtivo (ALBANO, 2011).

O circuito produtivo de fruticultura em Ipanguaçu apresenta um incremento significativo no número de empregos no município, como nos evidencia o estudo desenvolvido por Albano (2011). De acordo com o autor, a agropecuária em 1985 contava com 99 empregos formais e passa, em 1989, após a instalação da Finobrasa, a contar com 606. A Finobrasa contava, em abril de 2016, com 309 funcionários (chegando a 850 na safra), já a Del Monte Fresh Produce, em fevereiro de 2016, tinha, somente em Ipanguaçu, 410 funcionários³². Essa nova situação significa um aumento relevante no número de empregos assalariados do município, como também um novo cenário nas relações trabalhistas, pois, anteriormente à chegada das empresas, predominava o modelo de parceria e a partir de então se estabeleceram relações com base no trabalho assalariado.

A participação do setor agropecuário no total de empregos formais no município de Ipanguaçu demonstra a importância que as atividades vinculadas ao mesmo desempenham na economia municipal. De acordo com os dados CAGED (2015), dos 1.427 empregos formais do município, o setor que mais emprega é a agropecuária, que conta com 660 empregos, o qual é seguido pelo comércio, que abriga 446 desses. Nessa perspectiva, chamamos a atenção para o fato de que o surgimento e/ou aumento do número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços se dá justamente a partir do período em que ocorre a chegada das empresas de fruticultura irrigada no município, ou seja, a partir dos anos 1990. Evidente que uma série de outras questões, como, por exemplo, as políticas de assistência social empreendidas pelo governo federal e a expansão dos empregos públicos também con-

32 Segundo informações fornecidas pelas empresas.

tribuem para o crescimento desse comércio na cidade. Todavia, a renda mensal gerada pelos salários pagos pelas empresas é fundamental para a dinâmica comercial do município.

Diferentemente dos municípios em que temos tanto o circuito espacial do petróleo, quanto o circuito espacial da fruticultura irrigada, Ipanguaçu, que conta apenas com a produção de frutas, tem uma dinâmica urbana menos acentuada. Apesar da especialização nesse circuito e de sua densidade baixa em relação às outras áreas de produção, são observadas mudanças em relação à realidade apresentada pelo município em períodos anteriores e ainda quanto à situação de outros centros que são considerados pelo IBGE como centros locais. Isso porque a formação de áreas de especialização produtiva em cidades menores, como estudado por Corrêa (2006), evidencia uma reestruturação da rede urbana. A partir do processo de globalização, as cidades locais são refuncionalizadas, o que pode ocorrer de duas formas: pela perda absoluta ou relativa de centralidade ou pela sua transformação a partir de novas atividades, que tanto podem ser ditadas externamente quanto criadas internamente.

A nova dinâmica urbana e regional do município de Ipanguaçu pode ser observada com a chegada dos fixos geográficos bancários. Até a década de 1970, inexistiam agências bancárias em Assú, de maneira que esse serviço precisava ser requerido no município. Em 2015, além de contar com uma agência bancária, a cidade também dispunha de Postos de Atendimento Bancário Eletrônico e oito correspondentes bancários. Em termos de telecomunicações, destacamos que o município conta com o serviço de Banda Larga Popular, ofertados pela concessionária OI e pela Telebras, e também com os serviços de duas empresas de telefonia móvel, que é o meio utilizado pela maior parte dos acessos à inter-

net no país (PNAD, 2015). Além disso, conta com um *campus* do IFRN, que complexifica ainda mais o seu papel na rede urbana, devido aos fluxos de alunos gerados de diversos municípios, inclusive de Assú e Macau, considerados centros de gestão do território, e de servidores que moram, sobretudo, em Natal e Região Metropolitana e em Mossoró.

O número de estabelecimentos de alimentação, entre restaurantes, bares e outros que oferecem comida e bebida, também aumentou, pois havia registrados na JUCERN, até 1990, apenas 2 e, na década de 1990, surgem mais três (3). Já de 2000 a 2015, são criados mais 19 novos empreendimentos relacionados a essa atividade. Não existiam supermercados até então, diferentemente de hoje, em que a cidade conta com um estabelecimento desse gênero, o qual foi instalado em 2009. Quanto ao comércio varejista especializado em móveis e eletrodomésticos, que também era inexistente, ocorre nos anos 1990 a instalação de 3 estabelecimentos e mais 2 entre 2010 e 2015 (Tabela 12). Mesmo que tais números não signifiquem uma expansão de maiores proporções, compreende-se que o circuito influencia na dinâmica urbana, uma vez que a situação do município em relação à presença desses equipamentos é diferente da vivenciada em períodos anteriores, assim como em relação a outros centros urbanos.

A presença dessas atividades revelam e reforçam o entendimento de que os fluxos das cidades locais ocorrem de modo diferente no atual período, modificando a estrutura da rede urbana, pois, se antes eram necessários deslocamentos da população para outros municípios para o acesso a este tipo de comércio e serviços, hoje não são mais, já que a renda que circula no município proporcionou uma dinâmica econômica no seu centro urbano, que permite a instalação de diversas atividades desse gênero.

Tabela 12 – Cadastro das atividades comerciais e prestação de serviços em Ipanguaçu de 1990 a 2015

Constituição das atividades comerciais e prestação de serviços em Ipanguaçu de 1990 até 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	2	1	2	1	3	12	3
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	0	0	0	0	1	0	0
Atividades de atenção ambulatorial executados por médicos e odontólogos	0	0	0	0	0	1	0
Comércio varejista especializado de móveis e eletrodomésticos	0	2	1	0	0	2	0

Fonte: JUCERN, 2016.

Além dos empregos gerados que estão diretamente envolvidos na produção, o circuito espacial de produção da banana também gera outros empregos nos municípios que se referem a serviços essenciais à realização das diversas etapas da produção, como:

Trabalhador agropecuário, guarda de segurança, motoristas de ônibus, caminhões e automóveis, porteiros, cozinheiras, secretárias bilíngues, técnicos de segurança do trabalho, técnicos de almoxarifado, técnicos de contabilidade, fiscais de campo para supervisionar a operação nas fazendas, funcionários do *parking house*, câmara

fria, funcionários ligados à irrigação, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, dentre outras (ALBANO, 2011, p. 251).

O município de Alto do Rodrigues também tem a sua dinâmica urbana impactada pelo circuito espacial da banana e de outras frutas, contudo, diferentemente de Ipanguaçu, que é uma área especializada nessa atividade, a presença de etapas do circuito espacial de produção de petróleo e gás e a presença da Termelétrica proporcionam uma diversidade maior de atividades comerciais e de serviços, tendo em vista que o número de empregos e a renda gerada aumentam a demanda e a expansão desses setores. Apesar de não ter a mesma representatividade que o circuito do petróleo, a fruticultura também gera emprego e renda no município e movimenta um fluxo de trabalhadores que, segundo empresas que atuam no município no Projeto Baixo-Açu, são provenientes de Alto do Rodrigues, mas também de Angicos e Carnaubais. Nesse movimento são utilizadas motos e ônibus para o deslocamento, tanto diário quanto semanal, e ainda bicicletas, no caso dos que residem no próprio município.

Assim, fica evidente que o uso do território por esse circuito produtivo gera fluxos materiais e imateriais a partir desses municípios, que passam a estabelecer conexões com territórios de diversas escalas, desde os municípios vizinhos até outros países, ora a partir de relações no contexto da hierarquia urbana clássica, ora a partir de interações territoriais que rompem com esse modelo e atendem a outros centros de comando e gestão, situação que não acontece na mesma proporção com outros centros urbanos do estado.

6.3.2 O CIRCUITO ESPACIAL DO MELÃO

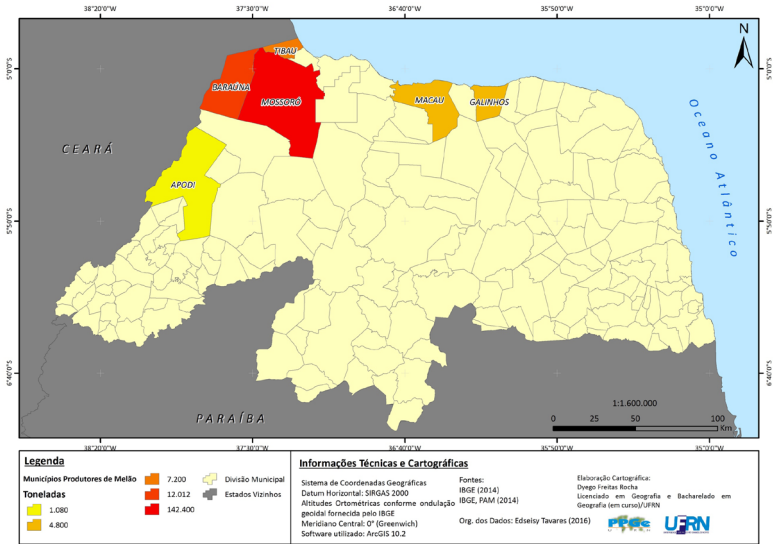
O circuito espacial do melão no Rio Grande do Norte, a partir do cultivo irrigado e voltado para a exportação, apoiou-se no conhecimento técnico e científico propiciado inicialmente pelos estudos desenvolvidos no tocante às potencialidades da área, com base nas investigações realizadas pela Petrobras, Projeto RADAM BRASIL e Instituto de Pesquisa Tecnológica da Universidade de São Paulo – IPT/USP, como nos esclarece Andrade (2013). Ainda segundo o autor, o circuito é assentado na tecnologia de irrigação desenvolvida em Israel, tendo início o plantio da cultura do melão sob esses moldes de produção no Rio Grande do Norte a partir de 1980, em Mossoró. Posteriormente, expandiu-se a área de produção dessa monocultura para os municípios vizinhos.

A produção propriamente dita do melão no Rio Grande do Norte, de acordo com dados da Produção Agrícola Municipal de 2014, disponibilizados pelo IBGE (IBGE/PAM, 2014), ocorre em 22 municípios do estado. Em todas as regiões do estado se encontram condições edafoclimáticas que permitem o cultivo do melão, no entanto, destacamos que, associada a essa questão, condições técnicas e normativas são fundamentais para que se tenha produções significativas no contexto da economia estadual e nacional. Embora muitos produzam, não são em todos esses municípios que essa atividade se torna uma das principais bases econômicas. Assim, precisamos esclarecer que não são todas as áreas do estado que apresentam produções de melão em que teremos um circuito baseado na agricultura científica, voltada, primordialmente, para exportação, e ainda sendo gerenciado por médias e grandes empresas de capital nacional e internacional.

Entendemos que são apenas nos lugares em que a agricultura técnica e científica de produção do melão representa uma relevante participação na economia municipal que teremos uma dinâmica urbana e regional movimentada em função dessa atividade. Serão nesses lugares, pelos fixos e fluxos gerados, que teremos uma densidade técnica maior, capaz de modificar as interações desses centros urbanos em relação às diversas escalas. Nesse sentido, destacamos que, devido ao fato de abrigarem esse circuito, algumas cidades passaram a dispor de determinados bens e serviços antes considerados raros. Dessa forma, o deslocamento para centros mais densos e de maior nível de centralidade para uma série de atividades cotidianas não se fazem mais necessários. Do mesmo modo, superpõem-se hierarquias, pois nos circuitos espaciais produtivos as dependências e subordinações são outras, as quais se vinculam à localização do controle e gestão dos insumos e equipamentos, da qualificação técnica e profissional e de capital e informação.

Entre os maiores produtores de melão do estado para o mercado internacional e que movimentam fluxos de diversas ordens, envolvendo diferentes escalas espaciais, estão os municípios de Mossoró, Baraúna, Tibau, Macau, Galinhos e Apodi (Mapa 35). Como podemos constatar, há uma concentração dessa produção em uma área específica do estado, que compreende Mossoró e municípios do seu entorno, com destaque para Baraúna.

Mapa 35 - Maiores produtores de melão do estado do Rio Grande do Norte em 2014



Fonte: IBGE/PAM, 2014.

De acordo com Andrade (2013), o circuito espacial de produção do melão envolve três fases, que são a pré-produção, a produção propriamente dita e a pós-produção, as quais contemplam diversas etapas e geram fluxos das mais variadas ordens. Isso porque quanto mais aguda for a divisão territorial do trabalho, mais se torna necessário e mais ficam complexas as interações entre os territórios para que um circuito possa se realizar.

A pré-produção, ou preparação para o plantio, realiza-se a partir da geração de fluxos de matéria-prima, de sementes, de fertilizantes, pela aquisição de terras, preparação do terreno, como também pela contratação do pessoal. Segundo Andrade (2013), alguns dos componentes necessários à realização dessa etapa do processo produtivo são provenientes de outros estados, de outras regiões do país e mesmo de outros países, como ocor-

re, por exemplo, com a importação de sementes, num processo direto entre produtor e fornecedor. Contudo, também são consumidos insumos oriundos do mercado especializado encontrado em Mossoró.

Analisando apenas essa etapa, já se denota a gama de territórios que participam do circuito espacial produtivo do melão e deixa evidente que as conexões não se dão apenas com as áreas contíguas e seguindo um único padrão hierárquico, formado por centros de gestão do território na escala regional e nacional. Dessa maneira, entendemos que a rede urbana apresentada pela REGIC não esclarece a complexidade de relações que se estabelecem, hoje, nos centros urbanos do Rio Grande do Norte, principalmente aqueles que abrigam atividades de circuitos espaciais produtivos que se realizam a partir de uma divisão territorial do trabalho e que envolve territórios de diversas escalas geográficas.

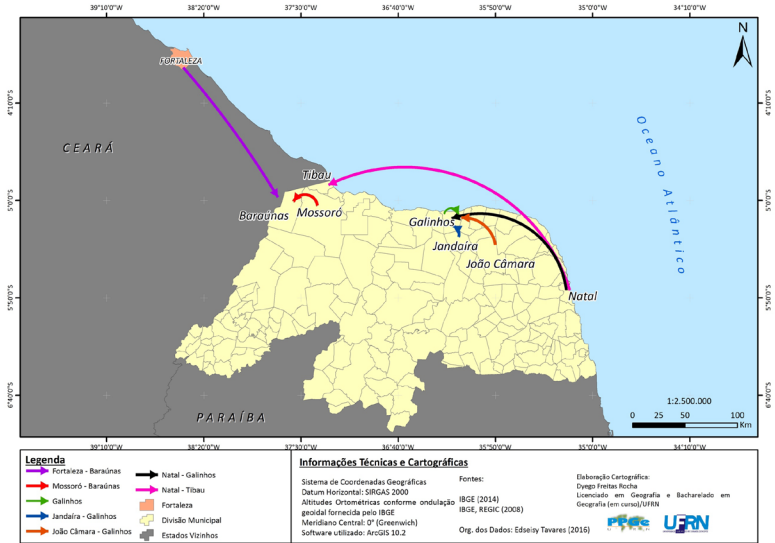
De acordo com a REGIC 2007, a origem dos insumos destinados à produção do melão em Baraúna eram os municípios de Fortaleza e Mossoró; no caso de Galinhos, os insumos são provenientes do próprio município e dos municípios de Jandaíra, João Câmara e Natal; já em Tibau, a origem dos insumos é Natal (Mapa 36). Desse modo, podemos constatar que, embora a REGIC (IBGE/REGIC, 2008) apresente uma rede formada pelo circuito nessa etapa da produção, essa mostra apenas a rede que é estabelecida a partir das regiões de influência das cidades, segundo uma hierarquia regional.

A pesquisa da origem dos insumos esteve atrelada às regiões de influência mais imediata e não ultrapassaram o contexto das regiões de influência que foram pré-estabelecidas de modo mais geral, ou seja, baseadas no conjunto total das variáveis, ali-

cerçado em critérios mais relevantes para outros tipos de fluxos. Ligações diretas entre os centros produtores, classificados como centros locais de acordo com o IBGE (IBGE/REGIC, 2008), e fornecedores que se encontram em outras metrópoles além do centro de gestão da região não foram contempladas. Segundo o gerente de Redes e Fluxos do Território, da Coordenação de Geografia (DGC) do IBGE³³, isso ocorre porque “as cidades de menor porte, por sua vez, têm suas economias locais voltadas em grande medida para o atendimento de hinterlândias, em relações baseadas na contiguidade e na fricção da distância”. Entretanto, como podemos constatar a partir dos circuitos já analisados, alguns centros locais do estado são espaços luminosos do ponto de vista da produção econômica e estão interligados tanto por articulações horizontais quanto verticais. Assim, entendemos que as análises precisam atentar para tais particularidades, sem que se restrinjam apenas às generalizações, a fim de que possa ser compreendido o real, pois existe um diferencial desses centros no que se refere às redes que participam em relação aos demais centros locais.

33 Questionário respondido pelo Marcelo de Paiva Motta.

Mapa 36 - Origem dos insumos do circuito espacial de produção do melão em Baraúna, Galinhos e Tibau/RN em 2007



Fonte: IBGE/REGIC, 2008.

Também não foram contemplados pela REGIC 2007 a origem dos insumos importados. Ainda de acordo com o gerente de Redes e Fluxos do Território do IBGE, “não foi possível naquele momento o levantamento dos fluxos transfronteiriços, mas tentaremos dar conta dessa dimensão na próxima edição do REGIC”. Ele acrescenta, ainda, que a edição prevista para 2018 não pretende apresentar grandes rupturas metodológicas, contudo, entre as mudanças, destaca “a inclusão dos fluxos internacionais, tanto dos centros de gestão levando em conta a sua ligação com as grandes cidades globais, principalmente São Paulo, quanto das cidades menores, através da movimentação nas fronteiras”, além de “um módulo mais sofisticado de fluxos agropecuários”. Aqui fica evidente o reconhecimento de que as articulações com as diversas escalas simultaneamente e independente da posição do centro na rede não podem ser negligenciadas.

Entre os principais produtos importados por Baraúna em 2015 estão bens intermediários, principalmente insumos industriais (92%), que atendem às necessidades da indústria do petróleo, mas também contêineres, embalagens, etiquetas, aparelhos para projetar, dispersar ou pulverizar líquidos ou pós e adubos (fertilizantes) de origem animal e vegetal, misturados entre si ou quimicamente tratados, dentre outros (SISCOMEX, 2015) que são essenciais para a realização da produção do melão no município e sua circulação em direção ao mercado consumidor. As importações para Baraúna, em 2015, são provenientes principalmente dos Estados Unidos, Espanha e Itália, mas também da China, Austrália, África do Sul, Reino Unido, México, Holanda, Alemanha e Turquia (SISCOMEX, 2015).

Nesses termos, compreendemos que a análise da rede urbana do Rio Grande do Norte precisa considerar as relações criadas entre os territórios a partir da instalação do circuito produtivo do melão e de outras frutas. Não só existem fluxos envolvendo mais territórios que os restritos à escala estadual e/ou regional, como são de diferentes escalas espaciais. Rompem, em muitos casos, a hierarquia clássica da rede urbana, ocorrendo uma interação direta que nem sempre chega a perpassar essas escalas intermediárias.

A fase da produção propriamente dita do melão contempla a etapa que vai do plantio, passando pela maturação, até a sua colheita. Esses processos são desenvolvidos nas propriedades rurais de pequenas, médias e grandes empresas localizadas nos municípios enunciados. Após a colheita e até a comercialização, temos a fase da pós-produção, sendo realizado o tratamento e limpeza dos melões e a sua seleção e classificação nos *packings house*. Essas etapas, e mais a circulação da mercadoria até o ponto de escoamento, geram um elevado número de empregos e de fluxos materiais e imateriais que repercutem diretamente na dinâmica das cidades usadas por essa atividade. Todavia,

destacamos que serão nas áreas que apresentam as maiores produções e onde a economia municipal for mais especializada nessa atividade que se observa uma maior influência para o papel que o centro urbano apresenta na rede urbana estadual. Assim, também ganharam maior centralidade aqueles centros que são os destinos da produção, antes do escoamento para o mercado externo. Estão entre os destinos da produção de melão de Baraúna e Tibau os municípios de Fortaleza, Mossoró e Natal e, entre os destinos de Galinhos, o próprio município e os municípios de Jandaíra, João Câmara e Natal (IBGE/REGIC, 2008) (Mapa 37). Do mesmo modo, como os dados pesquisados e disponibilizados pela REGIC (IBGE/REGIC2008) em relação à origem dos insumos, o destino da produção de melão evidencia as relações com as áreas mais próximas, dentro da região de influência.

Entretanto, é preciso esclarecer que o circuito espacial produtivo do melão tem a etapa do consumo realizada no mercado externo. Na pauta de exportação do município de Baraúna, no ano de 2015, estão melões, melancias e mamões frescos³⁴, cujos principais destinos foram Holanda, Reino Unido, Espanha, Portugal e Alemanha, e, em menor proporção, Itália, França, Dinamarca, Suíça, Bélgica, Irlanda e Canadá (SISCOMEX, 2015). Os destinos da produção apresentados pelo IBGE se referem apenas a uma parcela da circulação desse produto, no geral, à chegada até o Porto. As interações entre os territórios não findam em sua maioria nesses centros, embora uma parte da produção que não atende aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado externo possa ser consumido pelas feiras e redes de supermercados encontradas nesses centros urbanos.

Outra questão que nos preocupa em relação ao estudo realizado pela REGIC (IBGE/REGIC, 2008) é que apenas os centros

34 De acordo com dados da SISCOMEX (2015), 100% da exportação do município se refere a esses produtos.

compromete a compreensão de parte de seu papel e função nessa rede. A metodologia empregada pela REGIC (IBGE/REGIC, 2008) nos dá a falsa impressão de que Mossoró é apenas um centro convergente da produção estadual e um centro de consumo produtivo para os municípios sob sua influência. Mas, apesar de receber produção de outros municípios, Mossoró não é o seu destino final prioritário. Além disso, o município ainda tem uma significativa produção, a qual não fica no seu território, gerando fluxos para outros destinos. Mesmo sendo um importante centro de consumo produtivo para os circuitos da fruticultura irrigada no estado, o município também se constitui num importante nó de importação, recebendo insumos para essa atividade provenientes de outros estados do país e do exterior.

Contudo, a importância do circuito espacial de produção de melão para a estrutura da rede urbana do estado não se vincula apenas ao papel que exerce para o reforço da centralidade e densidade encontrada em Mossoró, pois outros centros urbanos também têm a sua dinâmica urbana e regional alterada e desempenham um papel diferente na rede de relações territoriais, dadas as condições impostas pelo abrigo dessa atividade em seu território.

Conforme já exposto nas análises de outros circuitos espaciais produtivos, Mossoró se constitui como uma área de diversidade de atividades produtivas e tem no circuito do melão mais uma atividade importante para a sua economia. O mesmo vai ocorrer com Macau, que apresentou em 2014 a quarta maior produção de melão do estado (IBGE/PAM, 2014), a qual contribui com a sua dinâmica urbana e regional. No entanto, a realização do circuito espacial de produção do sal, mesmo antes da chegada da produção do melão e do petróleo, já exercia influência sobre a centralidade que essas cidades representam na sua região e na

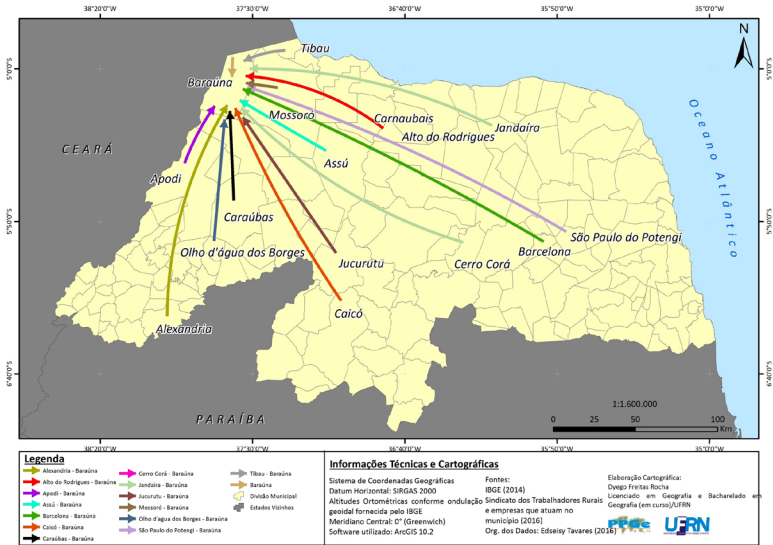
rede urbana do estado. No caso de Macau, assim como ocorre com Mossoró, por serem classificados como centros de gestão do território, embora em níveis diferentes, também não se analisaram na REGIC (IBGE/REGIC, 2008) as suas ligações em relação aos destinos de sua produção de melão e origem dos insumos requeridos para a realização dessa atividade. Não considerando todas as relações estabelecidas entre todos os tipos de centros do território estadual, a análise demonstra uma realidade incompleta, que fragmenta a leitura das reais ligações que montam a estrutura da rede urbana atual em sua complexidade.

Além de se instalarem em áreas que apresentam outros circuitos importantes para a economia estadual, as etapas da produção do melão também usam o território potiguar, formando áreas de especialização nessa cultura em alguns municípios, como é o caso de Baraúna, Tibau, Galinhos e Apodi. Embora possamos apontar a influência desse circuito em todos esses municípios, será em Baraúna que teremos uma maior expressão, uma vez que apresenta a segunda maior produção do estado e tem sua dinâmica urbana alterada sobremaneira nos últimos anos em função dessa atividade. A participação dessa atividade econômica é tão significativa no município que a agropecuária foi responsável por aproximadamente 59% dos empregos formais no município em 2015 (CAGED, 2015). Além disso, o município é o terceiro maior PIB agropecuário do estado em valor adicionado bruto a preços correntes, estando atrás apenas de Mossoró e Canguaretama (IBGE/PAM, 2013b).

O circuito espacial do melão, ao se instalar em Baraúna, promoveu um significativo fluxo de trabalhadores. A partir das pesquisas realizadas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e nas empresas que atuam no seu território, constatamos que a mão de obra é proveniente de diversas regiões do estado. O

circuito do melão tem trabalhadores que residem em Baraúna, mas também em Alexandria, Alto do Rodrigues, Apodi, Assú, Barcelona, Caicó, Caraúbas, Cerro Corá, Janduí, Olho D'Água dos Borges, Jucurutu, Mossoró, São Paulo do Potengi e Tibau (Mapa 38).

Mapa 38 - Fluxos de trabalhadores do circuito espacial do melão em Baraúna/RN



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baraúna e empresas que atuam no município, 2016.

Os residentes nos municípios mais próximos se deslocam diariamente, enquanto que os demais retornam ao seu município de residência quinzenalmente, residindo nos alojamentos das fazendas. Buscamos averiguar os fluxos de transporte que essa atividade vem movimentando, mas o DER-RN nos informou que não existe um sistema regular de transporte para o município. São utilizados como meios de transporte de passageiros apenas os carros de frete, como também os moto-táxis e as motos particulares. Em

relação aos carros de frete, constatamos na pesquisa que há em torno de 140 carros realizando o transporte entre Baraúna e Mossoró. Os dados da REGIC (IBGE/REGIC, 2008) mostram que, no período de coleta dos dados, eram realizadas, de Baraúna com destino a Mossoró no transporte coletivo, trinta (30) viagens diárias, o que evidencia uma íntima relação entre essas cidades. Com exceção de Mossoró, os fluxos com outros territórios por intermédio do transporte eram bem rarefeitos, sendo registradas apenas duas (2) viagens para Apodi diariamente e uma (1) semanalmente, cujo destino é Natal.

Diante da renda e dos empregos gerados, percebemos que o circuito do melão promove uma dinâmica na cidade que, por sua vez, permitiu a instalação de diversos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que minimizam o deslocamento aos centros de gestão do território. O surgimento e/ou expansão de algumas atividades demonstram uma nova situação da cidade de Baraúna. Até 2009, tinham sido registrados na JUCERN apenas dois estabelecimentos de restaurantes e serviços de alimentação e bebida, contudo, entre 2010 e 2015, há o credenciamento de mais 46. Até 1990, não existiam supermercados, porém, na década de 1990, foram instaladas 3 unidades. Já entre os anos 2000 e 2015, surgiram mais 4. As atividades de atenção médica e ambulatorial ainda são bem raras, mas eram inexistentes, apenas entre 2005 e 2015 que se tem o registro de 3 estabelecimentos. No que compete ao comércio varejista especializado em móveis e eletrodomésticos, há um crescimento relevante, principalmente a partir dos anos 2000, com ênfase entre 2010 e 2015, quando temos a criação de 25 unidades (Tabela 13).

Tabela 13 – Cadastro das atividades comerciais e prestação de serviços em Baraúna de 1990 a 2015

Constituição dos estabelecimentos em Baraúna de 1990 até 2015							
	1990	1991 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2010 - 2014	2015
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	0	1	0	0	1	44	2
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	0	2	1	2	0	2	0
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	0	0	0	0	1	1	1
Comércio varejista especializado de móveis e eletrodomésticos	2	0	0	4	3	25	1

Fonte: JUCERN, 2016.

Outro exemplo da maior densidade de técnicas e circulação de informações e capital nesse centro urbano é que, na década de 1970, o município não contava com nenhuma agência bancária e, em 2015, registra 2 agências e ainda 2 postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAEs), além de 13 postos de correspondentes bancários. Realidade paralela a essa de oferta de fixos geográficos bancários só é encontrada no estado em determinados centros de gestão do território, em alguns municípios da Região

Metropolitana de Natal (RMNatal) e naqueles municípios que têm, pelo menos, uma das mais importantes atividades econômicas do Rio Grande do Norte.

A partir do estudo de Elias (2003) sobre a expansão da agricultura globalizada no interior de São Paulo, podemos dizer que as pequenas e médias cidades que participam desse processo passam por uma transformação, de modo que, ao mesmo tempo em que incorporam novas funções diretamente relacionadas à produção agrícola e industrial, suprem demandas básicas do entorno próximo. Nesse sentido, o surgimento de novos papéis urbanos em função da agricultura científica se sobrepõe e justapõe àqueles da rede urbana original.

A instalação de novas atividades econômicas, além da coexistência com as demais já estabelecidas no estado, traz, não só pela atividade em si, mas pela dinâmica que promovem, mudanças na dinâmica urbana das cidades. Assim, temos uma dinâmica econômica criada em função do consumo, pois, segundo Santos (2005), as cidades no período atual tanto atendem às demandas do mundo rural, pelo consumo produtivo do campo, quanto apresentam um consumo consumptivo pelas próprias aglomerações humanas que demandam atividades a serem criadas e consumidas.

As formas modernas de produção, sejam relacionadas às indústrias dinâmicas ou à agricultura científica e seus respectivos setores de serviços, dispersaram-se em cidades intermediárias e locais, mesmo que a gestão permaneça concentrada. Essa realidade impulsiona, segundo Silveira (2010), ainda que seletivamente, a disseminação do consumo no território, situação que é reforçada pela difusão do crédito.

Contudo, o papel da divisão territorial do trabalho na promoção de novas atividades e na expansão do consumo depen-

derá, por exemplo, do tipo de atividade, da sua periodicidade e do contingente e qualificação de mão de obra. Quando a mão de obra é local e de municípios vizinhos e exercem atividades que requerem menor qualificação, sendo mal remunerada, como os trabalhadores das empresas de agronegócio relacionadas à fruticultura irrigada, tanto na região de Mossoró quanto no Vale do Açu, é evidente que se terá uma remuneração mensal, a qual possibilita uma nova dinâmica comercial e de prestação de serviços para atender às demandas de consumo do município em que a produção se localiza, como também em alguns casos podem chegar a atrair a população do entorno. Todavia, não se promove uma alteração significativa dessa cidade na hierarquia urbana em função dessa atividade. Na realidade, ocorre um diferencial do centro urbano em relação a outros centros de mesmo nível hierárquico. Refletindo sobre a composição da população para a formação das redes urbanas, Santos (1978) defende que “se os novos imigrantes são de um nível cultural e econômico inferior ao dos nacionais, seu efeito é, apenas, de massa” (SANTOS, 1978, p. 100).

Especificamente, em relação ao uso do território de Baraúna pelo circuito do melão, o estudo IBGE/REGIC (2008) destaca que o uso da internet é relevante para a realização da atividade, o que nos permite reforçar ainda mais a compreensão de que as relações entre os territórios, da fase de pré-produção, quando são requeridos os insumos, por exemplo, até os trâmites para o destino do consumo, envolvem territórios em várias escalas geográficas. O município dispõe, tanto em sua área urbana quanto em sua área rural, de uma significativa cobertura de internet, tal qual os demais municípios do estado que também são classificados como centros locais. Tem-se presente uma cobertura via cabo, via fibra e via rádio na área rural. Baraúna também conta com o serviço de

Banda Larga Popular ofertado pela OI e pela Telebras e é atendido por duas operadoras de telefonia móvel. Para Silveira (2015),

Quando a espessura da vida social exige uma comunicação fluída para integrar-se direta ou indiretamente à divisão territorial do trabalho hegemônica, torna-se imprescindível estar-com-os-outros e as telecomunicações despontam como uma manifestação contemporânea dessa forma de existência (SILVEIRA, 2015, p. 249).

Diante desse cenário e do fato de que as empresas que estão envolvidas no circuito espacial de produção de melão em Baraúna são de pequeno e, principalmente, de médio porte, são elucidativas as palavras de Castells (1999, p. 230), quando nos diz que “a capacidade de empresas de pequeno e médio porte se conectarem em redes, entre si e com grandes empresas, também passou a depender da disponibilidade de novas tecnologias, uma vez que o horizonte das redes (se não suas operações diárias) tornou-se global”. Inclusive, o autor ainda acrescenta que a ampla difusão dos computadores pessoais e das redes de computadores estaria atrelada à demanda da utilização de redes pelas novas organizações, grandes e pequenas.

Nesse sentido, entendemos que, embora seja um centro classificado como local (IBGE/REGIC, 2008), existem relações que extrapolam em diversos momentos a sua ligação em relação à área de influência a qual está subordinada a nível estadual e regional. Não podemos entender a sua centralidade e atuação não extrapolando os limites do município, pois há uma significativa convergência de fluxos de mão de obra gerada em função da presença do circuito, o que vem diminuindo o deslocamento de trabalhadores tanto de Baraúna como das cidades vizinhas para os centros de

gestão. Também nos chama atenção que a sua população já ultrapassa em muito os 10 mil habitantes, considerados na metodologia da REGIC como característica dos centros locais. Sua população estimada para o ano de 2015 foi de 27.238 habitantes.

As mudanças na dinâmica regional promovidas pelo circuito da fruticultura irrigada são tão significativas que novas dinâmicas populacionais são estabelecidas, como é o caso da migração descendente, na qual se sai das cidades de maior nível de centralidade para as cidades que estão na base da hierarquia urbana. De acordo com Elias e Pequeno (2010), profissionais saem diariamente de cidades como Mossoró e Assú, que são centros de gestão do território, para trabalhar em empresas agrícolas no espaço agrícola de Ipanguaçu e Baraúna, que concentram importante produção de banana e melão, mas são cidades locais.

Desse modo, as conexões apresentadas na pesquisa do IBGE/REGIC (2008) apenas evidenciam as ligações dos centros locais com os centros de gestão a que estão subordinados. Todavia, no caso de Baraúna, as variáveis utilizadas compreendem apenas uma parte da origem dos fluxos que se realizam com esse município, pois são buscados alguns bens e serviços nos centros aos quais estão subordinados, como Mossoró, mas os centros de busca do consumo produtivo, embora também contemplem essas áreas, estão muito além dessas fronteiras.

Para Santos (2008a), não podemos considerar os lugares estabelecendo um único tipo de interação espacial, porque, além de participarem de diversas redes verticalizadas, dependendo de sua inserção na divisão territorial do trabalho, também permanecem apresentando relações de contiguidade espacial, quando da busca por determinados serviços, ou seja, “são os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações

diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (Santos, 2008a, p. 139).

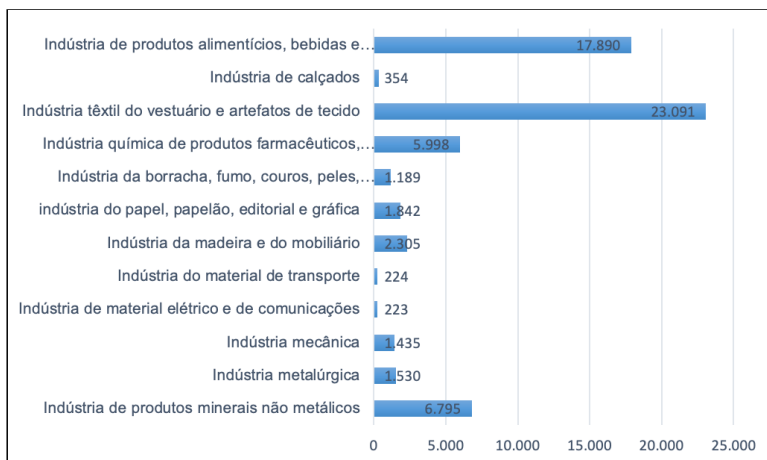
A fruticultura irrigada, assim como ocorreu com a atividade petrolífera, beneficiou algumas áreas que já exercem centralidade em função de outras atividades, fato que inclusive influencia na concentração dessas atividades nesses lugares. Contudo, a constituição desse circuito também possibilita a outros lugares novas dinâmicas e interações territoriais, embora em alguns desses casos o lugar seja uma referência de centralidade apenas no que se refere àquele circuito. Nesse sentido, destacamos que Mossoró e Assú já exerciam centralidade na rede urbana potiguar, enquanto que municípios como Ipanguaçu, Baraúna e Apodi têm modificado sua dinâmica econômica e realidade territorial em função de sediarem circuitos espaciais produtivos de fruticultura irrigada.

Mesmo não engendrando uma intensa dinâmica econômica em todos os municípios vinculados à produção, com benefícios que, em alguns casos, se reduzem “a uma tênue diversificação comercial (pequeno comércio, mercadinho, restaurante self service, lojas de vestuário etc.) e a algumas instalações de packinghouse” (ARAÚJO, 2010, p. 175), essa atividade em sua totalidade tem significativa importância na reestruturação da rede urbana, uma vez que a dinâmica criada representa um aumento de sua complexidade. Embora não crie uma centralidade e, conseqüentemente, uma região de influência em relação à densidade de oferta de bens e serviços, tal atividade diferencia os centros em termos de dinâmica urbana e regional, modificando, inclusive, o direcionamento dos fluxos, pois os lugares realizam interações espaciais multiescalares que não seguem a mesma lógica hierárquica da rede urbana clássica.

6.4 CIRCUITO ESPACIAL TÊXTIL E DE CONFECÇÕES: DIFERENTES ESPECIALIZAÇÕES E DINÂMICAS NOS CENTROS URBANOS DO RIO GRANDE DO NORTE

A indústria têxtil e de confecções é uma das atividades que ocupa posição de destaque na economia do estado, sendo o setor da indústria de transformação o que mais emprega com carteira assinada. Essa atividade totalizou cerca de 37% dos empregos formais em janeiro de 2016, como nos evidenciam os dados CAGED (GRÁFICO 2), e esteve entre as atividades que mais admitiram na indústria de transformação no ano de 2015. São diretamente vinculadas à indústria têxtil e de confecções as ocupações de costureiro na confecção em série (1º), costureiro a máquina na confecção em série (4º), operador de máquina de costura de acabamento (12º) e costureiro de peças sob encomenda (14º). Também merece destacar que, entre os maiores saldos de empregos formais do setor, estão costureiro na confecção em série (1º), costureiro de peças sob encomendas (4º) e técnico têxtil em fiação (13º) (BRASIL, 2016).

Gráfico 2 - Número de empregos formais no Rio Grande do norte da indústria de transformação por subsetor em janeiro de 2016



Fonte: CAGED (BRASIL, 2016).

Diante da relevância dessa indústria para a dinâmica econômica do estado e, conseqüentemente, da sua influência na configuração territorial e interações estabelecidas com lugares de diversas escalas, entendemos que os diferentes ramos e os respectivos circuitos espaciais produtivos dessa indústria tornam-se variáveis importantes na compreensão da rede urbana potiguar no atual período. No uso do território pelo circuito espacial de produção têxtil e de confecções no Rio Grande do Norte, algumas cidades passam a apresentar uma dinâmica urbana, antes inexistente ou mínima, enquanto outras têm a sua centralidade reforçada. Situação semelhante ao que ocorre com os circuitos espaciais do petróleo e do gás e da fruticultura irrigada. Contudo, é preciso esclarecer que não apenas as cidades se diferenciam das demais pelo abrigo de determinados circuitos, como também circuitos diferentes e, portanto, com diversidades técnicas e sociais, envolvem-se em dinâmicas urbanas específicas, de modo que o impacto sobre o seu papel na rede urbana será diferenciado.

De acordo com Fresca (2009), a produção industrial em pequenas cidades, que inclusive promovem em muitos casos uma especialização produtiva industrial, gera “uma profusão de situações indicativas de uma cada vez maior diferenciação entre as cidades do mesmo nível hierárquico” (FRESCA, 2009, p. 9). Para a autora, os dois aspectos fundamentais dessa especialização são a produção propriamente dita e a mão de obra envolvida, portanto, são essas particularidades de cada circuito espacial de produção que possibilitam dinâmicas diferentes, mesmo para centros urbanos que sejam do mesmo nível hierárquico. Os circuitos podem requerer infraestruturas mais ou menos modernas, o estabelecimento de normas de flexibilidades diversas, uma mão de obra com diferentes níveis de especialização ou qualificação profissional, assim diferenciando fatores locais que irão influenciar sobre a centralidade das cidades. Arroyo e Gomes (2013), analisando os circuitos da economia globalizada presente no Rio Grande do Norte, chamam-nos a atenção para o fato de que cada produto exportado “faz parte de um circuito espacial de produção que envolve diferentes tipos de empresas e de processos de trabalho, bem como alcança e transforma diferentes lugares do território potiguar” (ARROYO; GOMES, 2013, p. 34).

As produções têxteis e de confecções no Rio Grande do Norte são constituídas por diversos produtos, dentre eles, principalmente, panos de prato, redes de dormir, jogos de cozinha e de cama, bonelarias e vestuário, os quais apresentam circuitos espaciais diferentes. É notória, na topologia das indústrias do ramo têxtil e de confecções do estado, a existência de especializações de certas microrregiões ou cidades em etapas produtivas de artigos diferentes. Para Dicken (2010, p. 273), na produção de produtos têxteis, “cada estágio tem as próprias características tecnológicas e organizacio-

nais específicas e determinada configuração geográfica”. Portanto, cada um dos circuitos dos produtos têxteis e de confecções estabelece na produção, circulação e consumo conexões particulares, formando redes que coabitam com a rede de outros circuitos que também usam o mesmo território, assim como a outras redes de sistemas técnicos e de serviços e, por fim, a própria rede urbana. Essa situação decorre do fato de que os circuitos espaciais de produção têxtil e de confecções superpõem às redes já existentes um conjunto de novas conexões que estabelecem redes de escala regional e nacional e, em alguns casos, com fluxos internacionais, no que se refere às vendas de mercadorias e à importação de matéria-prima e bens de capital, como nos demonstram Arroyo e Gomes (2013).

A presença de um circuito espacial produtivo por si só não significa uma mudança no papel da cidade na rede urbana, mas, em alguns casos, os mesmos se convertem num dos principais elementos de dinâmica promovida em algumas cidades. Desse modo, selecionamos para análise, devido a relevância que apresentam para os municípios da região do Seridó, envolvidos na produção, o circuito de panos de prato em Jardim de Piranhas e o circuito da produção de bonés, que se realiza nas cidades de Caicó, Serra Negra do Norte e São José do Seridó, além do circuito da produção de vestuário, que envolve as facções de roupas que também ocorrem na região, principalmente nas cidades de Acari, Jardim do Seridó, São José do Seridó e Parelhas. Os circuitos analisados nos permitem entender as mudanças que ocorrem no atual período na rede urbana, pelos novos fixos e fluxos que engendram, realizando novas articulações que coabitam com as já estabelecidas em função de outras atividades.

O uso do território potiguar por esses circuitos se institui com maior veemência a partir dos anos de 1970, contexto de expan-

são industrial ocorrido no estado. Particularmente na região do Seridó Potiguar, esse processo acontece principalmente a partir da indústria têxtil, de alimentos e de cerâmica. Mas, não podemos deixar de evidenciar que, embora o Seridó apresente esse eixo de expansão industrial nesse período, a indústria no Rio Grande do Norte ainda é concentrada na Região Metropolitana de Natal, área que recebeu o maior montante de investimentos da SUDENE, reforçando ainda mais a concentração da produção devido ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento industrial do Rio Grande do Norte (Proadi) e as políticas de constituição de Distritos Industriais.

De tal modo, em função da constituição de uma base material formada por objetos técnicos que garantem a realização da produção e a partir de uma densidade normativa que permite maior ou menor possibilidade de um território atrair empresas, gradativamente se estabelece uma concentração dos circuitos espaciais de produção têxtil e de confecções na Região Metropolitana de Natal. Assim, entendemos que a densidade normativa apresentada por esse subespaço do estado se refere a normas que facilitam a instalação de empresas em determinado lugar, visto que ações em forma de políticas de promoção industrial foram tomadas no sentido de atrair para o Nordeste filiais de empresas, cujas sedes estão na Região Concentrada, isso já na década de 1970, como demonstram Arroyo e Gomes (2013).

É na Região Metropolitana de Natal que, ainda segundo Arroyo e Gomes (2013, p. 36), há a maior concentração “de estabelecimentos e de pessoal ocupado, com unidades fabris de grupos econômicos como Guararapes, Coteminas, Hering, Vicunha, Coats”, os quais segundo as autoras são os grupos que apresentam “a corrente de comércio (exportações + importações) mais intensa e permanente”. Ainda assim, apesar da tendência concentradora e

hierarquizadora presente no Rio Grande do Norte, inclusive quanto à produção industrial têxtil e de confecções, a partir dos anos de 1970, mas principalmente nos anos 1980, temos o surgimento e/ou fortalecimento de novas áreas produtivas em outras regiões do estado para além da Região Metropolitana de Natal.

Dessa forma, ainda precisamos mencionar que tal realidade de relativa dispersão industrial, associada à nova base material instaurada nas décadas posteriores em determinadas parcelas do território potiguar, permitiu que a rede formada pelos circuitos produtivos do ramo têxtil e de confecções superpusessem à hierarquia da rede urbana clássica uma nova lógica de conexão entre os lugares. Por tal motivo, são criadas diversas redes de relações e interações espaciais que se dão diretamente entre as áreas envolvidas nas diferentes etapas produtivas.

Nesse contexto, mesmo sendo evidente a hierarquia urbana presente nas relações de dependência de várias cidades locais com os centros intermediários do Rio Grande do Norte para determinados tipos de atividades, é preciso considerar as novas interações que se estabelecem no território. Trindade (2011) nos mostra que o estudo sobre a aglomeração Itabuna-Ilhéus revela a permanência da hierarquia urbana clássica, mas simultaneamente aponta para a possibilidade de que contatos que antes se faziam “face a face” sejam realizados de forma virtual. Também como as grandes empresas podem tanto ampliar quanto levar ao declínio “fluxos geográficos relacionados à dinâmica da rede urbana nas diversas frações do território” (TRINDADE, 2011, p. 139).

Assim, tal como ocorre em Ámpere, centro local cujo território é usado pelos circuitos moveleiros e de confecções (CASARIL; SAMPAIO, 2016), diversos centros locais do Rio Grande do Norte, devido a participação em circuitos espaciais de produção,

estabelecem relações com cidades de diversas redes urbanas, tanto para a aquisição da matéria-prima na produção, distribuição e consumo de produtos, quanto aos fluxos de mão de obra. Tais fluxos criam interações que vão da escala nacional até o mercado externo. Ainda precisa-se destacar que tal processo possibilita a produção de fixos e de fluxos de todas as ordens nos lugares que abrigam os circuitos, dinamizando economicamente os centros urbanos.

Portanto, estabelecem-se relações que seguem a hierarquia clássica e outras que rompem tal modelo, o que irá depender do tipo de uso do território, sendo as redes formadas pelos circuitos espaciais de produção responsáveis por alguns tipos de interações. Aqui entendemos que não são apenas as grandes empresas que criam conexões, apesar das possibilidades de maior alcance de seus fluxos. No caso do Rio Grande do Norte, como assinalam Arroyo e Gomes (2013), há os grandes grupos, mas os circuitos de produção têxtil e de confecções compreendem principalmente uma significativa quantidade de firmas de pequeno e médio porte, cujo capital é local ou regional. De tal modo, são as necessidades emanadas pelas etapas do circuito, sejam realizadas por grandes, médias ou pequenas empresas e o papel que representam para as cidades que o acolhem, que estabelecem sua função na rede urbana.

6.4.1 CIRCUITOS DE PRODUÇÕES TÊXTEIS EM JARDIM DE PIRANHAS: CENTRO LOCAL COM DIFERENTES INSERÇÕES NAS REDES

As cidades mantêm relações espaciais com lugares diferenciados quando para a realização de suas atividades produtivas e acesso a determinados bens e serviços, rompendo, portanto, uma hierarquia rígida, na qual se tinha uma única referência de cen-

tralidade. Nesse aspecto, uma situação bem emblemática é o caso de Jardim de Piranhas com o circuito espacial de produção têxtil, voltado, especificamente, para fabricação e confecção de panos de pratos/cozinha, conjuntos de banheiro e cozinha, e ainda de redes de dormir, dentre outros.

Muitas cidades, à medida que têm novos papéis na divisão territorial do trabalho, inserem-se de forma diferente na rede urbana. No entanto, em alguns casos, como, por exemplo, em Jardim de Piranhas, ou mesmo nas demais cidades envolvidas nos outros circuitos analisados anteriormente e em outros estados, como em Jaguapitã, no Paraná, conforme estudado por Veiga (2007), mesmo diante de uma especialização produtiva, não há uma alteração em suas classificações de centralidade. No entanto, são ampliadas as interações espaciais com outras redes urbanas nas diversas etapas do circuito em seu consumo produtivo, nos círculos de cooperação e até em relação aos fluxos de mão de obra.

Jardim de Piranhas sempre esteve na base da hierarquia urbana, sendo classificada atualmente como um centro local (IBGE/REGIC, 2008), cujas relações de dependência para uma diversidade de atividades são mantidas com Caicó. Todavia, a existência do circuito espacial têxtil, principalmente de panos de prato, mesmo não mudando o papel dessa cidade na rede urbana do Rio Grande do Norte, diminui relativamente relações de dependência que permanecem ativas em outros centros locais do estado e ainda conecta esse centro a outras redes urbanas.

O circuito espacial de produção têxtil em Jardim de Piranhas teve início a partir dos anos 1980, sendo a maioria das fábricas instaladas no centro urbano do município. De acordo com Leal (2007), a cidade contava com um aglomerado de, aproximadamente, 250 unidades têxteis. Segundo o Guia Industrial da FIERN, o

número de empresas têxteis cadastradas em Jardim de Piranhas é de 63 (2 unidades estando com as suas atividades paralisadas). No entanto, sabemos que muitas unidades fabris estão fora dos cadastros e das estatísticas oficiais, conforme ressaltado na maioria dos trabalhos desenvolvidos que contemplam a atividade, como também pela presidente da Associação das Indústrias Têxteis (ASITEX) de Jardim de Piranhas.

A questão da informalidade com que muitas empresas funcionam, destacada anteriormente, permite-nos concluir que esse cadastro revela apenas uma parcela dos estabelecimentos produtivos instalados na cidade. A indústria têxtil é a atividade econômica mais importante do município, como nos ratificou a presidente da ASITEX em entrevista. De acordo com ela, 90% da população depende direta ou indiretamente dessa atividade. Situação que também é mencionada pelos diversos trabalhos já realizados sobre o município.

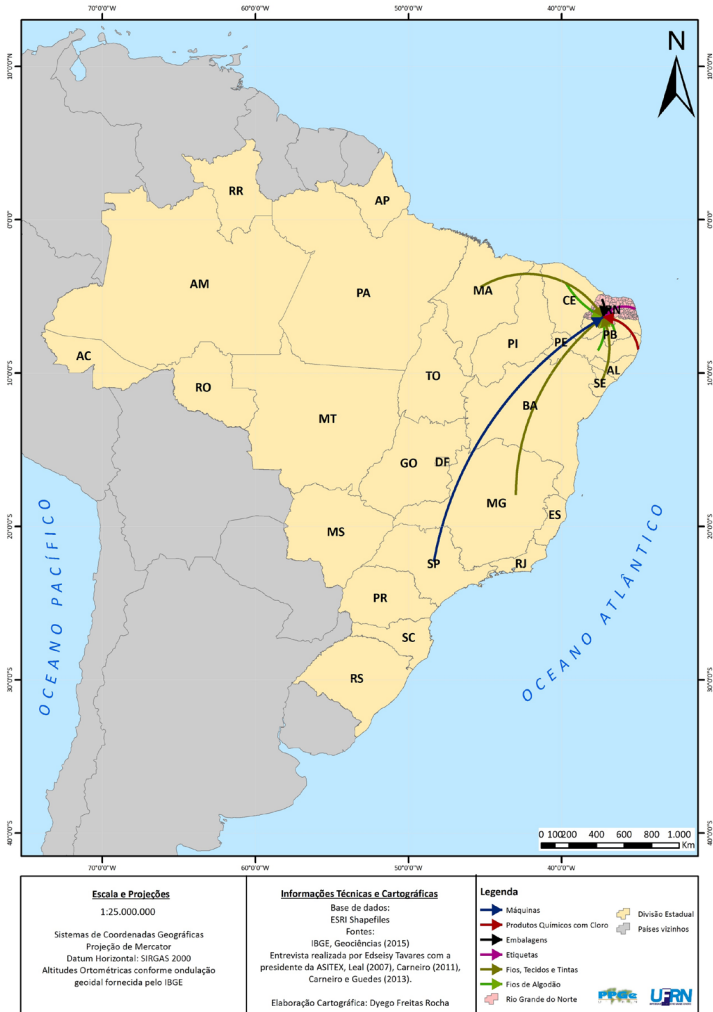
Essa relevância da atividade ainda é confirmada pelo número de empregos gerados, em torno de 4.000, entre diretos e indiretos (LEAL, 2007). As informações do CAGED apresentam, em janeiro de 2016, 813 empregos formais no município, destes a indústria de transformação perfaz 489, sendo 447 vinculados ao subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos. Ainda se merece destacar que estão entre as quatro ocupações que mais admitiram no município no ano de 2015: estampador de tecido (2º) e costureiro a máquina na confecção em série (4º). Os dados sobre a indústria de transformação do setor têxtil do vestuário e artefatos de tecidos também demonstram que 27% dos estabelecimentos de Jardim de Piranhas são desse subsetor (BRASIL, 2016), evidenciando, desse modo, a importância do circuito espacial têxtil na dinâmica dessa cidade.

Essa realidade configura, em nosso entendimento, uma área de especialização, pois não se tem outra atividade de significância semelhante. De acordo com Azevedo e Galvão (2014, p. 7), “em todo o território urbano da cidade é possível encontrar fábricas”, das mais densas do ponto de vista técnico e organizacional às que não contam nem com as mínimas condições de segurança.

Como exposto anteriormente, Jardim de Piranhas contempla etapas do circuito espacial de produção da indústria de transformação (têxtil) com uma diversidade de produtos, contudo, daremos maior ênfase ao circuito dos panos de pratos, por serem o carro chefe de todas as fábricas, que, em alguns casos, apenas agregam a estes outros produtos.

O circuito espacial de produção de panos de prato promove interações de Jardim de Piranhas com outras redes urbanas nas suas diversas etapas. Iniciando com a origem da matéria-prima para os panos de prato, como os fios de algodão, destacamos que são estabelecidas relações com outros estados para o abastecimento, como com a Paraíba, Pernambuco e Ceará, segundo Leal (2007) e a presidente da ASITEX. Contemplando os produtos da indústria têxtil como um todo, a origem da matéria-prima e insumos, como fios, tecido e tintas, são do próprio município, mas também dos estados do Maranhão, Minas Gerais e Sergipe, como nos evidenciam Carneiro (2011) e Carneiro e Guedes (2013). Já as etiquetas para os panos de prato são provenientes de Natal, enquanto as embalagens vêm de Mossoró, como nos revelou a senhora Ivonete Silva. No que se refere aos produtos químicos, como é o caso do cloro, a origem é Recife (Mapa 39).

Mapa 39 - Fluxos de matéria-prima, insumos e equipamentos do circuito espacial de produção de panos de prato de Jardim de Piranhas/RN



Fonte: Entrevista realizada por Edseisy Tavares com a presidente da ASITEX, Leal (2007), Carneiro (2011), Carneiro e Guedes (2013).

Em relação à origem dos insumos da indústria têxtil, temos um diferencial quanto às interações que se estabelecem nesse circuito

e na conformação de sua rede. Jardim de Piranhas mantém relações de dependência para uma série de bens e serviços, todavia, segundo Carneiro (2011), no tocante aos insumos, a situação se inverte, pois o município recebe dos centros mencionados e distribui para o estado do Ceará, para o Seridó, inclusive Caicó, e também para Natal, que são centros de nível de centralidade maior que Jardim de Piranhas. O município ainda distribui insumos para as cidades de Brejo do Cruz e Patos, na Paraíba. Tal realidade implica na coabitação de redes à rede urbana, dado que as novas interações e a dinâmica urbana dessa cidade a diferencia de outros centros locais.

Já as máquinas e acessórios são provenientes principalmente da região Sudeste do país, principalmente de São Paulo, sendo, em muitos casos, produtos de segunda mão que não são mais utilizados na região (CARNEIRO, 2011). Assim como os produtos químicos, as máquinas, peças e acessórios comercializados em Jardim de Piranhas, tanto usados como novos, atenderam ao mercado local, mas também outras cidades da região Nordeste do Brasil, como empresas localizadas no estado do Maranhão, em Tacaratu e Paulista (PE), Fortaleza (CE), Itaporanga, São Bento e Brejo do Cruz (PB) (CARNEIRO, 2011), conformando uma rede de conexões entre essas cidades que pertencem a outras redes urbanas. De tal modo, o consumo produtivo promovido pelo circuito têxtil cria interações numa escala regional, contudo, com orientação de fluxos que não coincidem com os da rede urbana clássica.

Até mesmo no processo de produção que tem todas as subetapas ocorrendo no município, constatam-se interações espaciais que revelam mudanças nos fluxos da rede urbana. Tal etapa produtiva envolve uma divisão do trabalho num conjunto de espaços que raramente ultrapassam uma rua. Ainda assim, os deslocamentos de trabalhadores engendrados pela atividade mostram não apenas o

direcionamento de fluxos de mão de obra em direção a esse centro urbano, como também promovem uma dinâmica urbana na cidade.

Os trabalhadores da indústria têxtil de produção de panos de prato residem, em sua maioria, na área urbana de Jardim de Piranhas. Entretanto, a origem dessa mão de obra é proveniente de diversas cidades não apenas do Rio Grande do Norte, principalmente Caicó e São Fernando (RN), como também da Paraíba, como Brejo do Cruz e São Bento (PB). Carneiro e Guedes (2013, p. 111) também nos falam que, além do êxodo rural, a indústria têxtil promove uma migração intra e interestadual para a cidade. Quanto às necessidades específicas da indústria têxtil, como capacitação em pinagem e padronagem, a mão de obra é proveniente de Recife (PE) e do Rio de Janeiro (RJ) (LEAL, 2007).

O circuito de produção dos panos de pratos e demais artigos têxteis em Jardim de Piranhas instalou alguns fixos que alteram a dinâmica dos fluxos da cidade, tanto no que diz respeito às atividades para a realização do próprio circuito, quanto ao consumo consumptivo reforçado pela existência dessa atividade. Um exemplo bem emblemático do que ora foi exposto é o caso dos fixos bancários. Diversos trabalhos destacavam a ausência de agência bancária no município, sendo, portanto, um serviço que exigia um deslocamento em direção a Caicó. Nesse sentido, é importante mencionar que Jardim de Piranhas já conta com 1 agência bancária, além de 6 correspondentes bancários e 2 PAEs. Segundo a presidente da ASITEX, ainda há aqueles que recorrem a esse serviço em Caicó: não apenas a população como um todo, como também muitos empresários não realizam mais esse deslocamento, apenas quando se necessita de algum tipo de empréstimo que se recorre, preferencialmente, ao Banco do Nordeste, situado em Caicó.

Outra evidência da dinâmica urbana empreendida pelo circuito em análise em Jardim de Piranhas é a cobertura pelas empresas de telefonia móvel, sendo 3 as que atuam no município (TELECO, 2015). Leal (2007) chamava atenção para a ausência desse serviço e para como isso dificultava a comunicação tanto com fornecedores, quanto com clientes. O telefone é muito importante para atividade, pois mesmo os representantes de insumos visitando pessoalmente as empresas, diversas intermediações, seja de acesso à matéria-prima, insumos e equipamentos, ou mesmo nas etapas de circulação e comercialização dos produtos, são realizadas utilizando esse recurso, conforme dito na entrevista.

Não seria exagero dizer que a telefonia celular tornou-se uma necessidade da vida social contemporânea, e em decorrência, que a escassez de tal semovente parecia ser hoje uma manifestação de pobreza. Não nos referimos aqui ao consumo consumptivo resultado direto de uma publicidade cientificamente produzida, mas sobretudo ao consumo produtivo, uma vez que o celular possibilita horizontes de trabalho num momento de diminuição dos empregos ditos formais (SILVEIRA, 2015, p. 249-250).

Carneiro (2011) também destaca que, apesar de ser um número pequeno, há empresas que realizam essas transações por meio do uso de seus próprios sites e/ou e-mails. Assim, apesar de Arroyo (2006) se referir às cidades médias, concordamos com a autora e acrescentamos que também nas pequenas cidades a presença de circuitos produtivos e círculos de cooperação demandam redes de transportes e comunicação que permitam a circulação essencial ao circuito. Nesse sentido, a expansão dos sistemas técnicos de telefonia e internet são de extrema relevância para a realização dos

circuitos têxteis em Jardim de Piranhas, tendo em vista que, conforme esclarece Trindade (2011), as fronteiras e as hierarquias que existiam no âmbito da produção, da circulação, da distribuição e do consumo, por assim entendermos, na realização de um circuito espacial produtivo, são atenuadas diante de um processo produtivo alicerçado sobre um meio técnico-informacional.

A dinâmica empreendida pelo circuito é notória para além dos serviços expostos, na expansão e/ou surgimento de algumas atividades comerciais que não se tinham registro na cidade até a década de 1990, como, por exemplo, a instalação de restaurantes, assim como bares e lanchonetes, supermercados e estabelecimentos do comércio varejista especializados em móveis e eletrodomésticos. De acordo com o cadastro da JUCERN (2016), entre essas atividades havia o registro de apenas uma (1) loja de eletrodomésticos. Já em 1995, o ramo de móveis e eletrodomésticos registra a criação de mais um (1) empreendimento e, entre 2010 e 2015, são estabelecidos mais quatro (4). No que se refere ao número de estabelecimentos de alimentação, como restaurantes e afins, tem-se o registro de quatro (4) unidades, na década de 1990, e mais quinze (15), entre os anos de 2005 e 2015. Os supermercados também são novos fixos que surgem na cidade a partir dos anos 1990, duas (2) unidades são instaladas ainda nessa década e mais quatro (4) a partir dos anos 2000.

Esses fixos instalados no território contribuem com mudanças nos fluxos, pois muitos deslocamentos realizados para se ter acesso a esses bens, que se faziam principalmente em direção a Caicó, não são mais necessários. A busca por tais atividades em outros municípios é opcional, uma vez que a demanda do município pode ser atendida por esses estabelecimentos. Assim, podemos concluir que o abrigo de circuitos espaciais produtivos transforma

as cidades locais em cidades econômicas, com a criação de espaços de produção e espaços de consumo (SANTOS, 2005).

Essa situação denota que, embora com densidades diferentes, a depender das características técnicas e sociais do circuito espacial produtivo que se realiza, as cidades locais passam a romper o esquema clássico da hierarquia urbana, tanto pela possibilidade mencionada anteriormente, quanto pelo fato desse uso do território ainda expandir sistemas de engenharia nos territórios, como os de transportes e telecomunicações, que permitem obter muitos produtos e serviços diretamente em centros metropolitanos, sem que sejam buscados necessariamente nos centros de nível imediatamente superior. Contudo, permanece a prevalência de fluxos em direção a Caicó e Natal, tanto pela diversidade, quanto pela especialização, regionalização e centralização de alguns produtos e serviços não disponíveis em cidades locais, como é o caso de Jardim de Piranhas.

O destino da produção de panos de pratos de Jardim de Piranhas também cria interações dessa cidade com outras redes urbanas. As conexões que tal cidade realiza com Caicó e Natal, por exemplo, para se ter acesso a bens e serviços, superpõem-se a relações com outras cidades numa perspectiva multiescalar. A partir da entrevista realizada em julho de 2016 com a presidente da ASITEX e do exposto por Azevedo e Galvão (2014) e Carneiro (2011), verificamos que o circuito espacial de panos de prato conecta Jardim de Piranhas com o território nacional, embora em menor intensidade com as regiões sudeste e sul. Desse modo, parte da produção é direcionada para Natal, mais especificamente para o comércio do Alecrim, e para Caicó e Mossoró, de onde seguem para os consumidores finais nas demais áreas do estado. Uma outra parcela segue para feiras regionais, entretanto, a maioria dos produtos vai para a Feira da Pedra, em São Bento (PB). Tem-se, ainda, fluxos de mercadorias sobretudo para

Goiânia (GO), Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Mapa 40).

Mapa 40 - Principais destinos da produção de panos de prato de Jardim de Piranhas/RN



Fonte: Entrevista realizada por Edseisy Tavares com a presidente da ASITEX, Azevedo e Galvão (2014), Carneiro (2011).

Tal situação demonstra que não houve grandes mudanças em relação à inserção dos produtos desse circuito no mercado nacional, pois, no estudo realizado por LEAL (2007), em 2006, 76% da produção têxtil era destinada para os estados do Nordeste, 13,5% para o Norte e 10,5% para as regiões Centro Oeste e Sudeste, não sendo nada comercializado com os estados da região Sul. Em relação a esse circuito, a entrevistada ainda nos disse que não há exportação.

Assim, podemos constatar que o circuito espacial de produção de panos de prato em Jardim de Piranhas, e, de modo geral, a sua indústria têxtil, superpõe à rede de conexões regionais estabelecidas para o acesso a uma série de bens e serviços uma outra rede, cujas interações ocorrem com cidades de várias redes urbanas, seja para o acesso à matéria-prima, insumos e equipamentos para suas indústrias, ou para a comercialização dos seus produtos, além do próprio fluxo gerado em função de um consumo produtivo. Essa simultaneidade de redes a qual a cidade participa ainda tem como novo elemento de mudança de seu papel na rede urbana a presença de novos fixos, que diminuíram a necessidade de fluxos na rede regional de nível estadual. Portanto, em proporções diferenciadas, mas num processo semelhante ao que se deu nas principais cidades do sul do país envolvidas no circuito espacial do fumo, como analisado por Silveira (2007c), é criado um conjunto de atividades à montante e à jusante do processo produtivo, que vão da comercialização de equipamentos industriais e insumos à instalação de fixos financeiros, como agências bancárias.

Nessa perspectiva, ratificamos mais uma vez que as cidades do Rio Grande do Norte envolvidas nos circuitos espaciais produtivos participam de mais de uma rede: uma, formada pe-

las localidades centrais e, pelo menos, mais uma, que se dá em função da sua forma de participação na divisão territorial do trabalho. No caso dessa última, como esclarece Fresca (2005), os centros se inserem de modo menos sistemático e irregular, a partir dos papéis que desempenham no circuito e em relação aos outros centros, que tanto pode ser singular quanto de complementariedade.

6.4.2 O CIRCUITO DE PRODUÇÃO DE BONÉS: DIFERENTES CENTRALIDADES E NOVOS PAPÉIS

O Rio Grande do Norte tem o seu território usado por indústrias têxteis e de confecções em seus diversos subespaços. Inclusive, em cada um desses, apresenta circuitos espaciais de produtos diferentes. Arroyo e Gomes (2013) destacam, em função da especialização produtiva apresentada na região do Seridó, o circuito espacial de produção de bonés, que se realiza nos municípios de Caicó, Serra Negra do Norte e São José do Seridó e é desenvolvido, sobretudo, por empresas locais. De acordo com o cadastro da FIERN (2012), Caicó conta com quarenta e cinco (45) estabelecimentos vinculados ao circuito de bonés. Destes, dois aparecem relacionados ao comércio atacadista de insumos dessa indústria e um ao comércio varejista de brindes. Das 16 unidades de Serra Negra do Norte cadastradas na FIERN (2012), 13 produzem bonés, 1 (uma) produz bordado artesanal e apenas 2 (duas) são de outros ramos. Já São José do Seridó conta com 3 fábricas de produção de bonés, sendo ainda um importante centro do circuito da indústria têxtil do estado pela presença das facções de roupas.

Os dados referentes ao número de empregos formais nesses municípios também é um indicativo e reforçam a importância que a atividade representa na economia estadual e, conseqüentemente, para a sua dinâmica urbana. Iniciando por Caicó, ressaltamos que, apesar de ter uma centralidade herdada de períodos anteriores e que é reforçada no atual período por uma diversidade produtiva, as admissões vinculadas diretamente ao circuito espacial têxtil e de confecções denotam a relevância dessa atividade para o papel que a cidade exerce na rede urbana. Segundo o CAGED (BRASIL, 2016), de todos os empregos formais do município, cerca de 20% correspondem à indústria de transformação, sendo que nesse setor 49% se enquadram na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos. Além disso, entre as maiores admissões no município em 2015, estão costureiro na confecção em série (1°); costureiro a máquina na confecção em série (2°); mestre (indústria têxtil e de confecções) (8°); ajudante de confecção (9°); e colorista têxtil (10°).

Quanto à Serra Negra do Norte, o peso da atividade ainda é mais intenso, dado que 62% dos empregos formais do município em 2016 (BRASIL, 2016) são oriundos da indústria de transformação e, nesse setor, 97% são do subsetor indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos. Estão entre as maiores admissões, em 2015, costureiro a máquina na confecção em série (1°); operador polivalente da indústria têxtil (2°); operador de máquina de costura de acabamento (3°); alimentador de linha de produção (5°); costureiro na confecção em série (7°).

Diante da quantidade de bonelarias instaladas em Caicó e Serra Negra do Norte e da participação dos empregos gerados pelo setor nesses municípios, nos deteremos a analisar como tal atividade influencia no papel que essas cidades apresentam na

rede urbana estadual e nas demais redes que participam. Entendemos que esta análise se torna relevante, visto que o circuito espacial de produção da atividade boneleira, assim como os demais em estudo, compreende uma dinâmica de fluxos de diversas ordens, como informações, ideias, capitais, mercadorias, mão de obra e envolve multiescalas, simultaneamente, ratificando a compreensão de que esses usos atuais dos territórios norte-rio-grandenses implicam em mudanças na configuração da rede urbana.

Inicialmente, é preciso dizer que a divisão territorial do trabalho relacionada a essa atividade manteve a realidade dos demais circuitos espaciais analisados, a de reforçar uma centralidade já existente, como ocorrido com Caicó, mas também de modificar relativamente o papel de um centro local. Dessa forma, mesmo que não haja uma alteração da posição de Serra Negra do Norte na rede urbana e uma série de dependências para o acesso a determinados bens e serviços, o uso do território por esse circuito promove uma mudança na sua dinâmica, uma vez que a cidade passa a contar com um pequeno fluxo imigratório em direção ao seu mercado de trabalho, como também mantém interações espaciais com diversos territórios, tanto para aquisição de matéria-prima e equipamentos, quanto no que se refere à circulação, distribuição e consumo dos produtos finais.

Ainda podemos destacar que a nova dinâmica da cidade permite o surgimento de algumas atividades comerciais e serviços que diminuem os deslocamentos a Caicó e outros centros de nível hierárquico superior. Dessa maneira, as cidades do Rio Grande do Norte têm uma expansão relativa quanto aos fixos e fluxos, mas, em todos os casos, a participação nos circuitos espaciais de produção as insere em novas redes de interações espaciais, que, por sua vez, refletem novas dinâmicas aos lugares. Silva (2014, p. 77)

assevera que é “preciso atentar para a complexidade do jogo das redes geográficas, já que elas têm o poder de transformar lugares através da criação de infraestruturas, além disso, apresentam uma realidade material e outra imaterial”.

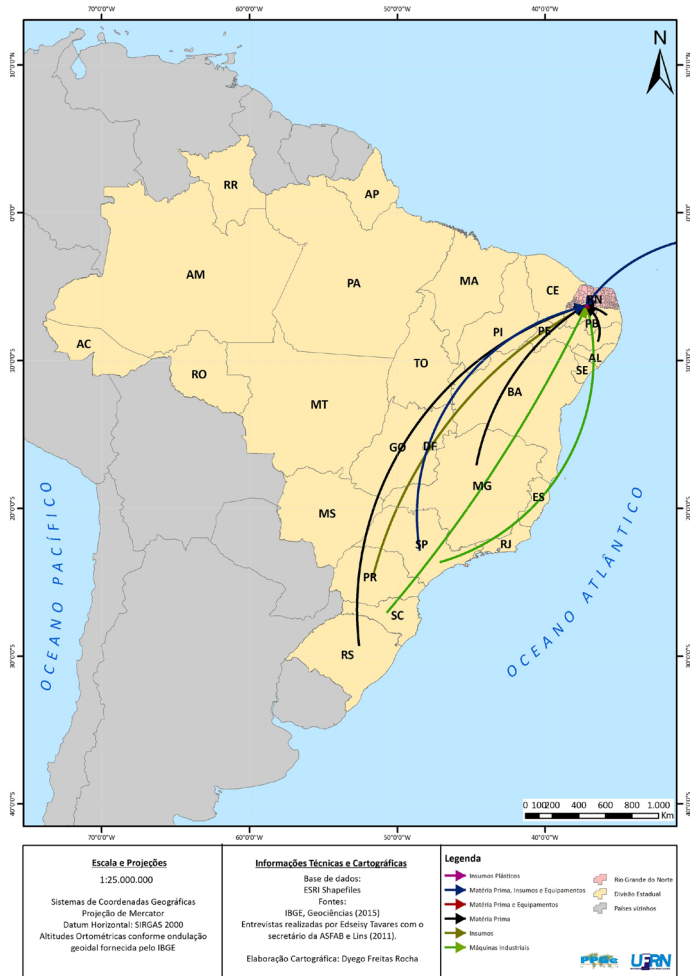
As interações espaciais estabelecidas para a aquisição da matéria-prima, insumos e equipamentos necessários à fabricação dos bonés nos revela conexões, simultaneamente, numa escala regional, mas também nacional e até internacional (Mapa 41). O Secretário Executivo da Associação de Fabricação de Bonés (ASFAB) nos esclareceu em entrevista que a origem da matéria-prima, assim como dos insumos e equipamentos de trabalho, são principalmente China, em nível internacional, e São Paulo, na escala nacional. O acesso das bonelarias a tais objetos ocorre tanto por intermédio de conexões diretas quanto indiretas, portanto, na mesma medida em que permanecem relações hierárquicas da rede urbana clássica, coabitam relações orientadas por novas lógicas hierárquicas.

Evidenciando que predominam, principalmente, relações da rede urbana clássica, destacamos que o abastecimento da matéria-prima básica, e até mesmo de máquinas e equipamentos, segundo Lins (2011), é quase todo realizado a partir de fluxos provenientes de Caicó, inclusive sete dos dez itens de matéria-prima mais requeridos pelas bonelarias de Serra Negra do Norte são adquiridos no referido centro intermediário, sendo as outras origens da matéria-prima oriundas de Caruaru (PE), Patos (PB) e Rio Grande do Sul. Caicó dispõe de lojas que vendem máquinas industriais e equipamentos que são adquiridos em São Paulo e cuja procedência é chinesa. Portanto, esse consumo produtivo mostra a hierarquia que vem se dando no acesso a esses materiais utilizados pelas bonelarias. É preciso, ainda, mencionar que o

município de São Fernando, no Rio Grande do Norte, também participa desse circuito, produzindo e fornecendo os insumos plásticos para a produção dos bonés.

No entanto, há materiais mais específicos utilizados por esse circuito que procedem diretamente de Apucarana (PR) e máquinas industriais que são oriundas de São Paulo (SP) e de Blumenau (SC). Ainda há aquelas empresas que “preferem comprar alguns produtos diretamente do fornecedor por causa dos preços mais acessíveis” (Lins, 2011, p. 100). Nesses casos, as conexões se dão principalmente com Apucarana (PR) e São Paulo, mas também com Caruaru (PE), Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e China.

Mapa 41 - Fluxos de matéria-prima, insumos e equipamentos do circuito espacial de produção de bonés de Caicó e Serra Negra do Norte



Fonte: Entrevistas realizada por Edseisy Tavares com o secretário da ASFAB e Lins (2011).

Quanto às atividades complementares, das quais podemos mencionar, por exemplo, os serviços financeiros e contábeis, de acordo com o Secretário Executivo da ASFAB, “algumas empresas

fazem uso dos serviços contábeis de alguns escritórios com sede em Caicó, mas no geral são escritórios de contabilidade das próprias cidades onde estão localizadas as empresas”, o que nos permite concluir que, para o acesso a esse serviço, não são necessários os deslocamentos a cidades intermediárias. Já no que se refere aos serviços bancários, na década de 1970, Caicó tinha duas (2) agências, enquanto em Serra Negra do Norte esse serviço inexistia. De acordo com os dados do Banco Central de Brasil (2015), em 2015, Caicó tinha cinco (5) agências e Serra Negra do Norte continuava não contando com o serviço, tendo apenas cinco (5) correspondentes bancários. Nesse contexto, compreendemos que os usos do território de Serra Negra do Norte pelo circuito do boné, diferentemente dos analisados anteriormente, influenciaram pouco quanto à redução da necessidade dos fluxos em direção a Caicó. Dessa forma, algumas relações da hierarquia urbana clássica e de dependência ainda se mantêm, tanto para o consumo produtivo requerido pelo circuito do boné quanto no que se refere ao consumo consumptivo.

É nesse sentido que concordamos com Trindade (2011), quando diz que, mesmo diante do fato do meio técnico-científico-informacional ter modificado as relações entre os lugares, permitindo interações de cidades locais com centros de níveis hierárquicos diferentes sem intermediações, que rompem o esquema clássico da hierarquia urbana, a densidade técnica dos objetos não é a mesma em todos os lugares, de modo que não é possível desconsiderar a hierarquia urbana tradicional ainda existente para o acesso a muitas atividades.

Quanto à questão da telefonia móvel, elemento diferenciador de muitas cidades locais que abrigam alguns dos mais importantes circuitos espaciais produtivos em relação às demais, Serra Negra do Norte também não revela nenhuma distinção, ao

apenas atuar no município uma operadora. Enquanto isso, Caicó conta com as quatro operadoras de telefonia móvel que atuam no interior do estado. Caicó também conta com a expansão de instituições de ensino públicas e privadas, inclusive ofertando cursos vinculados diretamente ao setor têxtil, como os oferecidos pelo IFRN, sendo o de Vestuário e Têxtil disponibilizado na modalidade técnico integrado, o de Vestuário no técnico subsequente e o de Design de moda no tecnólogo, além dos cursos de formação inicial e continuada em Costura básica e Controle estatístico de processos na indústria têxtil.

Assim, enquanto o circuito da produção de bonés não teve maior influência sobre as interações espaciais que Serra Negra do Norte realiza na rede urbana, apresenta um importante papel na situação de Caicó e na sua centralidade a nível de estado e na própria rede formada pelo circuito. Juntamente com as outras atividades têxteis e de produção de vestuários, tal como ocorreu em Santa Cruz do Sul, por exemplo, em função do circuito espacial do fumo (SILVEIRA, 2007), Caicó passa, a partir do momento em que esses circuitos espaciais se instalam, a ter a expansão do seu comércio e serviços, reforçando ainda mais o atendimento das demandas da população regional no seu centro urbano.

Evidentemente que as condições de infraestrutura existentes e usos pretéritos foram essenciais para que os novos usos, ou seja, os circuitos espaciais produtivos têxteis e de confecções e seus círculos de cooperação, ocorressem em Caicó, como também para que ocorra, nesse centro urbano, o atendimento das demandas regionais relacionadas aos consumo produtivo e consumptivo. Assim, a estrutura hierárquica clássica da rede urbana vem sendo mantida e Caicó vem tendo reforçada a sua centralidade.

Caicó, desde o início de sua formação territorial até os dias atuais, centralizou uma série de atividades e funções sociais e econômicas que lhe deu proeminência em relação ao seu entorno. Faria (2011), analisando os diversos períodos e eventos que possibilitaram a atual expansão urbana de Caicó, evidencia que já com a pecuária, mas principalmente a partir da cotonicultura, a cidade tinha uma dinâmica acentuada, a qual se desenvolvia pela função de centro atrativo/receptor que cada vez mais desempenhava. Foi, contudo, a partir do período em que temos o uso do seu território pela indústria usineira de beneficiamento do algodão, mais precisamente entre os anos de 1930 e 1970, que Caicó se torna a principal cidade da região do Seridó, condição que mesmo diante da crise dessa atividade, entre os anos 1970 e 1980, não é modificada. Expandem-se no seu território urbano nesse período diversos fixos vinculados ao adensamento do comércio e dos serviços (muitos devido a forças políticas locais), que ratificam ainda mais o seu processo de urbanização, possibilitando-a se tornar uma cidade regional/intermediária.

Como podemos constatar a partir do exposto anteriormente, Caicó já tinha uma relação com o circuito espacial têxtil, todavia, essa se dava sobretudo na produção da matéria-prima. É justamente quando essa atividade entra em crise que outra a substitui no cenário econômico da cidade. Caicó apresentava, desde as décadas de 1970 e 1980, além da produção e beneficiamento de algodão, uma indústria têxtil que envolvia principalmente os circuitos de produção de redes de dormir e de panos de prato. No entanto, esses circuitos foram supridos pelas bonelarias, que iniciam o seu surgimento ainda na década de 1980. Apesar de termos algumas fábricas estabelecidas na referida década, é na segunda metade da década de 1990 que se tem o maior número de empre-

sas se instalando na cidade e, em 2003, a total substituição do pano de prato pelo boné, como nos revela Lins (2011).

Não podemos deixar de ressaltar que a centralidade exercida hoje por Caicó é fruto dos eventos que criaram os objetos que permitiram a expansão do comércio e dos serviços, responsáveis pela sua atual dinâmica urbana, como nos lembra Faria (2011). Entretanto, também é evidente que a expansão desse comércio e da prestação dos serviços na cidade coincide com o período em que o município e seu entorno apresentam uma demanda por tais atividades. Portanto, assim como na rede urbana do Norte do Paraná, analisada por Fresca (2010), na rede urbana do Rio Grande do Norte e, especificamente, quanto ao papel desempenhado por Caicó, há tanto a força dos fatores históricos que presidiram a sua construção quanto uma intensa participação na divisão territorial do trabalho por intermédio dos circuitos têxteis e de confecções, mas também no ramo de alimentos e da mineração.

O circuito espacial de produção de bonés em Caicó, assim como nas outras cidades sob a sua influência, associado aos demais circuitos da indústria têxtil que usam o território da região do Seridó, geram emprego e renda, impulsionando necessidades que são atendidas, em grande medida, por esse centro urbano. Caicó atende não apenas a sua população, mas também cidades vizinhas, que apresentam uma dinâmica urbana ainda dependente de suas atividades, contribuindo para a permanência de uma área sob sua influência.

Assim, Caicó exerce simultaneamente na rede urbana estadual, como destaca Faria (2011), uma situação de integração com as cidades do entorno e um papel de domínio relativo. Há, portanto, relações de complementariedade na realização do circuito espacial de produção de bonés e de outras atividades têxteis, que se dão concomitantes a dependências, como, por exemplo, na realização

de compras e serviços, dado que, de acordo com o último estudo da REGIC (IBGE/REGIC, 2008), a população de 20 municípios se direcionam a Caicó, sendo que Cruzeta, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó e Serra Negra do Norte apresentam como primeira opção esse mercado.

O registro do surgimento das unidades de algumas atividades do setor de comércio e prestação de serviços na JUCERN (2016) nos evidenciam essa questão. Até o ano de 1990, tinha-se o registro de apenas um (1) hotel ou meio similar de hospedagem na cidade e, já na década de 1990, são cadastrados oito (8), sendo ainda, entre 2000 e 2015, criados mais nove (9). Quanto ao número de restaurantes e outros estabelecimentos que servem comidas e bebidas, a expansão é mais notória. Até 1990, só havia o registro de três (3) unidades, sendo que na década de 1990 temos a instalação de vinte e um (21) estabelecimentos e, no período compreendido entre os anos 2000 e 2015, duzentos e dezessete (217) foram registrados. Um fixo que também tem um crescimento significativo são os supermercados, que eram oito (8), em 1990, se verificando o surgimento de quatorze (14) entre 1991 e 1999 e mais dezesseis (16), entre 2000 e 2015. O comércio varejista de móveis e eletrodomésticos também conta com novas unidades, de modo que havia apenas vinte e sete (27) até 1990, surgindo vinte (20) entre 1991 e 1999 e mais quarenta e quatro (44) dos anos 2000 a 2015. Ainda merecem destaque os serviços médicos e odontológicos, os quais não se tinha registro até meados dos anos 2000, aparecendo no cadastro com a criação, entre 2005 e 2015, de quatorze (14) estabelecimentos.

Lins (2011) destaca a contribuição que os empregos e renda gerados pelas empresas de bonés tem para a dinâmica econômica de Serra Negra do Norte. Todavia, os dados da JUCERN (2016)

demonstram que, embora exista um crescimento dos setores comerciais e de prestação de serviços em relação aos anos de 1990, o número de estabelecimentos que surgiram não é tão significativo, o que, por consequência, influencia a permanência de uma dependência de Serra Negra do Norte em relação a Caicó. Até o final dos anos de 1999, havia o registro de apenas um (1) restaurante e/ou outros estabelecimentos que serviam comidas e bebidas, sendo somente entre os anos de 2006 e 2010 criados mais onze (11) unidades. Já quanto aos supermercados, a cidade contava com apenas um (1) estabelecimento até o final da década de 1990, surgindo mais um (1) nos anos 2000. O setor que tem uma maior expansão é o comércio varejista de móveis e eletrodomésticos, dado que havia dois (2) registrados até 1990 e, entre 2005 e 2015, surgem oito (8) novas lojas. Nos anos 2000 também são cadastradas duas (2) clínicas entre atividades médicas e odontológicas, atividade até então inexistente.

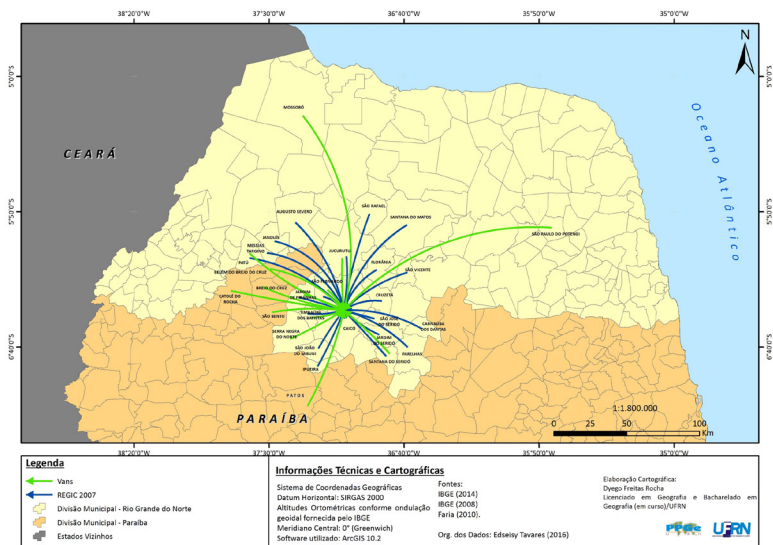
Todos os fixos presentes em Caicó geram uma diversidade de fluxos tanto de mercadorias, capitais e informações, quanto de pessoas em busca desse mercado, principalmente devido à ausência e/ou menor variedade de opções em muitas cidades vizinhas. Assim como em várias outras cidades do estado analisadas neste trabalho, é difícil retratar exatamente as viagens diárias realizadas entre Caicó e outros municípios, em razão da maioria dos transportes utilizados pela população atualmente serem informais, o que dificulta o registro.

De acordo com a REGIC 2007 (IBGE/IBGE 2008), Caicó era o destino do transporte coletivo de vinte (20) municípios do estado que realizavam viagens diárias, com frequências que variavam de 1 a 8 por dia. Os municípios de origem desses fluxos contemplavam desde os vizinhos mais próximos até àqueles que

a distância compreendia viagens que chegavam a 1 hora e 40 minutos e até 2 horas. As origens do transporte em direção a Caicó identificadas no referido estudo foram: Augusto Severo, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Florânia, Ipuçeira, Janduís, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Messias Targino, Parelhas, Patu, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Rafael, São Vicente e Timbaúba dos Batistas (Mapa 54).

No entanto, a pesquisa de campo realizada por Faria em 2010 (2011) com as vãs que realizam viagens intermunicipais, aponta que, apesar de algumas origens coincidentes como Jardim de Piranhas, Jucurutu, Santana do Seridó, São Fernando e Timbaúba dos Batistas, há outras conexões com as cidades de Mossoró, São Paulo do Potengi e Serra Negra do Norte. Inclusive, no caso desta última, com três viagens por dia, demonstrando a alta interação espacial entre essas cidades. Além desses fluxos, o autor ainda identificou deslocamentos de população em direção a Caicó de municípios do estado da Paraíba, como são os casos de São Bento, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Belém do Brejo do Cruz, Patos e Patu (Mapa 42).

Mapa 42 - Fluxos de transporte coletivo em direção a Caicó



Fonte: IBGE (2008) e Faria (2010).

Já de acordo com o DER-RN (2016), o transporte coletivo intermunicipal de passageiros, realizado pelo serviço de transporte regular, apresenta três linhas que contemplam Caicó e cujos itinerários a interligam com algumas cidades da região: 1) a linha Natal – Caicó, via Jardim do Seridó, segue de Natal pela BR 226, passando por Santa Cruz e Currais Novos, a partir de onde segue pela BR 427, passando por Acari e Jardim do Seridó, de onde pela mesma BR segue em direção a Caicó. Essa linha realiza quatro viagens de ida e quatro de volta; 2) a linha Natal – Caicó via Cruzeta (expresso), que realiza apenas duas viagens diárias em cada sentido e não apresenta paradas nas cidades que cruza em seu itinerário; e 3) a linha Natal – Caicó via Cruzeta e São José do Seridó, que, depois que chega em Acari, segue pela RN 288, passando por Cruzeta e São José do Seridó, de onde segue para Caicó pela RN 118 (Mapa

43). Portanto, entendemos que, além de possibilitar as interações com Natal, tais linhas ainda permitem fluxos diretos com cidades que estão sob sua área de influência, como Acari, Cruzeta, Jardim do Seridó e São José do Seridó.

Entretanto, se o comércio e a prestação de serviços movimentam um fluxo intenso de pessoas entre as cidades da região e Caicó, o mesmo não se verifica em relação ao fluxo de trabalhadores do circuito espacial de produção de bonés. A oferta de trabalho oferecida na maioria das cidades, em função da presença dos circuitos de produção de bonés, dos panos de prato, das redes de dormir e ainda das facções, permite que não haja a necessidade de deslocamento de mão de obra em busca de emprego. Assim, o circuito de produção de bonés não movimentam significativos fluxos de mão de obra. Diferentemente de outros circuitos, não há inversão de fluxos em direção a centros locais, nem oriundos de centros de gestão, nem de outros centros locais.

De acordo com o secretário executivo da ASFAB, os municípios de residência dos trabalhadores das bonelarias são os mesmos em que as fábricas estão instaladas e acredita-se que a naturalidade seja da própria região. Tal questão também é revelada no estudo de Lins (2011), que aponta que durante o período analisado, no caso dos três municípios produtores, a origem da mão de obra eram os próprios municípios, com exceção apenas de Serra Negra do Norte, que contava com uma mão de obra especializada no corte do chapéu australiano, cuja origem era Caicó. Portanto, verifica-se apenas um pequeno fluxo de mão de obra em direção a Serra Negra do Norte.

Mapa 43 - Linhas de Caicó de transporte intermunicipal de passageiros realizado pelo transporte regular



Fonte: DER/RN (2016).

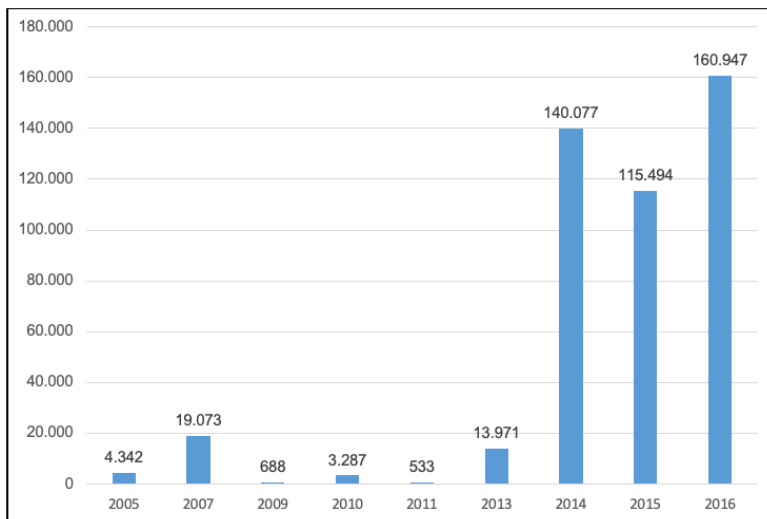
Ainda em relação aos trabalhadores e o papel que esse circuito apresenta para a centralidade das cidades na rede urbana, destacamos que, como coloca Faria (2011), a maioria das indústrias têxteis de Caicó, e entendemos que o mesmo se estende a todo o Seridó, utiliza técnicas intermediárias, não requerendo uma mão de obra especializada, e que, portanto, não detém altos salários, de modo que a dinâmica econômica das cidades é atendida por atividades básicas. Entretanto, há bonelarias que têm etapas produtivas em que são utilizadas técnicas mais complexas e sofisticadas, mas isso não modifica muito a situação da formação da mão de obra, sendo apenas em Caicó que se verifica uma dinâmica urbana mais acentuada, devido não somente ao circuito espacial do boné, mas a uma série de outras atividades econômicas.

Todavia, se o circuito espacial produtivo da atividade boneleira apresenta relações predominantemente hierárquicas e interações espaciais mais locais na etapa da produção propriamente dita, assim como ocorre com a aquisição da matéria-prima, as etapas de circulação, distribuição e consumo compreendem interações numa escala nacional. O Secretário executivo da ASFAB relatou na entrevista que o destino da produção de bonés do estado é todo o território nacional e que, raramente, existem exportações. Lins (2011), quando analisa esse circuito, ratifica a informação ao dizer que a circulação, distribuição e consumo se difundem no território brasileiro, mas esclarece que se tem registro de exportações para o Uruguai, Argentina e Espanha.

Há registro de exportações realizadas pelo município de Serra Negra do Norte nos anos de 2005, 2006 e 2007. Contudo, essas se referem principalmente a maiôs e biquínis de banho de malha e, em menor proporção, saias de algodão, havendo registro apenas em 2007 de um pequeno número de exportações de chapéus, mas de palha fina. Os destinos dessas produções foram Espanha, em 2005, Alemanha, em 2006 e, principalmente, Espanha, Líbano, Grécia, Emirados Árabes Unidos e Estados Unidos, em 2007 (SISCOMEX, 2016).

Já o município de Caicó vem apresentando uma maior variedade e regularidade de produtos destinados à exportação, embora se tenha grandes oscilações de valor gerado pela exportação (Gráfico 3), assim como nos tipos de produtos.

Gráfico 3: Valor das exportações de Caicó/RN entre 2005 e 2016



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do SISCOMEX, 2016.

Os chapéus e outros artefatos de malha só aparecem nas exportações dos anos de 2007 e 2014, no primeiro caso, com uma participação no grupo responsável por cerca de 26% das exportações, e, no segundo caso, com uma participação ínfima, em torno de 3%. Em 2007, o destino da produção foi o Canadá e, em 2014, o Reino Unido. Os demais produtos da pauta de exportação de Caicó também estão vinculados à indústria têxtil, isso até 2011, tendo sido os principais destinos os Estados Unidos e Portugal. A partir de 2013, as exportações passam a ser principalmente de granito, além de basalto, arenito e outros insumos industriais que são direcionados à França, Polônia, China, Itália, Taiwan (SISCOMEX, 2016).

Analisando a realidade desses dois centros urbanos, fica evidente que as interações estabelecidas se diferenciam. No caso de Serra Negra do Norte, as interações e redes formadas abrangem ora uma escala local, ora nacional. Todavia, Caicó participa de redes

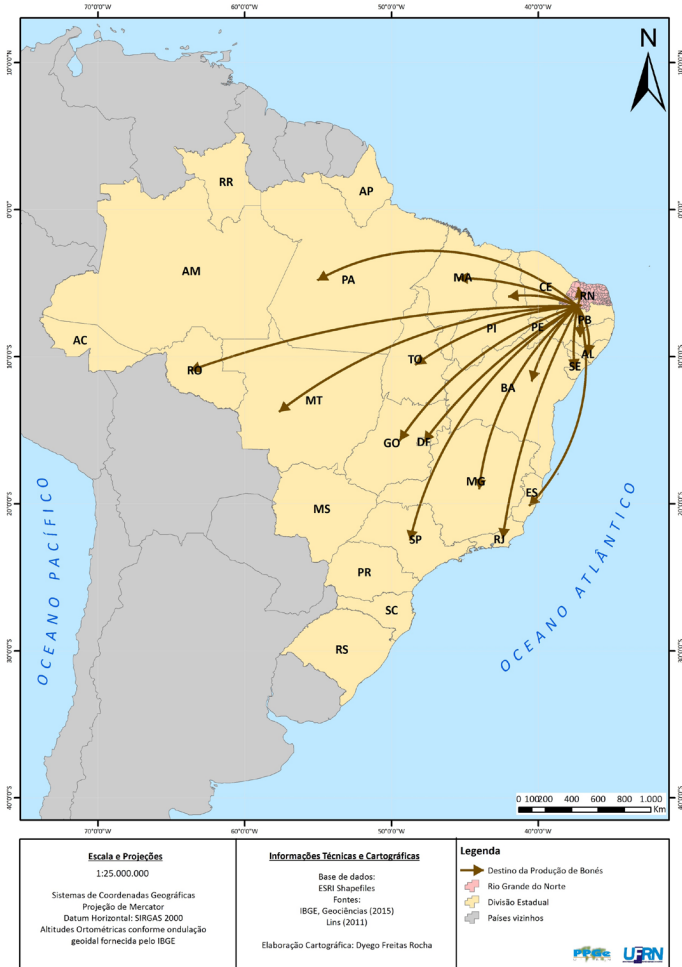
nessas escalas, mas também se conecta a uma rede internacional, inclusive sendo diferentes as interações dependendo do circuito. Ainda é preciso mencionar que, nesse sentido, também há relações que rompem com a hierarquia urbana clássica, porque Caicó tanto participa de uma rede hierarquizada, exercendo centralidade numa região, quanto mantém relações numa escala internacional, que não envolvem necessariamente a rede urbana estadual e nacional.

Apesar dos circuitos mencionados integrarem redes com interações internacionais, o circuito de bonés do Seridó tem uma circulação, distribuição e consumo mais voltado para o território nacional, que atinge todos os estados brasileiros, entretanto, os maiores consumidores são os estados do Nordeste. Os destinos da produção, de acordo com Lins (2011), são principalmente Caicó e Mossoró, no Rio Grande do Norte; os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Piauí e Maranhão, na região Nordeste; e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Rondônia, nos demais subespaços do território nacional (Mapa 44).

Especificamente, em relação às bonelarias de Serra Negra do Norte, o destino final são os estados das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. De tal modo, é principalmente na pré e pós-produção que se observa que Serra Negra do Norte tem uma participação em uma rede de interações que não coincide com a rede urbana clássica, a qual permanece sendo a sua referência para a maioria das atividades urbanas de sua população. Isso é possível, porque nas instâncias mencionadas há conexões diretas entre as áreas produtoras e os lugares do consumo, que são cada vez mais distantes dos pontos da produção propriamente dita. É nessa perspectiva que Serra Negra do Norte tem uma situação na rede urbana que se assemelha ao que se processa em outras cidades brasileiras, como em Jaguapitã, no Paraná. De

acordo com Veiga (2007), esse centro se insere na rede urbana com um nível muito fraco de centralidade, contudo, a partir das indústrias de mesas de bilhar, são realizadas interações espaciais longínquas.

Mapa 44 - Principais destinos da produção de bonés do Seridó/RN



Fonte: Lins (2011).

O mesmo também ocorre com as pequenas cidades da rede urbana de Itabuna-Ilhéus, que, mesmo continuando a realizar fortes conexões com esses centros regionais, passam, simultaneamente, a construir interações com cidades distantes e de escalas espaciais distintas. Trindade (2011, p. 290), analisando tal questão, esclarece que “as interações entre os lugares podem ser construídas em um espaço muito mais amplo, próximo-distante, mais aberto, como afinal é o sentido da própria rede”. Por isso, defendemos que, embora a hierarquia urbana clássica permaneça, relações baseadas em outras hierarquias se sobrepõem a essa rede, possibilitando interações diretas com cidades distantes.

Nesse sentido, ressaltamos que, assim como diversas outras cidades, Serra Negra do Norte mantém relações diretas com centros de nível hierárquico mais elevado que o de nível imediatamente superior, entretanto, numa interação que também apresenta uma hierarquia. Portanto, assim como assinalam Casaril e Sampaio (2016, p. 235) para o caso de Ámpere, “o modelo teórico básico não se alterou, o que se alterou foram as múltiplas determinações de suas relações”.

As conexões entre as empresas produtoras de bonés em Serra Negra do Norte e os mercados consumidores não passam por escalas espaciais intermediárias. Lins (2011) explica que há vendedores em alguns estados do país e esses visitam as lojas para que elas possam escolher as características dos seus pedidos, os quais são repassados pelos vendedores para as bonelarias por intermédio de e-mail, Correios (SEDEX) ou fax. O mesmo também ocorre, muitas vezes, quando se vai adquirir uma máquina e outros acessórios necessários para a confecção dos bonés, não apenas em Serra Negra do Norte, mas também nos outros municípios produtores. Assim, a expansão e modernização dos sistemas técnicos de teleco-

municações e de transportes são essenciais para as interações que são estabelecidas nesse circuito e para a formação de redes que coexistem com a da hierarquia urbana clássica.

O circuito espacial de produção de bonés em Caicó e em Serra Negra do Norte demonstra algumas das principais características da nova constituição das redes urbanas, que é de ser “complexa e diferenciada”, como enfatizam Casaril e Sampaio (2016, p. 234). Essa nova realidade expressa a inserção diferenciada das cidades na divisão territorial do trabalho, por intermédio de um ou mais circuitos e das etapas que realizam. Nesse processo, fica evidente o quão atrativa é a cidade de Caicó para a realização de etapas do circuito de bonelarias, dado o papel que esse centro urbano representa na rede urbana estadual, assim como pela presença de outros circuitos que, somados ao do boné, reforçam cada vez mais a sua centralidade. Contudo, também é notório que, diante da lógica do capital de reduzir os custos e aumentar os lucros, são criadas redes, cujos nós buscam localizações particulares para a inserção de determinadas atividades e que, nesse processo, as cidades que passam a participar dessas novas conexões apresentam uma dinâmica diferente das demais.

6.4.3 A EXPANSÃO DAS FACÇÕES NO TERRITÓRIO POTIGUAR E O ESTABELECIMENTO DE NOVAS REDES

O Rio Grande do Norte, em meados dos anos 1990, passa a ter um novo uso do território relacionado à indústria de confecções. A partir desse período, coexistem com as grandes plantas industriais uma série de facções de roupas que se estabelecem nos diversos subespaços do estado, fundamentados numa lógica de pro-

dução de subcontratação. No território potiguar, a subcontratação foi iniciada pela extinta Sulfabril ainda na década de 1990 e, atualmente, é realizada por diversas empresas de capital local, regional e nacional de grifes, que contratam as facções para a realização de etapas de produção de suas mercadorias. No entanto, direcionaremos nossa análise às redes e aos fluxos empreendidos por dois dos grandes grupos que usam o território potiguar por intermédio desse circuito espacial produtivo. Dessa forma, o nosso intuito é compreender como a instalação das facções no interior do Rio Grande do Norte influenciam o papel das cidades na rede urbana.

Entendemos que a perspectiva de análise da rede urbana potiguar a partir desse circuito é significativa, porque a rede formada por ele estabelece interações que coabitam com as conexões que se dão no âmbito da rede urbana clássica, mas também, em razão do circuito espacial de produção de confecções e vestuário, cria nos lugares envolvidos na produção uma dinâmica urbana que modifica as relações de dependência de algumas cidades em relação aos outros centros, tanto de hierarquia superior quanto inferior. De acordo com a presidente da Associação dos Faccionistas do Seridó (ASAFE), na realização de etapas desse circuito nos municípios do Seridó, é visto que o comércio e os serviços locais “também se beneficiaram aumentando a quantidade de abertura de várias microempresas individuais”, que tanto atendem ao consumo consumptivo quanto ao produtivo, com a presença de serviços financeiros e contábeis relacionados mais especificamente à demanda dessa atividade.

Destacam-se entre as empresas com maior número de subcontratações de facções a Hering e o grupo ZTEC – RMNor, e, mais recentemente, temos a significativa inserção do grupo Guararapes. Os dois primeiros grupos são apontados por Arroyo e Gomes (2013) como as empresas que apresentam maior representati-

vidade na terceirização de suas produções, contratando facções localizadas no interior do estado. A RMNor inicia suas atividades no estado no ano de 1998 e a Hering se instala no ano 2000. Só mais recentemente, em 2012, é que o grupo Guararapes passa a subcontratar facções no interior do estado para realizar parte de sua produção, tornando-se um dos principais grupos que influenciaram na expansão das facções, em função da alta demanda apresentada pelo grupo que ampliou a sua rede de lojas em todo o território nacional.

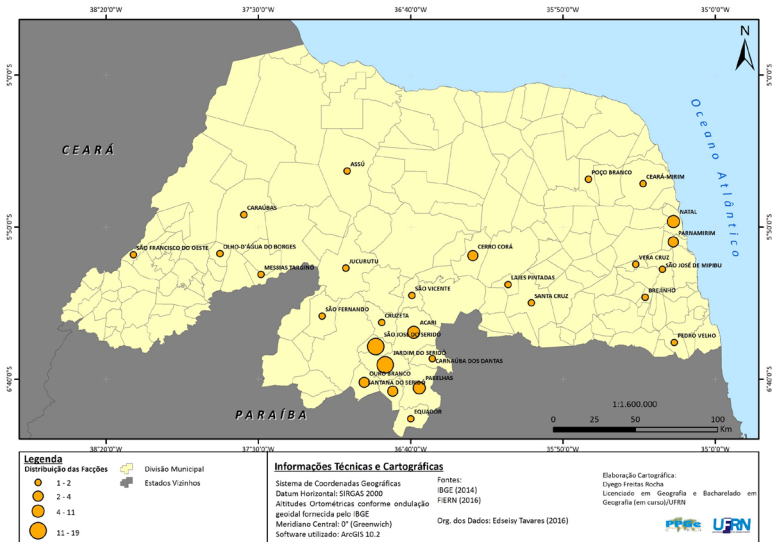
O Mapa 45 nos revela que as facções estão instaladas em diversas cidades do interior do estado, assim como em Natal. Contudo, nos ocuparemos em compreender qual a dinâmica e os papéis desempenhados pelas cidades do Seridó, uma vez que ela se caracteriza como a região que detém o maior número dessas facções. Os dados da FIERN (2012) nos revelam que existem cadastrados no Rio Grande do Norte cento e três (103) estabelecimentos de facções de roupas, os quais estão dispersos no território estadual. Todavia, como podemos constatar, a maioria desses se localizam na região do Seridó, havendo ainda uma maior concentração nos municípios de Acari (7), Jardim do Seridó (19), Parelhas (9) e São José do Seridó (15) (Mapa 45).

Assim, esse recorte se deu devido à relevância que essa atividade representa para a referida região, o que se processa em consonância com a realização de outros circuitos têxteis, além da significativa concentração desses estabelecimentos no Seridó, dado que, considerando apenas as cidades da região que concentram a maior quantidade de facções, as mesmas já representam aproximadamente 50% do total de empresas existentes no estado de acordo com registros na FIERN (2012). Ainda, porque a inserção das cidades nesse circuito garante interações que rompem com a hierarquia urbana clássica, na mesma medida em que reforça al-

gumas centralidades estaduais, ampliando a sua dinâmica urbana por intermédio da expansão de atividades comerciais e prestação de serviços e, conseqüentemente, dos fluxos que a esses centros urbanos se direcionam.

Cunha (2015) esclarece, e podemos verificar por intermédio da realização das entrevistas realizadas junto às principais empresas contratantes, que as facções “surgem da terceirização feita pelos grandes grupos de moda e vestuário que para obterem vantagens competitivas e reduzirem custos entre outros, decidem descentralizar parte de sua produção para pequenas fábricas” (CUNHA, 2015, p. 13), localizadas principalmente nos pequenos municípios do interior do estado.

Mapa 45 – Distribuição das facções de confecções no Rio Grande do Norte



Fonte: FIERN (2012).

Dicken (2010, p. 274), explicitando o circuito de produção de roupas, esclarece-nos que “a indústria do vestuário é muito mais fragmentada em nível organizacional do que as têxteis, e é bem menos sofisticada tecnologicamente. São também indústrias nas quais a subcontratação encontra maior expressão”. Nesse sentido, fica evidente a relevância que a análise desse circuito representa no estudo sobre rede urbana, dado que tal fragmentação das etapas produtivas envolve cidades de redes urbanas diferentes em uma rede específica e possibilita que a participação no circuito mude a sua dinâmica urbana. O fato de ser menos sofisticado, do ponto de vista tecnológico, é outro elemento importante para o presente estudo sobre rede urbana, pois, dependendo do grau de tecnologia requerido pelo circuito, como também da especialização da mão de obra, a cidade terá uma dinâmica diferente, que se refletirá no seu papel e centralidade na rede urbana.

Quanto a essa fragmentação, ainda precisamos mencionar Silva (2013, p. 3), ao explicitar que, do ponto de vista técnico, o circuito espacial de produção de vestuário, na etapa de produção, contempla “a concepção da peça, elaboração do design, escolha da cor, modelagem e costura” e, de acordo com Dicken (2010, p. 274), “os processos de criação e até de corte são executados separadamente do processo de costura, sendo esse último particularmente propenso a terceirização”. As entrevistas nos revelaram que as três maiores empresas que terceirizam suas produções no estado por intermédio das facções contratam exatamente esse tipo de serviço. O que também é ratificado pelo estudo de Cunha (2015), que demonstra, no caso do Rio Grande do Norte, que a terceirização ocorre com as facções realizando a costura e devolvendo as peças às contratantes para os acabamentos finais.

Em relação à divisão territorial do trabalho e nos detendo mais especificamente às redes formadas por cada uma das empresas, fica evidente o quanto o circuito espacial de produção de confecções e vestuário mantém interações com cidades que seguem o padrão da hierarquia urbana clássica. No entanto, cria simultaneamente conexões entre os territórios que coabitam com esse padrão.

Iniciando com a aquisição da matéria-prima e insumos, observa-se que as empresas apresentam redes diferentes, envolvendo não apenas interações com grupos de cidades diferentes, mas também lógicas hierárquicas distintas. O circuito espacial produtivo realizado pela Hering contempla diversos territórios com relações hierárquicas, mas numa lógica que não coincide em algumas etapas com a da hierarquia estadual, regional e nem nacional. Embora a unidade de produção esteja instalada em Parnamirim e receba esses materiais de fornecedores localizados no próprio Rio Grande do Norte, mas também de diversas outras partes do país, é preciso mencionar que todo o processo de compra é realizado pelo escritório da empresa, localizado em Blumenau (SC), e os fornecedores entregam em Parnamirim. Também é em Blumenau que ocorre todo o projeto de desenvolvimento e design das peças que são encaminhadas para as unidades de produção, localizadas nos estados de Goiás (5), Santa Catarina (4) e Rio Grande do Norte (1).

Sendo assim, podemos notar que as interações espaciais estabelecidas entre as cidades envolvidas nessas etapas da produção formam uma rede na qual a hierarquia não coincide com a urbana clássica. As conexões são mantidas entre Blumenau e as unidades produtivas. Mesmo que um fornecedor seja de Natal, por exemplo, ou mesmo de Parnamirim, o escritório em Blumenau é que mantém o contato e não há a necessidade de relações das unidades produtivas com os fornecedores localizados em nenhum dos

níveis intermediários da rede urbana, independente da origem desse material. Todavia, também há relações que destacam a força da hierarquia urbana nacional, como o fato de se ter um escritório em São Paulo, mesmo o estado não tendo unidades produtivas. Portanto, a centralidade que São Paulo exerce na gestão das empresas é indiscutível, tendo em vista que mesmo a Hering concentrando a gestão em Blumenau e tendo suas unidades produtivas fora dessa localização, ainda tem um escritório instalado nessa metrópole, sendo inclusive para onde convergem as demandas da produção.

Já a Guararapes, embora coincida com a Hering no que se refere à origem dos fornecedores de matéria-prima, insumos e maquinário, que são provenientes de todo o país, inclusive do próprio estado, ainda conta com uma produção própria de malhas. O grupo Guararapes também apresenta uma outra lógica hierárquica no contexto da rede urbana nacional, pois, diferentemente de outras grandes empresas, cuja gestão se concentra nas grandes metrópoles do país, a sua Diretoria de Suprimentos está localizada em Natal. No entanto, assim como a Hering, a Guararapes também não tem unidades produtivas no estado de São Paulo, mas mantém nele um escritório que é responsável pela central de varejo, gerência de produtos e um departamento de design e criação. Contudo, os desenhos e/ou projetos das peças são decididos numa parceria entre os estilistas vinculados a esse setor, tanto em São Paulo quanto em Natal.

Verificamos, nesses casos, que são modificadas as interações entre as escalas e a hierarquia, pois as relações se dão diretamente entre a área de produção e as sedes das empresas, sem que sejam necessários seguir uma trajetória hierárquica, passando pelos centros intermediários (regionais) do país. A divisão territorial do trabalho exprime hierarquias, mas essas estão voltadas principalmente para a distribuição espacial das funções do circuito espacial produtivo. Nas

palavras de Corrêa (2010), ao estudar as corporações, fica evidente que as funções de produção industrial, de comando e de gestão do circuito no território sempre procuram os espaços mais hierárquicos das redes urbanas.

A unidade produtiva da Hering em Parnamirim, após receber as ordens de Santa Catarina e São Paulo, dá início à produção propriamente dita das peças, sendo realizada na própria fábrica o corte, o controle de qualidade e o acabamento. Já a etapa da costura é realizada nas fábricas subcontratadas que se localizam no interior do estado. Por sua vez, as etapas de lavanderia, bordado e estamparia, também são terceirizadas, principalmente por empresas localizadas em Natal e sua região metropolitana.

A Guararapes, que há 12 anos só produz para a Riachuelo, também desenvolve todas as etapas até o corte em sua unidade produtiva localizada na Região Metropolitana de Natal, enviando as peças para as fábricas instaladas no interior do estado apenas para serem costuradas. As peças que necessitam do serviço de lavanderia podem passar por esse processo na própria fábrica ou terem esse serviço realizado por uma subcontratada localizada na Região Metropolitana de Natal.

Em setembro de 2016, a Hering apresentava oitenta e três (83) fábricas subcontratadas, enquanto a Guararapes tinha, no mesmo período, contratos de terceirização com sessenta e quatro (64) fábricas. É importante destacar que algumas fábricas são subcontratadas simultaneamente das duas empresas, assim como de outras marcas. Em ambos os casos, a maioria das fábricas se localizam na região do Seridó – no caso da Hering, o percentual corresponde a mais de 60%, e da Guararapes, de cerca de 70%.

A Hering produz no estado principalmente peças retas, o que demonstra uma divisão territorial do trabalho entre as unida-

des produtivas quanto ao tipo de produto, sendo, portanto, a produção do Rio Grande do Norte mais especializada em camisas, calças, shorts, bermudas, jaquetas, jardineiras, enquanto que as outras fábricas se especializam e/ou apresentam produções diversificadas. O mesmo ocorre com o circuito produtivo na Guararapes, na medida em que a unidade localizada na Região Metropolitana de Natal produz peças planas e malhas, enquanto a unidade de Fortaleza produz peças planas e camisas e na unidade produtiva do Paraguai predomina a produção de malhas.

Há, portanto, nesse circuito, especializações de lugares em produtos e em etapas, englobando um conjunto de empresas com diferentes graus de tecnologia e capital. Por isso, nas fábricas localizadas na Região Metropolitana de Natal, ocorrem etapas como, por exemplo, corte e acabamento de peças específicas e, nas fábricas, a etapa da costura, além de outras terceirizadas que realizam lavanderia. Essas diferenciações também estão relacionadas à própria demanda da mão de obra que é requerida para etapa da costura e as vantagens que alguns lugares oferecem quanto a essa questão. A partir das entrevistas realizadas, podemos observar que as fábricas subcontratadas pelas maiores empresas que atuam no Rio Grande do Norte contam com uma média de 25 a 35 empregados, mas, dependendo da empresa, são firmados contratos com fábricas que têm diferentes números de funcionários em suas plantas. Portanto, as características envolvidas nesse circuito nos remetem ao entendimento de Arroyo (2006) de que

O circuito permite agregar a topologia de várias empresas em um mesmo movimento; mas, ao mesmo tempo, permite captar uma rede de relações que se dão ao longo do pro-

cesso produtivo, atingindo uma topografia que abrange uma multiplicidade de lugares e de atores (ARROYO, 2006, p. 9).

Ainda quanto a essa fragmentação do processo produtivo e da seletividade espacial requerida para cada etapa de um circuito espacial produtivo, entendemos, conforme Arroyo (2006), que as virtualidades do lugar, sejam da ordem política ou técnica, são essenciais à produtividade. Nesse sentido, o Rio Grande do Norte é um importante nó do circuito de confecções, permitindo uma boa produtividade espacial, principalmente no que se refere à etapa da costura. Também recorrendo a Arroyo (2006, p. 78), compartilhamos do reconhecimento de que “a produtividade espacial revela assim a existência de uma hierarquia de lugares, que se cria e recria em função de um movimento que é nacional e mundial”.

Silva (2013), explicitando como se dá a reorganização do circuito espacial do vestuário no Brasil, aponta como principais causas da dispersão da produção para a região Nordeste, além da mão de obra mais barata, os “incentivos fiscais, tributários e territoriais oferecidos às empresas para se deslocarem” (SILVA, 2013, p. 5), como também ressalta que a expansão dos sistemas de transporte e comunicação são essenciais para que possam ocorrer os fluxos do circuito, tanto para as demais regiões do país quanto para o interior do estado de São Paulo.

Especificamente no que diz respeito à situação do Rio Grande do Norte, a infraestrutura de transporte e comunicação também se tornam essenciais, dado que há uma circulação diária, articulando grandes empresas localizadas na Região Metropolitana de Natal e as fábricas presentes na região do Seridó e nas demais áreas do estado, isso devido à necessidade de conexões

para a distribuição das peças e fichas técnicas (que demonstram como devem ser montadas), assim como a sua coleta. A Hering, por exemplo, envia e recebe mercadorias, para as facções do interior do estado do Rio Grande do Norte e do Ceará, por intermédio da empresa Parnamirim Transportes, enquanto a Guararapes realiza tal transporte das mercadorias utilizando caminhões próprios, por meio da Transportadora Casa Verde (TCV), que é responsável por parte da logística do grupo, e ainda contratando terceirizadas, como a R A Transportes. Ainda se tornam imprescindíveis para as empresas os contatos realizados pessoalmente, mas também via e-mail, ligações e mensagens pelo whatsapp.

Dessa forma, concordamos com Souza (2012) que o aumento da conectividade no período técnico-científico-informacional permite uma maior divisão territorial do trabalho, visto que a cognoscibilidade do planeta (SANTOS, 2011) possibilita as empresas conhecerem e explorarem as virtualidades de cada lugar, de modo que todas as cidades da rede urbana, até mesmo as que estão na base da hierarquia, “entram potencialmente no cenário econômico” (SOUZA, 2012, p. 63), estabelecendo interações com cidades de outras redes urbanas que estão em escalas hierárquicas das mais diversas, o que representa uma mudança no esquema clássico da rede urbana.

Assim, temos um circuito espacial de produção de confecções que, a depender da empresa, pode planejar o projeto das confecções e vestuário no Centro-Sul do país, como também, a partir dessa localização, gerenciar a compra de matéria-prima e insumos, atendendo às demandas dos consumidores, podendo ter essas etapas realizadas no próprio estado do Rio Grande do Norte, na sede da empresa. No que concerne às etapas de produção até o corte, a execução ocorre na Região Metropolitana de Natal. A partir dessa

etapa, as peças são enviadas para as facções de roupas presentes no interior do território do Rio Grande do Norte apenas para serem costuradas, sendo, ainda, alguns serviços de lavanderia, bordado e estamparia realizados por terceirizadas localizadas também na Região Metropolitana de Natal.

Embora muitas facções sejam contratadas predominantemente para a etapa da costura, como é o caso da Hering e da Guararapes, existem algumas que realizam outras etapas produtivas, como, por exemplo, o corte. A RMN^{or} tanto mantém contratos com facções que realizam apenas a costura quanto contrata aquelas que têm maquinário que permitem a realização do corte.

Como a maioria das facções do território potiguar estão localizadas no Seridó, conforme já evidenciado, buscamos compreender como a presença desse circuito espacial produtivo influencia a dinâmica dessas cidades, em relação aos fluxos mantidos e criados com as cidades de diversas redes urbanas.

A partir da década de 1990, assim como ocorreu em diversos subespaços do território estadual, estabelecem-se diversas fábricas do setor têxtil em São José do Seridó. O município, nesse período, passa a ser usado pelos circuitos espaciais de produção de bonés e pelas facções, o que conseqüentemente significou a ampliação do número de empregos no município e da sua dinâmica urbana. Contudo, não podemos deixar de atentar para o fato de que, dependendo do circuito espacial produtivo e, conseqüentemente, de suas características técnicas e sociais, a influência que esse circuito apresentará para o papel e importância da cidade que o abriga em relação à rede urbana será diferenciada.

Apesar de apresentar uma significativa quantidade de facções instaladas no município (15), de acordo com dados da FIERN (2012), a dinâmica urbana dessa cidade não é tão acentuada. In-

clusive, é necessário destacar que só atua no município uma operadora de telefonia móvel, o que pode dificultar os contatos entre as empresas e as facções, tendo em vista que, conforme exposto nas entrevistas realizadas nas empresas, há muitos contatos via telefone e também por meio de canais ou e-mail via internet, e que, no caso de não serem possíveis por esses meios, aumentam a necessidade de que a comunicação com algumas facções se estabeleça por visitas presenciais. Diferentemente de outros circuitos espaciais produtivos presentes no território potiguar, como, por exemplo, o do petróleo, as facções não demandam uma mão de obra mais qualificada, o que aufere salários elevados. Por isso, a sua presença em algumas cidades do Rio Grande do Norte não gera um consumo consumptivo mais intenso e especializado, como aquele promovido pelo circuito do petróleo, que tem profissionais que se deslocam de sua cidade natal e passam a demandar uma série de atividades e serviços que eram inexistentes ou, quando presentes, apresentavam proporções inferiores. Também é notório que setores como hotéis e restaurantes, em franca expansão por servirem também a esse público alvo de trabalhadores do circuito do petróleo, não se fazem presentes em cidades que abrigam etapas do circuito de confecções, pois a mão de obra, sendo local, não demanda tais atividades.

Assim, embora Lins (2011) aponte que em São José do Seridó “o setor terciário conta com estabelecimentos comerciais, representados por supermercados, inclusive um da Rede Seridó, e lojas onde se podem encontrar os mais variados artigos”, a cidade que nunca exerceu nenhuma centralidade permanece sendo um centro local (IBGE/REGIC, 1972, 1987, 2000 e 2008), predominando ainda interações muito fortes com Caicó, consideração que também é feita pela autora. A cidade continua não tendo agência bancária, sendo esses serviços ofertados pelos correspondentes ban-

cários (cinco) e Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (um). Todavia, não podemos deixar de considerar que, até primórdios dos anos 1990, não havia registro de muitas atividades comerciais e serviços no município e que, embora incipiente, foram sendo instalados fixos que possibilitam que alguns deslocamentos não sejam mais necessários.

Entre 1990 e 2004, foram instalados três (3) supermercados na cidade. No ano de 2009, foi criado um (1) hotel e seis (6) restaurantes ou serviços similares de 2005 a 2015. O setor de móveis e eletrodomésticos também registra um incremento de suas atividades, com o surgimento de duas (2) lojas, na década de 1990, e uma (1) em 2011. Também ocorre o estabelecimento de uma clínica odontológica em 2015. Apesar dessa baixa densidade, podemos encontrar no município atividades que anteriormente apenas se encontravam em Caicó.

Em relação ao município de Jardim do Seridó, podemos dizer que ele também apresenta uma relação intensa de fluxos direcionados a Caicó para a realização de uma série de atividades, como o comércio e a prestação de serviços. No entanto, a cidade de Jardim do Seridó, que tem um número um pouco maior de facções (19), detém uma densidade maior de fixos do que São José do Seridó, o que diminui a necessidade dos deslocamentos ao centro de nível hierárquico imediatamente superior.

Apesar de na última REGIC (IBGE/REGIC, 2008) ser classificado como um centro local, Jardim do Seridó já foi considerado como um centro que exerceu certa centralidade sobre outros centros urbanos, no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980. Inclusive, na década de 1970, já tinha uma agência bancária e, até o ano de 1990, já se tinha registro na JUCERN de dois (2) restaurantes, sete (7) supermercados e quatro (4) estabele-

cimentos do comércio varejista especializados em móveis e eletrodomésticos. Mesmo que segundo o último estudo realizado pelo IBGE esse centro urbano tenha perdido posição na hierarquia urbana do estado, entendemos que a expansão das facções de roupas na cidade tem possibilitado a geração de emprego e renda, e, portanto, uma dinâmica econômica que propicia a instalação de novos empreendimentos e a intensificação de fluxos.

É notório, por exemplo, no setor de restaurantes, lanchonetes e bares um crescimento. Se durante a década de 1990 foi instalada apenas uma unidade, entre 2000 e 2015, constata-se o surgimento de vinte e seis (26) estabelecimentos. O número de supermercados também aumentou, havendo o registro, na década 1990, da instalação de três (3) e mais dois (2) de 2000 a 2015. No setor de móveis e eletrodomésticos, temos a criação de seis (6) novas unidades nos anos de 1990 e quatro (4) entre 2000 e 2014. Além disso, surgem também dois (2) estabelecimentos na área da saúde, um (1) em 1997, que realiza atividades médicas, e o outro, em 2007, que realiza procedimentos odontológicos, ambas atividades ausentes até então. Também enquanto reflexo dessa dinâmica, podemos mencionar que Jardim do Seridó conta com duas (2) agências bancárias e nove (9) correspondentes bancários e tem a cobertura de duas operadoras de telefonia móvel, sistema fundamental para a comunicação entre os agentes sociais que compõem os circuitos.

Os municípios de Parelhas e Acari também apresentam uma significativa quantidade de facções em relação aos demais municípios do Seridó e do estado, nove (9) e sete (7), respectivamente, contudo, esse número ainda é inferior a São José do Seridó e Jardim do Seridó. Essas cidades, embora já tenham exercido o mesmo nível de centralidade de centros de zona B, na REGIC de 1966, e centros de zonas, na de 1978, apresentam, desde a década

de 1990, situações diferenciadas, enquanto Parelhas desceu apenas um nível hierárquico se compararmos as correspondências entre as categorias da REGIC de 1978 e 2007, sendo classificado com um Centro de zona B, e Acari foi considerado no último estudo como um centro local (IBGE/REGIC, 2008).

A expansão das atividades comerciais e prestação de serviços, além da presença de fixos e fluxos relacionados às telecomunicações, evidenciam ritmos diferenciados tomados por essas cidades a partir de 1990. Todavia, não se pode deixar de mencionar que, diferentemente dos demais municípios que se especializam em etapas da produção de confecções, Parelhas é uma área de diversidade que abriga outros circuitos importantes da economia estadual, como o da cerâmica vermelha e dos minerais não-metálicos destinados à exportação, o que contribui para reforçar a sua dinâmica econômica e urbana e manter a sua centralidade.

Acari tem registrado na JUCERN (2016) dois (2) meios de hospedagem, um da década de 1990 e outro dos anos 2000. Os restaurantes e opções similares consistem em um (1) até os anos de 1990, mais seis (6) na década de 1990 e mais vinte e um (21), entre os anos 2000 e 2014. Já os supermercados, foram apenas dois (2) entre 2000 e 2014. O comércio varejista especializado em móveis e eletrodomésticos tem um crescimento maior também a partir dos anos 2000, uma vez que, enquanto nos anos de 1990 foi criado apenas um (1) estabelecimento, entre 2000 e 2015 surgem dezessete (17). Quanto aos serviços de saúde, constatamos que a densidade permanece baixa, com a criação de apenas um (1) fixo especializado nesse serviço. Em relação aos serviços bancários, o município conta com uma (1) agência bancária e oito (8) correspondentes bancários, no entanto, isso é um diferencial em relação a muitos centros locais que não contam com tal serviço (113, no total). O

que também podemos constatar no caso da cobertura da telefonia móvel, que, em boa parte dos centros locais do estado, é apenas uma (1) e em Acari atuam a Claro e a Tim.

Já Parelhas tem uma expansão do número de hospedagens, dado que se tinha registro de apenas uma (1) até 1990 e, nos anos de 2005 a 2015, são estabelecidos nove (9) novos empreendimentos desse setor. O crescimento do número de restaurantes e atividades do gênero é bastante significativo, visto que até o ano de 2004 registram-se apenas duas (2) unidades e, em dez anos, de 2005 a 2015, são cadastrados cento e cinquenta e três (153). Também surgem mais supermercados: o município contava com apenas um (1) até 1990; na década de 1990, registra mais um (1); já entre 2005 e 2014, são cadastradas oito (8). No setor do comércio varejista de móveis e eletrodomésticos cresce o número de lojas, que eram quatro (4) até o ano de 1990, e, de 1991 a 2015, são cadastradas sessenta e sete (67). Até as atividades médicas e odontológicas apresentam um aumento nos últimos anos, pois apenas uma (1) foi cadastrada na década de 1990, enquanto entre os anos de 2000 e 2015 surgem sete (7) novos estabelecimentos. Ainda temos duas (2) agências bancárias e dezessete (17) correspondentes bancários e a cobertura das quatro operadoras de telefonia móvel. Neste último caso, situação que no Rio Grande do Norte se observa com maior frequência nos centros de nível hierárquico mais elevados que centros de zona. Portanto, mantendo uma centralidade a partir desse conjunto de atividades, esse centro urbano mantém suas interações espaciais na rede urbana, tanto em relação às dependências ao centro de nível hierárquico superior, como também permanece tendo uma área sob a sua influência. No entanto, isso não significa que não se têm mudanças no papel dessa cidade, pois a participação em diversos circuitos espaciais de produção conecta-a a diferentes redes, tanto

na escala estadual quanto na nacional e até internacional. Assim, esse nó exerce funções diferenciadas em cada uma delas.

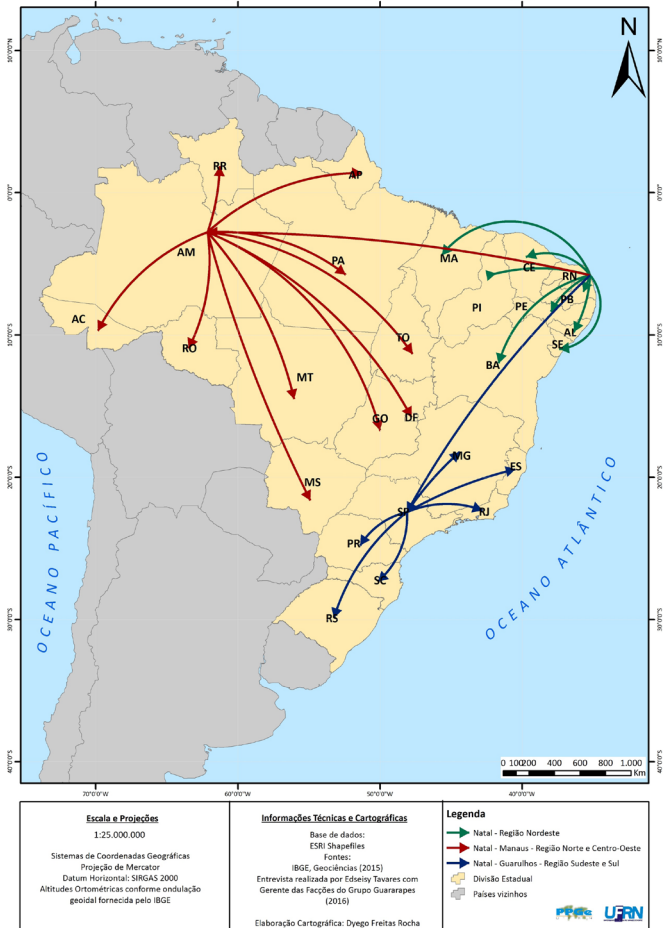
Das diversas facções localizadas nessas cidades, assim como em outras áreas do estado, as peças são transportadas, no caso da Hering, pela Parnamirim Transportes para a unidade industrial de Parnamirim para que seja feita a contagem e passem no Controle de Qualidade, e, no caso da Guararapes, pela frota própria e pela RA Transportes. Em alguns casos, as peças, conforme mencionado anteriormente, são enviadas para empresas subcontratadas que realizam o serviço de lavanderia e retornam mais uma vez para a fábrica.

A Hering encaminha as peças pela APK Logística e Transporte Ltda, cuja sede é em Curitiba/PR, mas apresenta uma filial em Parnamirim/RN, para o Centro de Distribuição de Goiás, localizado em Anápolis, onde ocorre a embalagem e organização da distribuição das peças para todo o Brasil e exterior. A partir do Centro de Distribuição de Goiás, segundo informações fornecidas pela Hering, a produção segue para uma das suas 842 lojas, entre próprias e franqueadas, distribuídas por todo o Brasil e exterior, além dos pontos multímarcas e o e-commerce. A empresa atua com as marcas Hering, Hering Kids, PUC, Hering for you e DZARM, sendo que a maioria das lojas são franqueadas, inclusive as que estão no exterior, que já contam com 18 sedes instaladas na América Latina, no Uruguai, Bolívia e Paraguai.

Já a Guararapes, embala e distribui as peças para 289 lojas da Riachuelo espalhadas pelo país, a partir do Centro Logístico (anteriormente denominado Centro de Distribuição), instalado na sua unidade produtiva na Região Metropolitana de Natal. Desse Centro Logístico, há a distribuição das mercadorias para as lojas de todo a região Nordeste (63) e para os Centros Logísticos de Guarú-

hos e Manaus, responsáveis pela distribuição das peças, respectivamente nas lojas das regiões Sudeste (135) e Sul (41), Norte (22) e Centro-oeste (28) (Mapa 46).

Mapa 46 - Fluxos da distribuição das peças do grupo Guararapes para as lojas Riachuelo no Brasil



Fonte: Entrevista realizada por Edseisy Tavares com Gerente das Facções do Grupo Guararapes.

Nessa etapa do circuito espacial produtivo, mais uma vez, podemos verificar que a hierarquia não é a mesma que se estabelece para outras redes, inicialmente porque a própria logística das empresas é diferente e, segundo, porque há situações em que as hierarquias não correspondem à da rede urbana clássica. A Guararapes estabelece uma rede nessa etapa do circuito que complexifica a configuração da rede urbana nacional, pois, a nível regional, o nó de distribuição é Natal e não Fortaleza ou Recife, os quais estão em níveis mais altos da hierarquia urbana, entretanto, é notório, a nível nacional, a força da hierarquia urbana.

Na distribuição das peças para as lojas localizadas nas demais regiões do país, não há uma conexão direta a partir de Natal, sendo os nós de Guarulhos e Manaus que realizam essas interações. Em relação à Hering, a circulação se dá de forma diferente, pois, sem essas regionalizações e intermediações, a produção segue diretamente de Parnamirim, no Rio Grande do Norte, para o Centro de Distribuição de Goiás e, a partir desse, para as lojas de todo o país e exterior, de modo que se tem uma rede cujos nós não coincidem com a hierarquia e as conexões a nível regional e nacional.

Para Silveira (1999), a hierarquia urbana criada pelas corporações altera os papéis das cidades e a dinâmica da rede urbana, modificando a vida de relações entre as cidades e sua região e dessas com o exterior. Para Silva (2013), no circuito espacial de produção de confecções e vestuário, tanto na etapa da distribuição quanto posteriormente na comercialização, a organização obedece ao ator que comanda o circuito, ou a acumulação, que podem ser “grandes marcas, redes varejistas, comerciantes de pequeno porte, feirantes etc” (SILVA, 2013, p. 3).

Essa divisão territorial do trabalho ocorrida nesse circuito só é possível devido às possibilidades que o período apresenta em

relação à circulação. Nesse sentido, são fundamentais a fluidez territorial, promovida pela base material e pela porosidade territorial, instituída pela base institucional e normativa. A circulação permite que os circuitos se realizem com as empresas, primando pela produtividade espacial para a realização de cada etapa produtiva, que consiste na maior ou menor produtividade apresentada pelos lugares em função de suas virtualidades, sejam da ordem técnica ou política (ARROYO, 2015).

No entanto, não podemos negligenciar que, mesmo ocorrendo uma dispersão territorial de algumas etapas do circuito (como, por exemplo, a costura), propiciadas pelas atuais condições de circulação da produção no território nacional, há, conforme resalta Silva (2013), uma centralização dos comandos da produção, que coincidem com a centralização do capital. Portanto, na divisão territorial do trabalho, vários lugares participam se especializando nas diversas etapas dos circuitos produtivos, mas o comando permanece localizado em poucos lugares. Assim, podemos dizer que, em alguns casos, as cidades locais formam uma rede superposta à rede urbana, a qual poderá apresentar outra hierarquia, cuja centralidade será orientada pela lógica do circuito.

É preciso atentar ainda, em relação à especificidade não apenas dos lugares que abrigam as facções, mas, de modo geral, aos subespaços que abrigam etapas dos circuitos têxteis e de confecções no Rio Grande do Norte, que, diferentemente do que ocorre com o petróleo e a fruticultura irrigada, os deslocamentos de mão de obra entre os municípios são bem raros e, em alguns casos, até inexistentes. Isso por se tratar de uma etapa que não demanda uma mão de obra mais especializada e que se encontra disposta nos próprios municípios, pelo fato da presença dos circuitos têxteis e de confecções, em vários municípios da região, criar empregos que

diminuem a necessidade da busca em outros lugares, e ainda porque, sendo a principal atividade econômica de alguns municípios, a maioria da sua população economicamente ativa se envolve no circuito.

Em suma, as cidades envolvidas nesse circuito estão conectadas a diferentes redes urbanas, mas, nesse processo, interagem entre si e desempenham papéis diversos em cada uma das redes, nas quais exercem maior ou menor centralidade. Contudo, é inegável que, embora com densidades diferentes, dependendo das etapas do circuito que realiza, da presença de outros circuitos e da própria posição que já têm na rede urbana, as cidades que têm o seu território usado por esse circuito espacial produtivo estão mais ou menos propensos à nova dinâmica urbana e ao papel e função que exercem na rede urbana. É, portanto, diante dessas constatações que reiteramos a diversidade existente entre centros de mesmo nível hierárquico, pois, nas interações espaciais engendradas a partir do desenvolvimento dos circuitos espaciais produtivos, os lugares se complexificam, se diferenciam e se redefinem.

7

A CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA DO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Se de um lado observamos a desconcentração territorial das atividades de produção e de comercialização de serviços, na escala da rede urbana, de outro observamos uma centralização das decisões referentes à gestão do território (SPÓSITO, 1998, p. 35).

Os usos do território do Rio Grande do Norte que foram ocorrendo com a constituição do meio técnico-científico-informacional configuraram uma rede urbana estadual complexa em que coexistem diversas redes de interações territoriais. A coabitação dessas redes, formadas pela expansão de redes de sistemas de engenharia, de redes de comércio e de serviços e de circuitos espaciais produtivos, possibilitam às cidades de todos os níveis hierárquicos

mudarem os seus papéis e funções na rede urbana do estado a partir da instalação desses novos fixos e dos fluxos que movimentam.

Dessa maneira, partimos para uma análise das sucessões e coexistências de centralidades da rede urbana potiguar, do momento que antecede o início do período técnico-científico-informacional até o momento atual, tomando como base de referência os estudos realizados pelo IBGE desde 1966 a 2007 (IBGE/REGIC 1972, 1987, 2000, 2008), portanto, coincidindo em grande medida com o intervalo de tempo em que temos a inserção da técnica, da ciência e da informação no conjunto das ações e objetos que se geografizam no território³⁵.

Nesse período, alguns centros urbanos mudaram de papéis, funções e níveis de centralidade, enquanto outros permaneceram exercendo a mesma importância na rede urbana, situações que revelam a combinação das condições pretéritas e da difusão das variáveis do período nos novos usos do território do estado.

No entanto, como a rede do Rio Grande do Norte não é reestruturada apenas em termos de mudanças de níveis de centralidade, mas, sim, pela superposição de redes, de modo que cada cidade pode participar de mais de uma, exercendo papel diferente em cada uma delas, compreendemos que é preciso atentarmos para as diferenciações entre os centros urbanos de mesmo nível de centralidade, considerando a hierarquia clássica. São diversos padrões funcionais apresentados por um mesmo grupo de cidades, como são os centros locais. Assim, não é possível compreendê-los sem considerar as suas distinções. Por isso, a título de exemplificação, analisamos al-

35 A nossa pesquisa contempla fixos e fluxos existentes até o ano de 2017, mas, especificamente em relação as REGICs, só temos condições de observar as mudanças dos níveis de centralidade na rede urbana estadual até o ano de 2008, quando foi publicado o último estudo. A próxima edição da REGIC é prevista para o ano de 2018.

guns centros locais do estado, cuja dinâmica urbana, seja devido aos usos pretéritos e/ou pelo abrigo de importantes circuitos espaciais produtivos no período atual, é diferente da própria caracterização, dada a classificação desse conjunto de centros urbanos.

7.1 SUCESSÃO E COEXISTÊNCIAS NA REDE URBANA DO RIO GRANDE DO NORTE: MUDANÇAS DE PAPÉIS E CENTRALIDADES

A rede urbana do Rio Grande do Norte, da década de 1960 até o período atual, passou por alterações quanto ao papel e níveis de centralidade apresentados por algumas de suas cidades. Como esclarece Bessa (2010), essas mudanças são resultantes de lógicas dinamizadoras que desarticulam as combinações pretéritas e criam novas configurações espaciais para a rede, dado que a estrutura e o funcionamento dessa rede são modificados. As diferenças na configuração da rede urbana do estado podem ser perceptíveis quando se analisa a classificação dos centros urbanos, nos estudos do IBGE realizados em 1966, 1978, 1993 e 2007 (Apêndice A). As modificações de centralidade ocorridas com os centros urbanos do estado, nos estudos das REGICs, são resultantes das formas de uso do território que se sucederam ao longo dos diversos períodos, contudo, é preciso atentar que, dependendo das concepções teóricas, metodologias e variáveis consideradas nas análises, a posição das cidades na hierarquia urbana pode ser alterada. Essa questão implica, inclusive, em dificuldades de comparação entre a estrutura apresentada pela rede urbana em diferentes estudos.

Ao analisar a rede urbana potiguar sob a ótica das REGICs, Dantas e Clementino (2014) destacam o quanto são insignificantes as alterações na classificação hierárquica da rede urbana do Rio Grande do Norte. Entretanto, é notório que o período atual traz novos elementos que nos permitem observar uma outra dinâmica em relação aos fluxos entre e a partir dos centros urbanos potiguares, o que não é possível de ser contemplado apenas com base na perspectiva adotada pelas REGICs.

A REGIC 1978 (IBGE/REGIC, 1987) aponta, como uma das limitações do estudo, exatamente os obstáculos à comparação com o estudo anterior devido as diferenças metodológicas, pois, além de ter um leque mais amplos de atividades ou funções centrais relacionadas à distribuição de bens e serviços, não considerou as interações realizadas na comercialização de produtos agro-pastoris. Ainda assim, mesmo atentando para essas peculiaridades, entendemos ser fundamental identificar as mudanças na rede urbana do Rio Grande do Norte a partir desses e de outros estudos realizados no mesmo período.

Nesse sentido, reforçamos a necessidade de tal análise e asseveramos que, mesmo diante das disparidades do ponto de vista metodológico, a própria REGIC vem realizando comparações entre as centralidades apresentadas nos seus estudos. A REGIC de 1993 (IBGE/REGIC, 2000, p. 11) esclarece que a publicação de 1987 é uma revisão da publicada em 1972, com “pequenas alterações de cunho metodológico e com base de dados relativa ao ano de 1978”.

A REGIC de 2007 (IBGE/REGIC, 2008) realiza uma análise sobre as principais alterações na hierarquia e níveis de centralidade dos centros urbanos e, conseqüentemente, na configuração da rede urbana brasileira, mas esta se concentra em algumas cidades que estão nos níveis mais altos da hierarquia da rede, jus-

tificando a necessidade de estudos na escala estadual para compreender a complexidade e os diferentes papéis e funções de toda a rede de cidades.

Portanto, analisaremos as mudanças de posição dos centros urbanos do estado com base nas REGICs e também no estudo desenvolvido por Costa (1977), além de considerar variáveis que revelam as especificidades da situação da rede urbana potiguar em função dos usos do território, que ocorrem no período técnico-científico-informacional e que influenciam na complexificação das hierarquias e configuração da rede urbana no atual período.

De modo geral, embora com base teórico-metodológica diferenciadas, os estudos realizados pelo IBGE em 1966, 1978 e 1993 para definir os níveis hierárquicos das cidades na rede urbana brasileira e delimitar as suas regiões de influência partiram, de acordo com IBGE/REGIC (2008), de investigações sobre os fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, variável que não foi negligenciada no último estudo, que teve na oferta de determinados equipamentos e serviços um critério complementar de identificação da centralidade dos centros urbanos no Brasil.

No entanto, a REGIC 2007 definiu a centralidade dos centros da rede urbana não apenas com base nessas variáveis, mas principalmente a partir das subordinações administrativas do setor federal e da localização das sedes e filiais de empresas que estabeleceram, respectivamente, as gestões federal e empresarial, que, somadas à oferta dos equipamentos e serviços urbanos, definiram os centros de gestão do território e a delimitação de suas regiões de influência (IBGE/ REGIC, 2008).

Logo, os quatro estudos realizados pelo IBGE não apresentaram a mesma fundamentação teórico-metodológica, mas conside-

raram algumas variáveis diferentes de análise para as classificações dos centros quanto aos níveis de centralidade. As denominações hierárquicas dos centros da rede urbana brasileira nesses estudos também foram modificadas, contudo, embora em alguns prevaleçam um maior número de subdivisões e em outros menos e, ainda, tenhamos nomenclaturas diferenciadas, é possível estabelecer uma correspondência entre os mesmos no que se refere aos níveis de centralidade da rede urbana nacional, como podemos constatar no Quadro 5.

Quadro 5 – Denominação hierárquica dos centros da rede urbana brasileira nos estudos do REGIC, no período de 1966 a 2007.

DIVISÃO DO BRASIL EM REGIÕES FUNCIONAIS 1966 DENOMINAÇÃO	REGIC 1978 DENOMINAÇÃO	REGIC 1993 DENOMINAÇÃO	REGIC 2007 DENOMINAÇÃO
Grande Metrópole Nacional	Metrópole Nacional	Máxima	Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional		Máxima	Metrópole Nacional
Centro Metropolitano Regional	Metrópole Regional	Máxima	Metrópole
Centro Macrorregional	Centro Submetropolitano	Muito Forte	Capital Regional A
Centro Regional A	Capital Regional	Muito Forte	Capital Regional B
Centro Regional B		Forte	Capital Regional C
Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional	Forte para Médio	Centro Sub-Regional A
Centro Sub-Regional B		Médio	Centro Sub-Regional B
Centro Local A	Centro de Zona	Médio para Fraco	Centro de Zona A36
Centro Local B		Fraco	Centro de Zona B
			Centro Local

Fonte: IBGE/REGIC, 1972, 1987, 2000, 2008.

O primeiro estudo de rede urbana realizado pelo IBGE

36 Os centros de Zona A e B, não são considerados centros de gestão relevante.

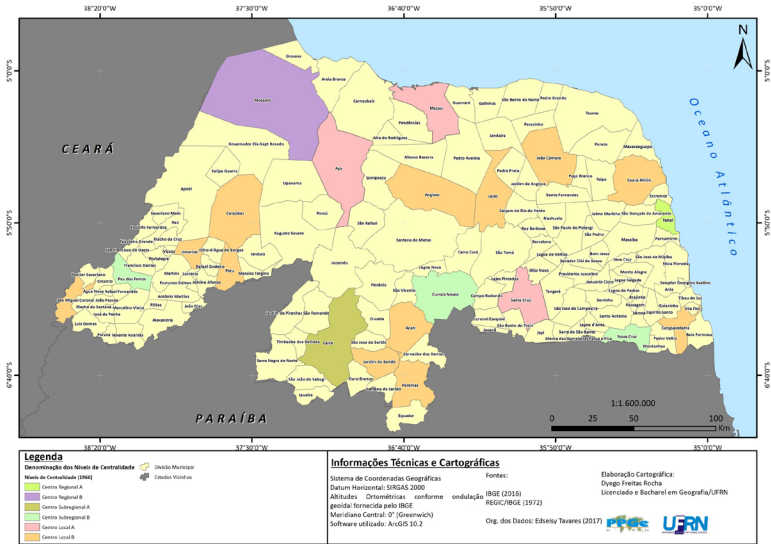
foi iniciado em 1966 e publicado em 1972, com o título *Divisão do Brasil em regiões funcionais*. Tal estudo utilizou a metodologia proposta por Rochefort (ROCHEFORT, 1961; ROCHEFORT; HAUTREUX, 1965), sendo os centros polarizadores da rede urbana, suas dimensões de área de influência e os fluxos estabelecidos nessas áreas identificados por intermédio de pesquisa direta a partir da instituição do

Sistema de relações entre os diversos núcleos urbanos, fazendo o levantamento dos locais que promovem a distribuição de bens e serviços à economia e à população dentro de uma área mais ou menos vasta, por sua rede de estabelecimentos de comércio varejista e atacadista e seus serviços de saúde, educação, bancos, etc. (IBGE/REGIC, 1972).

A partir da metodologia citada, as classificações dos níveis de centralidade das regiões funcionais urbanas do Brasil, em 1966 (Mapa 47), revelaram que o estado até esse momento tinha um restrito número de centros urbanos que exerciam alguma centralidade em relação a outros centros, de modo que a maioria das cidades contava com bens e serviços básicos que atendiam apenas a população local.

Os critérios adotados para a denominação dos níveis de centralidade e a posição em que se encontravam a maior parte das cidades em relação à restrição de bens e serviços mais especializados e até mesmo quanto a algumas atividades básicas, demonstram o quão hierarquizada era a rede urbana e dependente, majoritariamente, das cidades dos centros regionais/intermediários.

Mapa 47 – Níveis de centralidade do Rio Grande do Norte segundo IBGE 1966-1972



Fonte: IBGE/REGIC, 1972.

Dos cento e cinquenta (150) centros urbanos correspondentes, à época, a sedes dos municípios existentes, apenas quinze (15) foram classificados como Centros locais entre os tipos A e B; quatro (4) como Centros subregionais, sendo apenas Caicó um Centro subregional A e Currais Novos, Nova Cruz e Pau dos Ferros denominados de Centros subregionais B. Os únicos centros regionais do estado eram Mossoró, Centro regional B, e a ACP³⁷

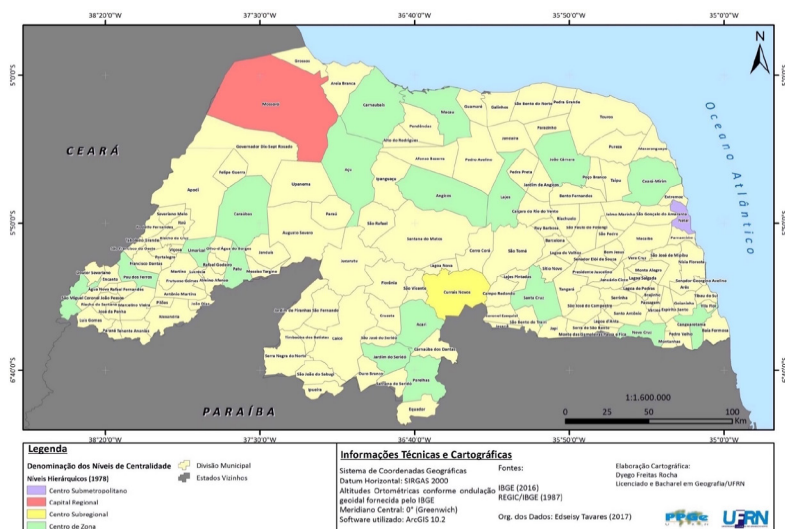
³⁷ A partir da REGIC 2007, foi adotado a nomenclatura de ACPs e em todos os estudos anteriores, os municípios que formam a ACP Natal não foram classificados quanto ao seu nível de centralidade. De acordo com o IBGE/REGIC (2008), "As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população". A ACP Natal é formada por Natal, Extremoz, Macaíba, Nísia Floresta, Pamamirim, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibú.

Natal, a qual foi denominada Centro regional A. Assim, todas as demais cento e vinte nove cidades do Rio Grande do Norte se encontravam no nível mais baixo da hierarquia urbana e eram extremamente dependentes de centros hierárquicos superiores.

A classificação e análise das características de cada categoria de centros contemplou até os centros de nível 4 ou centros locais do tipo A e B, de modo que os centros que não exerciam centralidade não recebem denominações, como também não foram alvo de investigação quanto ao papel que desempenham na rede urbana, nem atentaram para suas diferenças e especificidades.

No estudo realizado pelo IBGE em 1978, cuja publicação ocorreu em 1987, intitulado *Regiões de Influência das Cidades*, praticamente não houve mudanças quanto à quantidade de centros que exerciam alguma centralidade em relação aos demais e à posição dos centros urbanos na hierarquia da rede urbana estadual (Mapa 48). Mesmo tendo sido adotada outra base conceitual, que tinha fundamentação na Teoria das localidades centrais, sendo a centralidade dos centros urbanos decorrente do papel desempenhado como centros de distribuição de bens e serviços à população, portanto das suas funções centrais (CHRISTALLER, 1981), não tiveram significativas alterações quanto às centralidades.

Mapa 48 – Níveis de centralidade do Rio Grande do Norte segundo IBGE 1978-1987



Fonte: IBGE/REGIC, 1987.

Assim, apesar das alterações de denominação e aglutinação de alguns grupos, os centros urbanos praticamente permaneceram classificados em hierarquias correspondentes, os quais ratificavam a força da hierarquia urbana no território potiguar a partir da espacialização dos bens e serviços urbanos. Os Centros locais A e B receberam a denominação de Centros de zona. Dessa forma, Acari, Assú, Angicos, Canguaretama, Caráúbas, Ceará-Mirim, Jardim do Seridó, João Câmara, Lajes, Macau, Parelhas, Patu, Santa Cruz, São Miguel e Umarizal passaram a ser Centros de zona. As únicas exceções de Centro de zona que não eram dessa denominação equivalente foram Carnaubais e Santo Antônio, que estavam numa hierarquia inferior em 1966, considerando que não receberam classificação, o que seria equivalente a ser um centro local; e Nova Cruz e Pau dos

Ferros, que perderam posição na hierarquia urbana, uma vez que estavam num nível superior em 1966, sendo classificados como Centros subregionais B e, em 1978, foram denominados Centros de zona.

Os Centros subregionais A e B também foram agrupados em único grupo denominado de centros subregionais, mas, com exceção dos centros já mencionados que perderam centralidade, não houve mais transferências desse e/ou para esse nível hierárquico. Já os centros regionais A e B, foram aglutinados e denominados de Capital regional, mas apenas Mossoró permaneceu nessa posição, pois Natal ascendeu um nível, sendo classificada como Centro submetropolitano.

É de suma importância destacar que, do mesmo modo como ocorrido no estudo anterior, a REGIC 1978 negligencia da análise os centros urbanos que não exerciam alguma centralidade, estando no nível mais baixo da hierarquia urbana os Centros de zona.

Excluíram-se da pesquisa as localidades centrais menores, os centros locais – cidades, atuando como localidades centrais, apenas, nos territórios para os quais são as sedes municipais – e os centros elementares – povoados e vilas cujas áreas de influência se estendem sobre parte de um território municipal (IBGE/REGIC, 1987, p. 21).

A não consideração desses centros locais compromete a compreensão da rede urbana em sua totalidade, tendo em vista que esses centros podem ter papéis que não estão sendo apreendidos. Além dessa limitação, o estudo ainda revelou que há uma “enorme diferenciação entre os centros de mesmo nível hierárquico” (IBGE/REGIC, 1987, p. 16), o que não se dá apenas para

os centros que exercem centralidade extramunicipal, pois os centros locais também são diferentes entre si. Isso ocorre porque

As diferenças entre as regiões de um mesmo país no que se refere ao volume e à distribuição de população e da renda, e a maior ou menor modernização das atividades, desempenham importante papel na diferenciação entre centros de mesmo nível hierárquico relativamente à oferta de bens e serviços, dimensão da área de influência e volume de população servida (IBGE/REGIC, 1987, p. 13).

Sendo assim, independente do nível hierárquico, os centros urbanos de mesmo nível são diferentes, devido aos distintos usos que se dão nos territórios. Tal diferenciação entre os centros de mesmo nível tanto se dá no contexto de redes urbanas diferentes quanto numa mesma rede. Essa questão é essencial para que se possa ter um melhor conhecimento das particularidades das redes urbanas. Portanto, no sentido de compreender as singularidades da rede urbana potiguar, adotamos, além do estudo na escala nacional, um estudo realizado especificamente sobre a rede urbana do Rio Grande do Norte, a fim de que as disparidades entre os centros de mesmo nível sejam entendidas.

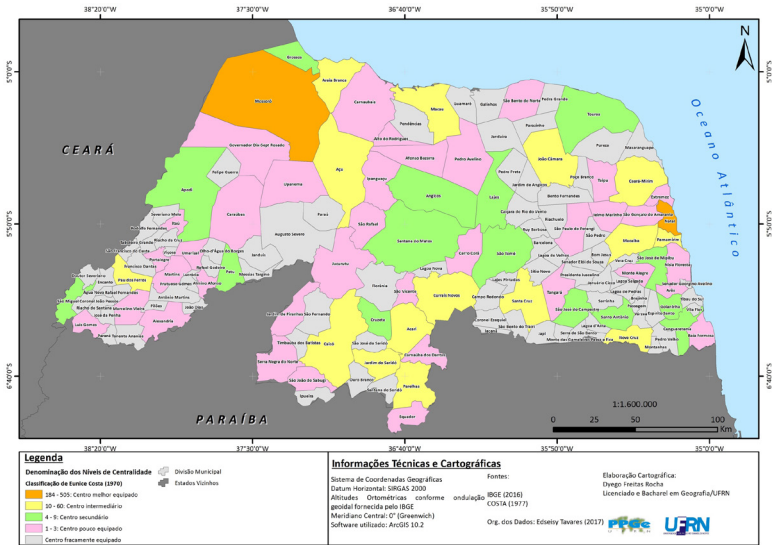
Podemos comparar a hierarquia das cidades do Rio Grande do Norte na rede urbana proposta por Costa (1977), com base na importância dos equipamentos urbanos³⁸ (Mapa 49), com a RE-

38 A seleção das variáveis para a classificação das cidades quanto a importância dos equipamentos urbanos tomou como orientação o estudo de Andrade (1969), sendo considerados a pontuação nos seguintes itens para que se pudesse obter uma escala hierárquica dos núcleos urbanos do estado: "população urbana superior a 10.000 habitantes; ter o município a produção industrial com valor superior a Cr\$ 5.000.000,00; possuir mais de 5 gêneros de indústria; possuir um mínimo de 20 estabelecimentos industriais; possuir um mínimo de de 5 estabelecimentos ata-

GIC de 1978 (Apêndice A), dado que, embora as metodologias de análise sejam divergentes, há uma convergência de consideração de muitas variáveis de bens e serviços que compreendem a conjuntura dos centros urbanos do estado num período equivalente.

cadistas; possuir um mínimo de 100 estabelecimentos varejistas; possuir comércio de representação; possuir mais de 200 trabalhadores industriais; possuir mais de 100 pessoas ocupadas no comércio; possuir o mínimo 1 banco oficial; possuir o mínimo 1 banco particular; possuir o mínimo de 1 cooperativa de crédito; possuir no mínimo 1 hospital ou maternidade; possuir no mínimo 2 leitos hospitalares por mil habitantes; possuir no mínimo 1 médico por mil habitantes; possuir no mínimo 2 dentistas; possuir serviço de abastecimento de água; possuir estabelecimento de Ensino Superior; (...); ser sede de comarca de 3ª ou 2ª Entrância". (Costa, 1977, p. 89-90).

Mapa 49 – Hierarquia das cidades do Rio Grande do Norte de acordo com a importância dos equipamentos urbanos em 1977



Fonte: COSTA, 1977.

Essa análise comparativa é significativa, ao revelar não apenas a situação da hierarquia urbana neste período em que temos o início das mudanças de uso do território potiguar, que complexificam a rede urbana e sua hierarquia, como também porque demonstram que, dependendo da metodologia e das variáveis consideradas, podemos ter resultados díspares para a posição dos centros na rede urbana.

Em relação às cidades que foram classificadas pela REGIC de 1978 como Centros locais, nota-se que, na classificação de Costa (1977), estas ocupam posições diferentes na escala hierárquica estabelecida pela autora. Dos 125 centros considerados como centros sem centralidade (equivalente a Centros locais) (IBGE/REGIC, 1987), 81 recebem a denominação de Centros fracamente equipados, 32 de Centros pouco equipados e 9 de Centros se-

cundários. Além desses, ainda constam 3 Centros intermediários: Areia Branca, Macaíba e Parnamirim³⁹. É preciso destacar que os Centros intermediários, na classificação da autora, correspondem à categoria imediatamente abaixo do topo da hierarquia, onde estão Natal e Mossoró. Apesar da maioria dos centros pertencer a uma posição hierárquica referente ao nível mais baixo da hierarquia urbana, é importante destacar que os Centros locais da REGIC 1978 se enquadram em grupo de cidades de quatro posições diferentes na hierarquia da rede urbana estabelecida por Costa (1977). Assim, podemos constatar que há diferenças entre os centros de mesmo nível hierárquico e que os estudos na escala da rede urbana estadual nos permitem uma maior aproximação dessa realidade.

Os centros urbanos considerados Centros de zona, no estudo desenvolvido pelo IBGE em 1978, também pertencem a grupos de hierarquias diferentes se comparados à classificação de Costa (1977). Os 19 Centros de zona (IBGE/REGIC, 1987) se distribuem em três posições hierárquicas no estudo de Costa (1977), visto que 10 foram classificados como Centros intermediários, 6 como Centros secundários e 3 como Centros pouco equipados. Assim, há Centros de zona que teriam a mesma densidade de equipamentos urbanos que os Centros Locais, tornando possível concluir que havia uma rede de interações territoriais específica para o acesso aos bens e serviços adotados nessa pesquisa.

39 Macaíba e Parnamirim, que aparecem como centros intermediários na classificação proposta por Costa (1977), não recebem denominações de níveis de centralidade nas REGICs, sendo considerados como centros urbanos que formam a ACP Natal.

Havia apenas dois Centros subregionais segundo o estudo do IBGE, Caicó e Currais Novos, e, diferentemente dos outros casos, ambos no estudo de Costa (1977), foram classificados como Centros intermediários. Entretanto, é interessante notar que pertenciam ao mesmo grupo que Acari, Assú, Areia Branca, Ceará-Mirim, Jardim do Seridó, João Câmara, Macaíba, Macau, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Evidentemente que, mesmo sendo considerados como do mesmo grupo, tais centros urbanos detinham quantidades diferentes de equipamentos urbanos, todavia, o intervalo da pontuação que foi adotado pela autora permitiu agrupá-los em uma única posição na rede urbana⁴⁰.

Os únicos dois centros que receberam a denominação de melhor equipados no estudo de Costa (1977) foram Mossoró e Natal, e, aqui, ocorreu o contrário do que se observou com os centros denominados de Centros locais e Centros de zona, os quais se encaixaram em diversos grupos na classificação de Costa (1977): Mossoró e Natal, que foram denominados na REGIC 1978 como Capital Regional e Centro submetropolitano, respectivamente, embora também com densidades diferentes, pertenciam à mesma categoria, de acordo com a classificação de Costa (1977).

Dessa maneira, a comparação entre o estudo de Costa (1977) e a REGIC de 1978 evidencia a diferenciação que pode ocorrer em relação a centros de mesmo nível de centralidade, uma vez que, dependendo das variáveis de metodologias adotadas, temos uma diversidade de classificações para um grupo de cidades

40 A presença de cada um dos itens de equipamentos urbanos nos núcleos urbanos do Rio Grande do Norte permitiu uma pontuação, a partir da qual foi estabelecida uma classificação para os centros urbanos do estado: Centros melhor equipados (505 a 184 pontos); Centros intermediários (10 a 60 pontos); Centros secundários (4 a 9 pontos); Centros pouco equipados (1 a 3 pontos); e Centros fracamente equipados (os que não obtiveram pontos, por não satisfazerem nenhum dos itens) (COSTA, 1977).

que foi denominado em outro estudo como pertencendo à mesma denominação. Assim, centros urbanos que seriam de hierarquias diferentes em um estudo, no outro formam um agrupamento. Situação que ratifica o nosso entendimento de que as cidades participam de mais de uma rede e que a superposição e coabitação dessas redes configuram uma rede urbana na qual não se pode mais admitir apenas uma única hierarquia para os centros urbanos.

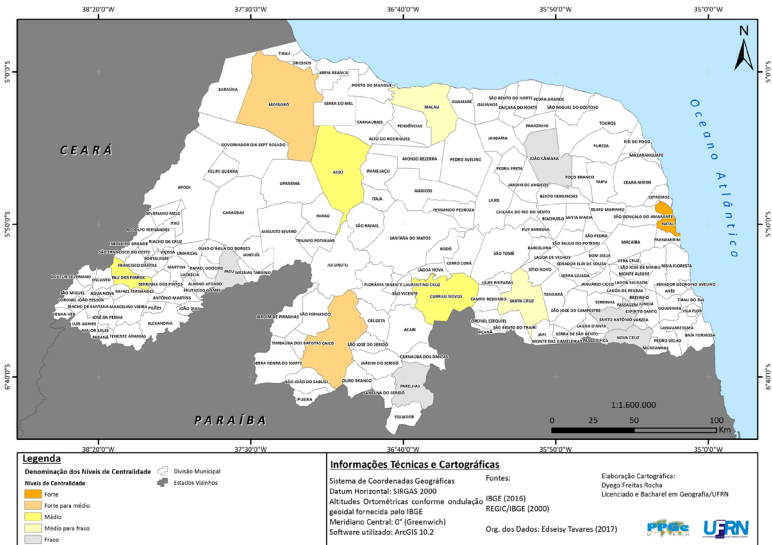
No estudo *Regiões de Influência das Cidades*, de 1993, publicado pelo IBGE em 2000, a posição dos centros na rede de lugares centrais foi estabelecida pelo destino e procedência das pessoas na busca de bens e serviços por níveis de complexidade, além da consideração dos fluxos de bens e serviços de informação, embora não integrassem “o conjunto de funções centrais definidor do nível hierárquico das cidades brasileiras” (IBGE/REGIC, 2000, p. 22). Esse estudo ainda se diferenciava dos anteriores por considerar duplas ou triplas subordinações e apresentar uma relativa dissociação entre a hierarquia dos bens e serviços e a hierarquia urbana, que já apontava no sentido de que alguns equipamentos e serviços mais complexos podem ser encontrados em centros de hierarquia mais baixa (REGIC/IBGE, 2008). Contudo, não se preocupou em entender os papéis dos centros que não exerciam centralidade, estabelecendo parâmetros mínimos para incluir as cidades na pesquisa (IBGE/REGIC, 2000). De acordo com o documento, “não havia sentido em estendê-la à totalidade de municípios brasileiros uma vez que nem todos eles são dotados de uma centralidade mínima, capaz de justificar fluxos de busca de bens e serviços oriundos de outros centros” (IBGE/REGIC, 2000, p. 22).

As denominações dos níveis de centralidade de 1993, mais uma vez, foram modificadas, entretanto, também apresentavam correspondência com as classificações anteriores. Nessa clas-

sificação (Mapa 50), diminuíram os centros que exerciam alguma centralidade para além do local em relação à classificação anterior. Desse modo, tínhamos vinte e três (23) centros urbanos em níveis de centralidade acima dos centros locais (IBGE/REGIC, 1987), portanto, exercendo alguma centralidade, enquanto que na REGIC 1993 apenas treze (13) cidades do estado não foram denominadas com nível de centralidade Muito fraco.

Além da redução no número de centros que exercem centralidade sob uma área de influência, mudanças mais significativas ocorreram nas posições dos centros urbanos na REGIC de 1993. Se poucas transformações foram observadas entre os dois primeiros estudos, oscilações mais veementes ocorreram entre as décadas de 1980 e 1990, quanto às classificações hierárquicas apresentadas pelos centros na rede urbana, o que está relacionado com os novos usos do território estabelecidos nesses lugares.

Mapa 50 – Níveis de centralidade do Rio Grande do Norte segundo IBGE 1993-2000

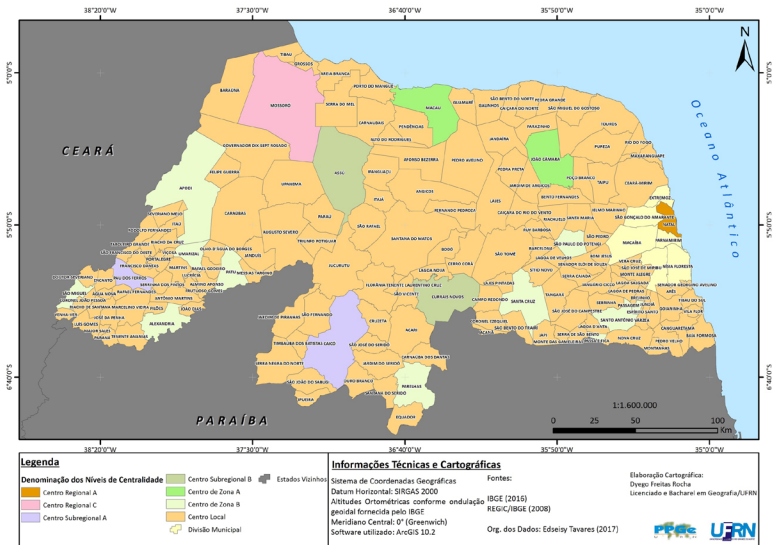


Fonte: IBGE/REGIC, 2000.

Dos dezenove (19) centros de zona, nove (9) declinaram um nível hierárquico, passando a apresentar um nível de centralidade muito fraco, e dois (2) centros, Assú e Pau dos Ferros, ascenderam para um nível de centralidade Médio. É importante destacar que, enquanto Assú muda de nível hierárquico nesse período, Pau dos Ferros retoma a centralidade exercida anteriormente. Ainda quanto à denominação Médio, que juntamente com a Forte para Médio equivalem aos antigos Centros subregionais, não ocorreram mais alterações de centralidades nesses grupos. Assim, Caicó tem sua denominação de nível de centralidade como Forte para Médio e Currais Novos como Médio, juntamente com Assú e Pau dos Ferros. As mudanças também ocorrem quanto a Mossoró e Natal, ambos declinando seus níveis hierárquicos para Forte para Médio e Forte, respectivamente.

Mais uma vez, em 2007, a REGIC substituiu as denominações dos níveis de centralidades da rede urbana do país, no entanto, mesmo retomando a concepção da REGIC de 1966, adota novas variáveis e metodologias de pesquisa, considerando principalmente a função de gestão do território estabelecida pela justaposição da gestão federal e empresarial e a presença de diferentes equipamentos e serviços, como atividades de comércio e serviços atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Contudo, nesse último estudo, as mudanças na posição hierárquica dos centros foram bem pontuais (Mapa 51).

Mapa 51 – Níveis de centralidade do Rio Grande do Norte segundo IBGE 2007-2008



Fonte: IBGE/REGIC, 2008.

Do nível de centralidade Muito Fraco adotado em 1993, que era a situação de 149 centros urbanos, 142 foram denomina-

dos Centros locais em 2007, portanto, equivalentes na hierarquia urbana. As alternâncias entre esses últimos dois estudos se deram com as ascensões de Alexandria, Apodi, Canguaretama, Passa e Fica, São Miguel, São Paulo do Potengi e Umarizal de nível de centralidade Muito fraco para Centro de Zona B. Na denominação de Centro de Zona B, ainda temos as cidades de Parelhas, Patu e Santo Antônio, que já apresentavam centralidade equivalente em 1993, e, ainda, Santa Cruz, mas nesse caso perdendo centralidade, considerando que em 1993 era um centro cuja centralidade era Médio para fraco. No caso dos centros denominados de Centros de Zona A, João Câmara ascendeu um nível, pois tinha uma centralidade classificada como Fraca, e Macau já pertencia a um nível equivalente, ao apresentar um nível de Médio para fraco. No nível Médio de centralidade (IBGE/REGIC, 2000) permaneceram Assú e Currais Novos, que foram denominados de Centros Subregionais B na REGIC 2007. Pau dos Ferros, que também era de nível de centralidade Médio, subiu uma posição hierárquica, passando a ser classificado como Centro Subregional A. Nesse nível de classificação também se encontra Caicó, contudo, diferentemente de Pau dos Ferros, esta é uma posição que a cidade já apresentava. Na posição de Capital Regional C, Mossoró apresenta maior centralidade que no período do estudo de 1993. O mesmo ocorre com Natal, que ascende sua posição na hierarquia da rede urbana, sendo classificada como Capital Regional A, aumentando, portanto, o seu nível de centralidade na rede urbana.

Os centros urbanos que no atual período são classificados como centros de gestão do território, seguindo a tendência nacional, são majoritariamente centros que já exerciam alguma centralidade desde a década de 1960 (IBGE/REGIC, 2008). Todavia, há duas realidades contempladas nessa situação: alguns desses centros ur-

banos permanecem na mesma posição na hierarquia urbana na REGIC de 1966 e na de 2007, embora, em certos casos, tenham ocorrido oscilações no decorrer do intervalo dos referidos estudos. Nessa conjuntura, estão Caicó, Canguaretama, Currais Novos, Macau, Mossoró, Parelhas, Patu, São Miguel e Umarizal; outros, como Assú (Centro local A – Centro sub-regional B), João Câmara (Centro Local B – Centro de zona A), Natal (Centro regional A – Capital regional A) e Pau dos Ferros (Centro sub-regional B – Centro sub-regional A), já exerciam alguma centralidade em 1966, mas na REGIC de 2007 estão em níveis mais altos da hierarquia urbana.

Entretanto, não foram apenas os centros que já exerciam centralidade que se tornaram centros de gestão do território. Cidades que não exerciam centralidade em 1966 ascenderam posições na hierarquia urbana no estudo de 2007. Alexandria, Apodi, Passa e Fica, Santo Antônio e São Paulo do Potengi, que eram Centros locais, passaram a ser Centros de zona B.

Apesar da nova configuração da rede urbana apresentada na REGIC 2007, a rede potiguar ainda tem como característica comum ao estudo que foi realizado em 1966, assim como a outras redes urbanas, seja de países subdesenvolvidos, conforme aponta Damiani (2006), ou desenvolvidos, o fato de se ter um grande hiato. Assim, há uma reduzida quantidade de cidades intermediárias, enquanto predominam os centros locais. No estudo de 1966, foram classificados 21 centros como exercendo alguma centralidade e 129 como centros locais, o que consiste em 86% do total de centros urbanos do estado no período. Já em 2007, dos 167 centros urbanos, 19 demonstraram uma centralidade que os permitiram ser denominados como centros de gestão do território e 142 municípios como centros locais, o que representa cerca de 85% dos centros urbanos do estado.

De modo geral, fica perceptível que, conforme já evidenciado, os usos do território relacionados a alguns dos mais importantes circuitos espaciais produtivos que ocorrem no estado após a reestruturação produtiva e a expansão das redes de transportes e telecomunicações e das redes de comércio e de alguns serviços, principalmente bancários, educação e postais, influenciam sobremaneira a configuração da rede urbana potiguar, na medida em que algumas centralidades tiveram o seu papel reforçado em função das atividades que são realizadas em seu território.

Nesse sentido, podemos destacar o reforço da centralidade de Mossoró, Assú e Macau devido, principalmente, aos circuitos espaciais de produção do petróleo e da fruticultura irrigada, além do sal, no caso de Mossoró e Macau. Os circuitos do petróleo e da fruticultura irrigada também vêm sendo decisivos para a importância que Apodi assume na rede urbana atual. As centralidades de Caicó e Parelhas, do mesmo modo, vêm sendo reforçadas pela presença de circuitos espaciais produtivos, nesse caso, dentre outros, o das produções têxtil e de vestuário. O mesmo ocorrendo com Canguaretama, com o circuito da carcinicultura. Esses sete centros e mais Alexandria, Currais Novos, João Câmara, Patu, Pau dos Ferros, São Miguel, São Paulo do Potengi e Umarizal ainda contam com instituições de ensino de nível superior e/ou de ensino médio profissionalizante que, especificamente nesse caso, embora não tenham influenciado as suas classificações dos níveis de centralidade em 2007, pois algumas ainda não existiam, são extremamente relevantes para o papel e importância que tais cidades têm na rede urbana nesse período.

Um dos exemplos mais clássicos é a cidade de Pau dos Ferros que, assim como outras cidades, tem a sua dinâmica urbana prejudicada com a crise das economias tradicionais, particu-

larmente o algodão e a pecuária, mas permanece exercendo uma importante centralidade na rede urbana estadual, pelo papel que desempenha enquanto centro comercial e prestador de serviços. Um dos maiores destaques são os serviços bancários, educacionais e de saúde: são quatro agências bancárias; três IES públicas, dentre elas o IFRN, que também oferece Ensino Médio Integrado e a modalidade Subsequente; e, analisando a quantidade de clínicas/ambulatórios especializados e consultórios em novembro de 2016 (BRASIL/DATASUS, 2016), se observa que Pau dos Ferros é o quinto município que apresenta o maior número desses serviços (37), estando atrás apenas de Natal (1.297), Mossoró (241) Caicó (82) e Parnamirim (48).

Além dos serviços e também em função da expansão desses, temos o aumento do número de estabelecimentos comerciais e a permanência da feira, que existe na cidade desde o século XIX. Corrêa (2005, p. 71) aponta que, entre algumas questões sobre os mercados periódicos nordestinos, temos a coexistência “da feira com o moderno setor de serviços e comércio especializado” e que, ao contrário de um conflito entre esses agentes, há interesses comuns e, portanto, ainda, segundo o autor, esse é um dos modos “como se estrutura a rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos”, a saber, baseada na coexistência do que Santos (2008c) definiu como o circuito superior e o inferior. Nas pesquisas realizadas por Gonçalves (2005) com os comerciantes da mesorregião Agreste Potiguar, os mesmos enfatizam que, embora o comércio local funcione diariamente, o fluxo maior ocorre exatamente nos dias da feira livre.

Assim, mesmo com a chegada de novas modalidades de comércio na cidade, a feira de Pau dos Ferros continua movimentando fluxos intensos, tanto com as interações para o fornecimento

das mercadorias quanto em relação aos seus consumidores que se deslocam de municípios vizinhos. A feira ganhou, inclusive, novas dimensões e interações espaciais e ainda ampliou o seu leque de produtos, disponibilizando além de produtos alimentícios, mercadorias eletrônicas e artigos de confecções e vestuário, tendo sido fundamental para tais conexões, a partir do início do século XX, as estradas que ligavam esse centro urbano aos demais municípios da região serrana do extremo oeste do estado (CARNEIRO, 2014).

Santo Antônio e São Paulo do Potengi, como destacado anteriormente, também são centros urbanos que aumentaram a sua centralidade na rede urbana estadual e que apresentam feiras importantes, estando entre as maiores feiras do Agreste potiguar. Entendemos que as feiras constituem um dos elementos relevantes para a centralidade exercida por algumas cidades do Rio Grande do Norte, dado que, como esclarece Corrêa (2005, p. 50), “os mercados periódicos são definidos como aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais”, porque “nos dias de mercado, o pequeno núcleo transforma-se em um centro de mercado”.

Também merece mencionar que todos os municípios que são considerados centros de gestão do território, com exceção apenas de Passa e Fica, apresentam, pelo menos, uma agência bancária. Passa e Fica também nos chama atenção, por não ter os serviços de educação com IES, IFs e/ou Centros Estaduais de Educação Profissional, visto que as agências bancárias e as instituições de ensino dessa natureza são alguns dos fixos geográficos que mais promovem fluxos entre uma centralidade e sua área de influência no Rio Grande do Norte. Não existe a prestação desses serviços nesse centro urbano, enquanto que os mesmos estão presentes em alguns dos centros que foram classificados como centros locais, conforme já demonstrado.

A REGIC 2007 também apresentou mudanças dos níveis de centralidade da rede urbana estadual com a perda de posições na hierarquia urbana entre o primeiro e o último estudo. A maior parte das alterações ocorreram com os Centros locais B, que se tornaram Centros locais, tal como aconteceu com Acari, Angicos, Caraúbas, Ceará-Mirim, Jardim do Seridó e Lajes. Além desses, também diminuíram seus níveis de centralidade Nova Cruz, que era um Centro subregional B e se tornou um Centro local, e Santa Cruz, que anteriormente foi classificado como Centro Local A e passou a ser um Centro de zona B.

Muitos desses centros urbanos que perderam centralidade na rede urbana do estado também têm seu papel redefinido devido às mudanças de uso do território. Nesses casos, isso ocorre porque, até as décadas de 1960 e 1970, essas cidades abrigavam ou eram centralizadoras de atividades de importantes circuitos espaciais produtivos que dinamizavam a economia desses centros e que, após esse período, entraram em decadência, reduzindo a relevância que apresentam no contexto estadual.

A maior parte desses centros urbanos que perderam centralidade se localizam nas Mesorregiões Central e Agreste Potiguar, com exceção de Caraúbas, que se localiza na Mesorregião Oeste, e Ceará-Mirim, cuja localização é no Leste Potiguar. Nas Mesorregiões Central e Agreste, os usos do território que promoveram a sua produção estiveram inicialmente ligados ao circuito espacial da pecuária, no entanto, a partir do século XIX, o circuito espacial de produção do algodão passa a coexistir com a pecuária e a produção de alimentos.

O circuito de produção do algodão, que influenciou o desenvolvimento e a dinâmica urbana de muitas cidades do estado⁴¹,

41 Além da relevância dessa atividade econômica para as áreas destinadas à produção, com as mudanças ocorridas no circuito espacial de produção do algodão quanto à saída das máquinas do interior das fazendas para pequenos aglomera-

conforme demonstram Clementino (1987), Felipe (2010) e Dantas e Tavares (2012), declina nos anos de 1970 e algumas cidades que apresentavam centralidade na rede urbana estadual em função dessa atividade vivenciam uma crise econômica que se refletiu na sua dinâmica urbana e populacional. No estudo realizado por Gonçalves (2005, p. 107) sobre o Agreste Potiguar, o autor nos afirma que “a redução na produtividade do algodão interferiu significativamente na dinâmica econômica dos municípios, em virtude da redução dos empregos e da falência de muitos agricultores, o que gerou fortes impactos, sobretudo, nas cidades”.

Um dos exemplos mais elucidativos dessa redução de centralidade, apontada pelo IBGE na rede urbana estadual, ocorre com o centro urbano de Nova Cruz. Gonçalves (2007) nos informa que o município é o primeiro a surgir na mesorregião Agreste Potiguar, ainda no século XVII, e tem o início do seu povoamento a partir de uma hospedaria destinada a boiadeiros, sendo ainda o destino da primeira ferrovia do estado. Posteriormente, torna-se também um importante nó do circuito espacial do algodão, contudo, não tem o seu território usado por novos circuitos produtivos viabilizados pelo processo de reestruturação produtiva e diminui relativamente o papel que exerce na rede urbana potiguar, sendo classificado como um Centro local pelo último estudo realizado pelo IBGE.

Apesar da redução na dinâmica econômica de Nova Cruz em relação a períodos anteriores, o que poderia modificar o seu papel e a centralidade exercida perante a sua antiga área de influência, compreendemos que a permanência e a instalação de novos equipamentos urbanos nessa cidade preserva a importância que tal

dos, tais localizações se tornaram cidades-sedes de vários municípios (DANTAS; TAVARES, 2012).

centro urbano tem na rede urbana estadual, mas, principalmente, quanto à centralidade exercida na escala local e regional. Em relação a continuidade da centralidade de Nova Cruz, Coutinho (2010, p. 93) nos esclarece que

A reinserção desta cidade no quadro de centros de influência de uma região é entendida através das transformações ocorridas com a implantação de atividades que geram a oferta de bens e serviços diversos. Esse processo está articulado ao contínuo processo de mudanças na organização espacial, emanadas, sobretudo, por investimentos. Tal constatação verifica-se pelo fato deste espaço urbano congregar um número considerável de funções incorporadas em âmbito local, mas de caráter regional.

Ainda de acordo com Coutinho (2010), que em seu estudo evidencia a importância da centralidade de Nova Cruz na microrregião Agreste potiguar, o cotidiano da cidade revela uma dinâmica urbana em que

A disponibilidade de equipamentos urbanos diversificados: meios de comunicação, transportes mais acessíveis a outras localidades, serviços bancários, universidades, etc. constituem fatores de influência na região, contribuindo para um maior fluxo de pessoas que frequentam esta cidade há muitos anos, e que permanecem até os dias de hoje (COUTINHO, 2010, p. 75).

De tal modo, compreendemos que, assim como ocorre com outros centros que são considerados como locais pelo IBGE, Nova Cruz, mesmo que tenha reduzido sua relevância na rede urbana do estado, continua exercendo uma centralidade regio-

nal, conforme explanaremos na seção seguinte. Compreendemos também que precisamos atentar para as diferentes formas de centralidade que ocorrem na realidade brasileira, visto que algumas generalizações em estudos dessa natureza podem negligenciar interações territoriais que significam uma área de influência.

Portanto, a partir das exposições e comparações sobre os níveis de centralidade dos centros urbanos do Rio Grande do Norte nos diversos estudos realizados pelo IBGE, podemos observar que não foram tão significativas as mudanças de níveis de centralidade na hierarquia da rede urbana estadual, apresentadas pelas REGICs no período compreendido entre a década de 1960 e os anos 2000. Há, na rede urbana do Rio Grande do Norte, um forte reforço das principais centralidades urbanas do estado devido aos usos pretéritos. Todavia, destacamos a relevância que as mudanças de usos do território potiguar promoveram na ascensão e redução da centralidade exercida por alguns centros urbanos. Ainda é preciso esclarecer que um conjunto de centros urbanos que não tiveram as suas especificidades consideradas e, posteriormente, recebem a classificação de Centros locais, apresentam uma heterogeneidade que nos impossibilita de agregá-los num grande grupo sem diferenciações.

7.2 HETEROGENEIDADE DOS CENTROS LOCAIS DO RIO GRANDE DO NORTE: PAPEL DAS CIDADES LOCAIS

Na última REGIC (IBGE/REGIC, 2008), os centros urbanos do país foram classificados em centros de gestão do território, que compreendem diversas subclassificações, e em centros

locais, que são aqueles que estão na base da hierarquia urbana e que, de acordo com o IBGE/REGIC (2008, p. 13), a “centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, [com] população predominantemente inferior a 10 mil habitantes”. Nessa classificação, estão 142 centros urbanos do estado.

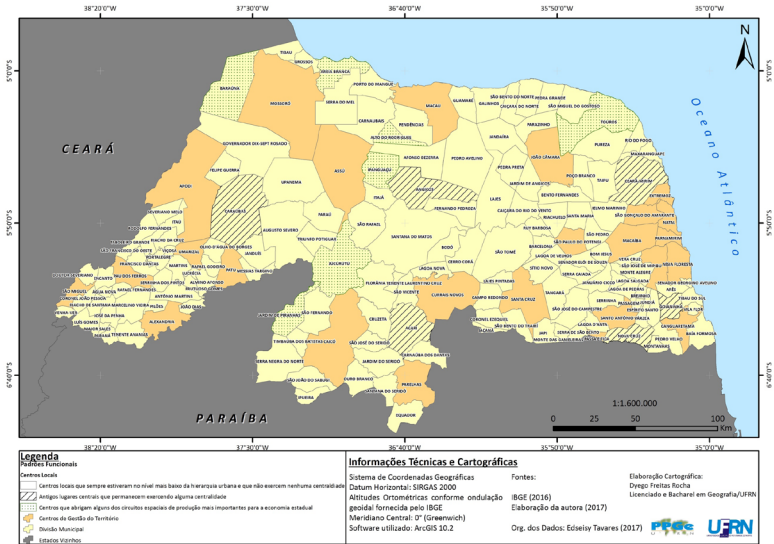
Entretanto, esse nível hierárquico engloba centros urbanos que apresentam situações distintas quanto à sua dinâmica urbana, resultantes da combinação de diferentes usos pretéritos do território e eventos que configuraram realidades bem peculiares. Corrêa (2007) esclarece que, diante das mudanças ocorridas no país, dentre outras questões, pela industrialização do campo, inserção do capital externo e urbanização, as pequenas cidades são impactadas, de modo que até um passado recente (final do século XX) “desempenharam papel crucial na vida econômica, política e social de suas pequenas hinterlândias” (CORRÊA, 2007, p. 7). Desde então, admitem a existência de, no mínimo, cinco tipos ideais de padrões funcionais de pequenas cidades, com possibilidades diversas entre os mesmos, quais sejam: prósperos lugares centrais ocorrendo em áreas submetidas à industrialização do campo; pequenos centros funcionalmente especializados; pequenas cidades transformadas em subúrbios-dormitório; focos de concentração de trabalhadores agrícolas; e núcleos dependentes de recursos externos.

Em virtude disso, com base nesse entendimento, mas a partir da compreensão dos usos do território do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, da forma como esses centros urbanos se inserem na rede urbana, admitimos que há, pelo menos, três padrões funcionais de centros locais no estado (Mapa 52), que, em certa medida, assemelham-se a alguns dos caracterizados por Corrêa (2007) e que, do mesmo modo como ressaltado pelo autor,

em alguns casos, revelam combinações entre eles. Dessa forma, os centros locais da rede urbana potiguar compreendem os seguintes padrões funcionais:

- Centros locais que sempre estiveram no nível mais baixo da hierarquia urbana e que permanecem não exercendo nenhuma centralidade: esses centros urbanos, devido à baixa capacidade de fornecimento de gestão e de densidade de equipamentos e serviços urbanos que possuem, não exercem centralidade extra-local. Corrêa (2007, p. 8) os classificou como “Núcleos dependentes de recursos externos”, por não apresentarem um uso do território que possibilite uma dinâmica econômica própria, tendo a proveniência de seus recursos principalmente a partir de remessas enviadas por emigrantes para os parentes, de aposentadorias e pensões de ex-trabalhadores rurais e de recursos de políticas e programas de assistência social do Governo Federal. No entanto, mesmo considerada tal realidade desses centros locais, acrescentamos que há nesses centros recursos que são provenientes dos empregos públicos, do restrito setor comercial e prestador de serviços e, em alguns casos, do trabalho agrícola de base familiar. Nessa subclassificação, estariam 125 centros locais do estado, o que endossa a alegação de Corrêa (2007) de que na região Nordeste temos uma ocorrência significativa desses núcleos, embora ainda possamos ter uma série de situações e dinâmicas diferentes no contexto desses centros urbanos, que não se encaixam em nenhum dos padrões explicitados, conforme demonstraremos em seguida.

Mapa 52 – Padrões funcionais dos centros locais do Rio Grande do Norte



Fonte: Elaboração da autora.

Quanto a esse padrão funcional, é preciso esclarecer que, apesar de sua centralidade não atingir nem mesmo municípios vizinhos, os mesmos não podem ser negligenciados nos estudos sobre a rede urbana. São as diferenças dos territórios em termos de fixos e fluxos que nos permitem compreender a complexidade de interações entre os territórios e os papéis de cada um nesse processo. Para Maia (2005, p. 16), nesses centros “a vida urbana se faz presente não pelo que se faz ou pelo que se produz ali, mas pelo que vem de fora”, entretanto, estando inseridas no processo global de produção, essas cidades precisam ter suas particularidades e singularidades compreendidas perante esse movimento dominante e relativamente homogeneizador, portanto, também é “necessário a apreensão sensível das cidades de tempos lentos” (MAIA, 2005, p. 16).

- Antigos lugares centrais que permanecem exercendo alguma centralidade: esses não foram apontados como um dos padrões funcionais das pequenas cidades do Brasil identificados por Corrêa (2007), mas formam claramente, no Rio Grande do Norte, um grupo de centros que exerceram alguma centralidade na rede urbana estadual em períodos anteriores e que perderam sua posição na rede urbana, em função, principalmente, de abrigarem circuitos espaciais produtivos que entraram em crise e não tiveram seus territórios usados por outras economias de importância no cenário econômico estadual, nacional e internacional. Mas, apesar dessas circunstâncias, ainda contam com uma série de objetos que criam interações com outros centros urbanos vizinhos, exercendo uma polarização microrregional. Os centros que estão nessa situação são: Acari, Angicos, Caraúbas, Ceará-Mirim, Goianinha⁴² e Nova Cruz.
- Centros que abrigam alguns dos circuitos espaciais de produção mais importantes para a economia estadual: embora com intensidade diferente dos centros de gestão, tais centros passam a atrair mão de obra e ter a instalação de diversos equipamentos e serviços urbanos que reduzem as necessidades de deslocamentos a centros de nível hierárquico imediatamente

42 Goianinha em nenhum dos estudos realizados pelo IBGE foi classificado com exercendo algum nível de centralidade. Todavia, a centralidade que identificamos nessa cidade local, no atual período, vem sendo reforçada devido à centralidade pretérita e, portanto, à dinâmica comercial e aos equipamentos urbanos instalados anteriormente, tal como ocorreu com as demais cidades locais que se enquadram nesse padrão. Além dessas questões, o município passou a integrar a RMNatal a partir da Lei Complementar nº 559 de 28 de dezembro de 2015.

superior. São centros que atraem fluxos de pessoas, capital, mercadorias e informações em sua direção, configurando novas interações que os distinguem de outros centros locais do estado. Estariam na categoria de “Pequenos centros funcionalmente especializados” (CORRÊA, 2007, p. 7) e têm uma especialização capaz de criar uma dinâmica urbana que os insere de forma peculiar na rede urbana. Compõem esse grupo Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Ipanguaçu, Jardim de Piranhas, Jucurutu e Touros.

Acrescentamos que há diversos centros locais que não se inserem em nenhum desses padrões. Por exemplo, temos centros locais que já exerceram centralidade em períodos anteriores, mas que a diminuíram devido à baixa densidade de fixos e fluxos que mantiveram ou criaram, conservando, predominantemente, o atendimento às necessidades básicas apenas da população local, como podemos mencionar os casos de Carnaubais, Jardim do Seridó e Lajes. Um outro exemplo bem claro da não inserção em nenhum dos padrões mencionados é o caso de Monte Alegre, que sempre foi considerado pelos estudos do IBGE como um centro local, mas exerce claramente uma centralidade em relação a Brejinho, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada e Vera Cruz em relação ao comércio e alguns serviços, como bancário e judiciário. São Termos da comarca de Monte Alegre, Brejinho, Lagoa Salgada e Vera Cruz, e o Cartório Eleitoral regionaliza a população de Brejinho, Lagoa Salgada e Lagoa de Pedras.

Situação semelhante acontece com Goianinha, que inserimos no padrão funcional dos centros que já exerceram alguma centralidade na rede urbana estadual. Contudo, optamos por in-

cluí-lo nesse grupo devido à densidade de equipamentos e serviços urbanos que atendem à população local e municípios vizinhos, também do fato dessa centralidade derivar de momentos pretéritos.

Esses centros que estariam na base da rede urbana incluem o que muitos autores classificam como pequenas cidades, inclusive o próprio Corrêa (2007). Todavia, como a denominação de pequenas cidades se reporta ao contingente populacional, conforme adotado em vários estudos e segundo o próprio IBGE, entendemos que tal nomenclatura não é a mais adequada para a compreensão dessas cidades na rede urbana. Fresca (2010) também recorre ao termo pequenas cidades, entretanto, a autora esclarece que o entendimento de uma cidade como pequena se refere à sua forma de inserção nas redes ou região, porque, caso se utilize como critérios os dados populacionais, “incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes” (FRESCA, 2010, p. 76). O mesmo entendimento é explicitado por Spósito (2001, p. 239) para a classificação das cidades médias, na medida em que a autora esclarece que “mais do que parâmetros populacionais, deveríamos considerar os papéis desempenhados pelas cidades em uma divisão do trabalho interurbana e as suas formas de expansão e aglomeração urbanas como indicadores de sua caracterização”.

Apesar do entendimento de Fresca (2010) de que as cidades locais (SANTOS, 1979) seriam os centros de menor complexidade na urbanização brasileira e de que nas pequenas cidades as “dimensões físico-territoriais, populacionais e controle de parcela da mais valia, por exemplo, são superiores às locais” (FRESCA, 2010, p. 79), compreendemos que o conceito de cidades locais, evidentemente adotando atualizações espaço-temporais, é mais adequada para os centros locais que se modernizaram, seja em

função da inserção de novos circuitos espaciais produtivos ou devido à centralidade exercida em momentos pretéritos.

De acordo com Santos (1979, p. 71), a cidade local é uma “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”. Nesse sentido, mesmo estando atrelada a uma dimensão mínima, não significa que os centros locais apresentem menor densidade de equipamentos e serviços urbanos no contexto da rede urbana do Rio Grande do Norte, isso porque “as cidades locais dispõem de uma atividade polarizante” e servem “às necessidades inadiáveis da população, com verdadeiras especializações do espaço” (SANTOS, 1979, p. 70-71) que estão relacionadas às novas exigências de consumo de bens e serviços. Tal situação não se aplica à realidade de muitos centros locais do estado.

Dessa maneira, Santos (1989b), ao analisar as cidades locais da região de Campinas, esclarece que o conceito de cidade local proposto por Santos (1979) “sobrepõe-se ao de mero centro local pois supõe uma polarização e domínio territorial através da vida de relações, ou seja, detém, também, uma centralidade” (SANTOS, 1989b, p. 27). Assim, o conceito de cidade local inclui, mas extrapola, o conceito dos centros urbanos classificados como centros locais.

Portanto, conforme explana Maia (2005, p. 8), as cidades locais são aquelas “que se modernizaram ou que apresentaram transformações espaciais em função dos avanços tecnológicos”, ou “que mesmo distante de uma absorção tecnológica, apresentariam uma dinâmica a partir das atividades ali desenvolvidas, apesar de sua abrangência ser a sua região, ou a dos municípios circunvizinhos” (MAIA, 2005, p. 14). São as “cidades econômicas”, como aponta Santos (1994, p. 51). Assim, aquelas cidades que não de-

têm ou têm uma baixa dinâmica econômica e não desempenham qualquer centralidade em nível microrregional não estariam nessa classificação. Para Santos (1979), consistiriam em pseudocidades, já que se trata de aglomerações que não dispõem do atendimento mínimo de bens e serviços à população, as quais permitam reconhecê-las como verdadeiras cidades.

Não nos deteremos à discussão de serem ou não essas aglomerações verdadeiras cidades, o que nos interessa é que os centros que são considerados pelo IBGE como centros locais revelam diferenças entre eles e que nesses há um grupo cuja situação é de cidades locais. Outros correspondem a centros urbanos apenas por critérios administrativos, por ser sede do município, categoria estabelecida pelo que se decreta a partir da Constituição Federal de 1937, “mas que pouco ou nada apresenta de uma vida urbana” (MAIA, 2005, p. 14). Tais cidades, portanto, estariam na base ou nível mais elementar da hierarquia da rede urbana, não exercendo nenhum tipo de centralidade e nem mesmo atendendo às necessidades mínimas de sua população, já que o consumo de uma boa parte desses bens e serviços ocorre por intermédio de deslocamentos a outras cidades. Assim, entendemos que se faz necessário a compreensão dessa distinção entre os centros locais e aqueles que nesse grupo se diferenciam como cidades locais, devido ao reconhecimento de diferentes padrões ou subclassificações desses centros urbanos.

Consideramos, para apreender as diferenciações dos centros locais do estado, a presença e densidade nesses centros de alguns equipamentos e serviços urbanos atrelados aos novos modelos de consumo, que são responsáveis por uma boa parte das interações interurbanas na rede urbana estadual, tais como: agências bancárias e dos Correios, Instituições de Ensino Superior públicas, *campi*

dos Institutos Federais e Centros Estaduais de Educação Profissional, fóruns e cartórios eleitorais, postos de atendimento da COSERN, redes de supermercado e cobertura de operadoras de telefonia móvel. Devido a ser considerado na definição de centro local um limite relativo de população, também ponderamos tal elemento.

A partir da constatação de condições distintas quanto a essas variáveis, buscamos identificar os usos e dinâmica dos territórios que os diferenciam e analisar se há dentre esses centros alguns que, além de atender às suas demandas, reduzindo a dependência em relação a outros, ainda exercem centralidade sobre alguma área de influência.

Dos 142 centros locais, 86 não apresentam nenhum dos fixos em análise (Mapa 53), tendo apenas a cobertura de operadoras de telefonia móvel (na maioria dos casos apenas uma, fugindo à regra São Miguel do Gostoso, que conta com três, e Maxaranguape e Tibau, com quatro). É interessante notar que Acari, Alto do Rodrigues, Angicos, Areia Branca, Baraúna, Caraúbas, Ceará-Mirim, Goianinha, Ipanguaçu, Jardim de Piranhas, Jucurutu, Nova Cruz e Touros também se distinguem dos demais centros urbanos do estado pela cobertura da telefonia móvel.

Entendemos que a maior dinâmica urbana que se estabelece nessas cidades possibilita o interesse de um maior número de empresas para atender a essa clientela. Todos os centros elencados contam com a cobertura de mais de uma empresa de telefonia móvel. Inclusive, Areia Branca, Caraúbas, Ceará-Mirim, Goianinha e Touros são atendidos por quatro operadoras, situação constatada predominantemente nos centros de gestão do estado.

Além dos 86 centros urbanos que não apresentam os serviços e equipamento urbanos analisados, outros 43 centros apresentam alguns poucos serviços, mas numa densidade baixa, como,

por exemplo, além de contar com a cobertura de uma ou duas operadoras de telefonia móvel, têm uma agência bancária ou alguma unidade de redes de supermercados. No entanto, assim como no primeiro caso, não são dotados de equipamentos e serviços urbanos capazes de atrair fluxos em sua direção. Assim, a centralidade que exercem na rede urbana do estado é apenas local. De tal modo, torna-se notório que essas sedes de municípios, mesmo sendo considerados centros urbanos, aproximam-se do que Santos (1979) entende por pseudocidades, ou seja, dependem, sobretudo, dos repasses provenientes da União, não sustentando uma atividade e dinâmica econômica que permita o desenvolvimento local.

Mapa 53 – Distribuição nos centros locais do Rio Grande do Norte de equipamentos e serviços urbanos em 2017



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações das instituições e empresas.

Todavia, alguns centros locais como Acari, Alto do Rodrigues, Angicos, Areia Branca, Baraúna, Caraúbas, Ceará-Mirim, Goianinha, Ipanguaçu, Jardim de Piranhas, Jucurutu, Nova Cruz e Touros se diferenciam dos demais em relação à densidade e dinâmica urbana, apresentando equipamentos e serviços urbanos que possibilitam a geração de fluxos, e, portanto, interações com centros do seu entorno e/ou com territórios de outras redes urbanas, configurando-se como cidades locais. Portanto, coexistem no atual período no território nacional centros locais que não exercem centralidade, cuja infraestrutura é precária e cidades locais “que apresentam uma dinâmica relevante no contexto regional em que estão inseridas” (FARIAS, 2013, p. 15).

Acari, Angicos, Caraúbas, Ceará-Mirim, Goianinha e Nova Cruz foram centros urbanos que, em momentos anteriores, exerciam centralidade na rede urbana potiguar e que, devido à redução da importância das economias tradicionais que eram as suas principais atividades econômicas, diminuíram a sua relevância no contexto estadual. Santos (2008c, p. 311) esclarece que “há casos em que certas cidades regionais entram em decadência, incapazes de assumir novas tarefas, elas descem ao nível de cidade local”.

Contudo, apesar das proeminentes mudanças na organização desses espaços, é perceptível que não apenas alguns equipamentos e serviços permaneceram, como outros foram instalados e reforçam, mesmo com menor intensidade, o papel dessas cidades perante a sua hinterlândia. Endlich (2006) reforça essa compreensão na medida em que, ao estudar as pequenas cidades do noroeste do Paraná, entende que

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre eles. Cidades com atividades

comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais (ENDLICH, 2006, p. 52).

Por exemplo, todas essas cidades, assim como as demais que se diferenciam da maioria dos outros centros locais, têm agências bancárias que, concordamos com Gonçalves (2005), tratam-se de fixos que garantem fluxos de pessoas convergindo para esses centros urbanos. O autor ainda assinala, conforme constatado em sua pesquisa no Agreste Potiguar, que “nas proximidades das agências dos Correios e bancárias se instalam várias barracas que comercializam diversos produtos” (GONÇALVES, 2005, p. 116), tendo os estabelecimentos comerciais uma movimentação mais significativa nos dias de pagamento. De acordo com Silveira (2015, p. 249), “a modernização do consumo provoca uma maior dependência de insumos da economia superior e, amiúde, externa, e o aumento da necessidade de crédito, uma vez que as demandas aumentam mais rapidamente do que as rendas das classes médias e pobres”. Assim, enfatizamos que, enquanto as referidas cidades locais apresentam tais fixos bancários, a maioria dos demais centros locais do estado contam apenas com os correspondentes bancários e, em alguns casos, com os Postos de Atendimento.

O serviço de educação prestado pelas Instituições de Ensino Superior públicas, pelos Institutos Federais e também pelos Centros de Educação Profissional Estaduais são outros elementos distintivos para essas cidades locais. Presentes em Alto do Rodrigues, Angicos, Areia Branca, Caraúbas, Ceará-Mirim, Ipanguaçu, Nova Cruz e Touros, tais unidades de ensino, conforme analisado anteriormente, atraem estudantes e servidores de municípios vizinhos e até de outras mesorregiões do estado, majori-

tariamente num fluxo diário ou semanal, criando nessas cidades uma centralidade do ponto de vista educacional, mas que, também, estimula a expansão de outros setores da economia urbana, em virtude das demandas para atender a esse novo contingente populacional.

Essa é uma realidade em diversos outros centros urbanos que passam a abrigar instituições de ensino superior e/ou de ensino médio profissionalizante. Em outros estados do Nordeste, como, por exemplo, em Mamanguape, na Paraíba, a oferta de ensino superior possibilitou o estabelecimento de

Interações espaciais que se ampliam em vários setores da economia urbana, tais como: o comércio, os serviços bancários, os serviços públicos decorrentes da presença de órgãos governamentais, os quais, obviamente, dentro do ritmo e da realidade de uma pequena cidade, reforçam a centralidade microrregional (FARIAS, 2013 p. 17).

Assim, a prestação desses serviços de educação se constitui como um dos principais motivos de fluxos entre as cidades do estado e reforça a dinâmica urbana da localidade em que estão instalados. Além da educação, um outro serviço que evidencia as áreas de influência dos centros urbanos é o judiciário. É preciso destacar que a gestão federal é um dos critérios utilizados pela última REGIC para classificar os centros de gestão do território da rede urbana nacional e que uma das variáveis contempla, portanto, a hierarquia do setor judiciário federal. Todavia, analisando a distribuição dos cartórios da jurisdição eleitoral que compreendem a Justiça Eleitoral da União, faz-se notório que a localização de alguns cartórios se dá em centros urbanos que foram considerados pelo IBGE como centros locais e que, em função da presença des-

ses serviços que contemplam uma área de abrangência específica, fluxos são gerados em sua direção. Além dos Cartórios Eleitorais, os Fóruns dos Municípios demonstram relações necessárias entre determinados municípios, que repercutem diretamente nas centralidades que se estabelecem na rede urbana, inclusive para os papéis desempenhados por alguns centros locais. Embora a REGIC 2007 não recorra a esses serviços da instância judiciária estadual, compreendemos que a sua espacialização e as dependências dos Termos às respectivas comarcas é essencial no estabelecimento das áreas de influência dos centros urbanos.

Quantos aos fóruns municipais, identificamos a sua presença em 65 cidades do estado (Mapa 54), das quais 17 são consideradas centros de gestão do território e 6 compõem a ACP Natal. Contudo, precisamos evidenciar que, dos centros locais que compreendemos como cidades locais, apenas Alto do Rodrigues não conta com essa instituição, dependendo do ponto de vista dos serviços jurídicos de Pendências. Ainda, ressaltamos que a maioria exerce influência sobre municípios vizinhos que estão subordinados juridicamente aos fóruns dessas cidades locais (Mapa 54), como, por exemplo, Acari tem como termo Carnaúba dos Dantas; Angicos – Fernando Pedrosa; Areia Branca – Grossos e Tibau; Ceará-Mirim – Pureza e Rio do Fogo; Goianinha – Espírito Santo e Tibau do Sul; Ipanguaçu – Itajá; Nova Cruz – Lagoa D’Antas, Montanhas e Passa e Fica; e Touros – São Miguel do Gostoso. Apenas Baraúna, Caraúbas, Jardim de Piranhas e Jucurutu não têm municípios sob sua jurisdição.

Mapa 54 – Distribuição espacial das Fóruns Municipais do Rio Grande do Norte e seus respectivos termos em 2017



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Situação semelhante acontece com a distribuição espacial dos cartórios eleitorais do estado, que estão presentes em 57 cidades (Mapa 55), 21 sendo centros de gestão do território e 5 fazendo parte da ACP Natal. Dos demais centros urbanos que contam com o serviço, 10 compreendem o que entendemos como cidades locais do Rio Grande do Norte, que, do mesmo modo, majoritariamente atendem a população eleitoral de municípios vizinhos, com exceção de Caraúbas, cujo cartório atende apenas a população local. Assim, nas cidades locais, temos as seguintes zonas eleitorais e suas respectivas áreas de influência: Ceará-Mirim: Pureza e Ielmo Marinho; Goianinha: Espírito Santo, Tibau do Sul e Jundiá; Nova Cruz: Lagoa D’Anta e Passa e Fica; Touros: São Miguel do Gostoso; Angicos: Fernando Pedrosa; Acari: Carnaúba dos Dantas; Jucurutu: São Rafael;

Areia Branca: Grossos e Porto do Manguê; e Jardim de Piranhas: Timbaúba dos Batistas e São Fernando.

A instalação de unidade de redes de supermercados também é uma questão que evidencia o papel que esses centros desempenham na rede urbana do estado, isto porque tais estabelecimentos presentes anteriormente apenas nos centros de gestão, agora comercializam nos centros locais uma diversidade de produtos alimentícios, como também de outros gêneros com o mesmo valor que seriam obtidos em outras localidades. Desse modo, os deslocamentos da população local não somente não são mais necessários, como ainda podem atrair fluxos de municípios vizinhos, seja diretamente em busca dessa atividade, ou que aproveitam o deslocamento realizado para outro serviço e usufruem também desse comércio. Identifica-se a presença de, pelo menos, uma das quinze redes de supermercados pesquisados em todas as cidades locais elencadas, com exceção apenas de Touros. Essa é uma variável importante, porque a difusão das cidades locais que, segundo Santos (1979, p. 72), seria característica do período técnico-científico, se relaciona “às transformações do modelo de consumo do mundo, sob o impacto da modernização tecnológica”.

Mapa 55 - Distribuição espacial dos cartórios eleitorais do Rio Grande do Norte e área de influência das cidades locais em 2017



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Os postos de atendimento da COSERN são outros serviços que retratam a dinâmica de algumas cidades locais, apresentando uma localização bem seletiva no território, estando estabelecidos, principalmente, nos centros de gestão do território e também em Caraúbas, Ceará-Mirim e Goianinha. Essas cidades locais contam com unidades de atendimento ao público, centralizando os serviços que atende a um grupo de municípios, conforme demonstrado na discussão que contemplou a expansão da rede de energia elétrica, dentre outros sistemas técnicos. Portanto, esses serão os destinos, caso seja necessário um atendimento pessoalmente. Dessa forma, é importante destacar que, nos três casos, há, na área de influência do atendimento pessoal da COSERN por essas cidades locais, centros urbanos que apresentam um maior nível de centra-

lidade na rede urbana do estado. Por exemplo, o atendimento da população de Apodi (Centro de zona B) é no Posto de Caraúbas, de João Câmara (Centro de zona A) em Ceará-Mirim e de Passa e Fica e Canguaretama (Centros de zona B) em Goianinha.

Essas análises nos permitem constatar que, excluindo aqueles centros urbanos que já exerceram alguma centralidade, os demais, que são denominados pelo IBGE como centros locais e que estão nesse cenário mais dinâmico e de relevância na rede urbana do estado, são os que participam de alguns dos mais importantes circuitos espaciais produtivos, ou seja, Alto do Rodrigues, que é um importante nó do circuito do petróleo e do gás, abrigando além de produção, uma Termelétrica; Areia Branca, também devido ao circuito do petróleo, mas principalmente do sal; Baraúna, em função do circuito de produção do melão; Goianinha, que tem no seu território a realização de etapas do circuito espacial da cana-de-açúcar; Ipanguaçu, também com a fruticultura irrigada, contudo voltada para a produção de banana; Jardim de Piranhas, que conta com um circuito de produção têxtil, com artigos de cama e cozinha, especialmente de panos de prato; Jucurutu, pela extração de minério de ferro; Touros, que além das atividades turísticas ainda tem a 3ª maior produção de banana do estado e conta, nas suas adjacências, com a instalação de importantes parques eólicos; Acari, além da centralidade, já exercida em períodos anteriores, ainda realiza etapas do circuito espacial de confecções, por intermédio das fábricas instaladas em seu território.

Diante desse contexto, concordamos com Silva, Gomes e Silva (2009) que, devido à complexidade apresentada pelas pequenas cidades do estado, que aqui estamos entendendo como sendo as cidades locais e os demais centros urbanos sede dos municípios que

foram denominados pelo IBGE como locais, devemos analisá-las em função de sua inserção no contexto urbano regional, considerando, principalmente, sua participação na divisão territorial do trabalho.

Nesses termos, ratificamos a nossa compreensão de que esses centros locais se constituem devido a sua participação em alguns dos mais importantes circuitos espaciais produtivos em cidades locais, visando as próprias necessidades de consumo que dessa situação emergem. Embora Spolaor e Bolfe (2009) tratem especificamente da modernização agrícola, entendemos que a presença de todos esses circuitos, assim como ocorre com a agricultura moderna, carecem da dotação, mesmo nas cidades pequenas, dos setores comerciais e de serviços administrativos e bancários. Spolaor e Bolfe (2009, p. 4) ainda afirmam que “não é necessária uma hierarquia urbana de tamanho populacional e funcional para que relações comerciais, administrativas, serviços, informação, entre outros, aconteçam”.

As cidades locais revelam assim, a conformação de uma estrutura de redes urbanas complexas, nas quais as cidades são dotadas de “papéis que correspondem tanto às demandas e características das redes hierárquicas, bastante conformadoras de áreas de comandos e, portanto, de continuidades territoriais, como correspondem às demandas das atividades que se organizam segundo redes de redes” (SPÓSITO, 2011, p. 131).

A demografia não é uma das variáveis que melhor revela a importância e nível de centralidade de um centro urbano na rede urbana, tendo em vista que centros com o mesmo contingente populacional podem se inserir de modo completamente diferente na rede, assim como os que têm tamanhos populacionais diversos podem apresentar similitudes quanto ao papel que exercem na rede urbana. Todavia, apreciaremos tal elemento, pelo fato do mesmo compor a definição dos centros locais e, principalmente, porque a adoção dessa

variável evidencia exatamente os equívocos que tal questão pode incorrer. De acordo com o IBGE, um centro local tem população predominantemente inferior a 10 mil habitantes. No entanto, esta, que é uma característica marcante dos centros deste nível de centralidade, não é verificada nos centros urbanos que se configuram como cidades locais. Para Endlich (2006, p. 52), embora no caso do noroeste do Paraná a espacialização das atividades comerciais e dos serviços públicos e privados “não estejam diretamente vinculadas ao patamar demográfico, observou-se que, de maneira geral, as pequenas cidades com centralidade maior são aquelas que possuem esse patamar mais ou menos definido entre vinte mil e cinquenta mil habitantes”.

Em relação ao Rio Grande do Norte, dos centros locais que revelam uma dinâmica diferenciada, Acari (11.338), Alto do Rodrigues (12.305), Angicos (11.908), Ipanguaçu (15.308) e Jardim de Piranhas (14.734) apresentavam uma população estimada, para 2016, de até 15 mil habitantes. Entretanto, outros centros, como Areia Branca (27.176), Baraúna (27.667), Caraúbas (20.636), Ceará-Mirim (73.370), Goianinha (25.685), Jucurutu (18.490), Nova Cruz (37.547) e Touros (33.778), apresentavam uma estimativa populacional, para 2016, que é mais que o dobro do parâmetro apresentado pelo IBGE para os centros locais. Nessa situação, especificamente, compreendemos que essa não é uma questão determinante, mas o contingente populacional, associado aos demais equipamentos e serviços ofertados nessas cidades, possibilitam que se tenha uma dinâmica urbana e centralidade mais intensa que a encontrada nos centros que não dispõem dos mesmos objetos.

Ainda como forma de compreender a centralidade dos centros locais mais dinâmicos do território potiguar, partimos para a análise dos fluxos que ocorrem entre esses municípios por intermédio, por exemplo, dos transportes coletivos, ou seja, os transportes

regulares, como ônibus, mas também os carros de lotação e vans, além dos casos das balsas que se deslocam em direção a esses centros urbanos⁴³. Para Spósito (2001, p. 238), “os fluxos permitem a apreensão da centralidade, porque é através dos nódulos de articulação intra e interurbana que ela se revela”.

7.2.1 OS FLUXOS E AS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES LOCAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

Os fluxos em direção as cidades locais do Rio Grande do Norte (Mapa 56) evidenciam que alguns desses centros urbanos, além de atender às necessidades mínimas de sua população, exercem centralidade a nível extramunicipal, atraindo fluxos que as configuram como polos microrregionais, conforme podemos observar a seguir:

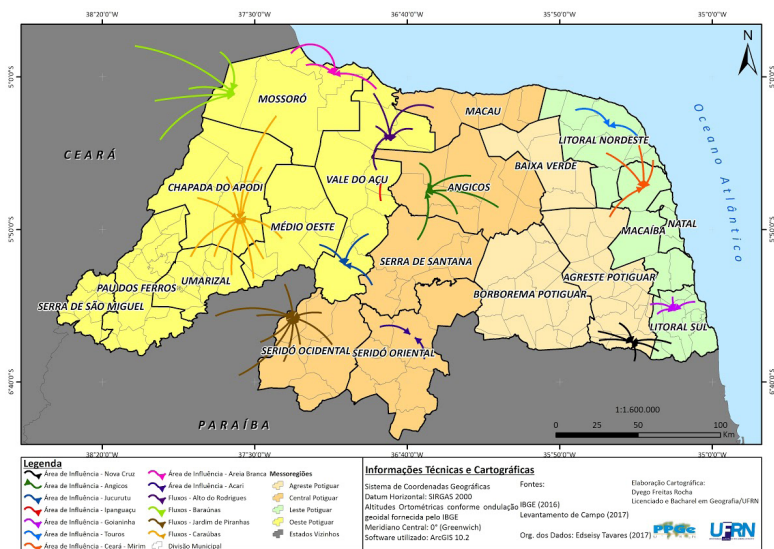
a. As cidades locais na mesorregião central

Na mesorregião Central, duas cidades da região do Seridó evidenciam muito bem essa situação, pois, mesmo diante da centralidade exercida por Caicó e Currais Novos na região, Acari e Jardim de Piranhas ainda atraem fluxo de alguns municípios vizinhos em sua direção, em função de determinadas atividades comerciais e prestação de serviços, como nos foi possível observar por intermédio de pesquisa *in loco* e com entrevistas com moradores e motoristas de carros de lotação.

43 A pesquisa para identificação dos fluxos que se direcionam a essas cidades locais ocorreu por intermédio de levantamento do trajeto das linhas de ônibus no DER-RN, além de entrevistas e observação *in loco*, com os motoristas dos carros de lotação, vans, mototaxi e comandante da balsa, como também de populares que se encontravam nos pontos de parada desses transportes. Além das entrevistas com comerciantes e prestadores de serviços principalmente em supermercados, lojas de móveis e eletrodomésticos, agências bancárias e clínicas privadas.

Acari é uma cidade local que, além de apresentar diversas atividades comerciais e serviços que minimizam a necessidade de deslocamentos de sua população a outros centros urbanos, ainda atende uma população de municípios vizinhos, principalmente Cruzeta e Carnaúba dos Dantas (Mapa 56).

Mapa 56 – Fluxos em direção as cidades locais do Rio Grande do Norte



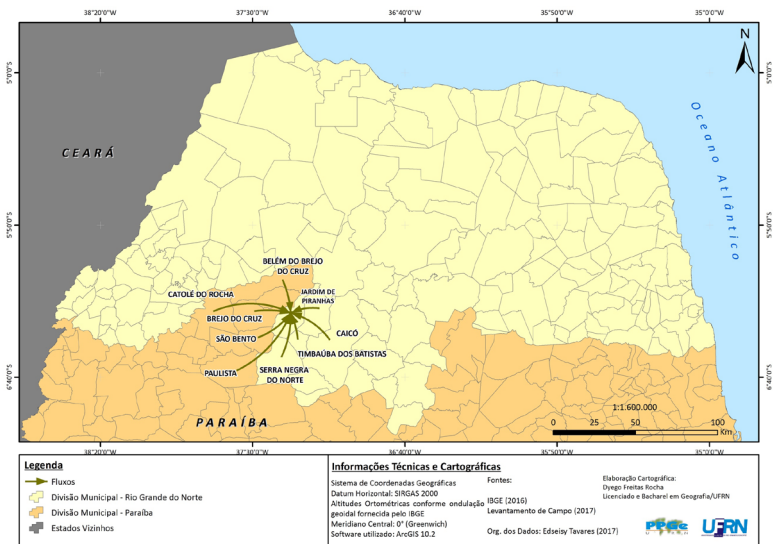
Fonte: Levantamento de campo, 2017.

As linhas de ônibus Natal-Caicó via Cruzeta contemplam Acari e Cruzeta, com duas viagens diárias em cada sentido, e Natal-Parelhas atende aos fluxos entre Carnaúba dos Dantas e Acari com uma viagem de ida e outra de volta. Os fluxos em direção a esse centro urbano se dão, sobretudo, para o uso dos serviços bancários, educacionais, saúde (Maternidade e Hospital Regional), farmácias, jurídico e alimentação, especialmente restaurantes e pizzarias. Em termos educacionais, a presença de uma IES de ensino

privado, a Faculdade Shalom Cardan, é um dos motivos de fluxos, dado que estudantes de Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, São José do Seridó e até de Currais Novos se dirigem diariamente a esse centro urbano para usar tal serviço. A faculdade também oferece em suas instalações os cursos técnicos de Gastronomia e Eletrotécnica. O centro urbano ainda conta com uma Auto Escola, que tem alunos não apenas de Acari, mas também de Cruzeta e São José do Seridó. Em relação ao jurídico, o Fórum Municipal Desembargador Félix Bezerra, além de atender ao município de Acari, tem como Termo Carnaúba dos Dantas, que está, portanto, sob sua influência ou responsabilidade. Ainda merece destaque que, à noite, o centro urbano recebe com frequência pessoas de Carnaúba dos Dantas e Cruzeta na busca de restaurantes e pizzarias.

Jardim de Piranhas também exprime muito bem essa diferenciação que se revela entre os centros locais do estado. A sua centralidade extrapola a área de influência local, como revelam os fluxos de transporte que circulam diariamente na cidade. As interações mais intensas ocorrem com Belém de Brejo do Cruz (PB), Brejo do Cruz (PB), Caicó, Catolé do Rocha (PB), Paulista (PB), São Bento (PB) e Serra Negra do Norte (Mapa 57). A maior parte dos fluxos está relacionada a trabalhadores que se dirigem diariamente à cidade, principalmente nos setores educacionais e de saúde, mas também para o trabalho nas tecelagens e no setor jurídico. Ainda há fluxos gerados pela atividade bancária, principalmente proveniente de Brejo de Cruz (PB) e pelo Cartório Eleitoral que abrange, além de Jardim de Piranhas, os municípios de São Fernando e Timbaúba dos Batistas.

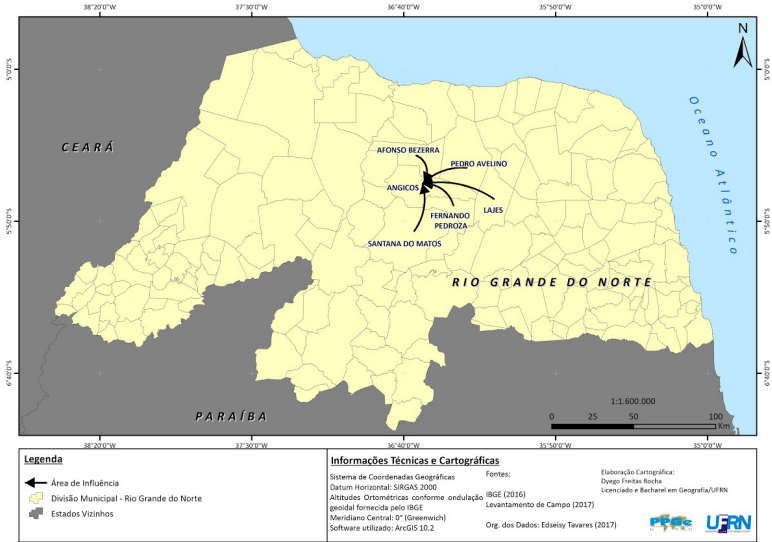
Mapa 57 – Fluxos para Jardim de Piranhas com motivo de trabalho e atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Também na mesorregião Central, Angicos, que inclusive dá nome a uma microrregião formada por oito municípios, também se caracteriza como uma cidade local. O município apresenta uma significativa frequência de viagens para Natal e Assú, que são centros de maior centralidade na rede urbana, mas a cidade também exerce centralidade em relação a municípios próximos. A maioria dos fluxos em sua direção tem como municípios de origem Afonso Bezerra, Pedro Avelino, Santana do Matos, Fernando Pedrosa e, em menor intensidade, Lajes (Mapa 58).

Mapa 58 – Área de influência de Angicos para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

No caso dos dois primeiros, há uma média de 8 a 10 carros que realizam diariamente de 2 a 3 viagens. Em relação à Santana do Matos, o transporte coletivo de passageiros é realizado por uma Van e pela linha de ônibus Santana do Matos-Mossoró, que tem paradas em Santana do Matos, Fernando Pedrosa e Angicos, mas só realiza duas viagens por semana, uma na segunda feira e outra no sábado. Para Fernando Pedrosa, além do ônibus Natal-Angicos, que conecta os dois municípios, há uma média de 12 a 15 carros por dia, que fazem 2 viagens cada. Estão entre os principais motivos de deslocamento em direção a esse centro urbano a recorrência à agência bancária do Banco do Brasil, além do comércio em geral, mas, principalmente, os supermercados e lojas de móveis e eletrodomésticos, que inclusive realizam entregas nos municípios de Fernando Pedrosa

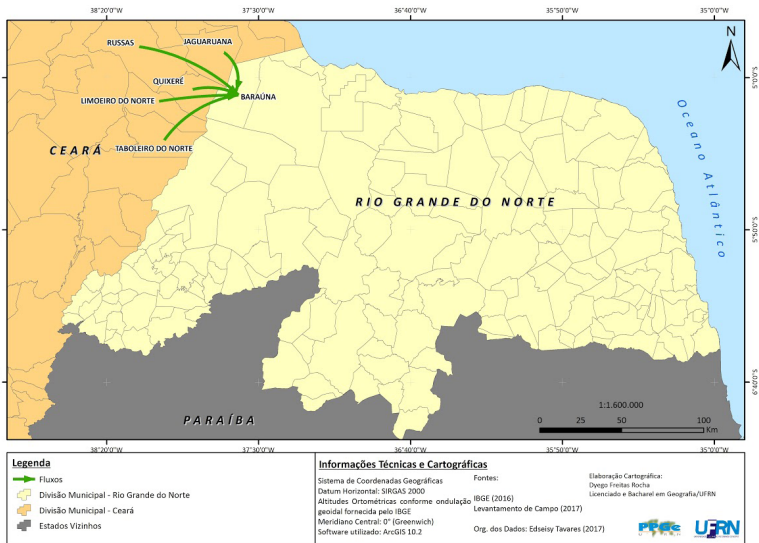
e Pedro Avelino. Os serviços de saúde privada e o INSS também geram significativos fluxos para essa cidade. Angicos ainda tem estudantes de Santana do Matos, Assú, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues que vem para a UFERSA, sendo tais viagens realizadas, predominantemente, pelos ônibus escolares contratados pelas respectivas prefeituras para a realização do transporte dos estudantes. Os serviços judiciários também ratificam a centralidade da cidade, particularmente, nessa situação, quanto a Fernando Pedrosa, visto que o município é Termo da comarca do município e o Cartório eleitoral também atende essa população.

b. As cidades locais na mesorregião oeste

Na mesorregião Oeste, nas duas cidades locais mais próximas a Mossoró, que é a segunda cidade de maior nível de centralidade da rede urbana estadual, também identificamos uma pequena centralidade em relação aos municípios vizinhos. Baraúna mantém fluxos intensos com Mossoró, movimentando cerca de 140 carros diariamente, que chegam a fazer uma média de até 3 viagens cada por dia. No entanto, mesmo não exercendo centralidade em relação a municípios do Rio Grande do Norte, Baraúna atrai fluxos de municípios do Ceará que estão próximos à fronteira do estado. As principais origens dos transportes são Quixeré, Russas, Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte (Mapa 59), a partir de vans que passam no município uma vez por dia. Estão entre os principais motivos de deslocamentos para essa cidade os bancos e o comércio de supermercados e lojas de móveis e eletrodomésticos. Nestes últimos estabelecimentos, ainda foi mencionado nas entrevistas que também recebem clientes de Jaguaruana (CE).

A feira realizada nos dias de domingo igualmente contribui para a centralidade da cidade em relação a esses municípios, inclusive recebendo população de Mossoró, que busca menores preços, principalmente quanto à carne bovina. O trabalho na fruticultura irrigada também gera fluxos e contribui com a dinâmica urbana que a cidade apresenta atualmente. Ainda nos chamou atenção a significativa quantidade de clínicas odontológicas e médicas que se localizam nesse centro urbano, que, embora atenda predominantemente à população local, tendo poucos pacientes de outros municípios, diminuiu consideravelmente a necessidade de deslocamentos a Mossoró para o usos desses serviços de saúde.

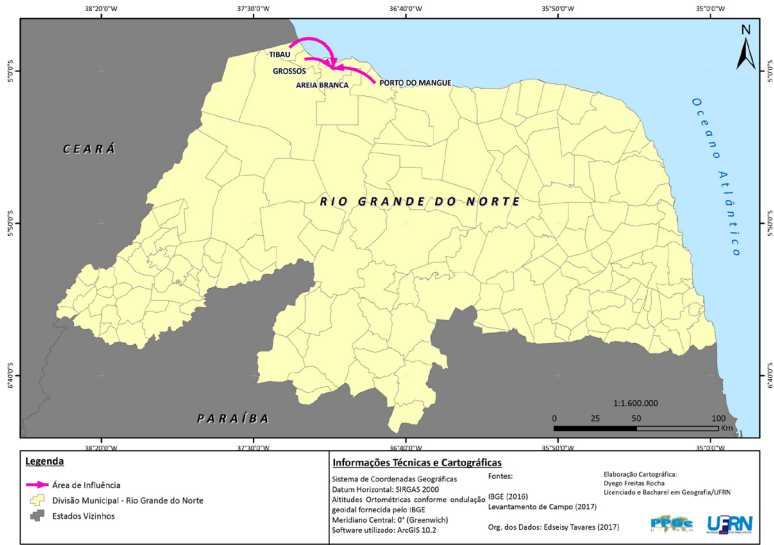
Mapa 59 – Fluxos para Baraúna para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Areia Branca também apresenta um alto nível de interação com Mossoró, contudo, tem uma menor quantidade de carros de lotação com destino a esse centro, com uma média de 60 carros que realizam 2 viagens por dia. Todavia, diferentemente de Baraúna, conta com as linhas de ônibus Natal-Areia Branca e Areia Branca-Macau, que contemplam o trajeto Areia Branca-Mossoró e evidenciam a intensa relação que se estabelece com Mossoró, inclusive no fluxo inverso, devido às pessoas que se dirigem à Areia Branca para trabalhar. No entanto, Areia Branca também exerce uma centralidade em relação a outros municípios do estado, principalmente quanto a Grossos, como podemos constatar com os fluxos diários que se realizam pela balsa (Mapa 60). O transporte é realizado por quatro balsas que realizam de 5 a 6 viagens cada por dia, no período que vai de 6:30 da manhã até as 18:00, num intervalo de uma hora (Figuras 5 e 6). Além de Grossos, também se direcionam à Areia Branca pessoas de Porto do Mangue, cujo transporte realiza duas viagens diárias e, em menor intensidade, recebem-se fluxos de Tibau. Os principais motivos de deslocamentos desses municípios para Areia Branca são bancos, supermercados, mercado público, lojas de móveis e eletrodomésticos, clínicas particulares, farmácias e o trabalho nas salinas. A centralidade de Areia Branca e sua influência sobre esses municípios também se torna evidente quando tomamos os serviços judiciários, considerando que o Fórum de Areia Branca tem como Termos Grossos e Tibau e o Cartório Eleitoral atende Areia Branca, Grossos e Porto do Mangue.

Mapa 60 – Área de influência de Areia Branca para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Figuras 5 e 6 - Cais de Areia Branca (RN), onde saem e chegam as balsas que realizam o transporte Areia Branca – Grossos.



Fonte: Autora (2017).

No Vale do Açu, na mesorregião Oeste potiguar, outros três municípios também se constituem enquanto cidades locais, Alto do Rodrigues, Ipangaçu e Jucurutu. Mesmo estando próximos a Assú, que é um centro de gestão do território, esses três municípios exercem centralidade em relação a alguns serviços e atividades comerciais para os municípios próximos. Alto do Rodrigues recebe fluxos mais intensos dos municípios de Pendências

e Carnaubais (formando uma área de influência) e, com menor intensidade, de Ipanguaçu, Macau e Porto do Mangue (Mapa 61).

Existem 10 carros de lotação que realizam uma viagem por dia entre Pendências e Alto do Rodrigues, já quanto aos outros municípios não há uma regularidade nos transportes, mas são notórios os fretes. No comércio dos supermercados, de móveis e eletrodomésticos, destacam-se essas interações, inclusive na realização de entregas, pelos estabelecimentos, em Pendências e Carnaubais. Os serviços também atraem populações de outros municípios, principalmente os bancos, o Centro Estadual de Educação Profissional, que tem alunos de Alto do Rodrigues, Carnaubais, Pendências, Macau, Ipanguaçu e Afonso Bezerra, e as clínicas privadas que recebem pacientes de Carnaubais, Pendências, Afonso Bezerra, Ipanguaçu e até de Assú e Macau, que são centros de gestão.

Ipanguaçu, entre as cidades locais, é a que exerce centralidade sobre uma menor quantidade de municípios, não tendo carros regulares com esse destino. Contudo, faz parte do percurso de outras linhas de transporte, tanto regular com a linha Areia Branca - Macau, quanto dos carros de lotação. Todavia, os equipamentos urbanos da cidade, além de atenderem a sua população, diminuindo a necessidade de fluxos em direção a outros centros, também chega a atrair a população do município de Itajá para o Fórum que tem esse município como Termo e, ainda, para a agência do Banco do Brasil, que, de acordo com o gerente da agência, atende a quase totalidade das demandas de tal município, além de atender clientes de Afonso Bezerra. Com menor frequência, as clínicas particulares também recebem pacientes de outros municípios, principalmente Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues e Itajá.

Mapa 61 – Fluxos em direção a Alto do Rodrigues para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Quanto à Jucurutu, observamos que o centro exerce uma centralidade cuja área de influência contempla São Rafael e Triunfo Potiguar, além de Florânia na mesorregião do Seridó (Mapa 62). A linha de ônibus Caicó – Mossoró via Jucurutu transporta passageiros entre Jucurutu e São Rafael; a linha Currais Novos – Mossoró, entre Florânia, Jucurutu e São Rafael e a linha Jucurutu – Natal, entre Florânia e Jucurutu. Já os carros de lotação e vans realizam diariamente viagens desses municípios em direção a Jucurutu. Esses fluxos são gerados pela atratividade exercida pelo banco, supermercados, lojas de móveis e eletrodomésticos e ainda por uma escola privada e pelos serviços de saúde. A feira realizada no sábado também atrai muitos moradores de municípios vizinhos enquanto comerciantes, mas também consumidores. O trabalho é

outro motivo de fluxos, devido à presença de panificadoras, queijeiras e fábrica de lingerie, além dos funcionários públicos e profissionais que estão trabalhando nas obras da Barragem de Oiticica.

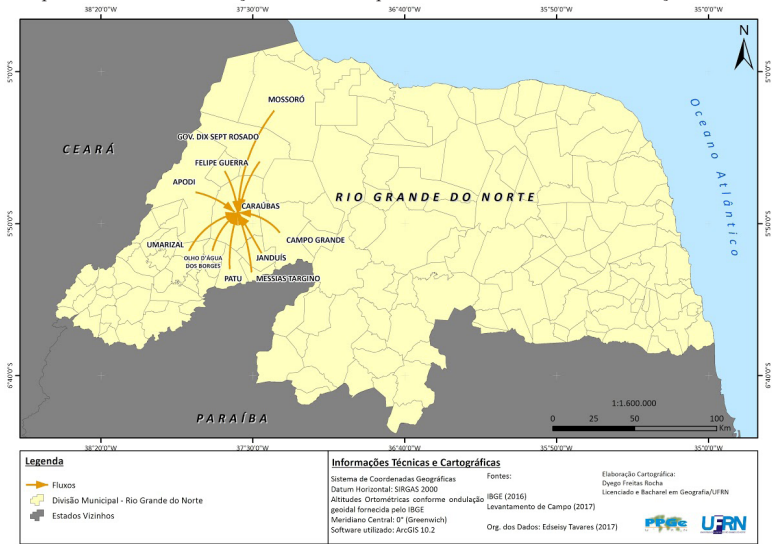
Mapa 62 - Área de influência de Jucurutu para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Ainda na mesorregião Oeste potiguar, mas na microrregião da Chapada do Apodi, Caraúbas se destaca como uma cidade local, sendo verificada uma centralidade que extrapola os limites municipais. Diferentemente de outras cidades locais em que verificamos a formação de uma centralidade para diversas atividades comerciais e prestação de serviços, nesse caso, os fluxos são orientados principalmente em função da UFERSA e da saúde privada (Mapa 63).

Mapa 63 – Fluxos em direção a Caraúbas para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

A UFERSA recebe diariamente fluxos cuja proveniência são os municípios de Apodi, Campo Grande, Felipe Guerra, Governador Dix Sept Rosado, Janduís, Mossoró, Olho D’água dos Borges e Umarizal, enquanto que as clínicas recebem pacientes de Messias Targino, Patu, Umarizal, Olho D’água dos Borges, Janduís e Campo Grande. Outro serviço que também pode gerar fluxos na direção dessa cidade local é o fato de ter um posto de atendimento da COSERN, que é responsável pelos atendimentos presenciais de uma série de municípios, conforme demonstrado anteriormente. As linhas de ônibus que conecta esses municípios são Messias Targino – Mossoró, que tem paradas em Messias Targino, Patu, Olho D’água dos Borges, Caraúbas e Governador Dix Sept Rosado; Natal – Apodi via Campo Grande; e Natal – Caraúbas, que no itinerário passa por Campo Grande e Caraúbas.

c. As cidades locais na mesorregião leste

Quanto às cidades locais que se localizam na mesorregião leste potiguar e estão mais próximas à Natal, é possível constatar um intenso fluxo de passageiros para a capital diariamente. Ceará-Mirim é, dentre as três cidades, a que mais se destaca nesse sentido, inclusive com a realização de movimento pendular. A cidade compõe a Região Metropolitana de Natal e ainda é ponto de passagem de diversos transportes rodoviários entre a Capital e o interior do estado. Além da linha Ceará Mirim – Natal, realizada de forma conjunta pela Expresso Oceano e pela Cidade das Dunas, que realizam diversas viagens diariamente, e dos carros de lotação; também passam pela cidade diversas linhas da empresa Expresso Cabral em direção a outras cidades, como Natal – Macau; Natal – Galinhos, Natal – Pedra Preta (Via Jardim de Angicos); Natal – Bento Fernandes (Via João Câmara); Natal – Afonso Bezerra (Via BR 406); Natal – Touros (Via Ceará-Mirim e Via Ceará-Mirim e Pureza); Natal – São Miguel do Gostoso (Via Ceará-Mirim e Touros); Natal - Pureza (Via Ceará-Mirim); Natal – Poço Branco (Via Taipu); Natal – Zumbi (Via Ceará – Mirim); Natal – João Câmara (Via Poço Branco e Via Taipu); Natal – Caiçara do Norte (Via São Bento do Norte); Natal – Guamaré e Natal – Carnaubais (Via Macau). O deslocamento Natal – Ceará – Mirim também é realizado pelo transporte ferroviário, cujo itinerário é Natal – Extremoz – Ceará-Mirim, no sentido norte, conforme demonstrado na Figura 7.

Figura 7 - Itinerário trens urbanos Natal - Ceará-Mirim e Natal – Parnamirim 2011



Fonte: Companhia Brasileira de Trens urbanos (CBTU), 2011.

Destarte, as interações de Ceará-Mirim não ocorrem apenas no sentido de Natal. É notória a centralidade que a cidade exerce perante alguns municípios próximos, principalmente Ielmo Marinho e Pureza e, em menor intensidade, com Rio do Fogo e Maxaranguape (Mapa 64). Há uma média de 40 carros realizando

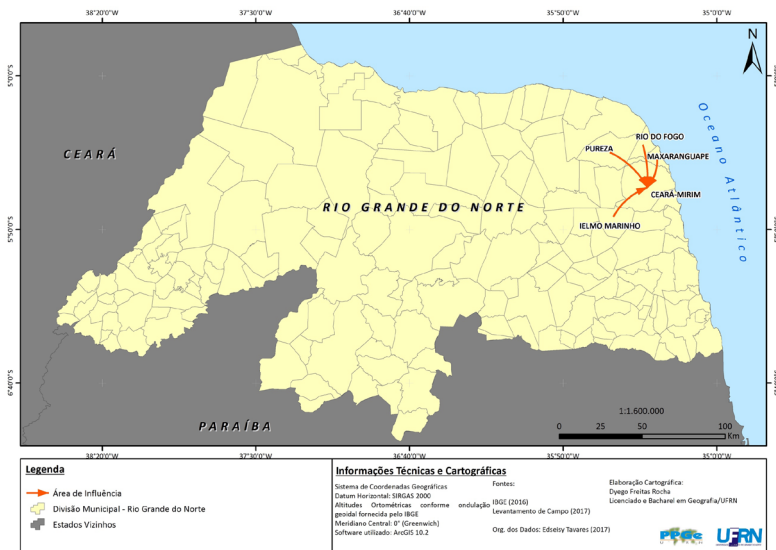
do de 2 a 3 viagens diárias entre Ielmo Marinho e Ceará-Mirim e 15 carros cuja origem é Pureza, além dos ônibus que fazem as linhas Natal – Pureza e Natal – São Miguel do Gostoso, que no itinerário passam por Ceará-Mirim. Já quanto a Rio do Fogo, o deslocamento entre essas cidades ocorre principalmente por intermédio do ônibus que faz a linha Natal – Rio do Fogo e passa por Ceará-Mirim, com uma viagem diária.

Em relação à Maxaranguape, o transporte de passageiros ocorre em uma sprinter, que faz 2 viagens por dia, embora também haja cerca de 4 carros que realizam o transporte Rio do Fogo – Ceará-Mirim de modo mais esporádico, de acordo com a demanda de passageiros. Especialmente, quanto a Ielmo Marinho e Pureza, fica bem evidente a influência que Ceará-Mirim desempenha no atendimento das demandas comerciais e prestação de serviços para esses municípios.

Os entrevistados revelaram com muita ênfase os significativos fluxos que se originam em função da utilização dos serviços bancários, educacionais e de saúde, neste último caso, sobretudo, pelas clínicas privadas, além dos serviços judiciários, pois são Termos do Fórum de Ceará-Mirim, Pureza e Rio do Fogo e o cartório eleitoral atende à população local e dos municípios de Ielmo Marinho e Pureza.

O comércio também é bastante aquecido por população de localidades vizinhas, tanto nos supermercados e feiras, quanto nas lojas de vestuário e de móveis e eletrodomésticos. Até as farmácias recebem altas demandas de outros municípios, sendo comum, segundo os entrevistados, que os próprios motoristas dos carros de lotação cheguem a trazer as receitas e levem medicamentos que não são encontrados em Ielmo Marinho.

Mapa 64 - Área de influência de Ceará-Mirim para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Touros recebe fluxos de transporte de passageiros predominantemente dos municípios de São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo. Além das linhas de ônibus Natal – São Miguel do Gostoso e São Miguel do Gostoso – Maxaranguape, que tem parada em Touros, diariamente circulam entre Touros e São Miguel do Gostoso 12 carros de lotação, que realizam cerca de 4 viagens cada, além de 8 vans que fazem 2 viagens. Já de Rio do Fogo, o transporte para Touros ocorre por intermédio de 7 a 8 carros de lotação e ainda por 1 pau de arara, que faz 1 viagem por dia. Estão entre os principais motivos de deslocamentos desses dois municípios para Touros o uso dos serviços bancários, educacionais e de saúde privados, e ainda o cartório eleitoral e o Fórum, que atendem à população de São Miguel do Gostoso. O comércio, especialmente de supermer-

cados, a feira e as lojas de móveis e eletrodomésticos, também está entre as razões de fluxos.

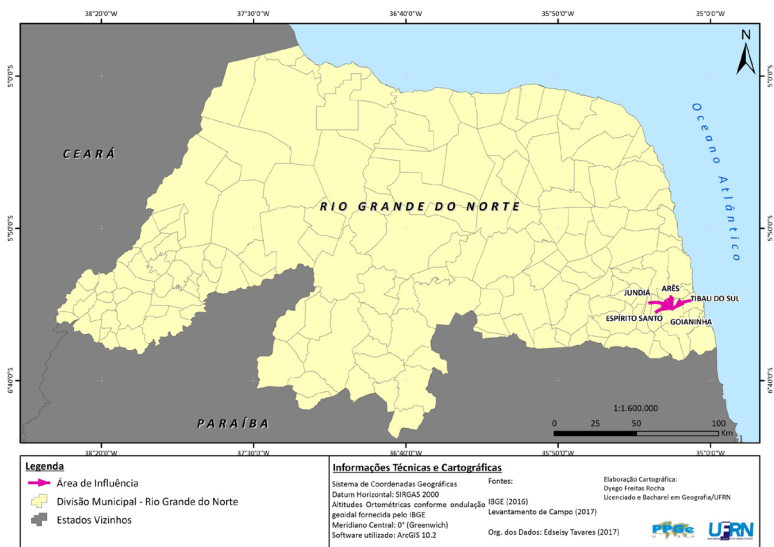
Goianinha, na mesorregião Leste potiguar e integrando a RMNatal, mantém interações fortes com Natal. A linha de transporte intermunicipal regular Natal – Pipa, cujo trajeto tem parada em Goianinha, realiza diariamente 10 viagens de ida e volta. Nos finais de semana, são realizadas 8 viagens de ida e 7 de volta e, no domingo, 3 em cada trajeto. Além desse transporte, ainda há o transporte opcional e a sua localização às margens da BR 101 favorece que transportes de outros destinos conduzam passageiros entre Natal e Goianinha. Porém, mesmo diante desses deslocamentos intensos para Natal e da cidade não apresentar, para o IBGE, um nível de centralidade em relação a uma área de influência que compreenda outros centros urbanos, notamos que sua dinâmica urbana permite reconhecê-la como uma cidade local.

Há, em Goianinha, pontos de paradas distintos para cada um dos municípios com os quais a cidade mantém fluxos de passageiros diariamente, que são Tibau do Sul, Arês, Espírito Santo, Jundiá e até Canguaretama⁴⁴ (Mapa 65). O maior nível de interação ocorre com Tibau do Sul: são 32 vans realizando de três a quatro viagens todos os dias para Goianinha. Espírito Santo e Jundiá têm, além do ônibus da linha Natal - Nova Cruz, que no trajeto passa por Jundiá, Espírito Santo e Goianinha, carros que realizam viagens para Goianinha diariamente, sendo uma média de 15 carros que realizam de 3 a 4 viagens por dia. Arês, do mesmo modo, apresenta deslocamentos para esse centro urbano com uma média de 20 viagens por dia. Já Canguaretama não faz parte da área de influência de Goianinha, mas também apresenta transpor-

44 Canguaretama é um Centro de zona B, portanto ocupa uma posição na hierarquia urbana acima dos centros locais.

te a esse destino, neste caso, contudo, especialmente para trabalhar. No sentido Goianinha-Canguaretama, os fluxos são relacionados principalmente pela busca por serviços de educação, especialmente quanto ao IFRN.

Mapa 65 - Área de influência de Goianinha para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

Estão entre os principais motivos de atratividade de Goianinha, em relação aos municípios de Arês, Espírito Santo, Jundiá e Tibau do Sul, a busca pelos serviços bancários e clínicas particulares, além de uma escola privada de educação básica, do comércio de alimentos, tanto nos supermercados quanto nos dias de feira livre, e das lojas de móveis e eletrodomésticos, que têm clientes de todos esses municípios. As lojas que prestam serviços automotivos e vendem motocicletas também são bastante procuradas pela

população dos municípios que formam sua área de influência. A centralidade de Goianinha perante os referidos municípios ainda se ratifica pela dependência que acontece quanto aos serviços judiciários: o Fórum tem como Termos Espírito Santo e Tibau do Sul e o Cartório Eleitoral atende municípios de Espírito Santo, Jundiá e Tibau do Sul.

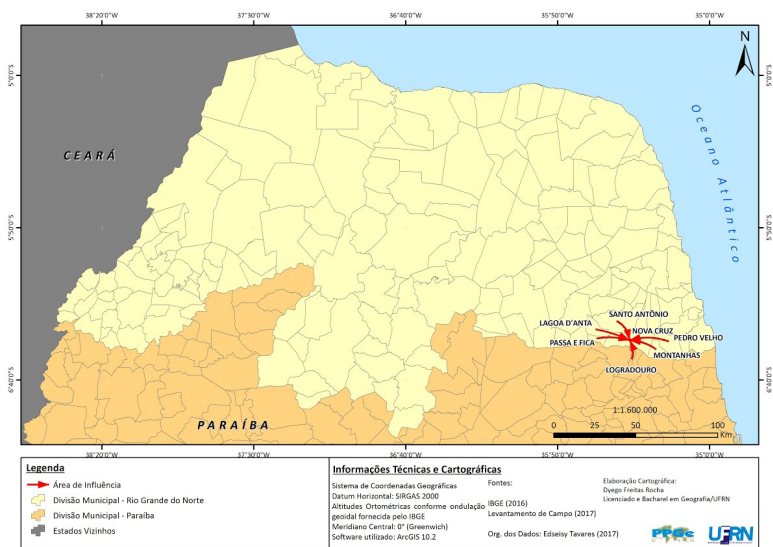
d. As cidades locais na mesorregião agreste

Na mesorregião agreste, a cidade que se destaca dos outros centros locais é Nova Cruz. A cidade é outro exemplo no qual os fluxos de transporte em sua direção demonstram a centralidade que ainda é exercida por esse centro. São comuns diariamente viagens serem realizadas em ônibus e por carros fretados de Santo Antônio, Passa e Fica, Lagoa d'Anta, Montanhas e Pedro Velho e até de Logradouro (PB) (Mapa 66). As linhas de ônibus Natal – Nova Cruz têm paradas em Lagoa d'Anta, Passa e Fica e Santo Antônio. A intensidade desses fluxos são diferentes: Santo Antônio tem uma média de 20 carros diariamente realizando uma viagem cada para Nova Cruz; já Passa e Fica tem de 8 a 10 vans que fazem essas viagens; Lagoa d'Anta e Logradouro (PB) têm transporte para Nova Cruz predominantemente nos dias da feira, que são nas segundas e quintas feiras; Montanhas tem cerca de 30 carros destinados a esse transporte; e Pedro Velho conta com carros mais esporádicos. A centralidade exercida por Nova Cruz se dá pelos serviços bancários e educacionais (principalmente, pelo *campus* do IFRN e Núcleo avançado da UERN), clínicas privadas, supermercados, lojas de móveis e eletrodomésticos e pela feira. A centralidade de Nova Cruz também é confirmada com a centralização dos Termos em sua comarca de Lagoa d'Anta, Montanhas e Passa e Fica, e no

Cartório Eleitoral por atender além de Nova Cruz, Lagoa d'Anta e Passa e Fica. O mais interessante com relação à centralidade evidenciada em Nova Cruz é que Passa e Fica e também Santo Antônio são Centros de zona B, de acordo com a REGIC de 2007.

Como foi possível constatar, o território potiguar, em função de seus usos, vem redefinindo e reestruturando a sua rede urbana, num processo que resulta da combinação da maior participação das cidades locais na divisão territorial do trabalho e da ampliação do consumo produtivo e consumptivo, além da expansão de novos sistemas de engenharia principalmente na área de telecomunicações e transportes e dos serviços bancários, educacionais e postais.

Mapa 66 – Área de influência de Nova Cruz para atividades comerciais e serviços urbanos



Fonte: Levantamento de campo, 2017.

A difusão das cidades locais no território estadual, que aumentam em número e força (SANTOS, 2005), tem alterado o seu papel e função na rede urbana, inclusive, em alguns casos, emergindo como “nós” de articulação urbana. A propagação das cidades locais, que dispõem em seu território dos novos serviços mínimos “exigidos” pela população e ainda atendem a uma área de influência para um grupo de atividades, diminuem a força de algumas hierarquizações, em razão da expansão e dispersão de determinadas opções de informação, serviços e consumo, que anteriormente não eram atendidos em boa parte do território. Assim, as cidades locais representam um novo cenário na estrutura da rede urbana do Rio Grande do Norte, pois são centros urbanos que, devido aos conteúdos presentes em seus territórios, não nos permitem considerar os mesmos atributos de hierarquização dos demais centros locais.

8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de um novo período e as mudanças nos usos do território promovem uma reestruturação na rede urbana, pois os novos objetos permitem ações e interações territoriais diferentes das estabelecidas em períodos anteriores, como também a criação de novos objetos. As intencionalidades, sendo outras, mudam a organização territorial para que outros usos do território possam se efetivar.

A difusão do meio técnico-científico-informacional no território norte-rio-grandense propicia a coexistência de redes geográficas constituídas por diversas formas de interações territoriais. De acordo com Santos (2012, p. 268), as redes “não são uniformes. Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas”. A superposição dessas redes reestrutura a rede urbana e rompe com o modelo hierárquico rígido, visto que, além da hierarquia clássica, outras hierarquias se estabelecem e os centros urbanos participam simultaneamente de mais de uma rede com papéis e funções diferenciadas em cada uma delas. Logo, é preciso admitir que há uma “combinação comple-

xa de fluxos e modos de organização e constituição de redes (...) que não se estruturam apenas hierarquicamente, mas resultam de múltiplos fluxos, estabelecidos horizontalmente e transversalmente” (SPÓSITO, 2011, p. 131).

As redes formadas pelos usos pretéritos do território estadual, portanto, anterior ao período técnico-científico-informacional, evidenciavam a predominância de uma concentração de fixos e fluxos nas principais centralidades do estado, o que, por sua vez, reforçava cada vez mais a força e o papel dessas centralidades na rede urbana potiguar e ampliava as dependências em relação aos centros urbanos regionais e/ou intermediários, de modo que “as redes existentes serviam a uma pequena vida de relações” (SANTOS, 2012, p. 264).

Tomando como referência a década de 1960, quando foi realizado o primeiro estudo do IBGE sobre a rede urbana do Brasil, fica perceptível que as centralidades regionais que detinham maior densidade de equipamentos urbanos eram, com exceção de Natal (capital do estado) e Mossoró (grande empório comercial), os centros urbanos que estavam, sobretudo, relacionados às principais atividades econômicas do estado, os circuitos da cana-de-açúcar, da pecuária, do algodão, do sal e da scheelita. Assim, reproduz-se no Rio Grande do Norte a regra geral da gênese da rede urbana brasileira em que temos “a criação de núcleos ou o desenvolvimento de funções urbanas junto a uma atividade econômica” (CORRÊA, 2005, p. 96). Ainda em relação a esse período, ressaltamos que tanto a infraestrutura de transporte e comunicações era precária, como o comércio e os serviços eram atividades restritas na maior parte do território, principalmente nos centros considerados pelo IBGE como sem centralidade.

Contudo, no período técnico-científico-informacional, a topologia das redes comerciais, de serviços e de circuitos espaciais produtivos retratam uma melhor distribuição dessas atividades nos centros urbanos do estado, atingindo, inclusive, os centros locais, por uma coabitação dessas redes, que diversificam as hierarquias e tornam a rede urbana mais complexa.

Os novos sistemas de engenharia, especialmente de transportes e telecomunicações, incidem decisivamente sobre a configuração da rede urbana, possibilitando mudanças de uso do território, com a instalação de uma série de fixos geográficos, cujas redes de fluxos criam interações entre os lugares de diversas escalas geográficas, com diferentes nós de intermediação, mas também tem o seu sistema instalado para atender às necessidades dos novos usos.

Assim, a evolução das técnicas de transportes e telecomunicações foram essenciais para reduzir as barreiras espaciais, viabilizando a expansão dos serviços bancários, educacionais e postais, como também do comércio varejista, seja de grande, médio ou pequeno porte, e, ainda, para favorecer a expansão de determinados circuitos espaciais produtivos, como o do petróleo, da fruticultura irrigada e da produção têxtil e de confecções, que são algumas das atividades que mais têm movimentado fluxos hierárquicos e não-hierárquicos no território estadual nesse período, como foram sendo modernizados em função da demanda dessas atividades. Compreendemos que, nesse período, “se superpõem e se impõem fluxos de informações – eixos invisíveis e imateriais certamente, mas que se tornaram um pré-requisito necessário a qualquer movimento de elementos materiais entre as cidades que estabelecem uma comunicação” (DIAS, 1995, p. 148, tradução nossa).

Até a década de 1970, os serviços bancários e educacionais de nível superior e profissionalizante eram restritos aos centros

que exerciam alguma centralidade. Entretanto, a expansão dos fixos bancários e educacionais, respectivamente com a hipercapilaridade da rede bancária e nova topologia das instituições de ensino de nível superior e profissionalizante pelos *campi* dos Institutos Federais e dos Centros Estaduais de Educação Profissional, redesenha esse cenário. Os fixos bancários, por intermédio das novas agências, mas principalmente devido à instalação dos Postos de Atendimento Bancário Eletrônico e dos correspondentes bancários, vêm diminuindo a necessidade de deslocamento para o atendimento a esse serviço, em relação às cidades intermediárias. Entretanto, mesmo que os serviços oferecidos não atendam a demanda total de muitos centros locais, o fato de termos agências localizadas em cidades locais demonstra que coabitam com os fluxos orientados pela hierarquia urbana clássica, fluxos em outros sentidos.

Assim como os serviços bancários, os fixos educacionais dos níveis de ensino superior e, em grande medida, os Institutos Federais movimentam uma significativa parcela dos fluxos que ocorrem na escala intraestadual. As localizações dessas unidades de ensino tanto reforçam a centralidade de centros urbanos que exercem um papel de cidade intermediária na rede urbana quanto mantêm a relativa centralidade de cidades que reduziram a sua posição na hierarquia urbana devido às mudanças de uso do território, criando ainda novas centralidades com a instalação desses fixos em cidades locais.

No que concerne à rede de serviços postais, constatamos que esta era mais dispersa no território do que a dos serviços, bancários e educacionais, contudo, assim como os demais serviços, seus nós comprovavam a intensidade da força da hierarquia urbana. A atual rede de serviço postal formada pelos Correios engendra fluxos de subespaços locais com todas as escalas geográficas, por

intermédio de conexões que se dão, simultaneamente, por redes que seguem a hierarquia urbana tradicional e por relações não-hierárquicas orientadas por outras lógicas para melhor operacionalização dos serviços. Desse modo, predominantemente, se segue a sequência da hierarquia urbana no trajeto entre origem e destino das correspondências e encomendas, mas os prazos de entrega, com algumas exceções e a depender do tipo de serviço prestado, pouco se distanciam independente da posição que a cidade ocupa na hierarquia urbana.

Já o comércio varejista, até os anos de 1990, só apresentava uma maior diversidade nos centros que ocupavam os níveis mais elevados na hierarquia urbana, sendo comum encontrarmos nas cidades e centros locais apenas as “bodegas” ou mercearias. No entanto, mesmo que no atual período as grandes redes do comércio varejista integrantes do circuito superior reforcem o peso da hierarquia urbana clássica, localizando-se apenas nos centros de gestão do território que ocupam os níveis mais elevados da hierarquia da rede urbana do estado, a presença de um circuito superior marginal, por intermédio de redes associativistas de comércio varejista, tanto em Natal quanto nas cidades intermediárias e até mesmo nas cidades e centros locais, cria novas centralidades de consumo e redireciona o sentido dos fluxos na rede urbana.

Nesse sentido, a topologia das redes de prestação dos serviços bancários, educacionais, postais e do comércio varejista, seja vinculado ao circuito superior ou superior marginal, no território do Rio Grande do Norte, autorizam que os centros dos diversos níveis hierárquicos do sistema urbano diminuam a necessidade de deslocamentos para centros de maior nível de centralidade, como ainda atraem fixos e fluxos responsáveis por estabelecer uma nova região de influência para essas atividades.

Não podemos deixar de reconhecer que os circuitos produtivos que se realizavam no estado até a década de 1970 já apresentavam uma divisão territorial do trabalho em que se mantinha uma rede de interações com territórios de diversas redes urbanas. Contudo, as técnicas do período, associadas às condições do território, permitiram a realização de etapas de alguns circuitos que, juntamente com a expansão de um consumo produtivo e consumptivo, produziram redes capazes de modificar a maneira como as cidades de todos os níveis hierárquicos se inserem na rede urbana e nas interações que ocorrem em todas as escalas geográficas. Para Catelan (2012, p. 57), essas interações espaciais interescares se referem às “articulações densas e complexas que se refletem em mudanças na funcionalização das cidades, conseqüentemente exigindo novos sentidos tanto no que se refere à posição e à condição delas na hierarquia da rede urbana”.

A participação de cidades de diversos níveis hierárquicos da rede urbana do Rio Grande do Norte nos circuitos espaciais de produção do petróleo, da fruticultura irrigada e de produtos têxteis e de confecções nos revelou como as densidades técnicas e sociais de cada circuito e as condições existentes em cada um dos lugares influencia com intensidade diferente nas suas dinâmicas e no papel que exercem na rede urbana.

A presença desses circuitos se dá em diferentes regiões do estado, sendo notório que cada circuito se espacializa em um grupo de municípios específicos, de modo que apenas alguns deles participam simultaneamente de mais de um desses circuitos. Assim, formam-se áreas de especialização, com o circuito realizando diversas etapas em alguns municípios, mas também de diversidade, as quais ocorrem principalmente nos centros que são consideradas como centros de gestão do território.

As atividades relacionadas a esses circuitos espaciais produtivos tanto contribuem com o reforço de algumas centralidades, como Mossoró, Caicó, Assú, Macau e Parelhas, por exemplo, quanto possibilitam que cidades locais, como Acari, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Jardim de Piranhas e Touros, construam interações com cidades de outras redes urbanas. Se essa nova situação conferida aos lugares não modifica a posição das cidades na rede urbana estadual, visto que permanecem sendo mantidas fortes conexões com os centros intermediários de níveis hierárquicos imediatamente superior, isso não significa que o papel e importância desses lugares seja o mesmo.

As redes formadas por esses circuitos para a obtenção de matéria prima, produção propriamente dita, circulação e consumo integram a escala local às escalas regionais, nacional e, em alguns casos, até internacional. Para tanto, são instituídas conexões, que seguem a hierarquia urbana clássica e outras que vêm não apenas ampliando as interações com espaços distantes, mas subtraindo o papel das cidades intermediárias, o que rompe a estrutura rígida da hierarquia.

Todas essas mudanças resultantes da inserção da técnica, da ciência e da informação no território potiguar influenciam na estrutura da sua rede urbana, como podemos observar ao compararmos os níveis de centralidade apresentados pelos centros urbanos do estado nos quatro estudos realizados pelo IBGE (IBGE/REGIC, 1972, 1987, 2000, 2008), que compreendem o período em que temos a chegada dessas novas variáveis.

Embora as hierarquizações e as centralidades não tenham significativas modificações quando comparamos o estudo de 1966 e a REGIC 2007, o papel e as funções desempenhadas pelas cidades nos diferentes níveis de centralidade mudaram, de modo

que as interações territoriais se dão em diferentes sentidos da rede, inclusive com fluxos direcionados aos centros locais, isso para determinadas atividades. Assim, a ampliação dos sistemas técnicos de transportes e telecomunicações, a expansão e melhor espacialização dos serviços de educação, bancários e postais, a expansão e maior interiorização do comércio varejista e a participação em importantes circuitos espaciais produtivos para a economia estadual redefiniram as interações interurbanas a nível estadual, nacional e internacional. Nesse processo, as relações passaram a ser hierarquizadas por lógicas diferentes de outrora e as interações espaciais a ocorrer em múltiplas escalas simultaneamente.

Nesse sentido, a evolução dos estudos demonstra a permanência da rede e da hierarquia urbana clássica, características próprias das bases teóricas que lhes fundamentam (ROCHEFORT, 1961; ROCHEFORT; HAUTREUX, 1965; CHRISTALLER, 1981), mas consideram que também existem relações de redes não-hierárquicas, resultantes da forma como se dá a divisão territorial do trabalho e das possibilidades propiciadas pelas técnicas modernas de comunicação e transportes, no âmbito que vai da produção ao consumo e aos círculos de cooperação. A REGIC de 2007 esclarece que,

Na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão – pública e empresarial – mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços (IBGE/REGIC, 2008, p. 9).

Todavia, apesar desse entendimento, constatamos que o resultado do estudo (IBGE/REGIC, 2008) exhibe uma configuração da rede urbana brasileira, em particular do Rio Grande do Norte, em que predominam uma estrutura de rede com hierarquias que seguem um padrão clássico, fortemente marcado pela gestão do território em termos federal e empresarial, e que não conseguem alcançar as interações que são estabelecidas por alguns dos fixos que mais movimentam fluxos no território estadual, como, por exemplo, os serviços bancários, educacionais, postais e jurídicos e o comércio varejista de supermercados, móveis, eletrodomésticos, construção e farmácias.

Assim, temos uma rede em que centros são qualificados como pertencentes a um mesmo nível hierárquico sem distinções, quando, na realidade, as suas dinâmicas urbanas e os fluxos gerados os particularizam. Essa situação fica evidente nos casos dos centros locais, pois reúnem muitas diferenciações, havendo a necessidade de que sejam compreendidas. Dos 142 centros locais classificados pelo IBGE, em 2007, pelo menos 13 claramente se distinguem dos demais e, principalmente, distanciam-se da própria definição de centro local. São centros que, embora estejam subordinados em certa medida à hierarquia urbana clássica, por ocuparem uma posição na base dessa, exercem uma centralidade para determinadas atividades que extrapola os limites do município, principalmente devido à presença de fixos bancários, educacionais e de redes de comércio varejista de capital local e regional. Realidade que tanto foi instituída por esses centros terem se constituído em centralidades em períodos pretéritos, quanto porque realizam etapas de importantes circuitos espaciais produtivos para a economia estadual. São centros que nos permitem compreendê-los como cidades locais, tal como denominados por Santos (1979).

É nesses termos que reforçamos nosso entendimento de que a configuração da rede urbana do Rio Grande do Norte no período técnico-científico-informacional retrata uma estrutura complexa, na qual não podemos negar que temos uma hierarquia formada por uma metrópole, que é Natal, cidades intermediárias, cidades locais e centros locais, mas a vida de relações entre esses centros urbanos, como também em relação a outras redes urbanas, não segue apenas essas relações verticais. Todas as cidades do sistema urbano podem manter relações diretas com cidades de maior nível de centralidade, sem a necessidade de intermediárias.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. ANP. **Anuário e dados estatísticos**. 2015. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?id=548>>. Acesso em: 30 set. 2015.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura: uma análise comparativa entre duas cidades com fruticultura irrigada para exportação no RN, Ipanguaçu e Baraúna**. 2011. 425 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós -Graduação em Geografia. Recife, 2011.

ALVES, Sandra Priscila. O circuito espacial da produção petrolífera e as suas implicações no território de Guamaré/RN. ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS: CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS, 16., 2010, Porto Alegre. In.: **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010.

_____. **O circuito espacial da produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação e pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2012.

AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as Instituições de Ensino Superior**. 2010, 335 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia. **O território do sal**: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte. Natal: UFRN. CCHLA, 1995. (Coleção Humanas Letras; Coleção Mossoroense, vol. 848).

ANDRADE, Alexandre Alves de. **O uso do território pela fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte**: uma análise a partir do circuito espacial produtivo do melão. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Natal, 2013.

ARAÚJO, Denílson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ARAÚJO JÚNIOR, Aramis Cortes de; SILVA, Robson Vieira da. As relações e os fluxos a partir da implantação de um campus do IFES: análise do setor terciário de pequenas cidades. ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 15., 2015, La Habana, Cuba. In.: **Anais...** La Habana, Cuba: Universidad de La Habana, 2015.

ARROYO, Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A economia invisível dos pequenos**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. Redes e circulação no uso e controle do território. In.: ARROYO, Mónica. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Território e circulação**: a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: FAPESP/PPGH/CAPES/Annablume Geografias, 2015. p. 37-49.

ARROYO, Mónica. GOMES, Rita de Cássia da Conceição. O Rio Grande do Norte no comércio internacional: circuito espacial da produção de têxteis e de confecções. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 31-38, set./dez. 2013. Disponível em: <www.mercator.ufc.br>. Acesso em: 15 jul. 2016.

AZEVEDO, Igor Rasec Batista de Azevedo; GALVÃO, Maria Luiza de Medeiros. Jardim de Piranhas/RN: a condição socioeconômica de uma pequena cidade frente aos projetos hegemônicos. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória, ES. In.: **Anais...** Vitória, ES: AGB, 2014.

BEAUJEU-GARNIER. Jacqueline. **Geografia urbana**. 3. ed. Trad. de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BESSA, Kelly. Proposições para a análise da diferenciação espacial nos estudos sobre a rede urbana: as noções de convergência e divergência. **GEOUSP**: espaço e tempo. São Paulo, n. 28, p. 34-58, 2010.

BEZERRA, Francisco Diniz. **Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.

BRAGA, Izaac Paulo Costa. **Acompanhamento do processo produtivo e análise dos dados da produção de uma indústria de laticínios**: estudo de caso. 2013. 59 f. Monografia (Graduação em Ciência e Tecnologia). Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Graduação em Ciência e Tecnologia, Angicos, RN, 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei 311**: 02 mar. 1938. Publicação original. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (1975-1979). Brasília, 1975. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 7 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Evolução do número de cursos e matrículas segundo a região e unidade da federação Brasil - 1991 - 2010**. Sinopses estatísticas da educação superior. Disponível em: < <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

_____. Ministério das Comunicações. **História da telefonia**. 2010. Disponível em: < <http://www.mc.gov.br/component/content/article/44-historia-das-comunicacoes/22463-historia-da-telefonia>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. Ministério das Comunicações. 2010. **História dos serviços postais**. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/o-ministerio/44-historia-das-comunicacoes/22467-historia-dos-servicos-postais>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

_____. Ministério das Comunicações. **Programa Nacional de Banda Larga**. 2012. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

_____. Ministério das Comunicações. **Prestação de contas ordinária anual**: relatório de gestão do exercício 2013. Disponível em: <http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais/pdf/2013/RelatriodeGestode2013_ECT_120514.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. Portal Sistema Integrado de Comércio Exterior. SISCO-MEX. **Estatísticas**. 2014. Disponível em:<<http://portal.sisco-mex.gov.br/servicos/estatisticas>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

_____. Portal Sistema Integrado de Comércio Exterior. SISCOMEX. **Estatísticas**. 2015. Disponível em: <<http://portal.siscomex.gov.br/servicos/estatisticas>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

_____. Ministério das Comunicações. **Banda larga popular:** cidades atendidas. 2015. Disponível: < <http://www.mc.gov.br/component/content/article/140-banda-larga-concessionarias/23810-rn-municipios-atendidos>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____. 2015. Banco Central do Brasil. Relação de agências e postos bancários (transferência de arquivos). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELAGPAB>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. **Instituto Federal do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS. Nossas atividades. 2015. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/>>. Acesso em: 27 set. 2015.

_____. CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. CAGED. Perfil do município. 2015. 2016. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 2 set. 2015, 6 nov. 2016.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. MDIC. 2016. **Balança comercial 1999-2016**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**. Departamento de Informática do SUS. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU. **Sistemas Natal 2017**. Disponível em: <<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/natal>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRITO, Leonardo Chagas de. A importância dos estudos sobre interiorização da Universidade e reestruturação territorial. **Revista brasileira de geografia econômica**, ano II, n. 4, p. 1-17, 2014.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do nordeste brasileiro**. 2011. 100 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2011.

_____. GUEDES, Josiel de Alencar. Circuitos de fluxos sócioespaciais da indústria têxtil e impactos ambientais em Jardim de Piranhas-RN. **Geosul**, Florianópolis, v. 28, n. 55, p 103-122, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/.../2177...2013v28n55p103/25765>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Circuito inferior e fluxos sócioespaciais**: a feira livre de Pau dos Ferros-RN. Mossoró: UERN, 2014.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **Da esperança à crise.** A experiência das políticas regionais no Nordeste. 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 2001.

CASARIL, Carlos Casseiro. SAMPAIO, Fernando dos Santos. A inserção da cidade pequena de Ampére – PR na rede urbana a partir da dinâmica industrial. **R. Ra’e Ga:** o espaço geográfico em análise. Curitiba, v.37, p. 227 – 254, Ago. 2016. Disponível em: < www.ser.ufpr.br/raega>. Acesso em: 05 out. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede:** a era da informação: economia, sociedade e cultura. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana:** interações espaciais interescalares e cidades médias. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, 2012.

CHRISTALLER, Walter. **Os lugares centrais na Alemanha do Sul.** Trad. Mário Antonio Eufrásio. São Paulo, 1981.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização:** o Rio Grande do Norte na década de 70. Natal: UFRN. Editora Universitária, 1997.

COELHO, Maria do Socorro Alves. Análise das redes urbanas

nordestinas. **Revista Brasileira de Geografia**. n. 2, v. 2, abr-jun, 1990.

CONTE, Cláudia Heloiza. Rede Urbana: uma breve abordagem teórica. **Geoatos**. Presidente Prudente: Departamento de Geografia da FCT/UNESP. n. 14, v.1, jan-jun, p. 76-93, 2014.

CONTEL, Fábio Betioli. **Território e finanças**: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. São Paulo: Annablume, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancárias e os centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. 51 (2), p. 17-32, 1989.

_____. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. **Boletim de Geografia teórica**, Rio Claro, 21 (42), p. 101-103, 1991.

_____. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista Território**, v. 1, n.1, p. 23 - 30, 1996. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/01_3_correa.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente, 2001. p. 359-367

_____. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **GeoUERJ**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 7-18, 2. Sem. 2003.

_____. **Trajelórias Geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Perspectivas da urbanização brasileira: uma visão geográfica para o futuro próximo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. In.: Anais... Florianópolis: UFSC, 2007.

_____. Interações espaciais. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas: percursos no fim do século** (Orgs.). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORREIOS. 2014a. **Revista Correios: encartes regionais - Rio Grande do Norte**. Mar./abr. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/revistacorreios/docs/encartes_regionais_ed00>. Acesso em: 09 mai. 2016.

_____. 2014b. O negócio da década: como os correios atuam para atender a expansão do comércio eletrônico, segmento que cresceu 26,1 vezes nos últimos dez anos. **Revista Correios**. 2. ed. maio/jun. 2014b. Disponível em: https://issuu.com/revistacorreios/docs/revista_correios_para_web_2__edi__. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. 2014c. Quando $1+1=3$: entenda a importância das novas parcerias para a expansão dos negócios e fortalecimento dos Cor-

reios. **Revista Correios**. 1. ed. mar./abr. 2014. Disponível em: https://issuu.com/revistacorreios/docs/revista_correios_para_web_1___edi__. Acesso em: 26 abr. 2016.

CORREIOS, 2016. Disponível em: < <http://www.correios.com.br/para-voce>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

COSTA, Ademir Araújo. **Tecnologia e Desemprego**: o caso da região salineira de Macau-RN. Natal: UFRN/CCHLA, 1993. (Coleção Humanas Letras; Coleção Vale do Assu).

COSTA, Eunice Correia da. **O fato urbano no Rio Grande do Norte**: características das bases da vida de relações. 1977. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.

COUTINHO, Severino Alves. **Nova Cruz**: sua dinâmica e as relações com as cidades de Montanhas e Lagoa D'Antas-RN. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Terra da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

CUNHA, Francisco André Medeiros da. **Facções de costura no interior do RN**: desafios e possibilidades. 2015. 60 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro de Ensino Superior do Seridó. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2015.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no proces-

so de globalização. Apontamentos bibliográficos. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Gerages de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

DANTAS, Maria Gilda de Andrade Fernandes. **Cidade e rede urbana e desenvolvimento na Região Autónoma da Madeira**. Lisboa: O Liberal, 2011.

DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus Augusto Avelino. Os dois circuitos da economia urbana em João Câmara/RN, Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, set./dez., p. 57-73, 2012.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O papel das cidades (inter)médias para o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos centros sub-regionais (Pau dos Ferros - RN, Cajazeiras - PB e Sousa - PB). **Geo UERJ**, ano 15, n. 24, v. 1, 1 sem, p. 228-255, 2013.

_____. Desenvolvimento e urbanização: a rede urbana potiguar sob a ótica dos 'REGICs'. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 4, n. 1, p. 71-82, jan./jun., 2014.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui no Brasil a rede das cidades. **Bulletin de la société de Géographie de Lille**. Trad. Orlando Valverde. Lille, 1938. ano 59, tomo 82, n. 9, 1938.

DEL MONTE FRESH PRODUCE. 2015. **Quem somos**. Disponível em: <<http://delmontebrasil.com.br>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO RN (DER-RN). **Sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros**: serviço de transporte regular. 2016. Planilha do acervo do DER-RN.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Primeiro Caderno. **I Plano Rodoviário já começou**: as dez obras principais. Pernambuco. 34. ed., p. 13, 11/02/1962. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DIAS, Leila. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e a integração territorial. **Anuário do Instituto de Geociências/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-54, 1992.

_____. Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil. Paris, France: Editions L'Harmattan, 1995.

_____. Redes: emergência e organização. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 141-162.

DICKEN, Peter. **Mudança global**: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Trad. de Teresa Cristina Felix de Sousa. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRAS AS SECAS (DNOCS). 2012. **Perímetro Irrigado Baixo-Açu**. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/rn/baixo_acu.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

DUARTE, João. O futuro da distribuição postal. **Ibero mail:** newsletter. 5. ed. 2015.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura:** a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 ago. 2006, vol. X, núm. 218 (03). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional:** Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expresso popular, 2010. p. 101-272.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná.** 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

EXAME. COM. As 35 maiores varejistas do Brasil, segundo o Ibevar. 2014. **Exame.com.** Disponível: <<http://exame.abril.com.br/negocios/as-35-maiores-varejistas-do-brasil-segundo-o-ibevar/>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

FARIA, Carlos Eugênio de. **Os eventos geográficos e a ex-**

pansão urbana de Caicó: desigualdades e coexistências na urbe. Natal: IFRN, 2011.

FARIAS, Raquel Soares de. **A centralidade de Mamanguape (PB) e sua relação com as cidades pequenas do litoral norte paraibano.** 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

FELIPE, José Lacerda A. **Rio Grande do Norte:** uma leitura geográfica. Natal: EDUFRN, 2010.

FERREIRA, Sandra Cristina. Redes de fibra óptica e tecnologia da informação: sociedade, espaço e tempo em dimensões On-line. **Geografia**, v. 2, n. 1, p. 441-450, jan/jun. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/6705/6062>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. FIERN (FIERN). **Perfil industrial.** 2016. Disponível em: <<http://www.fiern.org.br/index.php/monitor-economico/perfil-industrial>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **Cadastro industrial: Sistema FIERN.** 2012. Disponível em: <<http://cadindustrial.fiern.org.br>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FRESCA, Tânia Maria. A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LA-

TINA, 10, 2005, São Paulo. In.: **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

_____. Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial: perspectivas para um debate. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, Montevideo, 2009. In.: **Anais...** Montevideo, 2009.

_____. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. **Revista Geografia** (Londrina), v. 19 n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FISCHER, André. Eléments de recherche : industrialisation et hiérarchie urbaine dans le Nord des Pays-Bas. **Bulletin de l'Association de géographes français**. n. 431-432, 53e année, Jan.-fév., p. 35-44, 1976.

FREDRICH, Olga M. Buarque de Lima; DAVIDOVICH, Fany. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 4, v. 44, out.-dez., p. 541-590, 1982.

FRIEDMANN, Georges. **7 estudos sobre o homem e a técnica**. Trad. Antônio Vieira de Almeida e Eduardo de Oliveira e Oliveira. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1968.

GALINARI, Rangel; CERVIERI JÚNIOR, Osmar; TEIXEIRA JÚNIOR, Job Rodrigues; RAWET, Eduardo Lederman. Comércio

eletrônico, tecnologias móveis e mídias sociais no Brasil. **BNDES Setorial**, n. 41, p. 135-180, 2015. Disponível em: < https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4285/1/BS%2041%20Com%C3%A9rcio%20eletr%C3%B4nico%20e%20tecnologias%20m%C3%B3veis%20e%20m%C3%ADdias%20sociais_.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos da Educação e da Cultura, 1963.

GEORGE, Pierre. Ensaio de estruturação regional: o exemplo da França. **Boletim Geográfico**. Ano XXI, n. 173, p. 175-180. mar-abr, 1963.

_____. La notion de réseau urbain telle qu'elle a été définie en Europe peut-elle être transférée en Amérique Latine?. **Simposio de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1968. p. 213-219.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; NOGUERIA Marly. **A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais**. 2008. Disponível em <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/ricardo%20e%20marly.pdf>>. Acesso em: 30 fev. 2015.

GOLDESTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia USP**. São Paulo, v.1, p. 21-47, 1982.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar**: elementos

para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do agreste potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.

_____. A formação do agreste potiguar e as cidades pequenas. In. ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti; SILVA, Valdenildo Pedro da. (Orgs.). **Rio Grande do Norte**: temáticas contemporâneas da reorganização do território. Natal, RN: Editora do CEFET-RN, 2007.

GOTTMANN, Jean. A urbanização e a paisagem americana: o conceito de megalópole. In.: **Geografia Humana nos Estados Unidos**. Trad. Luiz Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forum Editora, 1970. p. 38-48.

GUERRA, Amilton Gurgel. **Prospecção tecnológica nas cadeias produtivas das principais frutíferas**: estudo de caso no Rio Grande do Norte. Joinville/SC: Editora Clube de Autores, 2012.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAUTREUX, Jean; ROCHEFORT, Michel; *Physionomie générale de l'armature urbaine française. **Annales de Géographie.*** t. 74, n°406. p. 660-677, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas 1966.** Rio de Janeiro: IBGE, 1972. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>. Acesso em 22 mar. 2013.

_____. IBGE. 1987. **Regiões de influência das cidades 1978.** Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencia/Regioes%20de%20influencia%20das%20cidades_1987.pdf>. Acesso em: 9 maio. 2013.

_____. IBGE. 2000. **Regiões de influência das cidades 1993.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencias1993.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2013.

_____. IBGE. 2005. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. IBGE. 2008. **Regiões de Influência das Cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em: 15 fev. 2013.

_____. IBGE. 2013a. **Divisão urbano regional 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

_____. IBGE. 2013b. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

_____. IBGE. 2014. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. IBGE 2014. **Redes e fluxos do território: gestão do território 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default.shtm>. Acesso em: 7 set. 2016.

_____. IBGE. 2015. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Suplemento Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal - 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR**. Brasília: IPEA, v3, 127 f. 2001.

IOZZI, Fabíola Lana. **Políticas territoriais das empresas de telecomunicações no Brasil: universalização do serviço de**

telefonia fixa. 2005. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. 2005.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (JUCERN). **Estatística do cadastro (somente a principal), por município**. 1990 - 2016. Planilhas do acervo da JUCERN.

LEAL, Marijara. **Análise e Proposta de Projeto para Dinamização do APL Têxtil de Jardim de Piranhas/RN**. Brasília: SEBRAE, 2007.

LINS, Zara de Medeiros. **Circuitos espaciais de produção da atividade boneleira**: o uso dos territórios de Caicó, Serra Negra do Norte e São José do Seridó. 2011. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Natal, 2011.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Trad. de Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

LOZANO, Lina Patricia Giraldo; SPÓSITO, Eliseu Savério. Cidades médias e distribuição espacial do comércio de eletrodomésticos no Brasil. In.: BELLET, Carmem; MELAZZO, Everaldo S.; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; Llop Josep M.; (Eds.). In.: **Urbanización, producción y consumo em cidades me-**

dias/intermedias. Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 79 – 105.

MAIA, Doralice Sátryo. **Cidades pequenas:** como defini-las? apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9, Manaus. In: **Anais...** Manaus: SIMPURB, 2005.

MARQUES, Sá Teresa (Coordenação). **Sistema Urbano Nacional:** cidades médias e dinâmicas territoriais. v. 1. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1997. Coleção estudos 3

_____. **Sistema urbano nacional:** rede complementar. Lisboa: Soartes - artes gráficas, 2002. Coleção Estudos 6. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labour:** social structures and the Geography of production. London: Macmillan Education, 1987.

MELO, Veríssimo de. **Faça-se a luz:** contribuição à história da energia no Rio Grande do Norte – o papel da COSERN. Natal/RN, 1994.

MOTTA, Diana Meirelles da. AJARA, Cesar. ConFigurações da rede urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba: IPARDES, 2001. n. 100, p. 7-25. jan./jun. 2001.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil:** uma

análise com foco em Curitiba. 2009. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Ciências da Terra. Paraná, 2009.

NASCIMENTO, Judicleide de Azevedo. **O circuito espacial da indústria de cerâmica vermelha no seridó potiguar**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

NEOENERGIA. Cosern: Grupo Neoenergia. **História**. 2015. Disponível em: <<http://www.cosern.com.br/Pages/A%20Cosern/historia.aspx>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

NUNES, Emanuel Marcio; ORTEGA, Antônio César; GODEIRO, Kalianne Freire. Desenvolvimento rural em áreas de intervenção estatal do Nordeste: o caso do projeto de irrigação Baixo-Açu. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n 3, jul-set. 2007.

OCDE. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Measuring the information economy 2002**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/sti/ieconomy/1835738.pdf>>. Acesso em: 25 maio. 2016.

PESSOA, Jomara Dantas; GOMES, Rita de cássia da Conceição. **Formação e expansão das redes comerciais nas peque-**

nas cidades norte-rio-grandenses. In.: XX Encontro Estadual de Geografia. Natal, 2013.

PESSOA, Jomara Dantas. **Dinâmicas de reprodução do comércio e os novos papéis urbanos de pequenas cidades norte-rio-grandenses:** um olhar a partir das redes associativistas de supermercados. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Rio Grande do Norte, 2015.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PIRES, Leonardo Doro. Redes planejam mais lojas em Natal e no interior potiguar. In: **Entrevista cedida ao Jornal Tribuna do Norte em 12.02.2017.** Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/redes-planejam-mais-lojas-em-natal-e-no-interior-potiguar/371655?utm_campaign=noticia&utm_source=rel. Acesso em: 13 fev. 2017.

PRED, Alan. **Sistemas de cidades em economias adiantadas:** crescimento passado, processos presentes e opções de desenvolvimento futuro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

RIBEIRO, Rovaine. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica:** a experiência de Marabá no sudeste paraense. 2010. 136 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mapa das cidades digitais** - Rio Grande do Norte. 2015. Disponível em: <http://redecidade-digital.com.br/Mapa_rn.php>. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte. **Sistema Integrado da Gestão da Educação**. Disponível em: <<http://sigeduc.rn.gov.br/sigeduc/public/home.jsf>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004**. João Pessoa: Coleção Mossoroense, 2009.

_____. **A atividade petrolífera e a dinâmica territorial no Rio Grande do Norte**: uma análise dos municípios de Alto do Rodrigues, Guamaré e Mossoró. 2013. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de pós-Graduação em Geografia. Recife, 2013.

ROCHEFORT, Michel. Métodos de estudo das redes urbanas: interesse da análise e do setor terciário da população ativa. **Boletim Geográfico**. Ano XIX, n. 160, p. 3-18, jan.-fev., 1961.

_____. **Redes e sistemas**: ensinando sobre o urbano e a região. Trad. Antônio de Pádua Danesi São Paulo: HUCITEC, 1998.

RODRIGUES, Enio Fernandes; MOTA, Odair Batista; GOMES, Marley Firmino; FORMIGONI, Alexandre; STETTINER, Caio Flávio. **Análise do processo logístico em uma unidade dos correios no Estado de São Paulo**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM

GESTÃO E TECNOLOGIA, 10, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...**
Rio de Janeiro: SEGET, 2013.

ROMCY, Priscila de Oliveira; ELIAS, Denise. **A divisão territorial do trabalho e o mercado de trabalho em Mossoró (RN)**. ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 11, 2010, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Um estudo de geografia urbana. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1959a.

_____. **A rede urbana do Recôncavo**. Imprensa Oficial da Bahia, 1959b.

_____. **A cidade como centro de região**. Livraria Progresso Editora, 1959c.

_____. **Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados**. Barcelona, Espanha: Oikos-Tau, S. A. Ediciones, 1973.

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Trad. de Sandra Lencioni. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A urbanização desigual**: a especificidade dos fenômenos urbanos em países subdesenvolvidos. Trad. Antonia Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. A caminho de uma teorização substantiva da urbanização. **Separata**. São Paulo, 1985. Disponível em: <http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/A-caminho-de-uma-Teoria-Substantiva-da-Urbanizacao_MiltonSantos-1975SITE.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015

_____. Circuitos espaciais de produção: um comentário. In.: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton (Orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

_____. Meio técnico científico e urbanização: tendências e perspectivas. **Revista Resgate**. Comunicação apresentada no Seminário Brasil século XXI, “Seção Campo e cidade na virada do século, UNICAMP, 04 abr. 1989. p. 76-86.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea*. In: Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. (Org.). **Pelo Pelô, história, cultura e cidade**. Salvador: EDUFBA, 1995, p. 11-29.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro. Ano XIII, n.2, p.7-12, 1999.

_____. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, vol.54, n.2, p. 21-22, 2002.

_____. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** n. 1-2, v. 60, jan-dez, 2006.

_____. **Da totalidade do lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Manual de Geografia Urbana.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. Trad. Myrna T Rego Viana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c.

_____. **Espaço e Método.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008d.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008e.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Wilson. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico**: o exemplo da região de Campinas-SP. 1989. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989b.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo**: reflexos na economia urbana de Mossoró (RN). 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2010.

SANTOS, Letícia Król. **As redes de telecomunicações no estado do Paraná e o uso corporativo do território**: fluidez e regulação. 2014. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, 2014.

SANTOS, José Erimar dos. **Integração bancária do território potiguar**. 2015. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Por uma concepção conceptual: as pequenas cidades em tela. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. (Org.). **Pequenas cidades**: uma abordagem geográfica. Natal: EDUFRN, 2009.

SILVA, Silvana Cristina da. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. **Espaço e Economia**, n. 3, 2013. Disponível em: <[http:// espacoeconomia.revues.org/475](http://espacoeconomia.revues.org/475)>. Acesso em: 03 set. 2016.

SILVA, Magda Valeria Silva. Apontamentos teórico-metodológicos para o conceito geográfico “circuito espacial de produção”: estudo de casos em Goiás – Mitsubishi em Catalão e Complem em Morrinhos. **Boletim Goiano Geográfico**, Morrinhos, GO, v. 34, n. 1, p. 73-91, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/29316>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. Espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP**, Espaço e Tempo. São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

_____. Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10, 2007, Florianópolis. In: **Anais...** Florianópolis: SIMPURB, 2007a.

_____. Metrópolis brasileñas: um análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista eure**. Santiago do Chile. vol. XXXIII, n. 100, 2007, p. 149-164. 2007b.

_____. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del CENDES**. Universidad Central

de Venezuela, Caracas, Venezuela, septiembren-diciembre, año/vol. 21, número 057. p. 1-21. 2004.

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

_____. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74-88, jan./abr. 2010.

_____. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. In.: **ACTA Geográfica**. 2011, p. 151-163.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015.

SILVEIRA, Iracema Miranda da. **Estudo evolutivo das condições ambientais da região costeira do município de Guamaré/RN. 2002. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geodinâmica e Geofísica). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em geodinâmica e Geofísica, 2002.**

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no vale do rio Pardo – RS. 2007. 578 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação de Geografia. Florianópolis, 2007.**

SINGER, Paul. **Divisão Internacional do Trabalho e empresas multinacionais**. São Paulo, 1976.

SISTEMA FIRJAN. **Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal 2014**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=RN&IdCidade=240810&Indicador=2&Ano=2011>>. Acesso em: 12 set. 2015.

SISTEMA FIRJAN. **Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal 2015**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=RN&IdCidade=240810&Indicador=2&Ano=2013>> Acesso em: 15 abr. 2016.

SOBARZO, Oscar. **Reflexões sobre a pesquisa em cidades médias: a experiência em Passo Fundo**. Encontro Nacional dos Geógrafos, 16, 2010, Porto Alegre, RS. In: Anais... Porto Alegre: AGB, 2010.

SOUZA, Itamar de. História do Rio Grande do Norte em fascículos. In.: **Diário de Natal**. Projeto Ler. Natal, 1999.

SOUZA, Adja Karla Rufino de. **Análise ergonômica do processo de produção de duas Indústrias de laticínios do sertão central**. 2013. 56 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Ciência e Tecnologia). Universidade Federal rural do Semi-Árido: Graduação em Ciência e Tecnologia. Angicos, RN, 2013.

SOUZA, André Lopes. **As especializações produtivas e as ci-**

dades locais: o Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais. 2012. 78 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. Campinas, SP, 2012.

SPOLAOR, Silvane; BOLFE, Sandra Ane. Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia, RS: algumas considerações. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Costa Rica. In.: **Anais...**, Costa Rica: EGAL, 2009. Disponível: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/256.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, ano III, n. 4, jan./jun. 1998.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade urbana. In.: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

_____. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n.1, p. 51-62. Jan./abr. 2010.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

TELECO. Inteligência em Telecomunicações. **Seção: estatísticas Brasil** - Estatísticas de Domicílios Brasileiros (IBGE - PNAD) por UF - Percentual dos domicílios com bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%) 2007. Disponível:<<http://www.teleco.com.br/pnaduf05.asp>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. **Cobertura das operadoras e população atendida**. 2015. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/cobertura.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

TOLEDO JÚNIOR, Rubens de. Telecomunicações e uso do território brasileiro. In.: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

TRICART, Jean. **Cours de Géographie Humaine: l'habitat urbain**. 3. ed. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1964.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Aglomeración Itabuna – Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. 2011. 361 f. Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa Núcleo de Pós-graduação em Geografia. São Cristóvão – SE, 2011.

VEIGA, Léia Aparecida. **Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norte- paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar**. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, 2007.

VENCESLAU, Igor. Logística postal e uso do território no sul da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.3, 2012a.

_____. Logística postal e uso do território: apontamentos teórico-metodológicos para o estudo de pequenas e médias cidades. SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 2012b, Bahia. In.: **Anais...** Bahia, 2012. Disponível: < <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewfile/3760/3444> >. Acesso em: 24 maio. 2016.

_____. **Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil**. 2017. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. 2017.

VIANA, Fernando Luiz Emerenciano. **Indústria têxtil e de confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. Série Documentos do ETENE, n. 06.





Edseisy Tavares é graduada em Licenciatura Plena em Geografia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN), Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN) e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, *campus* São Paulo do Potengi).

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.



editoraifrn

O livro intitulado “Usos do território e rede urbana potiguar” analisa as novas formas de estruturação da rede urbana do Rio Grande do Norte no período técnico-científico-informacional.

Embasado na obra do geógrafo Milton Santos, o estudo discorre sobre uma superposição de redes, a qual se manifesta, por exemplo, a partir da difusão dos sistemas de telecomunicações e transportes, dos serviços de educação, justiça, bancários e postais e pela difusão das redes comerciais, além de etapas de circuitos produtivos que ocorrem no estado. Tendo como objetivo compreender como esse processo de superposição e de reestruturação das redes ocorre no estado a partir do avanço do meio técnico-científico-informacional, o trabalho evidencia a existência de diversas lógicas espaciais de rede urbana coabitando no território potiguar, de modo a gerar uma nova estrutura de rede que rompe com os padrões clássicos de uma hierarquia urbana rígida.

ISBN 978-65-86293-34-0



9 786586 293340

